

Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL CONSTRUÍDA POR ASSENTADOS: O CASO DO
PROJETO UNAÍ**

Marcelo Leite Gastal
Tese de Doutorado

Brasília – DF, março/2008



Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL CONSTRUÍDA POR ASSENTADOS: O CASO DO
PROJETO UNAI**

Marcelo Leite Gastal

Orientadora: Magda Eva Soares de Faria Wehrmann

Tese de Doutorado

Brasília – DF, março de 2008

Gastal, Marcelo Leite.

A representação social do desenvolvimento rural sustentável
construída por assentados: o caso do Projeto Unai. / Marcelo
Leite Gastal. Brasília, 2008.

232 p.

Tese (doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável,
Universidade de Brasília, Brasília.

- | | |
|--------------------------------------|---------------------|
| 1. Desenvolvimento Rural Sustentável | 2. Sustentabilidade |
| 3. Representação Social | 4. Assentamentos |
| 5. Reforma Agrária | |

I. Universidade de Brasília. CDS.

II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Marcelo Leite Gastal

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CONSTRUÍDA POR ASSENTADOS: O CASO DO PROJETO UNAÍ**

Marcelo Leite Gastal

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Magda Eva Soares de Faria Wehrmann, Doutora (CDS/UnB)
Orientadora

Lais Maria Borges de Mourão Sá, Doutora (CDS/UnB)
Examinadora Interna

José Luiz de Andrade Franco, Doutor (CDS/UnB)
Examinador Interno

Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro, Doutor (SOL/UnB)
Examinador Externo

Ivan Sergio Freire de Sousa, Doutor (Embrapa-Sede)
Examinador Externo

Brasília-DF, 7 de março de 2008

DEDICATÓRIA

À Cecília minha esposa que com sua determinação e grandeza se superou quando não estive presente, quando a deixei só. Perdoou o que tinha que ser perdoado e reelaborou aquilo que podia ser mudado em um esforço magnífico para compreender minha transformação, minha evolução. Fez o que poucas pessoas fazem quando estão com problemas que é aprender com eles. Ensinando muitos e principalmente a mim que a semente de todos os problemas nasce em nós mesmos. E que cabe a cada um de nós chamar para si a responsabilidade de ser feliz.

À Mariana e à Camila minhas filhas amadas que nunca reclamaram ou cobraram deste pai sua ausência; que se transformaram em minhas verdadeiras amigas, ouvindo, aconselhando e enfrentaram tudo como duas guerreiras e, como sua mãe, entenderam minha necessidade de fazer uma revolução em minha vida para ir atrás do que ditava minha alma. Mostraram que são “gente grande” na essência e me enchem de orgulho.

À Fanny, minha mãe, que a cada dia me convence mais que o dito popular “atrás de um grande homem existe sempre uma grande mulher” é verdadeiro. Que meu pai só conseguiu ser o que ele foi, em grande parte, por que ela estava lá. Que mais além do seu jeito durona de ser existe um coração imenso, com uma capacidade enorme de dedicação aos outros e que nem sempre é reconhecida. Que, nesse momento difícil de minha vida, esteve ao meu lado, amparando-me. E que dá a mim e aos meus irmãos a tranquilidade de sempre poder contar com ela.

Aos meus irmãos Fábio, Otávio e Cláudio que sempre vão além do que se pode esperar de irmãos. Meus amigos inseparáveis. Cada um com seu jeito, mas sempre dispostos a me apoiar. Que acreditam em mim mais do que eu mesmo. Pessoas incríveis com os quais posso sempre contar.

AGRADECIMENTOS

Fazer os agradecimentos àqueles que contribuíram, de maneira relevante, para elaboração deste trabalho não é uma tarefa simples. As normas não me permitem ir além de uma página o que limita o espaço para poder agradecer a todos que me apoiaram, em termos pessoais, durante esse período.

Arrisco a nomear alguns sabendo que posso incorrer no pior dos defeitos que é a ingratidão, esquecendo outros. Se por acaso isso acontecer, perdoem-me!

Começo destacando os produtores e produtoras rurais entrevistados, pois são eles verdadeiros co-autores deste trabalho. O carinho com que me receberam e a franqueza com que responderam as perguntas proporcionaram a legitimidade necessária a esta Tese.

Aos técnicos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí, MG, que me acompanharam durante a coleta de dados de campo.

Aos examinadores internos, Professora Lais Mourão e Professor José Luiz Franco, por suas valiosas contribuições na pré-defesa e nos comentários de reconhecimento na defesa, sem me esquecer da Professora Laura Duarte que também contribuiu na pré-defesa. Aos examinadores externos Professores Michelangelo Trigueiro e Ivan Sérgio de Sousa por seus comentários técnicos de apreço e consideração. Foi uma imensa satisfação tê-los na minha banca examinadora.

À Professora Magda, uma orientadora impecável e uma amiga dedicada que, com sua paciência e compreensão, soube nortear este trabalho e acreditar no resultado final.

Aos demais professores e funcionários do CDS/UnB e aos meus colegas.

À Embrapa por proporcionar-me esta oportunidade.

À Cecília, Mariana e Camila pelo que foram, são e serão para mim.

À Fanny e ao Otávio que foram fundamentais, principalmente, nos momentos mais difíceis.

Ao Fábio que mesmo de longe me encorajava. À Manuela com sua capacidade de me fazer sorrir. A Clai sempre atenta e preocupada em não me deixar ficar desanimado. E à Eulália minha companheira de conversas que sentia no meu olhar quando precisava desabafar.

Ao Cláudio e a tia Luciana que me receberam em sua casa com enorme carinho, sempre preocupados com meu bem-estar e sendo ótimos ouvintes. À Diva minha companheira de chimarrão a quem devo muito pela atenção também dedicada à minha família.

À tia Carmen, sempre atenciosa, carinhosa, delicada, um doce de pessoa, sempre preocupada com os outros, com quem me identifico muito. À Graça ótima cozinheira e grande admiradora de minhas filhas alimentando a mim e minha “corujisse”.

Ao Bruno, Laura, Luíza e Alice que carinhosamente me ajudavam a compensar um pouco a saudade de minhas filhas.

Ao José Humberto e ao Zoby meus amigos, colegas e companheiros inseparáveis com quem aprendi o real significado de compromisso profissional e de quem sempre recebi apoio.

À tia Sirlei, tio Nicanor e Niquinha que como sempre, foram sensacionais comigo.

À Alice, uma nova grande amiga que não se importava de dividir meu irmão.

Ao Tio Sérgio, Tia Alliete, Tia Vanisa e Tio Cacau pelo carinho e atenção.

Ao Rod, Beth, Bruno, Gabriel e Bebel por estarem ao lado e sempre à disposição da Cecília, Mariana e Camila, compensando minha ausência.

À Heloísa uma pequena grande amiga, sempre preocupada com àquelas que mais amo na vida.

Sem a minha cultura das ruas, eu não teria desenvolvido a minha cultura. Sem as minhas experiências de vida, não teria alimentado minha cultura. Ela foi marcada pelo concreto, pelo vivo, pelo singular. Depois disso, e para sempre, minha vida, meu trabalho e minha cultura não deixaram de se alimentar mutuamente (...) (MORIN, 1994).

RESUMO

O conceito de Sustentabilidade mais aceito atualmente sugere a integração sistêmica entre os diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Porém, qual ator/agente caberia definir os parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração? Trata-se de sustentar o quê? “Futuro comum” de quem e para quem? As representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana, pois guiam os indivíduos no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se diante deles de forma defensiva. No caminho do Desenvolvimento Sustentável (DS), da Sustentabilidade e, em decorrência, do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) no Brasil um desafio se impõe: o diálogo entre duas representações. A da Ciência e a do Estado, construída a partir de um pensamento racional, empírico e técnico, fundamentado na Lógica Formal. E a dos agricultores familiares, construída com base no senso comum, do saber simbólico, mitológico e mágico, fundamentado na Lógica Natural. Historicamente, a Ciência e o Estado consideram o saber popular, o senso comum, como um saber menor, pois não segue a lógica formal. Com seus *ethos* e *habitus* científicos, a Academia, as Instituições Científicas e os responsáveis pelas políticas públicas valorizam o conhecimento científico como o único capaz de produzir soluções milagrosas para os problemas rurais. Compartilham a crença na mitologia do progresso em que as conquistas tecnológicas e econômicas são as soluções para todos os problemas. Que tem sua origem no paradigma da Modernização em que, o econômico é o espaço no qual se realiza a harmonia social, e o mercado é a compreensão econômica da vida social e política. O mercado que se torna um verdadeiro sistema de representação o qual comanda a ação e a visão dos fatos sociais dissemina a cultura do consumo. Essa crença no progresso também se instala no meio rural. Este trabalho objetivou identificar a representação social do DRS e da sustentabilidade construída por assentados da reforma agrária assim como alguns dos elementos que influenciam ou explicam essa construção e, classificar essas representações em função dos critérios ou dimensões da sustentabilidade consideradas. Para isso, foram realizadas entrevistas em três assentamentos do Município de Unaí, MG. Fundamentado nas teorias da Análise de Discurso, Representação Social e Modernização foi possível identificar que, nas representações sociais de DRS e Sustentabilidade dos assentados, há uma valorização da dimensão econômica em relação às outras. Apontando que, cada vez mais, estes agricultores familiares, a partir das dificuldades encontradas e do insucesso das políticas públicas, tendem a acreditar e a incorporar em seu discurso a crença na tecnologia, sob a ótica da modernidade, como a principal solução para seus problemas e como a única forma de alcançar melhoria de vida. Essa redução na dimensão do significado de DRS e Sustentabilidade na visão dos assentados, se comparada ao utilizado nas políticas públicas atuais, reduz a possibilidade de participação desses atores na concepção e na operacionalização dessas políticas.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável, sustentabilidade, representação social, assentamentos, reforma agrária.

ABSTRACT

The most widely accepted concept of sustainability today suggests a systemic integration among the different levels of social life, that is, among the exploitation of natural resources, technological development, and social change. However, which player/agent should define the valuation and political parameters capable of guiding this integration? What is to be sustained? A common future of whom, for whom? The representations are social and so important in daily life, for they guide individuals in their way of jointly naming and defining the different aspects of everyday reality, in their way of interpreting these aspects, of making decisions, and at times taking a defensive stance towards them. A challenge facing Sustainable Development, Sustainability, and Sustainable Rural Development in Brazil is the dialogue between two representations: the first, that of Science and the State, built on rational, empirical and technical thinking, grounded on Formal Logic; the second, that of family farmers, built on common sense, on symbolic, mythological and magical knowledge, grounded on Natural Logic. Historically, Science and the State have considered folk knowledge, common sense, as a lesser kind of knowledge because it does not follow formal logic. With their scientific *ethos* and *habitus*, the Academia, the Scientific Institutions, and public policy makers value scientific knowledge as the only one capable of finding miraculous solutions to rural problems. They share the belief in the mythology of progress in which technological and economic achievements are the solution to all problems. Its origin lies in the paradigm of modernity where the economic is the space in which social harmony takes place and the market is the economic understanding of social and political life. The market, which has become a true system of representation that guides the action and vision of the social facts, disseminates the consumer culture. This belief in progress has also flourished in the countryside. The aim of this study is to identify the social representations of Sustainable Rural Development and Sustainability held by land reform settlers as well as some of the elements that influence or explain this representations, and to classify them according to the criteria and dimensions of sustainability under consideration. To this end, interviews were carried out in three settlements in the municipality of Unaí, MG. Based on Discourse Analysis, Social Representation and Modernization theories, the study found that in the settlers' social representations of Rural Sustainable Development and Sustainability there is a valuing of the economic dimension over the others, indicating that these family farmers, due to the difficulties encountered and the insuccess of public policies, increasingly tend to believe and incorporate into their discourse the belief in technology, through the lens of modernity, as the main solution to their problems and as the only way of improving their lives. This reduction in the dimension of the meaning of Sustainable Rural Development and Sustainability in the settlers' view, if compared to the one currently used in public policies, reduces the possibility of these players participating in the design and operationalization of these policies.

Key Words: sustainable rural development, sustainability, social representation, settlements, land reform.

RÉSUMÉ

Le concept de Durabilité plus accepté actuellement suggère d'intégration systémique dans les différents niveaux de la vie sociale, c'est-à-dire, l'exploration des ressources naturelles, le développement technologique et le changement social. Néanmoins, quel acteur/agent doit définir la politique d'évaluation et de paramètres susceptibles de guider cette intégration? Il s'agit de soutenir quoi? "Futur commun" de qui et pour qui? Les représentations sont sociales et aussi importants dans la vie quotidienne, ils donc guident les personnes dans la manière de nommer et définir communément les différents aspects de la réalité quotidienne, dans la manière d'interpréter ces aspects, prendre des décisions et, éventuellement, de se placer devant à elles de forme de défense. Dans le chemin du Développement Soutenable (DS), la Durabilité et, dans résultat, du Développement Agricole Soutenable (DAS) au Brésil un défi s'impose: le dialogue entre deux représentations. Ce de la Science et de l'État, construite par une pensée rationnelle, empirique et technique, basée dans la Logique Formelle. Et ce des agriculteurs familiers, construite par le sens commun, le savoir symbolique, mythologique et magicien, basé dans la Logique Naturelle. Historiquement, la Science et l'État, considèrent le savoir populaire, le sens commun, comme un savoir moindre donc ne suit pas la logique formelle. Avec leurs *ethos* et *habitus* scientifiques, l'Académie, les Institutions Scientifiques et les responsables par les politiques publiques, valorisent la connaissance scientifique comme le seul capable de produire des solutions miraculeuses pour les problèmes agricoles. Ils partagent la croyance dans la mythologie du progrès dans lequel les conquêtes technologiques et économique sont les solutions pour tous les problèmes. Qu'a son origine dans le paradigme de la Modernisation où, l'économique est l'espace dans lequel se réalise l'harmonie sociale, et le marché est la compréhension économiques de la vie sociale et politique. Le marché, qui se rend un vrai système de représentation qui commande l'action et la vision des costumes sociaux dissémine la culture de la consommation. Cette croyance dans le progrès aussi s'installe dans le moyen agricole. Ce travail a objectivé identifier la représentation sociale de DAS et la Durabilité construit par les agriculteurs installés pour la réforme agraire, ainsi que certains des éléments qui influencent ou expliquent cette construction et, declasser ces représentations en fonction des critères ou dimensions du DS considérées. Pour cela, ont été réalisées des entrevues dans trois communautés de paysans de la région d'Unai, MG. Motivé dans les theories de l'Analyse de Discours, Représentation Sociale et Modernisation ce a été possible d'identifier que dans les représentations sociales de DRS et des installés pour la réforme agraire y a une évaluation de la dimension économique concernant les autres. En indiquant que, de plus en plus, que ces agriculteurs paysans, à partir des difficultés trouvées et de l'échec des politiques publiques, tendent à croire et à incorporer dans leur discours la croyance dans la technologie, sous l'optique de la modernité, comme la principale solution pour leurs problèmes et comme la seule forme d'atteindre amélioration de vie. Comme aussi, dans conséquence, cette réduction dans la dimension de la signification de DRS et la Durabilité dans la vision des étés basés, si comparé à l'utilisé dans les politiques publiques actuelles, réduisent la possibilité de participation de ces acteurs dans la conception et fonctionnement de les mêmes.

Mot-clefs: développement agricole soutenable, développement durable, représentation sociale, installations de paysans, réforme agraire.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Níveis de participação cidadã	73
FIGURA 2. Representação esquemática do dispositivo metodológico utilizado no Projeto Unaí. Fonte: adaptado de Xavier et al., 2004.	98
FIGURA 3. Representação esquemática dos sistemas de produção “Produtores de subsistência que não produzem leite” e “Produtores de subsistência que produzem leite”	101
FIGURA 4. Representação esquemática dos sistemas de produção “Produtores de queijo” e “Produtores de leite menos intensivos”	101
FIGURA 5. Representação esquemática do sistema de produção “Produtores de leite mais intensivos”	102
FIGURA 6. Estratégia de definição dos assentamentos mais representativos da diversidade do Município de Unaí	110
FIGURA 7. Localização dos assentamentos no Município de Unaí, MG	112
FIGURA 8. Etapas da identificação dos projetos de assentamentos (PAs) mais representativos do Município de Unaí, MG	112
FIGURA 9. Representação dos tipos de sistemas de produção encontrados nos assentamentos de Unaí, MG	114
FIGURA 10. Esquema elementar da comunicação	138
FIGURA 11. Núcleo central da representação do DR e seus principais elementos periféricos	161
FIGURA 12. Núcleo central da representação do DRS e seus principais elementos periféricos	165
FIGURA 13. Frequência de entrevistados em função do número de outras fontes de renda que possuem	166
FIGURA 14. Número de entrevistados e frequência em função de classes de estimativa de renda mensal	167
FIGURA 15. Variação do número de dependentes por família e renda familiar mensal por dependentes nas entrevistas	167
FIGURA 16. Distribuição dos entrevistados em função de terem ou não ouvido falar em DRS	168
FIGURA 17. Distribuição dos entrevistados em função de onde ouviram falar em DRS	169

FIGURA 18. Núcleo central da representação da Sustentabilidade e seus elementos periféricos	180
FIGURA 19. Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pelo grau de escolaridade	181
FIGURA 20. Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pelos anos em que parou de estudar	181
FIGURA 21. Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pela renda familiar mensal	182
FIGURA 22. Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pela idade	182
FIGURA 23. Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pelo gênero	183
FIGURA 24. Distribuição dos entrevistados que associaram a sustentabilidade à dimensão econômica pelo nível de escolaridade	184
FIGURA 25. Distribuição dos entrevistados que associaram a sustentabilidade à dimensão econômica pelo número de anos em parou de estudar	184
FIGURA 26. Distribuição dos entrevistados que relacionaram a sustentabilidade à dimensão econômica pela idade	185
FIGURA 27. Distribuição dos respondentes que relacionaram a sustentabilidade à dimensão econômica por faixas de renda familiar mensal	185
FIGURA 28. Núcleo central da representação da Melhoria de Vida e seus principais elementos periféricos	189
FIGURA 29 Núcleo central da representação do que os produtores Precisam para Melhoria de Vida e seus principais elementos periféricos	195
FIGURA 30. Apresentação gráfica da avaliação dos assentados da importância de cada dimensão para o alcance do DS	197

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Número de assentamentos implantados pela Política de Reforma Agrária no Brasil	86
QUADRO 2 - Número de famílias assentadas pela Política de Reforma Agrária no Brasil	86
QUADRO 3 - Área (ha) ocupada pelos assentamentos de reforma agrária no Brasil	87
QUADRO 4 - Escolaridade dos beneficiários da reforma agrária no Brasil	87
QUADRO 5 - Principais atividades dos beneficiários da reforma agrária no Brasil	88
QUADRO 6 - Atividades dos beneficiários no Brasil antes de serem assentados	88
QUADRO 7 - Estado de conservação das habitações nos assentamentos do Brasil	89
QUADRO 8 - Condições hidrossanitárias das habitações nos assentamentos do Brasil	89
QUADRO 9 - Tecnologia utilizada nas práticas agropecuárias nos assentamentos do Brasil	90
QUADRO 10 - Opinião sobre o nível de atendimento da assistência técnica nos assentamentos do Brasil	90
QUADRO 11 - Classificação das tecnologias propostas aos assentados de acordo com a tipologia de inovações desenvolvida por Lefort (1987)	104
QUADRO 12. Síntese dos resultados do Projeto Unai	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Classificação das propostas estratégicas resultantes do planejamento estratégico participativo de três assentamentos de Unaí, MG, em função das dimensões social, ambiental e econômicas consideradas	25
TABELA 2. Relação dos graus de consciência, compromisso e participação e suas palavras características	74
TABELA 3. Tipos de participação e exemplos de aplicação	74
TABELA 4. Ano de criação, tempo de instalação, percentual e número de famílias que residem nos assentamentos e distância deles de Unaí, MG	113
TABELA 5. Ocorrência dos tipos de solo e sistemas de produção nos assentamentos, no Município de Unaí e na Incra SR 28	115
TABELA 6. Respostas à pergunta: O que você entende por desenvolvimento rural? ..	157
TABELA 7. Palavras mais associadas ao DR, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE)	158
TABELA 8. Agrupamento das respostas sobre DR em função dos sentidos expressos, as entrevistas que citaram cada sentido, número de citações (NC) em cada sentido, frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE)	159
TABELA 9. Respostas à pergunta: O que você entende por Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)?	161
TABELA 10. Palavras associadas ao DRS, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE)	162
TABELA 11. Agrupamento das respostas sobre DRS em função dos sentidos considerados, as entrevistas que citaram cada aspecto, número de citações (NC) em cada um, frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE)	164
TABELA 12. Outras fontes de renda identificadas, quantidade de entrevistas por fonte e frequência	165
TABELA 13. Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) por faixa etária	169
TABELA 14. Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função do gênero	170

TABELA 15. Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) por faixas de renda familiar mensal	170
TABELA 16. Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função das outras fontes de renda	171
TABELA 17. Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função do número de fontes de renda	171
TABELA 18. Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função do grau de escolaridade	172
TABELA 19. Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função do número de anos que abandonaram os estudos	172
TABELA 20. Identificação das entrevistas, número de citações (NC), frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (NE) para cada dimensão considerada nas representações do DRS	173
TABELA 21. Entrevistas em que a representação do DRS aparece associada às dimensões social e econômica de forma simultânea	174
TABELA 22. Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica por faixas etárias	174
TABELA 23. Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica por faixas de renda familiar mensal	175
TABELA 24. Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica em função das fontes de rendas	175
TABELA 25. Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica em função do número de fontes de rendas	175
TABELA 26. Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica em função do grau de escolaridade	176
TABELA 27. Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica em função do número de anos que pararam de estudar	176
TABELA 28. Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica em função do sexo	176
TABELA 29. Respostas à pergunta: O que você entende por sustentabilidade?	177
TABELA 30. Palavras mais associadas à Sustentabilidade, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE)	178

TABELA 31. Agrupamento das respostas sobre Sustentabilidade em função dos sentidos considerados, as entrevistas que citaram cada aspecto, número de citações (NC) em cada um, frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE)	179
TABELA 32. Identificação das entrevistas, número de citações (NC), frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE) para cada dimensão considerada nas representações da Sustentabilidade	183
TABELA 33. Entrevistas em que a representação da sustentabilidade aparece associada às dimensões social e econômica de forma simultânea	184
TABELA 34. Respostas à pergunta: O que você entende por melhoria de vida?	186
TABELA 35. Palavras mais associadas à Melhoria de Vida, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE)	187
TABELA 36. Agrupamento das respostas sobre Sustentabilidade em função dos sentidos considerados, as entrevistas que citaram cada aspecto, número de citações (NC) em cada um, frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número de total de entrevistas (TE)	189
TABELA 37. Identificação das entrevistas, número de entrevistas (NE), frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE) para cada dimensão considerada nas representações de Melhoria de Vida	190
TABELA 38. Respostas à pergunta: O que você precisa para melhoria de vida?	191
TABELA 39. Palavras mais associadas à pergunta “o que os assentados precisam para Melhorar de Vida”, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE)	193
TABELA 40. Agrupamento das respostas sobre o que Precisa para Melhorar de Vida em função dos sentidos considerados, as entrevistas que citaram cada aspecto, número de citações (NC) em cada um, frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número de total de entrevistas (TE)	194
TABELA 41. Identificação das entrevistas, número de entrevistas (NC), frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE) para cada dimensão considerada nas representações de o que precisam para melhorar de vida	195
TABELA 42. Valores atribuídos pelos assentados a cada dimensão do DS	196

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES	35
1.1 A noção de desenvolvimento sustentável	36
1.2 A Ciência e sua capacidade de resposta ao desafio	47
1.3 A mudança no paradigma da Ciência	52
1.4 A mudança no campo científico	54
1.5 O desenvolvimento rural sustentável	59
1.6 A participação dos atores locais nas estratégias de DRS	67
2. OS ASSENTADOS E A REFORMA AGRÁRIA	77
2.1 A Reforma Agrária no Brasil	77
2.2 Os assentamentos e os atores, os assentados	84
3. O PROJETO UNAI: O UNIVERSO ESTUDADO	93
3.1 Descrição do projeto e os resultados alcançados	93
3.2 A representatividade dos três assentamentos participantes	108
4. A ANÁLISE DO DISCURSO	116
4.1 O giro lingüístico	117
4.2 A teoria dos atos de fala	118
4.3 A Lingüística pragmática ou pragmática	125
4.4 A Etnometodologia	128
4.5 O enfoque discursivo de Michel Foulcault	131
4.6 A Análise do discurso como prática	132
4.7 A Sociologia interacional	134
4.8 A etnografia da comunicação	134
4.9 A análise da conversação	135

4.10 A análise crítica do discurso	135
4.11 A Psicologia discursiva	136
4.12 A noção de discurso	136
4.13 O método da análise do discurso	139
4.14 A prática da análise do discurso	139
4.15 A diferenciação texto-discurso	140
4.16 A distinção locutor/enunciador	141
4.17 A operacionalização do <i>corpus</i>	143
4.18 O contexto na prática do discurso	144
5. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL CONSTRUÍDA POR ASSENTADOS	147
5.1 O conceito de representação social e o método de estudo	147
5.2 Universo, amostragem e técnicas de pesquisa empregadas	154
5.3 A representação do desenvolvimento rural (DR)	157
5.4 A representação social do desenvolvimento rural sustentável (DRS)	161
5.5 A representação social da sustentabilidade	177
5.6 Representação social da melhoria de vida	185
5.7 A importância das dimensões para o alcance do Desenvolvimento Sustentável segundo os produtores	196
CONCLUSÕES	198
REFERÊNCIAS	204
ANEXOS	218

INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas que se tem colocado para os pesquisadores das ciências humanas e sociais, é saber como o homem compreende e se relaciona com a realidade (física e social), como interpreta e dá sentido ao mundo em que vive (SANTOS; ALMEIDA 2005).

Conseqüentemente, esse também é um problema para quem se propõe a pesquisar a complexidade do desenvolvimento sustentável da agricultura, mais especificamente, da agricultura familiar.

Essa complexidade reside no fato de que a vida social produz valores e normas e, ao mesmo tempo, estabelece um sistema de representações cuja função é fixá-los na vida social e torná-los inteligíveis, onde, segundo Santos e Almeida (2005), desenvolve-se um código coletivo, por meio do qual se exprimem as necessidades, as expectativas e as angústias dos agentes sociais.

As representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana, pois guiam os indivíduos no modo de nomear e de definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se diante deles de forma defensiva (JODELET, 2001)

Com as representações sociais, são tratados os fenômenos observáveis diretamente ou reconstruídos por um trabalho científico. Sua observação é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens da mídia, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais (JODELET, 2001).

Citando como exemplo o aparecimento da Aids, Jodelet (2001) mostra que nesse caso duas concepções diferentes puderam ser identificadas: uma do tipo moral e social e outra do tipo biológico que influenciaram comportamentos e relações, tanto íntimo como para com pessoas afetadas com a doença.

Do ponto de vista cognitivo, como a representação é sempre de alguém, isto significa que é uma forma de conhecimento submetido às regras dos processos/afetivos do sujeito. Esses processos são diretamente determinados pelas condições sociais nas quais são elaboradas e transmitidas as representações.

Logo, do contexto social emergem regras diferentes da lógica formal, da lógica cognitiva. O conhecimento do senso comum, o saber popular, é regido por uma lógica natural que lhe é própria e que estaria na intersecção da lógica cognitiva e da lógica social (ABRIC, 1994 apud SANTOS; ALMEIDA, 2005). Isso possibilita a integração de contradições, do

racional e do irracional, dando, na maioria das vezes, a impressão de um conhecimento incoerente ou ilógico.

A concepção de sujeito subjacente às propostas de Moscovici é a de sujeito ativo, construtor da realidade social e nela construído. Para ele, o sujeito não é um simples processador de informações externas ou produto de uma realidade exterior a ele. O sujeito é ativo no processo de apropriação da realidade objetiva. Ele remodela e categoriza as informações com as quais ele é confrontado e o faz no contexto de um conjunto de relações com outros indivíduos e, é claro, a respeito de objetos socialmente importantes para ele (MOSCOVICI, 2001).

Entretanto, está presente, há longos anos nas ciências humanas, e por que não dizer na academia e nas organizações científicas, a concepção do saber popular como um saber menor, porque não segue uma lógica formal. Como afirmam Santos e Almeida (2005, p. 17):

Baseada em uma perspectiva evolucionista, tudo se passa como se o pensamento seguisse naturalmente uma evolução: do raciocínio pré-lógico, fragmentado, ao raciocínio lógico, formal. Esse é um dos pressupostos que a teoria das representações sociais vem romper.

Isso significa que, para encarar o desafio do DRS é necessário que exista diálogo entre duas representações sociais do mesmo objeto. A da ciência e a do Estado¹, influenciada pela Lógica Formal, e a dos produtores rurais - do senso comum, do saber popular, do saber simbólico, mitológico e mágico -, influenciado por uma Lógica Natural.

A base da preocupação deste trabalho é que para dialogar, os pesquisadores, os cientistas e os gestores do Estado que são os responsáveis, direta ou indiretamente, pela elaboração das políticas públicas devem assumir uma postura dialética, pois eles são determinantes no futuro de populações rurais.

Os responsáveis pelas políticas públicas, na sua grande maioria, são profissionais formados em um ambiente onde há valorização do conhecimento científico como o único capaz de produzir soluções milagrosas para os problemas rurais. Há sempre a possibilidade de que esses profissionais ainda pensem e atribuam à técnica uma missão providencial, uma idéia mitológica. Para Morin (2001, p. 28):

(...) atribuir à técnica à missão providencial de solução de todos os problemas humanos - esta era a idéia até a metade deste século - era uma idéia mitológica. Havia uma mitologia do progresso como uma lei da história que, automaticamente, iria produzir o melhor e cada vez melhor.

¹ Neste estudo consideramos a mesma, partindo do pressuposto que a ciência subsidia o Estado na elaboração de suas políticas, como também, educa, forma e treina seus gestores.

São profissionais formados acreditando na “Mitologia do Progresso” como chama Morin (2001). Para esse autor, a crise da civilização ocidental vai ajudar a entender a necessidade de considerar, de levar em conta, de dialogar com o pensamento racional, empírico, técnico e, também com um saber simbólico, mitológico e mágico de cada civilização e por que não dizer de cada realidade social, cada grupo social. Morin (2001, p. 28) argumenta:

(...) a crise da civilização ocidental vai ajudar a entender melhor que cada civilização possui os seus valores e é muito importante que se faça o intercâmbio dos valores, o que o poeta negro das Antilhas francôfônica, Aimé Césaire, chamava de *le rendez-vous* (o encontro, o compromisso) do dar e do receber, ao mesmo tempo.

Nas ciências agronômicas e outras correlatas, resgatando o diálogo entre as culturas, a necessidade de mudança da postura do técnico já era questionada, defendendo o abandono da figura do difusor de tecnologias, de técnicas de produção e resgatando-o como educador (FREIRE, 1983a). A partir de uma mudança pedagógica, que dê à liberdade uma posição de relevo, que seja a matriz que atribua sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos (FREIRE, 1983b).

No entanto, Morin aprofunda a necessidade de mudança, chamando atenção também para a figura do educador:

Alguém me pergunta sobre fazer a relação entre o todo e as partes e há outra pergunta sobre o paradoxo da necessidade de educação dos educadores. Bem tudo isso significa reaprender a aprender (...). Lá² também há a idéia de que o educador deve educar a si próprio. Reeducar a si próprio significa sair de uma minoria; significa que os educadores sentem a necessidade do problema e, como desviantes, vão ajudar outros educadores a mudar (MORIN, 2001, p. 55).

Como também, chama atenção para a ciência. Defendendo a necessidade de abandono da valorização excessiva da experimentação, a preocupação com a quantificação. Para Morin:

(...) o que não pudesse ser quantificado estava eliminado do conhecimento, não existia. Entretanto, a existência não pode ser quantificada. Não há como se quantificar o sujeito humano. Dor e amor não podem ser quantificados. Não há unidade de medida para o amor, que não pode chamar-se "cupidão" para eu poder dizer: tenho dez mil cupidões para vocês, querida (MORIN, 2001, p.30).

O DRS e a sustentabilidade do meio rural necessitam ser estudados a partir de um conhecimento sistêmico ou holístico ou, como afirma Morin:

² Referindo-se ao seu livro MORIN, E. 1994. *Introducción al Pensamiento Complejo*. Barcelona, Espanha: Editorial Gedisa S.A.

(...) um conhecimento complexo que admita o homem como um ser natural que chegou de uma evolução biológica natural. Que reconheça o homem como um artrópode, um mamífero que tem cérebro, um vertebrado pluricelular que tem vida na Terra e que, como filhos e filhas da Terra integram uma relação cósmica, como acreditaram e acreditaram as culturas de muitas outras civilizações. Hoje podemos saber que as partículas de nossos corpos nasceram nos primeiros segundos do universo, há quinze milhões de anos; que os átomos de carbono necessários para a vida estão forjados nas estrelas anteriores ao sol; que as moléculas são similares sobre a Terra que nós tomamos; que todo o cosmos se encontra em nós (MORIN, 2001, p.32).

Para Almeida, a noção de progresso que se difunde na sociedade é diferente daquela utilizada nos séculos 18 e 19 com um sentido mais amplo:

A noção de progresso, princípio fundamental do espírito dos enciclopedistas franceses do século 18 e do positivismo no século 19, até então vinha sendo entendida como um movimento evolucionista, na direção do crescimento e da ampliação dos conhecimentos. O progresso não era restrito apenas ao campo das ciências, mas, sobretudo, referia-se às melhorias das condições de vida, no sentido das libertações políticas e do bem-estar econômico (ALMEIDA, 1998, p. 34).

De acordo com o autor citado, o progresso assume um sentido parcial e prático ele é uma melhora nos âmbitos técnico e científico e, quanto mais essa noção é extrapolada, mais se torna uma crença, a representação de uma ideologia (ALMEIDA, 1998).

Essa noção de desenvolvimento não se impõe somente como evidente, mas também como universal. O desenvolvimento é um bem para todos os lugares. É por isso que foi pensado e aplicado de forma uniformizante. Ao invés das originalidades se exprimirem, se fortalecerem, e aparecerem as características singulares dos povos e das culturas. É um modelo idêntico que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura (ALMEIDA, 1998, p. 37).

Bocchi e Ceruti (1999) também chamam a atenção para a valorização do progresso, das conquistas tecnológicas e econômicas. Para esses autores, duas narrações simplificadas das relações entre a idade planetária e o passado da história humana terminaram por prevalecer não apenas nas divulgações, mas também nas abordagens científicas e filosóficas da história que se sucederam nos últimos dois séculos. A primeira é a narração do progresso, que opõe História e Pré-História, que projeta a idéia de uma humanidade mais livre e mais sábia graças ao desenvolvimento da técnica e da economia em escala planetária. A segunda repropõe, em várias versões, o mito da idade de ouro, argumentando que, na realidade, as conquistas tecnológicas, econômicas e cognitivas dos últimos dois séculos custaram a perda irreparável de recursos humanos, culturas, ecossistemas, espécies animais e vegetais, além de sabedorias e conhecimentos.

Segundo esses autores, ambas as narrações são parciais e insuficientes e Edgar Morin ajudou-os, com sua obra, a perceber que o *Homo sapiens*, no curso de sua história, não nasceu humano, mas sim aprendeu a ser humano. Para eles, talvez a rede de sabedorias e experiências que vem se tecendo, com o avançar da era planetária, possa permitir à espécie humana a aprender a ser global, a vincular-se com a totalidade dos ecossistemas mediante novas relações sustentáveis e saber usufruir o lado criativo das diversidades culturais. Talvez a rede de conhecimentos possa permitir a sutil vereda em direção a uma nova etapa da hominização.

A adoção dessa visão de progresso como a melhora nos âmbitos técnico e científico origina um modelo de agricultura utilizado por grande parte dos produtores brasileiros, principalmente, aqueles que estão inseridos em produções de escala.

Qualificado como “moderno, altamente tecnificado e altamente competitivo” por seus participantes e defensores e, como “convencional” por seus críticos, reconhecendo sua amplitude, mas buscando relacionar a qualificação com as limitações, esse modelo caracteriza-se basicamente pela separação da agricultura e da pecuária (EHLERS, 1996), uso de máquinas, implementos e insumos produzidos por indústrias e por tecnologias oriundas de instituições de pesquisa. Tem como sustentação científica e tecnológica a Revolução Verde.

Seu indiscutível sucesso deve-se a diversos fatores, sendo alguns deles:

- Sustentação política, econômica (crédito) e científica;
- Implementação por grupos industriais, devido a apropriação (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990) de vários componentes da produção agrícola;
- *Status* de modernidade: uso intensivo de insumos e tecnologias desenvolvidos por técnicos altamente especializados, com conseqüente pouca utilização de materiais e conhecimentos (tecnologias) tradicionais, considerados por muitos como ultrapassados;
- Manejo facilitado: as questões normalmente são encaradas e resolvidas linearmente (enfoque reducionista);
- Comodidade: os insumos utilizados são exógenos à propriedade e é reduzida a utilização de mão-de-obra.

Por sua vez, segundo Graziano Neto (1982), esse modelo tem apresentado problemas ecológicos como:

- Destruição dos solos;

- Descontrole de pragas e doenças;
- Perda da qualidade biológica dos alimentos;
- Contaminação dos alimentos e do homem;
- Balanço energético;
- Poluição em geral e morte da natureza.

O mesmo autor ainda cita:

- Concentração de terras;
- Crise da produção de alimentos;
- Dependência da agricultura; e
- Miséria do trabalhador.

Aqueles que apontam os problemas da agricultura convencional são qualificados por defensores desse modelo (moderno) como ambientalistas radicais que estariam a serviço de interesses internacionais (SILVA, 2001).

Os problemas ecológicos, econômicos e sociais podem originar-se no modelo agrícola praticado. Deve-se considerar, contudo, que a aplicação inadequada (ou a não-aplicação) das tecnologias e de insumos preconizados, intensifica os problemas de qualquer modelo. Assim, se todos os agricultores que julgam praticar a agricultura moderna seguissem à risca as orientações das instituições de pesquisa e de extensão, os impactos negativos seriam certamente menores.

Todavia a crença no progresso, aparentemente, também se instala entre os produtores rurais familiares, influenciando a forma como estes definem suas estratégias de melhoria de vida e de desenvolvimento. Isso ficou evidente quando se analisaram as propostas resultantes do processo de planejamento estratégico participativo em três assentamentos do Município de Unaí, MG.

Classificando essas propostas em relação às dimensões do desenvolvimento que consideram, observa-se que do total de 75 definidas pelos assentados, 32% delas referem-se apenas à dimensão econômica (Tabela 1). Se somadas àquelas que consideram as dimensões social e econômica de forma conjunta (18,67%) este número aumenta para 50,67%. Isso caracteriza uma preocupação predominante com o econômico como estratégia de desenvolvimento.

Tabela 1- Classificação das propostas estratégicas resultantes do planejamento estratégico participativo de três assentamentos de Unaí, MG, em função das dimensões social, ambiental e econômicas consideradas.

DIMENSÕES CONSIDERADAS NAS PROPOSTAS	OCORRÊNCIA DE PROPOSTAS							
	POR ASSENTAMENTO						NOS 3 ASSENT.	
	ASSENT. 1		ASSENT. 2		ASSENT. 3			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Apenas o social	5	14,71	7	28,00	7	43,75	19	25,33
Apenas o ambiental	1	2,94	1	4,00	0	0,00	2	2,67
Apenas o econômico	12	35,29	7	28,00	5	31,25	24	32,00
Social e ambiental	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Social e econômico	4	11,76	6	24,00	4	25,00	14	18,67
Ambiental e econômico	5	14,71	0	0,00	0	0,00	5	6,67
Social, ambiental e econômico	7	20,59	4	16,00	0	0,00	11	14,67
Total	34	100,00	25	100,00	16	100,00	75	100,00

Isso chama a atenção, uma vez que pode estar caracterizando uma mudança importante na lógica de funcionamento das propriedades ditas familiares e que pode influenciar o alcance do DRS.

A agricultura familiar é um segmento de reconhecida importância no processo de desenvolvimento de diversos países e regiões, tais como Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. No caso do Brasil, a agricultura familiar ocupando apenas 30,5% da área e contando somente com 25% do financiamento total é responsável por 37,9% de toda a produção nacional. O percentual do Valor Bruto da Produção (VBP) produzido pela agricultura familiar, quando consideradas algumas atividades, demonstra sua importância em produtos destinados ao mercado interno e também entre os principais produtos que compõem a pauta de exportação agrícola brasileira. Os agricultores familiares produzem 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos. Em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% do VBP da cana-de-açúcar (INCRA/FAO, 1996)

A estrutura de produção denominada de agricultura familiar é um sistema complexo em que o processo de decisão é definido por múltiplos objetivos: técnicos, econômicos e sociais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) define a agricultura familiar como “uma forma de produção, onde predomina a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos agricultores familiares, com ênfase na diversificação e utiliza o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado” (PRONAF, 2002). Segundo Dollé (1995), são várias as características que diferenciam a

agricultura familiar: existência de forte ligação da disponibilidade de mão-de-obra com a dinâmica familiar; integração entre o capital de exploração e o patrimônio familiar; o objetivo principal não é a remuneração obrigatória dos fatores de produção, mas a conservação desses fatores de produção; a posse freqüente de múltiplas atividades e a busca da otimização de funções complexas.

Supõe-se que essa preocupação predominante com o econômico esteja relacionada com a grande influência que o mercado tem atualmente sobre a vida das pessoas. Ou seja, o mundo social é dotado de uma ordem intelectual conduzida pelo surgimento da idéia de mercado que traz consigo a idéia de que tudo deve ser comprado.

A nova ordem, imposta pelo mercado, tem o seguinte significado: “o econômico é o espaço no qual se realiza a harmonia social, e o mercado é a compreensão econômica da vida social e política” (MARTUCCELLI, 1989 apud ALMEIDA, 1999, p.120). O mercado torna-se, desse modo, um verdadeiro sistema de representação que comanda a ação e a visão dos fatos sociais (ROSANVALLON, 1991 apud ALMEIDA, 1999, p.120).

Em decorrência, ocorre a disseminação da cultura do consumo que, para Slater (2002, p.17):

É o modo dominante de representação cultural desenvolvido no Ocidente durante a Modernidade. A cultura do consumo é, em aspectos importantes, a cultura do Ocidente moderno – crucial, certamente, para a prática significativa da vida cotidiana no mundo moderno; e, num sentido genérico, está ligada a valores, práticas e instituições fundamentais que definem a modernidade ocidental, como a opção, o individualismo e as relações de mercado.

A cultura do consumo dificulta aos produtores visualizarem que, para seu desenvolvimento e melhoria de vida, muitas ações podem não depender única e exclusivamente dos aspectos econômicos. O acesso à educação, à saúde, ao transporte, por exemplo, pode ser alcançado por meio da atuação política sem, necessariamente, ser comprada.

Isso seria ampliar o significado da noção de desenvolvimento, visto que o mais usado atualmente está associado essencialmente às mudanças e ao progresso das técnicas.

Em suma, esse significado restrito pode ser associado a dois motivos: grande parte das ações reconhecidas como de desenvolvimento estão quase sempre restritas apenas àquelas da produção; e porque os organismos e instituições, oficialmente responsáveis ou designadas para a promoção de ações de desenvolvimento, em geral, agrupam conjuntos de organismos que se dedicam ao desenvolvimento, normalmente econômico (ALMEIDA, 1998). Em razão desse fato,

os órgãos públicos de difusão de tecnologia têm a tarefa de enquadrar os agricultores no modelo de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. Trata-se da ampliação de clientela do desenvolvimento, apontando novos conhecimentos àqueles que estão em atraso na rota do progresso, ou seja, os retardatários da modernização (ALMEIDA, 1998, p.40).

Para isso, quando Almeida (1998) apresenta e discute alguns limites e desafios para a agricultura e desenvolvimento sustentáveis, ele dá ênfase à necessidade de se combinarem, no atual estágio de discussão e experimentação de práticas, diferentes propostas e idéias, com o objetivo de, no médio prazo, atingir outro patamar para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. Significa buscar o que Sachs (2002) chama de uma alternativa média entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. A partir do paradigma do caminho do meio, que trata de outro desenvolvimento endógeno, auto-suficiente, orientado para as necessidades, em lugar de direcionado para o mercado, em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais.

Como afirma Sachs (2002, p.54):

Quer seja denominado ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estocolmo até as conferências do Rio de Janeiro, e acredito que ainda é válida, na recomendação da utilização dos oito critérios distintos de sustentabilidade parcial.

Esses critérios são: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico e político, sendo que este último ele subdivide em política nacional e política internacional (SACHS, 2002).

Dentro dessa visão, a alternativa seria estimular os agricultores a discutir as alternativas para seu desenvolvimento sob a ótica da sustentabilidade. Em outras palavras buscar alternativas de melhoria de vida que não dependam única e exclusivamente do aumento de renda e em decorrência, do aumento de sua capacidade de acesso, por intermédio da compra de bens e serviços; ou, ainda, buscar alternativas que mantenham um equilíbrio entre os critérios ou as também chamadas dimensões da sustentabilidade definidas por Sachs (2002) já citadas anteriormente.

O objetivo desta pesquisa foi identificar a representação social do DRS e da sustentabilidade construída por assentados de reforma agrária assim como alguns dos elementos que influenciam ou explicam essa construção e, classificá-las em função dos critérios ou das dimensões da sustentabilidade consideradas.

As questões fundamentais desta pesquisa foram:

1. Qual a representação social do DRS e da Sustentabilidade construída por assentados?
2. Quais são as dimensões do Desenvolvimento Sustentável consideradas nas representações do DRS e da Sustentabilidade dos assentados?
3. O que influencia e/ou explica a construção dessas representações sociais?
4. Como a representação social do DRS e da Sustentabilidade construída por assentados pode afetar a participação efetiva desses atores na discussão e operacionalização das políticas públicas?
5. Como os produtores avaliam as dimensões do DS?

A hipótese deste trabalho foi que, nas representações sociais de DRS e Sustentabilidade dos assentados de reforma agrária, há uma valorização da dimensão econômica em relação às outras apontando que, cada vez mais, esses produtores rurais, a partir das dificuldades encontradas e do insucesso das políticas públicas, tendem a acreditar e a incorporar em seu discurso a crença na tecnologia, sob a ótica da modernidade, como a principal solução para seus problemas e como a única forma de alcançar melhoria de vida. Como também, em consequência, essa redução na dimensão do significado de DRS e Sustentabilidade na visão dos assentados, se comparado ao utilizado nas políticas públicas atuais, reduz a possibilidade de participação desses atores na concepção e operacionalização dessas políticas.

O alcance do objetivo aqui proposto possibilitará contribuir com as estratégias de DRS dos assentamentos de reforma agrária a partir da determinação do que isso significa na concepção dos produtores. Ou seja, a caracterização da demanda, poderá ser uma forma de contribuir para o debate e possibilitar a construção/elaboração de políticas públicas e de estratégias mais adequadas à realidade dos assentamentos.

As diferentes construções da realidade e as diferentes representações sociais influenciam as estratégias participativas de apoio ao DS da agricultura.

Isso se faz particularmente importante naquelas estratégias realmente participativas de trabalho. Lembrando que os autores que utilizam o conceito de pesquisa participativa normalmente defendem a emancipação e a investidura de poder a grupos e indivíduos. Os pesquisadores que adotam essa abordagem “(...) em ajudar grupos menos privilegiados, estão preocupados com o tipo de mudança social que questiona seriamente os valores dominantes dentro da sociedade” (EDEN; HUXHAM, 1996 apud ROESCH, 2002, p. 161).

O conhecimento das representações sociais do DRS e de Sustentabilidade além de favorecer essa participação facilitando o diálogo, possibilita associar ao discurso formal de DS, ou seja, aquele que está sendo construído pela ciência, a visão dos agricultores familiares, evitando que esse discurso se torne arbitrário. Os estudos de linguagem consideram o fenômeno de arbitrariedade como uma representação do mundo real por elementos lingüísticos que carecem de correspondência física com as entidades por eles referidas. Ou melhor, que o conceito de DS construído pela ciência e adotado pelo Estado nas políticas públicas não seja um conceito ideal sem, necessariamente, se referenciar nas reais condições enfrentadas pelos assentados de reforma agrária.

A negociação dos significados de DS, de sustentabilidade e de DRS possibilita estimular o abandono do discurso autoritário, caracterizado pela relação de dominação da ciência, tecnologia e do próprio Estado em relação às expectativas nos assentamentos de reforma agrária, incoerente com a abordagem de estímulo e valorização da participação, como estratégia de emancipação e a investidura de poder a grupos e indivíduos.

Para empreender o presente estudo estruturamos este trabalho em cinco capítulos, além das conclusões.

No **primeiro capítulo**, foi feita uma revisão teórica sobre a evolução da noção Desenvolvimento Sustentável (DS) e suas implicações.

Buscou-se mostrar que, para enfrentar esse desafio, a Ciência precisa rever seus paradigmas. A partir da análise dos paradigmas da Economia, conclui-se que a sociedade ocidental se desenvolveu segundo a lógica econômica de que a natureza é um meio de produção de riquezas. Há uma desconsideração quanto aos limites da natureza. E, com o tempo, a economia se afasta do ser em direção do ter, tendendo a uma oposição entre ambos. O desenvolvimento sustentável suscita a necessidade de uma ciência ética. A transformação da ciência em força produtiva é uma característica fundamental do processo civilizatório industrial moderno que faz da concepção de “lei natural” o suporte e da medição experimental o instrumento para a introdução de um princípio ordenador de tipo novo na apreensão dos eventos da Natureza.

A ciência normal, de características mecanicista e determinista, sempre exigiu uma separação entre o sujeito e o objeto. A natureza, encarada como objeto, foi totalmente separada do sujeito, o cientista, o observador.

É preciso lançar mão de um diálogo vivo e contraditório de um modo de produção de conhecimento que reconheça as incertezas e os paradoxos das explicações científicas, que aceite o imprevisível como um dos elementos predominantes na constituição da vida, que leve em conta a força da religação que pode conectar coisas que parecem separadas.

Procurou-se mostrar que esse problema talvez não esteja no seio da ciência e dos métodos, mas sim no domínio da ética, em que o egocentrismo do cientista como ser humano, o impede de ser consciente das próprias zonas escuras e das próprias carências.

Para isso, o próprio cientista deveria assumir uma postura mais aberta quanto aos valores, normas e regras do campo científico. A melhor resposta ao desafio da sustentabilidade é a valorização da diversidade. Diversidade de idéias, de conceitos e não apenas a reprodução dos já reconhecidos.

Em decorrência, o desafio do DS exige também mudanças tanto no campo, como no *habitus* e no *ethos* científicos.

E finalmente, chegamos à noção de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) peça fundamental deste trabalho.

Mostramos que a principal estratégia governamental atual no Brasil para apoiar o DRS é o enfoque territorial. Entendido como o estímulo ao desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características.

Entretanto, para isso a participação dos atores locais tem uma posição de destaque. Participação pública e relações públicas não são sinônimas, ou seja, não devemos confundir os dois, o que nos levou a necessidade de fazer uma revisão sobre esse tema.

No **segundo capítulo** foi feita uma revisão sobre o processo de Reforma Agrária no Brasil tentando mostrar que os assentamentos e os assentados são fruto de uma luta histórica para mudar o perfil da estrutura agrária brasileira.

Ela serviu para mostrar que a Política de Reforma Agrária foi, em geral, tratada de forma secundária. Em decorrência disso, seus resultados são um tanto quanto modestos.

No assentamento, enquanto espaço social em reconstrução, as pessoas, algumas estranhas entre si, passam a interagir com os membros do próprio assentamento e com os moradores circunvizinhos. No assentamento, as interações sociais possibilitam estabelecer uma multiplicidade de tipos de categorias sociais. A partir das vivências e percepções

compartilhadas por esse grupo no espaço e no tempo, sendo um produto histórico-social percebido subjetivamente por cada pessoa e alcançada na interação constitui-se uma identidade social. É com base nessa identidade que o ator social orienta suas condutas, organiza seus projetos, constrói sua história e na qual se caracterizam como elementos essenciais para construção de suas representações sociais.

Como também, fazemos uma primeira descrição, de forma sucinta, da realidade dos assentamentos onde os nossos atores constroem suas representações. E, localizamos os assentados dentro da categoria social “agricultura familiar” amplamente utilizada nas Políticas Públicas.

O **capítulo três** é dedicado a descrição do Projeto Unai que foi o universo considerado para coleta de dados.

O projeto Unai visa promover o desenvolvimento sustentável (DS) de assentamentos de reforma agrária da região do Distrito Federal e Entorno, através da adaptação de metodologia participativa de intervenção no meio real, que favoreça a utilização de inovações tecnológicas e sociais pelos assentados. Entendendo desenvolvimento, como um aumento sustentável dos padrões de vida, compreendendo consumo material, educação, saúde e proteção ambiental. Orientando-se pelos princípios do DS, definidos por Sachs (2000) como inclusão social, prudência ecológica e viabilidade econômica.

A partir da apresentação dos resultados obtidos no projeto Unai, aprofundamos ainda mais a caracterização socioeconômica dos agricultores familiares, assentados pela reforma agrária, iniciada no capítulo anterior.

Também, descrevemos o processo de identificação e definição dos três assentamentos representativos da diversidade do município como também da região DF e Entorno tendo em vista a capacidade operacional da equipe. Isso era necessário para que os resultados obtidos pelo projeto pudessem ser utilizados como referências por outros assentamentos da região. O que exigiu estabelecer um processo de definição de três assentamentos mais representativos da diversidade do município em termos técnicos, econômicos, sociais e ambientais.

Normalmente as equipes locais da extensão rural são pequenas e dispõem de recursos escassos. Frequentemente elas enfrentam um dilema complexo que é o de escolha de comunidades rurais ou assentamentos a serem trabalhados, em função de sua capacidade operacional, dentro de um grande número de opções. Sem falar na política institucional que determina como sua responsabilidade o desenvolvimento do município como um todo, dificultando, perante os próprios produtores, justificar a priorização de determinadas comunidades ou assentamentos.

No projeto Unai esse dilema foi contornado usando, propositalmente, o termo “definição” ao contrário de “escolha” para tal processo. É mais correto considerá-lo como uma definição consensual entre produtores e técnicos do que a uma simples escolha por suas características de transparência, diálogo e participação.

Isso possibilitou aproveitar a representatividade desses três assentamentos para pesquisar a representação social do DRS e sustentabilidade, objeto desta tese.

As representações sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, como também a explicam, a justificam e a questionam. Elas não conformam a realidade, o que impede que elas sejam tomadas como verdades científicas, visto que isso seria reduzir a realidade à concepção que os homens fazem dela.

Isso reforça a mediação privilegiada dada a linguagem para compreensão das representações sociais, pois a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. Ela é fundamental, particularmente quando se trata da comunicação da vida cotidiana.

Por isso, dedicamos o **capítulo quatro** a uma revisão da Análise do Discurso.

Considerando que um discurso é um conjunto de práticas lingüísticas que mantêm e promovem certas relações sociais. A análise consiste em estudar como essas práticas atuam no presente, mantendo e promovendo essas relações: é trazer à luz o poder da linguagem como uma prática constituinte e reguladora

Essa relação entre as representações sociais e a linguagem aponta para a necessidade de lançar mão de métodos que permitam analisar o discurso dos indivíduos que constroem as mesmas.

A Análise de Discurso (AD) insere-se dentre os mecanismos apropriados para encontrar em dados obtidos por meio de entrevistas, mensagens e documentos em geral, informações que ilustrem, expliquem ou ajudem a revelar os fenômenos investigados. Ou seja, como procedimentos para sistematizar, categorizar e tornar possível a análise por parte do pesquisador, transformando dados coletados, ainda no seu estado bruto, em resultados de pesquisa. É uma proposta teórico-metodológica com a pretensão de ultrapassar o *status* de simples técnica de análise para compor um campo do conhecimento, que é operacionalizada por meio de técnicas de análise específicas que seguem os princípios teóricos que a fundamenta.

Não existe uma única definição de AD que possa conter toda a variedade de teorias e práticas que atualmente se encontram sob esta designação. No que diz respeito às definições da AD, existem várias, desde orientações mais lingüísticas até mais psicossociológicas, e

nenhuma pretende ser absolutamente definitiva o que tornou a revisão teórica sobre esse tema bastante complexa.

O discurso converteu-se em objeto de análise, de estudo e de debate nas ciências sociais por muitas razões diferentes que também, designou a expressão “análise de discurso”. Na sua origem AD designava uma área da lingüística que posteriormente foi sofrendo contribuições de diversas disciplinas como a antropologia, a sociologia, a psicologia, a comunicação, a filosofia, dentre outras, que desenvolveram também métodos específicos de análise.

Por isso optamos pela estratégia de uma revisão bastante extensa sobre o assunto. Ou seja, frente à insegurança, que traz o desafio de associar a discussão da Análise do Discurso com a Teoria das Representações, optamos por pecar por excesso e não por falta.

Antes de apresentar a pesquisa propriamente dita, faltava ainda na nossa justificativa de as escolhas teóricas abordar a Teoria das Representações Sociais.

Achamos melhor fazê-lo no **capítulo cinco**, imediatamente anterior à descrição dos métodos e dos instrumentos de pesquisa utilizados para identificar a representação social do DRS construída por assentados e a apresentação dos resultados em si.

A grande teoria das representações sociais conheceu vários desdobramentos em termos das formas de se focar e investigar as representações sociais.

Para isso, abordamos as obras de três grandes pesquisadores, Jodelet, Doise e Abric, todos eles discípulos de Moscovici, que representam esses desdobramentos, tendo cada um deles trazido um aporte particular para o desenvolvimento da teoria.

Jodelet mantém-se fiel à proposta original privilegiando claramente um enfoque histórico e cultural para compreensão do simbólico. Doise articula as representações com uma perspectiva mais sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos como campo de variação dessas representações. E, Abric, liderando a Escola do Midi, privilegia a dimensão cognitiva das representações, a partir de um enfoque estrutural.

Entretanto, este estudo da representação social do DRS baseou-se em duas abordagens: a societal de Willem Doise e a estrutural de Jean-Claude Abric.

Como a representação social de um determinado objeto pode ser fruto da transformação das representações optamos por estudar não só a representação social do DRS como também, do Desenvolvimento Rural (DR), da Sustentabilidade, da Melhoria de Vida e, para complementar esta última, do que os assentados precisam para melhorar de vida.

Nas **Conclusões**, foram sintetizados os resultados obtidos e respondidas as perguntas que orientaram a elaboração desta pesquisa, comentando sobre as conseqüências que a

representação social do DRS construída por assentados pode causar ou exigir em relação às Políticas Públicas, sobre a Academia e as Instituições de Pesquisa e sobre o Estado.

1. A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES

Depois da Segunda Guerra Mundial, os países ricos criaram uma enorme e poderosa máquina industrial. Isso encorajou a extravagância e o desperdício. As injustiças do sistema internacional são de muita significância. Esse sistema origina dois mundos, e as disparidades entre eles estão crescendo: de um lado o mundo dos ricos e do outro, o dos pobres. O mundo rico é ameaçado pela conservação dos recursos não-renováveis, e o mundo pobre está mais preocupado com a exploração e a distribuição dos benefícios pelos homens que está se dando apenas entre poucas e privilegiadas nações (TINBERGEN; DOLMAN, 1997).

As mudanças globais têm mostrado uma contradição entre sucessos e falhas. Sucessos como a diminuição da mortalidade infantil e falhas como o distanciamento entre as nações ricas e pobres e degradação do meio ambiente. Isso estimulou o estabelecimento em 1983 pelas Nações Unidas, da *World Commission On Environment And Development*. Essa comissão teve três objetivos: reexaminar as questões críticas relativas ao ambiente e ao desenvolvimento e formular propostas realistas; propor novas formas de cooperação internacional nas questões que possam influenciar políticas e eventos na direção das mudanças necessárias; e aumentar o nível de entendimento e compromisso para ação dos indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos. Sua atuação é nos cinco continentes e seus comissários focalizam um tema central: muitos dos modelos de desenvolvimento presentes tendem a permitir o aumento da população pobre e vulnerável e ao mesmo tempo degradam o meio ambiente (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1997).

Tem-se pregado a necessidade de maior crescimento econômico com formas, conteúdos e usos sociais completamente transformados, atendendo as necessidades das pessoas e buscando uma distribuição mais justa da renda, a conservação dos recursos e enfatizando tecnologias limpas de produção desde a Founex, a Estocolmo e ao Relatório Brundtland (SACHS, 1993).

Isso tem levado grande parte dos cientistas, e por que não dizer a sociedade, a discutir os problemas atuais do desenvolvimento. Nesse âmbito surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

Essa discussão tem mostrado diversas conseqüências epistemológicas, dentre elas a ecologização do pensamento de Morin, que força os cientistas e pesquisadores a expandir seus horizontes de tempo e de espaço. Suas ações podem ter conseqüências num tempo muito longo e em locais muito distantes (SACHS, 2002).

1.1 A noção de desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável consiste essencialmente em potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades (GUZMÁN, 1998). Pires (1998, p. 63) entende que: “O desenvolvimento sustentável expressa mais uma insatisfação com o padrão atual de desenvolvimento do que uma versão acabada de categorias teóricas e práticas de um novo patamar na relação sociedade e natureza”.

Desenvolvimento Sustentável (DS) implica limites, não limites absolutos, mas limites impostos pelo estágio presente da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais e pela habilidade de a biosfera absorver os efeitos das atividades humanas. A pobreza não é somente um mal em si mesma, mas o desenvolvimento sustentável requer satisfazer as necessidades básicas de todos e democratizando as oportunidades de satisfazer suas aspirações por uma vida melhor. Observa-se uma relação direta entre a pobreza e a degradação do meio ambiente (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1997).

Para Oliveira (2003) a noção de DS difundida pelo relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a presidência da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, delega aos governos e às pessoas, em geral, a responsabilidade pelos danos ambientais e pelas políticas que os causam.

Para Sachs (2002), são três os pilares do desenvolvimento sustentável: atender simultaneamente aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica.

A noção de DS surge no cenário internacional a partir do debate sobre a sustentabilidade ambiental o qual apontou grandes alertas e redirecionou a visão das sociedades acerca do lugar dos recursos naturais na sobrevivência do planeta.

É especialmente interessante, nessa discussão, a coletânea de trabalhos reunidos por Nelissen, Straaten & Klinkers na obra “Classics in environmental studies: an overview of classics texts in environmental studies” (NELISSEN, STRAATEN; KLINKERS, 1997).

Um dos primeiros trabalhos que mostram essa preocupação ambiental é o de Malthus, em 1798, que suscita o “risco do crescimento populacional”. O autor se baseia na Lei dos Rendimentos Decrescentes, de David Ricardo, que preconiza um limite ao acréscimo do trabalho em uma parcela de terra, acima do qual o lucro seria tão baixo que a acumulação de

capital cessaria, prejudicando o desenvolvimento econômico. A partir desse raciocínio, Malthus defende que a população do mundo aumentaria em progressão geométrica e a dos alimentos em progressão aritmética, ocasionando uma escassez, exigindo o controle da natalidade (MALTHUS, 1997).

O tema do crescimento populacional é retomado por Hardin no trabalho “*A tragédia dos comuns*” (HARDIN, 1997). A tese do autor é que não há solução técnica para o problema do aumento populacional. O problema requer uma solução moral. O único caminho para preservar e estimular outras e mais preciosas liberdades é abandonando a liberdade de procriação. A liberdade é o reconhecimento da necessidade e é função da educação revelar a necessidade de abandonar a liberdade de procriação. Somente assim pode-se dar um fim a tragédia dos comuns.

Ehrlich e Ehrlich em 1969 também defendiam que se mantido o crescimento populacional em curso haverá uma inevitável crise de alimento. Para os autores, haveria apenas duas soluções: (1) a diminuição na taxa de natalidade; ou, (2) o aumento da taxa de mortalidade. Para eles não se pode escapar do controle populacional para que o aumento na taxa de mortalidade não tenha de ocorrer.

Também é importante destacar o trabalho de Boulding que considera a terra, de acordo com a teoria de sistemas de Bertalanffy, como um sistema fechado em que as saídas de um subsistema são entradas de outro; defende o uso do conceito de entropia para analisar os subsistemas de energia, material e de informação. Sua crítica é que produção não responde a tudo, e a medição do sucesso da economia pelo produto interno bruto é inadequada. Tenta mostrar que a obsessão da produção e do consumo, excluindo o estado dos aspectos do bem-estar humano, distorce o processo de mudança tecnológica a caminhos indesejáveis (BOULDING, 1997).

Na mesma linha, afirmando que o principal defeito do meio de vida industrial é seu *ethos* de expansão que não é sustentável Goldsmith (1997) chama de fantasiosas as tentativas de conciliar os efeitos apresentados com as taxas de crescimento da humanidade. Para ele, está claro que os problemas do meio ambiente não são resultados do mau funcionamento temporário e acidental dos sistemas econômicos e sociais. Ao contrário, eles são sinais de perigo da incompatibilidade desses sistemas. E os governos têm incentivado a contínua expansão da tendência do crescimento econômico de seis formas distintas: (1) introduzindo dispositivos tecnológicos; (2) estimulando o crescimento industrial que promove o crescimento populacional; (3) por sua sobrevivência ser dependente de sua capacidade de estimular o crescimento econômico; (4) promovendo mais investimentos para perpetuar a

propriedade privada e a propriedade do estado; (5) utilizando como indicador para medição de seu sucesso o Produto Interno Bruto; e (6) pela sua confiança na economia, que é baseada na sua habilidade de crescimento.

Outra linha é a de Carson (1997) que defende que o homem está simplificando a complexidade da natureza. Está homogeneizando as espécies e introduzindo novas em *habitat* onde elas não existiam, aumentando a incidência e a disseminação de pragas. O controle dessas pragas depende do aumento do conhecimento sobre as populações animais e sua relação com o ambiente para conseguir promover o equilíbrio e sufocar novas explosões e novas invasões. Sua proposta não é impedir o uso de inseticidas, mas impedir/controlar seu uso indiscriminado o que é difícil na era atual. Como afirma: “esta é uma era dominada pela indústria onde o direito de fazer um dólar a qualquer custo é raramente desafiado” (CARSON, 1997, p. 73). O uso de químicos não pode acontecer sem uma investigação dos seus efeitos no solo, na água, na vida selvagem e nos homens. Para a autora, é preciso urgentemente dar fim a estas falsas garantias de revestimento doce dos intoleráveis fatos o que, nas palavras de Jean Rostand, significa “a obrigação de resistir nos proporciona o direito de saber”.

Enfocando essa influência da indústria na sociedade, Bartholo (1984) analisa os elementos formadores da estrutura ideológica do processo civilizatório industrial, identificando o colapso das premissas ético-valorativas que o fundamentam e caracterizando um contexto de “crise civilizatória”. O autor alerta para o perigo autodestrutivo que representa a manutenção da expansão desse processo e exige a dissolução do sistema valorativo utilitarista-instrumental vigente e sua substituição por um novo sistema valorativo, capaz de fundamentar uma síntese social legitimadora de relações solidárias do homem na ordem social e com a natureza.

Como afirma Enzensberger (1976, p. 9): “a hipótese pode ser formulada da seguinte forma: as sociedades industriais produzem contradições ecológicas que deverão conduzi-las a sua ruína em um tempo previsível”.

Uma contradição é o que Pádua (2002) denomina de enfoque abstrato e flutuante que domina o pensamento político e econômico contemporâneo, por meio do qual as sociedades tendem a ser vistas como flutuando acima do planeta Terra e dos seus ecossistemas. A dinâmica da vida social humana, nessa visão, é entendida como sendo um universo auto-explicativo, que depende do planeta apenas na medida em que dele retira recursos naturais. A oferta desses recursos, por sua vez, está sempre disponível ou, pelo menos, sempre pode ser substituída tecnologicamente, permitindo um crescimento ilimitado da produção humana.

Para esse autor, a falta de “realismo ecológico” transparece em diferentes parâmetros, do cálculo empresarial às decisões políticas internacionais. Esse fato pode ser percebido no balanço energético negativo de diferentes atividades produtivas no mundo moderno, no qual a quantidade de energia despendida no processo de produção é muito superior à obtida com os produtos resultantes desse processo (PÁDUA, 2002).

Para McCormick (1992), em seus estudos sobre a história do movimento ambientalista, Estocolmo-72 representou um marco fundamental no ambientalismo internacional, pois, pela primeira vez, os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente foram tratados por um fórum intergovernamental com uma perspectiva de empreender ações corretivas. Representou, igualmente, uma mudança no ambientalismo ingênuo e emocional dos anos 1960 com uma perspectiva mais racional, política e global dos anos 1970 (BRASIL, 2004).

Para Brasil (2004), apesar de a Conferência de Estocolmo ser considerada por alguns um acontecimento isolado, ela foi o fato que mais influenciou a evolução do movimento ambientalista internacional, apresentando quatro resultados importantes:

1. Confirmou uma nova tendência sobre o meio ambiente humano, migrando de uma visão mais protecionista e conservacionista para outra mais abrangente sobre a má utilização da biosfera por parte dos humanos;
2. Estocolmo forçou um compromisso entre as diferentes percepções sobre meio ambiente, inclusive dos países menos desenvolvidos;
3. A presença de muitas organizações não-governamentais (ONGs) concedeu novo papel e mais margem de influência dessas instituições junto aos governos e a outras instituições;
4. Estocolmo foi responsável pela criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas.

Para McCormick (1992), a Conferência de Estocolmo produziu uma Declaração, uma lista de Princípios e um Plano de Ação. Brasil (2004) reúne os 26 Princípios da Declaração em cinco grupos principais, os quais afirmam respectivamente:

1. Os recursos naturais devem ser resguardados e conservados, a capacidade de a terra produzir recursos renováveis deve ser mantida e os recursos não-renováveis devem ser compartilhados;
2. O desenvolvimento e a preocupação ambiental devem andar juntos e deve ser dada toda a assistência e incentivo aos países menos desenvolvidos com a finalidade de promover uma administração ambiental racional;

3. Cada país deve estabelecer seus próprios padrões de administração ambiental e definir as formas de exploração de seus recursos naturais, mas não deve colocar em perigo outros países. Deve existir cooperação internacional voltada para o melhoramento ambiental;
4. A poluição não deve exceder a capacidade de o meio ambiente se recuperar e a poluição dos mares deve ser evitada;
5. Ciência, tecnologia, educação e pesquisa devem ser utilizadas para promover a proteção ambiental.

Passados vinte anos da Conferência de Estocolmo-72, foi durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio/92, que o compromisso com o desenvolvimento sustentável passou a ser explícito e entrou na agenda política da maioria das nações. E, neste particular, tornou-se cada vez mais freqüente na história mundial do final do século XX embates teóricos e discussões diferenciadas sobre o papel do Estado como mediador e indutor desse novo tipo de desenvolvimento, o sustentável (BRASIL, 2004).

A natureza integral e interdependente do Planeta foi reconhecida na Rio-92, mantendo-se ainda numa posição antropocêntrica, caracterizada por dois de seus princípios: (1) o que estabelece que os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável, tendo direito a uma vida saudável e produtiva e em harmonia com a natureza; e (2) o que estabelece que o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades do desenvolvimento e do meio ambiente, tanto para as gerações presentes, como para as que ainda virão (BRASIL, 2004).

Um documento denominado de Agenda 21 foi aprovado na Rio-92, no qual ficou estabelecido um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o terceiro milênio. A denominação agenda teve como objetivo registrar compromissos que, de fato, selassem o desejo de mudanças das Nações. Essas mudanças buscam modificar o modelo vigente de civilização, para outro em que o equilíbrio ambiental e a justiça social sejam predominantes, descaracterizando assim, a predominância do enfoque econômico como principal objetivo a ser alcançado pelas diretrizes e políticas públicas do Estado.

Todavia, Machado (2005) afirma que entre o início dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1984, e a realização da Conferência do Rio, em 1992, a correlação de forças na esfera mundial, reordenada no bojo do avanço do processo de globalização e liberalização financeira, que sinalizam a emergência de um novo

regime de acumulação, consolidou o predomínio das políticas neoliberais como instrumento de regulação, tanto no interior das nações como na relação entre elas.

No bojo desse processo de retomada das perspectivas de desenvolvimento das economias periféricas, paralelo ao discurso do desenvolvimento competitivo (DDC) que é alimentado pelo avanço neoliberal, a CMMAD abre o espaço político e cria legitimidade para a configuração de outro discurso, latente desde Estocolmo: o discurso do desenvolvimento sustentável (DDS). Nesse processo, produziram-se as condições para que um amplo espectro de demandas sociais de cunho emancipatório pudesse, de acordo com os interesses em jogo, ser deslocado do campo de forças do DDC para o do DDS (MACHADO, 2005).

As proposições, contidas no Relatório Brundtland, cujo conteúdo advogava uma profunda reformulação no caráter do desenvolvimento dominante, visando torná-lo social e ambientalmente sustentável, foram tragadas por esse movimento de expansão do neoliberalismo. As decisões celebradas na Conferência do Rio como sendo a legitimação de um esforço universal em prol do DS colocam-se na contramão do esforço de reorientação que é proposto pela CMMAD. Machado (2005) faz outra leitura da Agenda 21, defendendo que ela trabalha em favor não só da legitimação da hegemonia do modelo de desenvolvimento dominante, como também na inserção da problemática ambiental na lógica do livre mercado, lógica essa que, desde o início da década de 1980, sustenta e justifica a expansão do novo regime de acumulação.

A noção de DS que a Conferência do Rio de Janeiro procurou solidificar distancia-se daquela defendida no Relatório Brundtland, fazendo o DDS se aproximar do DDC, que trabalha na reprodução e legitimação do *status quo*. No DDS, o modelo de desenvolvimento predominante na ordem mundial era questionado da ótica da perspectiva social e ambiental. No DDC tanto as mazelas sociais quanto ambientais são subordinadas à lógica da competição no mercado como instrumento de regulação e promoção do desenvolvimento. Desde a Rio-92 esses dois discursos, no que se refere à elaboração de políticas macro ou no que diz respeito ao estabelecimento de parâmetros e princípios de regulação das relações econômicas na esfera mundial, tendem a se aproximar.

Para Machado (2005), o DDC em linhas gerais vai mediar as disputas de poder criadas em torno do processo de reordenação que o avanço da globalização impôs às economias periféricas, centrando na busca de condições competitivas para uma maior inserção no mercado internacional os caminhos para a promoção do desenvolvimento que se deveria traduzir em uma maior equidade social. Sob esse último conceito – equidade social –, vai sendo diluído o núcleo da chamada questão social cuja promessa de equacionamento

constituía aspecto central da maioria das estratégias discursivas do discurso de desenvolvimento (DD). O DDC vai dar continuidade àquela linha de abordagem construída em torno do subdesenvolvimento e que alimentou as estratégias discursivas que predominaram até meados da década de 1970. Ele se coloca como uma renovação daquele discurso, atualizado agora da perspectiva da implementação das chamadas reformas de mercado; as soluções para grande parte das demandas por emancipação social vão sendo deslocadas do campo das políticas públicas para os espaços competitivos do mercado e da esfera privada.

Para Altafin (2003), o Relatório Brundtland rompe com a visão de preservação ambiental como a da intocabilidade dos recursos naturais. Como afirma Gallopín (2003) a sustentabilidade não é o mesmo que imobilidade, mesmo que seja definida, muitas vezes, como a manutenção de um estado do sistema em um valor fixo, isso não é cientificamente correto. Mesmo os sistemas virgens estão em permanente variação, o que envolve renovação e destruição de seus componentes, adaptando-se às mudanças em seus ambientes e evoluindo junto com eles. A noção de sustentabilidade apresentada é construída a partir de diferentes dimensões a serem consideradas quando do planejamento do desenvolvimento.

Um exemplo é Sachs (2002) que trabalha com algumas dessas dimensões, como a social, a econômica, a ecológica, a territorial, a cultural e a política. O objetivo da sustentabilidade social é a construção de uma civilização na qual ocorra uma distribuição mais equitativa da riqueza. Para isso, é necessário que haja igualdade no acesso aos recursos e serviços disponíveis na sociedade. Portanto, os esforços devem ser no sentido de gerar dinâmicas que reduzam a exclusão social e ampliem os mecanismos para a promoção de uma maior igualdade na sociedade.

A sustentabilidade econômica seria possibilitada com a melhor alocação e a gestão mais eficientes dos recursos. A medida de eficiência econômica é o equilíbrio macrossocial e não a lucratividade microempresarial. É necessário um equilíbrio no desenvolvimento intersetorial e a ampliação da capacidade de modernização dos instrumentos de produção, o que pressupõe autonomia na geração e na disseminação do conhecimento (SACHS, 2002; ALTAFIN, 2003).

Para estimular a sustentabilidade ecológica, é necessário não só limitar o uso dos recursos esgotáveis e sua substituição pelos renováveis, como também incentivar a promoção de mudanças no padrão de consumo da sociedade, tanto no que se refere à limitação desse consumo como na valorização de produtos gerados em processos que contribuam para o equilíbrio ambiental. Nessa direção, são defendidas a geração e a disseminação de tecnologias limpas e a criação e consolidação de mecanismos administrativos de proteção ambiental. No

que cabe aos sistemas produtivos, deve-se privilegiar aqueles que combinem duas qualidades essenciais à sustentabilidade: baixo consumo de energia e menor efeito poluidor possível, tanto em termos qualitativos, em volume de dejetos produzidos, como em termos qualitativos, ou de grau de impacto ambiental gerado, requerendo para isso, uma reorientação do modelo agrícola adotado no País, com a definição clara da opção pela agricultura sustentável.

A sustentabilidade territorial seria possibilitada pelo equilíbrio entre a configuração rural-urbana. Sachs (2002) chama a atenção para a necessidade de abandonar a tendência de alocação do investimento público nas áreas urbanas, o que é essencial dentro da realidade brasileira, onde são grandes os desequilíbrios existentes. No Brasil, as políticas de habitação, saneamento, educação, saúde, transportes, comunicação, dentre outras, estão majoritariamente concentradas nos centros urbanos, estimulando o êxodo rural. A falta de opção de formação, de moradia e de emprego nos pequenos municípios eminentemente rurais para os filhos de agricultores familiares obrigam-nos a abandonar o campo. Para superar esses desequilíbrios e corrigir as disparidades inter-regionais é essencial voltar as políticas públicas a essas pequenas localidades. Também é fundamental que se desenvolvam “estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento)” (Sachs, 2002, p. 86).

Manter o equilíbrio entre o respeito à tradição e a busca de inovações é o desafio da sustentabilidade cultural. A autonomia na elaboração do projeto nacional, onde é essencial a defesa dos processos criativos endógenos, é defendida por Sachs. Ao contrário da ênfase em modelos únicos, padronizados, do Oiapoque ao Chuí, deve-se primar pela busca da pluralidade de soluções, valorizando a diversidade das culturas locais. Internacionalmente, com a globalização e a decorrente abertura para realidades externas, mais necessária se faz a valorização da cultura local, como forma de garantir o diferencial que dará competitividade nas diferentes formas de relações entre regiões e entre países, ou blocos de países.

A democracia, entendida segundo Sachs (2002, p. 87) como a “apropriação universal dos direitos humanos” é essencial para alcançar a sustentabilidade política. Também, é necessário um Estado capaz de implementar o projeto nacional, a partir de instituições estruturadas de forma a desempenhar suas funções de forma continuada. A sustentabilidade política requer o fortalecimento da capacidade organizativa da sociedade para, juntamente com o Estado, garantir a necessária coesão social. Em nível internacional:

O controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão

do patrimônio global, como herança comum da humanidade (Sachs, 2002, p. 88).

Para Altafin (2003, p. 25):

A evolução no tratamento das questões ambientais no Brasil demonstra o peso desse controle internacional e da influência do pensamento ambientalista mundial sobre os governos brasileiros, apesar de se verificar que essa influência de forma mais acentuada em termos de retórica, de discurso oficial, do que em mudanças estruturais efetivas.

Acselrad (2002) defende que, desde o Relatório Brundtland, na noção de DS apresentada, a perspectiva social do desenvolvimento não é bem considerada. Sua crítica é que o corte intergeracional apresentado nessa noção abdica de perceber a diversidade social no interior do futuro e do próprio presente. Para ele, o debate sobre sustentabilidade tem se pautado predominantemente pelo recurso a categorizações socialmente vazias. Ou seja, as noções evocadas costumam não contemplar a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade quando está em jogo a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos territorializados. Os diagnósticos e as definições têm se situado no campo técnico, apresentando-se como descolados da dinâmica da sociedade e, conseqüentemente, da luta social.

Nas definições correntes em órgãos como o Banco Mundial, afirmase que esse desenvolvimento é pautado em estabelecer “iguais condições de acesso aos recursos naturais às diferentes gerações”. Afirmam que a meta desse desenvolvimento é alcançar um crescimento renovável, além de conservar recursos e imprimir mudança técnica. Trata-se igualmente de definições socialmente vazias e teleológicas: são definidas pelos efeitos que pretendem atingir e não pelos processos sociopolíticos que deverão ser acionados em nome de tal pretensão (ACSELRAD; LEROY, 1999; ACSELRAD, 2002).

Nesse contexto, Acselrad (2002) defende a necessidade de tentar trazer a discussão de sustentabilidade e em conseqüência do DS para o campo das relações sociais, pois não tem sentido falar de natureza sem sociedade. A sociedade só existe em relação com a natureza, nas diferentes acepções que a esta palavra possam ser atribuídas. A sustentabilidade remete a relações entre a sociedade e a base material de sua reprodução. Portanto, não se trata de uma sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e desse ambiente. Pensar dessa maneira implica certamente debruçar-se sobre a luta social, posto que se torna visível a vigência de uma luta entre diferentes modos de apropriação e uso da base material das sociedades.

Formas não-capitalistas de apropriação e uso dos territórios e seus recursos, como as camponesas, as extrativistas, as de pesca artesanal, são freqüentemente tornadas “insustentáveis” por serem comprometidas ou destruídas por outras formas, no caso, pelas formas capitalistas que se expandem no tecido social à custa da destruição das formas preexistentes (ACSELRAD, 2002).

Herculano (1992 apud OLIVEIRA, 2003) também faz uma análise crítica da tese do desenvolvimento sustentável, apresentando sua origem, as diversas interpretações impostas pelos diferentes atores sociais e o seu reducionismo ao campo econômico (segundo ela, a própria palavra desenvolvimento remete a essa ciência). Como Acsehrad (2002), a autora propõe alternativas ao desenvolvimento sustentável, tendo em vista a busca de uma nova sociedade baseada na ética, na promoção da dignidade humana, no respeito a outras formas de vida, na igualdade entre as raças, sexos e nações, ao mesmo tempo em que preserve as diversidades culturais, mediante criação de espaços de decisão na sociedade civil, coexistentes com um estado mais democrático e em que a ciência deixe de ser instrumento de dominação para se reaproximar da sabedoria filosófica.

Para Acsehrad (2002) são dois caminhos que parecem hoje se delinear para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. O primeiro propõe um desenvolvimento para a cidadania: supõe a subordinação dos sujeitos sociais à lógica econômica e vê o desenvolvimento como um processo de ajuste das racionalidades à dinâmica da modernização em que a modernidade técnico-material e institucional integrará os cidadãos. Nesse quadro, a inserção competitiva é obrigatória. O segundo propõe construir a cidadania para o desenvolvimento, atacando frontalmente a exclusão social e reelaborando o conceito de modernidade, subordinando o projeto econômico às distintas lógicas dos sujeitos sociais.

No primeiro caminho, o desenvolvimento deveria voltar-se para a competitividade, movido pela inovação, pela velocidade de circulação das informações e pela atualização do conhecimento tecnológico. Baseia-se no domínio das tecnologias genéricas da eletrônica, informática e telecomunicações, na reestruturação seletiva do parque industrial e na entrada no circuito dos serviços imateriais de alta tecnologia. Tendo em vista o tamanho e a complexidade da economia brasileira e as resistências a um modelo exportador, aponta-se para um modelo de mercado, no qual os ganhos de escala na produção para o consumo interno gerariam vantagens para a competição no mercado internacional. Sendo que a inserção, neste último, exigiria uma conexão estratégica entre reestruturação produtiva, progresso técnico e educação. O investimento maciço em "capital humano" aparece então como condição do crescimento no contexto do novo paradigma industrial. Porém, inserido na dinâmica do

capitalismo contemporâneo, a sociedade é interpretada como uma máquina industrial. Nessas condições, é inevitável que o social apareça na forma de "recursos humanos" (ACSELRAD; LEROY, 1999; ACSELRAD, 2002).

O campo também passa a ser foco do discurso das novas tecnologias. A agricultura empresarial moderna continuaria a expandir sua fronteira econômica e a agregar valor aos recursos naturais. O agro, portanto, só aparece como subsetor do complexo agroindustrial, um simples elo dessa matriz, desprovido de relações sociais e estruturas políticas que lhe sejam específicas. O papel estratégico da terra e dos sujeitos sociais do campo não é considerado no pacto político de sustentação do novo modelo de desenvolvimento. Não enfrentando, mais uma vez, a estrutura fundiária concentrada que assegurou a participação das oligarquias rurais em todos os pactos conservadores responsáveis pelos inigualáveis padrões de desigualdade social do Brasil.

O segundo caminho, apresentado por Acsehrad (2002), coloca a cidadania como condição do desenvolvimento. O desenvolvimento seria movido prioritariamente pelas potencialidades do espaço territorial com menor preocupação com a competição capitalista global. O papel dos territórios é estratégico em um modelo agrícola que preserve a fertilidade dos solos, cultive a biodiversidade e seu potencial genético; um novo padrão energético baseado em fontes alternativas e na descentralização; políticas públicas que reconheçam as especificidades regionais desses territórios e das culturas. A inserção internacional seria caracterizada pela interdependência sem dependência, buscando explorar as sinergias entre mercado interno e externo. A abertura internacional seria para estimular a cooperação e a circulação de experiências técnicas e socioculturais e não um meio elevar a eficiência econômica onde há sempre o risco de aumentar a exclusão social e a destruição ambiental.

Um desenvolvimento descentralizado que buscaria elevar os graus de auto-suficiência microrregional, estimulando a produção para o autoconsumo, a integração e não-especialização de certas economias locais, reduzindo sua dependência em face das dinâmicas nacionais e globais. A participação democrática e a socialização da política seriam condições do desenvolvimento, que contaria com a participação da sociedade civil nos fóruns de discussão sobre as decisões de interesse público. Visando o enraizamento social dos processos políticos, a construção do novo modelo teria uma "âncora" nas experiências, inclusive econômicas, dos movimentos sociais em sua articulação com as respectivas bases territoriais, camponeses, pescadores, comunidades extrativistas. Peça fundamental desse modelo é a reforma agrária que, fortalecendo a agricultura familiar, produziria um reordenamento da ocupação do espaço, reduzindo a pressão demográfica nas cidades, enfrentando a

desigualdade e a exclusão social e articulando as metas de segurança alimentar, preservação do potencial de biodiversidade e busca de alternativas ecologicamente sustentáveis à agricultura dependente de insumos químico e altamente mecanizada (ACSELRAD & LEROY, 1999; ACSELRAD, 2002).

1.2 A Ciência e sua capacidade de resposta ao desafio

As transformações estruturais que ocorrem na agropecuária brasileira estão em interface com o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o setor (GEHLEN, 2001).

Para Maia:

A ciência e a tecnologia são hoje instrumentos indispensáveis para o sonho de desenvolvimento ideal que construa qualquer país, considerando suas potencialidades para oferecerem alternativas aos padrões de produção e consumo estabelecidos (...) Nesse contexto, está colocada a necessidade de se estabelecer uma política nacional de ciência e tecnologia voltada para a conquista da sustentabilidade, priorizando a eliminação da exclusão social e o uso sustentável dos recursos naturais (MAIA, 2000, p. 371).

Para Altafin (2003, p. 86): “A mola mestra da ação do Estado para a superação do atraso tecnológico e a promoção da modernização da agricultura foi, sem dúvida, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965”.

Todavia, como essa mesma autora ressalta, não havia tecnologias suficientes, diretamente transferível dos países desenvolvidos à realidade brasileira, o que comprometia a realização da Revolução Verde no País, ou seja, o processo de disseminação do “pacote tecnológico” (AGUIAR, 1986).

Assim, é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, em 1972, uma empresa pública que será responsável pela coordenação e execução da pesquisa agrícola no País. Também esteve sob o comando dessa empresa a definição de todo o conjunto de normas e padrões que configuravam o sistema de produção de cada uma das culturas e criações priorizadas dentro do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (ALTAFIN, 2003, p. 87).

É preciso lembrar, como ressalta Almeida (1998), que a verdade suprema dessa visão é sintetizada da seguinte forma: “desenvolvimento técnico científico \Rightarrow desenvolvimento socioeconômico \Rightarrow progresso e crescimento”.

O que se quer chamar a atenção é que, a tecnologia que deu suporte à Revolução Verde foi influenciada pelos paradigmas científicos dominantes. A geração de tecnologia, como processo científico, é influenciada, em maior ou menor grau, por toda constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade científica (KHUN,

1994). Ou seja, a ideologia da modernização teve apoio significativo por parte não só das organizações de pesquisa, como também da academia, seio da ciência moderna brasileira.

Segundo Bursztyn (1995, p.99):

Para entender o (dês)caminho percorrido pela racionalidade do desenvolvimento pós-Revolução Industrial, é preciso analisar as relações entre a evolução das atividades econômicas, da tecnologia, das idéias econômicas e das implicações de tudo isso sobre o meio ambiente.

Ao analisar os paradigmas teóricos da Economia esse autor conclui que a sociedade ocidental se desenvolveu segundo a lógica econômica de que a natureza é um meio de produção de riquezas. Há uma desconsideração quanto aos limites da natureza. Com o tempo, a economia se afasta do ser em direção do ter, tendendo a uma oposição entre ambos (BURSZTYN, 1995).

Vários alertas têm sido explicitados por pensadores, em relação à busca da produção material ilimitada e quanto aos limites da natureza: o risco do crescimento populacional; a consciência das externalidades; a necessidade de uma ciência ética; de uma economia que leve em conta o excesso de pessoas; a proposta de estabelecer limites ao crescimento; o enaltecimento das virtudes de ser pequeno; uma concepção de progresso técnico que leve em conta o bem-estar geral; a necessidade de busca da solidariedade pela sociedade, a proposta de uma sociedade e de uma ciência econômica que levem em conta a natureza; as oposições entre Economia/Ecologia, Economia/Natureza, Economia/Mercado, Economia/Políticas Ambientais e Economia/Meio Ambiente; o risco da mistificação das novas virtudes do mercado e finalmente, o paradoxo ecológico do desenvolvimento econômico (BURSZTYN, 1995).

A oposição entre o “ser” e o “ter”, resultante de um conflito entre racionalidades, vem se agravando cada vez mais. Para Bursztyn (1995, p. 101): “a economia moderna, que havia se inspirado nas ciências naturais (p. ex., fisiocratas), se afasta cada vez mais destas, notadamente da biologia, ciência voltada para o ser”. Os fundamentos teóricos da economia em que as riquezas naturais, por não poderem ser multiplicadas, nem esgotadas, não se constituem em objeto das ciências econômicas, devendo ser consideradas apenas pelo seu valor de troca e não pelo seu valor de uso. Isso remete a uma relação que Bursztyn (1995, p.101) define da seguinte forma: “estes fundamentos teóricos remetem a uma concepção de *Homo economicus*, que corre o risco de se opor ao *Homo sapiens*”.

A revolução agrícola ocorrida na segunda metade do século XIX, quando novas tecnologias de produção, baseadas nos ideais da Revolução Verde, utilizando adubos e aração mecânica movidas a vapor, neutralizou o pessimismo malthusiano de antinomia entre o

crescimento demográfico em escala exponencial e o das oportunidades em escala aritmética (BURSZTYN, 1995). Segundo Malthus (1997, p.32):

A população está em uma constante tendência de crescimento além dos meios de subsistência, e isso é suficiente para rever os diferentes estágios da sociedade na qual o homem existe. A população duplicará a cada 25 anos aumentando em proporção geométrica. O crescimento possível da produção da terra é difícil de determinar.

O desenvolvimento sustentável suscita a necessidade de uma ciência ética. A transformação da ciência em força produtiva é uma característica fundamental do processo civilizatório industrial moderno que segundo Bartholo (1984, p.71): “faz da concepção de “lei natural” o suporte, e da medição experimental o instrumento para a introdução de um princípio ordenador de tipo novo na apreensão dos eventos da Natureza”.

Capra (1997) propõe uma nova visão da realidade que se baseia na consciência do estado de inter-relação e interdependência de todos os fenômenos. Para o autor os sistemas são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às unidades menores. Em vez de se concentrar, nos elementos, nas substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização. Nos organismos, nos sistemas sociais, nos ecossistemas, etc. As propriedades sistêmicas são destruídas quando os sistemas são dissecados, de forma física ou teórica, em elementos isolados, pois são totalidades integradas. Ele afirma (CAPRA, 1997, p. 259):

A nova visão da realidade, de que vimos falando, baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos, físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas instituições (...).

A ciência normal, de características mecanicista e determinista, sempre exigiu uma separação entre o sujeito e o objeto. A natureza, encarada como objeto, foi totalmente separada do sujeito, o cientista, o observador.

Segundo Morin (1973) citado por Pena-Veja e Stroh (1999, p.180):

Na terra dos homens é preciso compreender a religação humana (re)ligando o homem racional (sapiens) ao homem louco (demens), o homem produtor, o homem técnico, o homem construtor, o homem ansioso, o homem do prazer, o homem extático, o homem cantando e dançando, o homem instável, o homem subjetivo, o homem imaginário, o homem mitológico, o homem crítico, o homem neurótico, o homem erótico, o homem lúbrico, o homem destruidor, o homem consciente, o homem inconsciente, o homem mágico, o homem racional, num rosto de múltiplas faces em que o hominídeo se transforme definitivamente em homem, homem complexo.

Essa citação ressalta uma pergunta crucial, os cientistas, formados no âmbito do paradigma da ciência normal, são capazes de pensar o desenvolvimento sustentável?

Para estabelecer uma relação positiva de trabalho visando à busca da sustentabilidade é necessário que os cientistas se aproximem um pouco mais da compreensão retroativa entre indivíduo e sujeito, numa perspectiva de religação consciência, afetividade e emoção, com a íntima convicção de que assim poderão compreender seus próprios componentes paradoxais: suas dualidades, suas imprevisibilidades e suas incertezas (PENA-VEGA; STROH, 1999).

É preciso lançar mão de um diálogo vivo e contraditório de um modo de produção de conhecimento que reconheça as incertezas e os paradoxos das explicações científicas, que aceite o imprevisível como um dos elementos predominantes na constituição da vida, que leve em conta a força da religação que pode conectar coisas que parecem separadas.

No entanto, a combinação sujeito e objeto não é coisa simples. Para Morin (1999) a verdade não é apenas a adequação do objeto à representação que o espírito tem dele, o que ocorre é uma representação subjetiva do ser enquanto sujeito ao que ele pensa ser verdadeiro. Morin toma o sujeito como observador e conceituador. O observador que não pode ser eliminado de uma observação e o conceituador cujas estruturas de conceituação estão no objeto que observa e percebe.

O observador, sujeito da complexidade humana, deve ter consciência de ter dentro de si as contradições e antagonismos que existem no mundo e, portanto, ele é ao mesmo tempo observador e observado. A consciência da própria complexidade do sujeito observador, das suas próprias descontinuidades, das suas contradições, desembocando na auto-referência que lhe permitirá evitar julgamentos apressados, irá ajudá-lo a rejeitar as deduções e as condensações fáceis, alimentando assim sua autocrítica e suas interrogações e submergindo-o numa compreensão maior da essência e do mal-estar humano, sabendo por outro lado que ele os tem dentro de si (PENA-VEGA; STROH, 1999).

A dificuldade de alcançar a compreensão reside no modo fundamental de conhecimento antropológico pelo qual a inteligibilidade do outro é marcada pela subjetividade e pela afetividade. Em entrevista realizada por Stroh, José Ortega Y Gasset afirma: “o homem não é uma natureza e sim uma história, o homem não é uma coisa e sim um drama, sua vida é algo que deve ser escolhida, inventada à medida que ele progride, e um homem existe nessa escolha e nessa invenção” (PENA-VEGA; STROH, 1999, p. 186).

Para alcançar a compreensão e, neste caso, incluindo os fenômenos sociais, é necessário um conhecimento empático e simpático das atitudes, sentimentos, intenções, motivos do

outro, mas isto é muito difícil, porque a empatia e a simpatia comportam uma projeção (de si no outro) e uma identificação (do outro em si) (PENA-VEGA; STROH, 1999).

Segundo Pena-Vega e Stroh (1999) “a compreensão se alimenta de um movimento incessante de auto-referência que se transmuta em consciência”. Há uma interdependência entre compreensão, auto-interrogação e consciência na formação do conhecimento humano.

O esquema conceitual da ecologia das idéias se baseia fundamentalmente na incerteza e na imprevisibilidade. A aplicação dessas referências revela incertezas em nossas verdades, em nossos valores, na nossa ética, nas nossas crenças e nos nossos mitos. Incertezas que podem nos ajudar a atenuar nossa tendência a condenar o erro humano.

Entretanto, se as verdades, os valores, a ética, as crenças e os mitos dos cientistas estão fundamentados na ciência normal como podem lidar com a complexidade, com a sustentabilidade?

No domínio da ética Morin afirma:

O problema chave da ética-para-si é o da relação com o nosso próprio egocentrismo; é preciso ser consciente das próprias zonas escuras e das próprias carências. Deste modo, a ética-para-si exige que não pensemos estar no centro do mundo, que pretendemos ser juízes de todas as coisas. Ela exige que, em vez de recuar frente aos delírios e histerias, passemos a compreendê-los. A auto-ética significa que a ética ganha autonomia e se funda em si mesma, mas esta autonomia depende sem qualquer dúvida das condições históricas, sociais, culturais, e psíquicas em que surge (MORIN, 1994 citado por PENA-VEGA; STROH, 1999, p. 188).

Mas o pensamento de que o homem está no centro do mundo, que os cientistas pretendem ser juízes de todas as coisas é característico do pensamento cartesiano, inerente à ciência normal que influencia grande parte da ciência atual.

É em sua multidimensionalidade que o ser (humano, consciente, complexo) produz de fato a construção (a autoconstrução) do real. Insistindo no papel que temos na autoconstrução do real, podemos destacar a idéia da auto-referencialidade, ou seja, da circularidade ou recursividade num fenômeno observado.

Poucos ousam atualmente refutar a idéia de que o real é um complexo multidimensional, representado por inter-retroações concorrentes, contraditórias e complementares. Não se pode negar a existência de diversos graus de auto-referencialidade, todos relacionados com a prática.

Para poder dar sentido à auto-referência, ou seja, autodescrição, autoprodução, auto-reprodução do observador na observação, é preciso abandonar o paradigma disjuntivo e

reducionista que mantém separadas a complexidade subjetiva do ser e a complexidade do mundo, como se fossem sistemas que se organizam independentemente um no outro.

A percepção da complexidade do ser e da vida se dá na tomada de consciência das dialógicas orientadas pela interação do mundo subjetivo e o mundo objetivo, ancorada na unidade complexa de cada ser humano. É nessa idéia que Morin insiste, ou seja, de que complexo é tudo que se entrecruza: como uma tapeçaria.

1.3 A mudança no paradigma da Ciência.

Os livros têm sido interpretados como se afirmassem que os métodos científicos são simplesmente aqueles ilustrados pelas técnicas de manipulação empregada na coleta de dados de manuais, juntamente com as operações lógicas utilizadas ao relacionar esses dados às generalizações teóricas desses manuais.

Kuhn (1994) questiona que a ciência não se desenvolve pela acumulação de descobertas e invenções individuais. O desenvolvimento da maioria das ciências tem se caracterizado pela contínua competição entre diversas concepções de natureza distintas; cada uma delas parcialmente derivada e todas apenas aproximadamente compatíveis com os ditames da observação e do método científico. O que diferenciou essas várias escolas não foi um ou outro insucesso do método, todas elas eram científicas, mas aquilo que o autor chama, de incomensurabilidade de suas maneiras de ver o mundo e nele praticar a ciência (ASSIS, 1993).

Ao examinar a ciência normal, Kuhn (1994) busca descrever essa forma de pesquisa como uma tentativa vigorosa e devotada de forçar a natureza a esquemas conceituais fornecidos pela educação profissional. Reconhece um elemento de arbitrariedade na ciência normal visto que ela é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo (OLIVEIRA; CONDÉ, 2002).

No entanto, há momentos em que a ciência normal desorienta-se, e os membros da profissão não mais conseguem esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente na prática científica, então começam investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. É o que se define como revoluções científicas. Elas produzem alterações nos problemas à disposição do escrutínio científico e nos padrões pelos quais a profissão determinava o que deveria ser considerado como problema ou como uma solução de problema legítimo. É por isso que uma nova teoria, por mais particular que seja seu âmbito de aplicação, nunca ou quase nunca é um mero incremento ao que já é conhecido (KUHN, 1994).

Para Kuhn (1994, p. 13): “Considero paradigmas as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Para esse autor duas são as características essenciais (KUHN, 1994, p. 30):

Seus realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares, e simultaneamente, suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda uma espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência.

No posfácio de 1969, Kuhn (1994) afirma que o termo “paradigma” é usado em dois sentidos diferentes. Um referente a toda constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade científica. O outro denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal.

O paradigma estabelece o critério de escolha de problemas, e esses são os problemas que a comunidade admitirá como científicos e encorajará seus membros a resolver. No seu uso estabelecido, um paradigma é um modelo ou padrão aceito. O sentido de “modelo” ou “padrão” não é o do senso comum. Na ciência raramente um paradigma é suscetível de reprodução. Para o autor um paradigma pode até mesmo afastar uma comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeças, pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma (KUHN, 1994).

Para ser classificado como quebra-cabeças, não basta a um problema possuir uma solução assegurada. Deve obedecer a regras que limitam tanto a natureza das soluções aceitáveis como os passos necessários para obtê-los. Existe também outro conjunto de compromissos ou adesões sem as quais nenhum homem pode ser chamado de cientista. A existência dessa sólida rede de compromissos ou adesões, conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais é uma das fontes principais da metáfora que relaciona a ciência normal à resolução de quebra-cabeças. A noção de paradigmas compartilhados, ao invés das noções de regras, pressupostos e pontos de vistas compartilhados é que, segundo o autor, possibilita conceber a ciência normal como uma atividade altamente determinada por regras, mas não necessariamente inteiramente determinada por regras. Para ele as regras derivam dos

paradigmas, mas os paradigmas podem dirigir a pesquisa mesmo na ausência de regras (KUHN, 1994).

Segundo Khun (1994, p. 65):

Esses compromissos proporcionam ao praticante de uma especialidade amadurecida regras que lhe revelam a natureza do mundo e de sua ciência, permitindo-lhe assim concentrar-se com segurança nos problemas esotéricos definidos por tais regras e pelos conhecimentos existentes.

A atuação do paradigma está mais no relacionamento por semelhança ou modelando uma ou outra parte do *corpus* científico que a comunidade já reconhece como uma de suas realizações confirmadas. Os cientistas trabalham a partir de modelos adquiridos por meio da educação ou da literatura a que são expostos, muitas vezes sem conhecer ou precisar conhecer quais as características que proporcionaram o *status* de paradigma comunitário a esses modelos (KUHN, 1994).

1.4 A mudança no campo científico.

O enfrentamento do desafio do desenvolvimento sustentável passa obrigatoriamente por mudanças na ciência normal. Essas mudanças podem caracterizar-se como mudanças no paradigma cartesiano, mecanicista e reducionista da ciência normal. Ou, como propõe o próprio Capra (1997) apenas dar-se no âmbito da adoção do enfoque sistêmico sem negar a utilidade do enfoque analítico.

O próprio Capra afirma (1997, p. 259):

Não existe, no presente momento, uma estrutura bem estabelecida, conceitual ou institucional, que acomode a formulação de um novo paradigma, mas as linhas mestras de tal estrutura já estão sendo formuladas por muitos indivíduos, comunidades e organizações que estão desenvolvendo novas formas de pensamentos e que se estabelecem de acordo com novos princípios. ... Isso significará a formulação gradual de uma rede de conceitos e modelos interligados e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de organizações correspondentes.

A própria dualidade, observada nas discussões teóricas, entre enfoque analítico *versus* enfoque sistêmico, é verdadeira dentro da linha cartesiana em que há sempre posições hegemônicas, negando a possibilidade de complementaridade.

Tanto Morin (1996) como Capra (1997) admitem essa complementação entre os enfoques.

Talvez, como Morin leva a pensar, esse problema não esteja no seio da ciência e dos métodos, mas sim no domínio da ética, em que o egocentrismo do cientista como ser humano, o impede de ser consciente das próprias zonas escuras e das próprias carências.

Para isso, o próprio cientista deveria assumir uma postura mais aberta quanto aos valores, normas e regras do campo científico. A melhor resposta ao desafio da sustentabilidade é a valorização da diversidade. Diversidade de idéias, de conceitos e não apenas a reprodução dos já reconhecidos.

Em decorrência, o desafio do desenvolvimento sustentável exige também mudanças tanto no campo como no *ethos* científicos.

Segundo Bourdieu (1983, p. 124):

A sociologia da ciência repousa no postulado de que a verdade do produto, mesmo em se tratando desse produto particular que é a verdade científica, reside numa espécie particular de condições sociais de produção; isto é, mais precisamente, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O universo "puro" da mais pura ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas.

O campo científico, na condição de um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas, é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial; é uma concorrência pelo monopólio da autoridade científica, sendo esta o resultado da soma da capacidade técnica e do poder social. Pode também ser definido como o espaço onde se busca o monopólio da competência científica, entendida como a capacidade de falar e agir legitimamente, de maneira autorizada e com autoridade, socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1989).

Não pode ser considerado como um espaço livre de interesses específicos. Seu próprio funcionamento produz e supõe uma forma específica de interesse e é a partir desses interesses que é feito o julgamento da capacidade científica seja de um estudante, seja de um pesquisador. Seu julgamento estará sempre influenciado, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas (GASTAL, 1994).

A própria produção científica do indivíduo está em dependência com o que o próprio campo reconhece como importante ou interessante, já que esse julgamento é feito pelos outros integrantes do campo, ou seja, deve ser importante e interessante também aos olhos dos outros (GASTAL, 1994).

Nas palavras de Bourdieu (1983, p. 126):

É o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele

ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas, que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas.

Não há "escolha" científica: do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação, ou ainda, entre a publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados, que não seja uma estratégia política. Estratégia, esta, que visa ao investimento, no sentido de aumento do lucro científico, materializado mediante reconhecimento dos pares (BOURDIEU, 1989).

Para ser reconhecido, o cientista deve seguir certas normas e procedimentos inerentes ao campo que podem ser assimiladas na forma de *habitus* científico ou respeitadas na forma de um *ethos* científico.

Segundo Bourdieu (1983, p. 15), a noção de *habitus* pode ser definida como:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e regulada sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.

Com essa retomada da noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, Bourdieu desejava reagir contra o estruturalismo e pôr em evidência as capacidades criadoras, ativas e inventivas do *habitus* e do agente³ (BOURDIEU, 1989).

O *habitus* é produto das relações sociais e tende, tanto a assegurar a reprodução dessas relações, como também a conformar e a orientar a ação.

Segundo Bourdieu (1983:15):

Cada agente quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um "*modus operandi*" do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma "intenção objetiva", como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes.

³ Bourdieu chama a atenção para a idéia de que esse poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky, mas sim, o de um agente em ação.

A interiorização, pelos atores, dos valores, das normas e dos princípios sociais assegura, dessa forma, a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo.

Todavia, a noção de *habitus* não somente se aplica à interiorização das normas e dos valores, mas inclui os sistemas de classificações que preexistem (logicamente) às representações sociais. O *habitus* pressupõe um conjunto de "esquemas generativos" que presidem a escolha; eles se reportam a um sistema de classificações que é, logicamente, anterior à ação (BOURDIEU, 1983).

Os *habitus* são valores adquiridos ou internalizados pelos indivíduos segundo a formação ou a posição social de que desfrutam.

Posto isso, o pesquisador é influenciado pelo campo científico, mediante incorporação do *habitus* científico. Porém, há igualmente, a incorporação do que Merton (1970) conceitua como *ethos* científico⁴.

O *ethos* da instituição social da ciência compreende critérios universais de validade científica e de valor científico, abrangendo assim valores facilmente unificados aos valores de uma sociedade livre em que o que importa são os talentos e os triunfos dos homens e não a situação ou as origens que se lhes atribuem (MERTON, 1970; MERTON, 1979).

O autor refere-se a um complexo de tom emocional de regras, prescrições, costumes, crenças, valores e pressupostos que obrigam moralmente os cientistas. Algumas fases desse complexo podem ser metodologicamente desejáveis, mas a observância das regras não é dita somente por considerações metodológicas. Esse *ethos*, como os códigos sociais, em geral, é apoiado pelos sentimentos daqueles a quem se aplica. A transgressão é reprimida por proibições admitidas pelo grupo e por reações emocionais de desaprovação, postas em movimento pelos que apóiam o *ethos*. Existindo um *ethos* efetivo desse tipo, o ressentimento, o rancor e outras manifestações de antipatia operam quase automaticamente para estabilizar a estrutura vigente (MERTON, 1970; MERTON, 1979).

O *ethos* da ciência implica a exigência funcionalmente necessária de que as teorias ou generalizações sejam avaliadas em termos da sua consistência lógica e de sua consonância com os fatos (MERTON, 1970).

⁴ Embora, aqui, estejamos relacionando os trabalhos de Merton e Bourdieu, vale observar que seus enfoques apresentam distinções importantes. Por exemplo, Bourdieu enfatiza a dimensão de luta e conflito entre os cientistas, que competem pela busca de maior prestígio, poder e legitimidade no seu campo de atuação. Já, em Merton, verifica-se uma relação funcional de obediência a regras e aos valores próprios do *ethos* científico, numa colaboração recíproca em prol do desenvolvimento da ciência - uma ciência, talvez, pacificada e comportada.

É um complexo de valores e de normas afetivamente tonalizado que se considera como constituindo uma obrigação moral para o cientista. As normas são expressas em forma de prescrições, proscricções, preferências e permissões que se legitimam em relação com valores institucionais. Esses imperativos, transmitidos pelo preceito e pelo exemplo e reforçados por sanções, são assimilados em graus variáveis pelo cientista, formando assim sua consciência científica ou seu superego. Embora o *ethos* da ciência não tenha sido codificado, pode ser inferido do consenso moral dos cientistas expressos nos usos e costumes, em numerosas obras sobre o espírito científico e na indignação moral que suscitam as contravenções do *ethos* (MERTON, 1970).

Se considerarmos o que Morin (1991, p. 20) afirma:

A cultura fornece ao pensamento as suas condições de formação, de concepção, de conceituação. Ela impregna, modela, e eventualmente dirige os conhecimentos individuais. Trata-se aqui, não de um determinismo sociológico exterior, mas sim de uma estruturação interna. A cultura e, via a cultura, a sociedade, estão no interior do conhecimento humano.

Podemos supor que o campo e o *ethos* científicos influenciam a formação de uma cultura científica. Segundo Morin (1996, p. 157): “A Razão e a própria Ciência tornam-se mitos ao tornarem-se Entidades supremas que se encarregam da Salvação da Humanidade”. O *Mythos* e o *Logos* que significam na origem da palavra, “discurso”, nascem juntos da linguagem que é produzida no seio da cultura e depois se distinguem. Morin (1996, p. 149) afirma: “*Logos* torna-se o discurso racional, lógico e objetivo do espírito pensando um mundo que lhe é exterior. *Mythos* constitui o discurso da compreensão subjetiva, singular e concreta de um espírito que adere ao mundo e o sente a partir do interior”.

Isso nos remete a uma distinção que Morin (1996) ressalta entre símbolo e signo, ambos constituintes da linguagem.

Segundo Morin (1996, p. 147):

No sentido instrumental do nome, há uma forte distinção entre o signo (a palavra não é mais do que a palavra), o sentido (que não é a coisa) e a coisa; no seu sentido evocador, há aderência, contaminação e, no limite, coagulação de uma na outra destas três instâncias; o símbolo impõe-se então como uma trindade concreta em que o referente está no significante, o qual está no significado.

A partir daí, segundo Morin (1996), o sentido indicativo/instrumental do signo e o sentido evocativo concreto do símbolo vão reinar cada um em dois universos, sendo um o do pensamento empírico/técnico/racional, e o outro o do pensamento simbólico/mitológico/mágico. Porém, ambos no mesmo sujeito, o cientista.

É esse sujeito, que ao fazer ciência tenta reprimir o pensamento simbólico/mitológico/mágico, mais influente no senso comum.

1.5 O Desenvolvimento Rural Sustentável

A agricultura chamada “moderna” teve sua origem nos séculos XVIII e XIX, em diversas áreas da Europa, na chamada Primeira Revolução Agrícola Contemporânea. Nesse período ocorreram intensas mudanças, tanto econômica quanto social e tecnológica. Essas mudanças desempenharam papel central no processo de decomposição do feudalismo e no surgimento do capitalismo (VEIGA, 1991; MARCATO, 2000). Essa Primeira Revolução Agrícola caracterizou-se, do ponto de vista tecnológico, pelo abandono paulatino do pousio e pela introdução de sistemas rotacionais com leguminosas e/ou tubérculos. Essas plantas podiam ser utilizadas tanto na adubação do solo quanto na alimentação humana e animal possibilitando intensificar o uso da terra e obter aumentos significativos na produção agrícola, “eliminando” a escassez crônica de alimentos que caracterizaram os períodos anteriores (EHLERS, 1996; MARCATO, 2000).

Outro período de intensas transformações deu-se no final do século XIX início do século XX, principalmente na Europa e nos EUA onde uma série de descobertas científicas, aliadas ao grande desenvolvimento tecnológico (fertilizantes químicos, motores de combustão interna, melhoramento genético de plantas), acabou por impor um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura (MARCATO, 2000). Essas mudanças abriram as portas para o desenvolvimento de sistemas mais intensivos de produção, marcando o início de uma nova etapa na história da agricultura. Esta nova etapa é chamada Segunda Revolução Agrícola Contemporânea (EHLERS, 1996).

A partir da Primeira Guerra Mundial, as indústrias químicas e mecânicas emergentes, intensificaram a produção de insumos agrícolas. A agricultura passa a depender cada vez menos dos recursos locais e cada vez mais dos tratores, colheitadeiras, arados, agrotóxicos e ração animal produzidos pela indústria. A indústria passa a transformar produtos provenientes da agricultura, industrializando, acondicionando e distribuindo uma parte crescente da produção agrícola. Ao mesmo tempo, os avanços nos processos de transporte, armazenamento e conservação de produtos agrícolas, possibilitaram o surgimento de um mercado internacional “unificado” (MARCATO, 2000).

Para Altafin (2003, p. 28):

O avanço do conhecimento genético acrescenta as sementes geneticamente melhoradas à lista de produtos industrializados destinados à agricultura.

Após a Segunda Guerra Mundial, também se soma a essa lista as substâncias tóxicas para o controle de pragas e doenças, os chamados agrotóxicos. A combinação desses produtos vai formar o pacote tecnológico (sementes melhoradas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e mecanização) disseminado posteriormente aos países não industrializados por meio da Revolução Verde. A função da agricultura enquanto produtora de mercadorias se especializa nos países desenvolvidos com a consolidação de cadeias agroindustriais, ampliando o papel do setor no equilíbrio da balança comercial.

Para Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), a industrialização do processo de produção agrícola foi gradativa e esteve condicionada aos avanços do conhecimento científico.

Incapazes de subsumir o processo de produção rural *in totum*, algumas atividades rurais selecionadas tornaram-se setores de acumulação para diferentes frações do capital industrial. À medida que certos elementos do processo de produção rural tornam-se suscetíveis de reprodução industrial, eles são apropriados pelos capitais industriais e reincorporados na agricultura como insumos ou meios de produção (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p.6).

Essa apropriação caracteriza-se pelo processo em que a indústria gradativamente se apropria de parcelas cada vez maiores do lucro da produção agrícola, substituindo atividades do trabalho rural que, anteriormente, estavam sob o comando das unidades produtivas, como é o caso da produção de fertilizantes químicos e de rações para alimentação animal (ALTAFIN, 2003).

Essa apropriação industrial do processo de produção agropecuária, a despeito de suas variações geográficas e históricas, levou a uma crescente desconexão entre a produção agropecuária e as condições locais, dentre as quais a natureza e a ecologia, as peculiaridades locais e regionais da força de trabalho e do campesinato, a elaboração de produtos com características culturais e regionais específicas e a organização das formas relativamente autônomas de organização do trabalho. Há com isso uma difusão de processos de produção com elevado grau de mercantilização, acentuado uso de insumos de origem agroindustrial e forte dependência em relação a agentes externos e relações mercantis e/ou contratuais (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

Para Goodman, Sorj e Wilkinson:

A transformação industrial da agricultura ocorreu historicamente através de uma série de apropriações parciais, descontínuas do trabalho rural e dos processos biológicos de produção (máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologia), e do desenvolvimento paralelo de substitutos industriais para os produtos rurais (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p. 2).

Preocupações de caráter preservacionista já são constantes na história do pensamento brasileiro (PÁDUA, 2002 ALTAFIN, 2003). Todavia, não há, em período anterior à década de 1970, manifestações de cunho ecológico que coloquem em questão o padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade e ambiente ou mesmo os instrumentos que fazem a intermediação dessa relação. É somente após a chamada modernização conservadora da agricultura que ocorrem manifestações de contestação ao padrão técnico e econômico implementado pelas políticas agrícolas fortemente subsidiadas pelo Estado. Isto por que jamais se presenciou, na história da sociedade brasileira, um processo de exclusão social de tamanha expressão: de trabalhadores, de pequenos agricultores e de camponeses de modo geral. Assim, é a partir da intensa modernização agrária que grupos organizados, representantes e líderes de associações e sindicatos questionam o padrão de desenvolvimento fundamentado na primazia da razão instrumental (BRANDENBURG, 2005).

Essa concepção de modernização veio atrelada ao modelo de desenvolvimento. Historicamente, a concepção de desenvolvimento econômico predominante no Brasil tem um viés economicista muito grande, enfatizando ganhos econômicos, aumento de exportações e de produtividade como a mola principal do processo. Essa concepção enfatiza ou praticamente limita-se ao papel do mercado no desenvolvimento econômico desprezando na maioria das vezes o componente social do processo.

A título de exemplo, Schuh (1971) defendia a necessidade de ver-se o processo de desenvolvimento agrícola no contexto da economia global, defendendo que os esforços para o desenvolvimento não deveriam ser dirigidos apenas para a agricultura, mas, também, para as indústrias que a sustentam. Para esse autor, o fortalecimento das indústrias de bens agrícolas proporcionaria maiores oportunidades de emprego ao mesmo tempo em que daria ao setor industrial uma base muito mais ampla.

E, no que se refere ao desenvolvimento da agricultura, os esforços deveriam ser dirigidos para sua modernização e para o aumento da sua produtividade, o que, em decorrência, geraria acréscimos na produção de alimentos, bem como a melhoria da produtividade, permitindo ao setor dar maior contribuição ao processo total de desenvolvimento.

Para Shikida e Lopez (1997), analisando a inadequação da mudança tecnológica no enfoque neoclássico⁵, a Teoria das Inovações Induzidas (TII) é uma tentativa de avanço teórico com vistas a endogeneizar a mudança técnica efetuada por essa corrente. A TII

⁵ De forma muito simplificada, esse enfoque parte do pressuposto que a economia é o sistema geral e a natureza o subsistema, levando os economistas neoclássicos a postular a não-existência de restrições para o crescimento econômico, eles podem até reconhecer que a natureza seja finita, mas colocam que pode ser substituída rapidamente por outro setor da economia.

apontou para o caráter não neutro do progresso técnico, induzido por mudanças nos preços relativos dos fatores que, por sua vez, resultariam de mudanças na escassez relativa. Nesse contexto, associam-se os estímulos de mercado ao desenvolvimento de novas técnicas, sendo, dessa forma, induzida a inovação.

Hayami e Ruttan (1998) foram os teóricos que mais contribuíram para o avanço desse tipo de abordagem ao objetivarem desenvolver um modelo de geração de tecnologia que fosse endógeno ao processo de desenvolvimento agrícola (SHIKIDA; LOPEZ, 1997).

A utilização sistemática de equipamento mecânico na agricultura é induzida com vistas a poupar o fator trabalho no caso de esse último ser mais caro e vice-versa. Ademais, os avanços biológicos e químicos são motivados com o propósito de aumentar a produtividade da colheita ou a criação de animais (SHIKIDA; LOPEZ, 1997; HAYAMI; RUTTAN, 1998).

Para Shikida e Lopez (1997), o que Hayami e Ruttan (1998) fizeram foi acrescentar uma análise do processo de inovação, gerado pelo setor público, e uma análise das modificações institucionais que este último possa requerer. Assim sendo, o modelo de Inovação Induzida de Hayami e Ruttan indica quatro mecanismos importantes, a saber: inovação induzida pelo setor público, inovação induzida pelo setor privado, interação entre mudança técnica e desenvolvimento institucional, seqüência dinâmica de mudança técnica e crescimento econômico.

Segundo Shikida e Lopez (1997, p.85)

A Teoria de Inovação Induzida de Hayami e Ruttan (1998) apresenta-se como um modelo de geração de tecnologia, em que a adoção de tecnologia dependerá, sobremaneira, da relação de preços dos fatores de produção. Desse modo, pode-se asseverar que a noção de equilíbrio neoclássica está implícita nesse modelo, pois, diante de uma alteração dos preços relativos dos fatores de produção, induz-se à utilização daquele fator que ficou mais acessível, o que reestabelece o equilíbrio do sistema.

Em uma tentativa de demonstrá-las Hayami e Ruttan (1998) enumeram as críticas à Revolução Verde:

- a) Que a nova tecnologia tende a ser monopolizada por grandes fazendeiros e donos de terras que têm melhor acesso a novas informações e maior capacidade de financiamento, mesmo que variedades e demais insumos modernos sejam divisíveis e, portanto, aplicáveis a pequenas propriedades;
- b) Que os pequenos agricultores são incapazes de usar as variedades modernas eficientemente, em vista das restrições financeiras que lhes dificultam a aquisição de insumos, como fertilizantes e produtos químicos;

- c) Que a utilização da nova tecnologia somente por grandes fazendeiros lhes permite usar os seus próprios lucros para aumentar suas propriedades, pela aquisição de áreas de pequenos agricultores;
- d) Que, à medida que o tamanho das propriedades rurais aumenta, torna-se lucrativo adquirir máquinas de grande porte e reduzir o custo da administração da mão-de-obra. O efeito é a redução das oportunidades de emprego e dos salários de um número crescente de trabalhadores sem terra.

Na década de 1960, a via de desenvolvimento proposta para o Terceiro Mundo pregava, aos países mais pobres que, para se tornarem “ricos” e “avançados”, era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais (ALMEIDA, 1998).

Essas teorias desenvolvimentistas inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor modelos para o resto do mundo e fundamentam-se no paradigma do humanismo ocidental (MORIN, 1977 apud ALMEIDA, 1998). A verdade suprema dessa visão é sintetizada por Almeida (1998) da seguinte forma: “desenvolvimento técnico científico \Rightarrow desenvolvimento socioeconômico \Rightarrow progresso e crescimento”. Com isso o desenvolvimento assimilou uma conotação positivista no qual ele seria em si um bem, pois, desenvolver seria forçosamente seguir em uma direção ascendente rumo ao mais e ao melhor. Também, é considerado crescer, analogamente aos organismos biológicos que com seu desenvolvimento difundem suas potencialidades para atingir a maturidade.

A noção de desenvolvimento se impõe como universal, como um bem para todos, um modelo idêntico propagado em detrimento de todas as diferenças de situação, regime e de cultura (ALMEIDA, 1998).

Desenvolvimento e modernidade são freqüentemente confundidos:

O primeiro indica a capacidade que tem um sistema social de produzir modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um processo e o desenvolvimento uma política (ALMEIDA, 1998, p. 37).

O desenvolvimento deve ser considerado sob uma ótica sistêmica, e não reduzida apenas à visão economicista. Entretanto, para grande parte da população rural, a geração de renda é prioritária. Como afirmam Zoby et al. (2003, p. 5): “o desenvolvimento pode ser entendido como um aumento sustentável dos padrões de vida, compreendendo consumo material, educação, saúde e proteção ambiental”. Para isso, é de fundamental importância estabelecer processos que permitam uma maior geração e, sobretudo, distribuição de renda, visto que é

muito difícil falar no desenvolvimento de uma região sem almejar o aumento de renda da população local.

Com sua aptidão agrícola, para discutir o desenvolvimento do Brasil, é essencial considerar o meio rural.

O desenvolvimento rural está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico, sendo dependente dele. É impossível falar em uma política de desenvolvimento rural independente da política de desenvolvimento econômico como um todo.

Para Furtado (1964), o desenvolvimento econômico deve ser considerado de forma dialética como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas, preexistentes ou criadas pela própria mudança, são satisfeitas por meio de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas.

A programação agrícola deve articular-se com a programação socioeconômica. Isso significa que o desenvolvimento econômico e social deve ser encarado como um todo e que a programação do desenvolvimento rural é feita dentro desse contexto (PASTORE, 1973).

Na década de 1980, alguns autores já chamavam a atenção para uma mudança na visão do desenvolvimento, principalmente, àqueles envolvidos diretamente com o desenvolvimento agrícola.

Um deles é Trigueiro (1989), que considerava que a definição de desenvolvimento vai mais além do que o simples aumento do crescimento econômico, registrado por determinados indicadores econômicos (PIB, renda per capita e volume de exportação, por exemplo). Ele entendia que deveria haver uma combinação de expansão do crescimento da economia com mudanças na sua estrutura. Essa mudança não se limitaria apenas a modificações na estrutura econômica, mas na estrutura social, incluindo os níveis políticos e ideológicos.

Gastal (1980) que participou do grupo de criação da Embrapa e fez parte de sua primeira diretoria, propunha que o desenvolvimento agrícola implicava a realização de mudanças integrais e profundas, abrangendo uma distribuição adequada dos recursos naturais e dos meios de produção em geral; distribuição equitativa do crédito rural, já que o capital é o fator escasso para a maioria dos produtores; consistente política de preços; disponibilidade de seguro agrícola e estruturas mais eficientes e eficazes de abastecimento de insumos, de processamento e de comercialização da produção.

Significa dizer que não é nova a reflexão de que o conceito de desenvolvimento rural vai além da melhoria das condições de produção. Mesmo não considerando a questão da sustentabilidade, sabia-se que ele era mais abrangente que o de desenvolvimento agrícola.

Deveria tratar também de questões como a de infra-estrutura no meio rural englobando saúde, educação, lazer, estradas, comunicação e questões sociais, como desemprego, acesso à terra, êxodo rural, empobrecimento do campo.

Para alcançar o desenvolvimento agrícola, era preciso compreender que o esforço para modificar as tecnologias de produção não podia ser considerado como um problema ou uma tarefa isolada dos demais elementos ou fatores que condicionam o desenvolvimento rural do país. A mudança tecnológica, como uma das dimensões do desenvolvimento rural ou a mudança global da sociedade agrária, é um fenômeno essencialmente social (GASTAL, 1980).

No desenvolvimento rural, são indispensáveis programas de mudança tecnológica com dimensão e conteúdo que possam propiciar conhecimentos que permitam a realização de uma agropecuária mais eficiente, com níveis de produtividade mais elevados e com características que respondam às aspirações dos agricultores e à realidade rural a que se destinam. O processo de mudança tecnológica deve ser entendido como um componente essencial de outro processo de mudanças bem mais amplo e global que é o desenvolvimento econômico e social, ressaltando a importância da tecnologia no desenvolvimento social (GASTAL, 1980).

Infelizmente, é sabido, que essa não foi a visão institucionalizada pelas políticas públicas nem pela Embrapa.

Atualmente, isso significa conceber o desenvolvimento rural intimamente ligado à noção de sustentabilidade e não pode ser conceituado fora do âmbito do desenvolvimento sustentável (DS).

Sob o tema “desenvolvimento rural sustentável”. Almeida e Navarro (1998) organizaram uma coletânea de textos na qual avaliam e analisam perspectivas de um padrão não convencional de produção na agricultura.

Analisando o sentido de iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável, Almeida (1999) e Brandenburg (1999) irão privilegiar as ONGs em suas análises. O primeiro aborda “a construção de uma nova agricultura” tomando como referência uma rede de organizações que abrange os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O segundo analisa o papel de uma organização no Centro-Oeste do Paraná. Ambos os estudos mostram que a prática de um padrão alternativo ou agroecológico, expressa uma luta contra processos dominantes de homogeneização técnica e, ao mesmo tempo, uma construção de sujeitos idealizadores de novas relações sociais e ambientais.

Para Schmitt a noção de desenvolvimento rural sustentável surge com a premissa básica de reconhecimento da insustentabilidade ou inadequação econômica e social e ambiental do

padrão de desenvolvimento adotada pela grande maioria das sociedades contemporâneas (SCHIMTT, 1995 apud ALMEIDA, 1998). Essa noção nasce: “da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países” (ALMEIDA, 1998, p. 42).

A definição mais aceita como consensual de desenvolvimento sustentável, como já foi apresentado, é àquela apresentada no Relatório Brundtland (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1997).

Nessa noção abrangente, estão abrigados desde os críticos das noções de evolução e modernidade até os defensores do capitalismo verde, que resgatam a idéia de progresso e crença no avanço tecnológico na qual se busca um novo modo de desenvolvimento e de agricultura que seja socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito, recuperando técnicas, valores e tradições (ALMEIDA, 1998).

Dento desse debate complexo, é possível identificar uma polarização entre o conceito ou idéia sendo gestado dentro da esfera da economia, pensando o social sobre essa referência em que, a natureza é incorporada à cadeia de produção, como um bem de capital, assim como uma idéia que rompe com a hegemonia do discurso econômico, indo além da visão instrumental, restrita imposta por ele (ALMEIDA, 1998).

O desenvolvimento rural sustentável (DRS) aborda, em seu conceito, a gestão do desenvolvimento sob uma perspectiva territorial. Seu ponto de partida é a análise dinâmica e integral das dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional. Seu objetivo é promover o bem-estar da sociedade rural, potencializando sua contribuição estratégica ao desenvolvimento sustentável da sociedade (SEPÚLVEDA, 2003).

O DRS busca, ainda, a formulação de estratégias e instrumentos de políticas públicas que conduzam ao desenvolvimento territorial em regiões principalmente rurais, sobretudo, àquelas em que se buscam corrigir desequilíbrios de ingressos, taxas reduzidas de crescimento de produção e padrões inadequados de transporte e movimento de bens, assim como o uso insustentável dos recursos naturais (SEPÚLVEDA, 2003).

Grande parte das estratégias de desenvolvimento voltada para o meio rural tem como base conceitual o DRS. Podem-se citar, a título de exemplo, as várias estratégias e metodologias de indução do desenvolvimento local. Existe uma diversidade de experiências em curso no momento: desenvolvimento econômico local, desenvolvimento local sustentável, Agenda 21 Local, sistemas socioprodutivos e redes de socioeconomia alternativa e solidária ensaiados em escala local. A experiência de maior dimensão, desde o final da década passada, foi o chamado DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (FRANCO, 2004).

A principal estratégia governamental atual, no Brasil, para apoiar o DRS é o enfoque territorial. O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) ao se referir aos principais desafios para o DRS no Brasil afirma:

Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características (MDA, 2003, p. 13).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), em suas diretrizes para o DRS, afirma que paralelamente ao modelo de desenvolvimento agrícola centrado no agronegócio, observa-se o surgimento de uma nova proposta de desenvolvimento rural com enfoque nas diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial). Nos princípios e práticas dessa proposta, o rural tem um papel central na construção de um novo projeto de sociedade, sendo visto como um espaço que deve diversificar e multiplicar a pluralidade, tanto dos sistemas de produção (não os uniformizando) quanto das atividades rurais não-agrícolas; viabilizar novas estratégias de conservação ambiental compatíveis com a produção sustentável; promover e estimular dinâmicas de inclusão social e promoção da igualdade; e gerar alternativas tecnológicas que favoreçam a disseminação da autonomia relativa de produtores(as) familiares (MDA/CONDRAF, 2007).

1.6 A participação dos atores locais nas estratégias de DRS

Estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais, pressupõe uma participação ativa dessas populações.

Como foi mostrado anteriormente, em grande parte das estratégias de DRS a participação dos atores locais tem uma posição de destaque.

Segundo o Dicionário Aurélio, participar é um verbo que pode ser utilizado em três acepções:

- b) Como verbo transitivo direto, assumindo o significado de fazer saber, informar, anunciar, e comunicar. Como na seguinte frase, “Com modo solene e triste, **participou** que era obrigado a partir” (José Régio, *As Encruzilhadas de Deus*, p. 115).

- c) Como verbo transitivo direto e indireto, com o mesmo significado, mas anterior, mas no seguinte sentido, “Estela apareceu muito alegre **participando** ao esposo que a avó lhe mandara os canários” (Camilo Castelo Branco, *A Mulher Fatal*, p. 107).
- d) Como verbo transitivo indireto, com o significado de ter ou tomar parte, como no seguinte exemplo, “respondeu que assim mandara para defesa dos jesuítas, ameaçados da cólera popular, por haverem **participado** na conspiração contra o Rei.” (J. Lúcio d’Azevedo, *O Marquês de Pombal e a Sua Época*, p. 20). Também assume o significado de ter ou receber parcela de um todo, associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento e ter traço(s) em comum, ponto(s) de contato, analogia(s).

Posto isto, a questão que se quer levantar neste item é que a participação que caracteriza a mudança de enfoque do DRS não se refere às duas primeiras formas e sim à terceira.

Almeida (1998, p. 43) ao analisar o conceito de sustentabilidade definido no Relatório Bruntland, o mais aceito atualmente, afirma: “(...) parece dar uma idéia de uma busca de integração sistêmica entre os diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social”.

E complementa:

Há uma dúvida em relação a qual ator/agente caberia definir os parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração (SCHMITT, 1995 apud ALMEIDA, 1998, p. 43). Trata-se de sustentar o quê? ‘Futuro comum’ de quem e para quem? Nesta questão reside a principal base de conflitos entre aqueles que disputam o conceito e as práticas sociais e produtivas a ele circunscritas (ALMEIDA, 1998, p. 43).

Nesse sentido, a definição de sustentabilidade utilizada no projeto MESMIS parece ir ao ponto crucial:

Sustentabilidade pode ser definida como a manutenção de uma série de objetivos (ou propriedades) desejados ao longo do tempo. É, portanto, um conceito dinâmico e parte necessariamente de um sistema de valores. Portanto, o conceito de sustentabilidade deve ser analisado de acordo com o contexto social e ambiental onde se leva a cabo a análise e a implementação de alternativas. É, em outras palavras, incorreto derivar uma definição universal de sustentabilidade (MASERA, ASTIER; ORTIZ, 2005, p. 1).

Nesse projeto, propõe-se que, para operacionalizar esse conceito, é preciso responder a seis perguntas fundamentais (MASERA, ASTIER; ORTIZ, 2005):

1. O que se vai sustentar?
2. Durante quanto tempo?

3. Em que escala espacial?
4. Sustentabilidade para quem?
5. Quem a porá em prática?
6. Como se porá/Como pô-la em prática?

Que segundo o mesmo projeto:

Isso implica em entender e incorporar a pluralidade de preferências, prioridades e percepções nos objetivos daquilo que se vai sustentar. Como acontece com o conceito de desenvolvimento sustentável, sua especificidade e concreção devem ser determinadas localmente, mediante processos que busquem uma articulação adequada entre as diferentes escalas de análise (micro-regional, nacional, mundial) (MASERA, ASTIER; ORTIZ, 2005, p. 1).

A participação pública é definida como o engajamento do público em um processo de tomada de decisão de uma organização (ANDRÉ et al., 1999).

O principal propósito da participação pública no processo de tomada de decisões é aproveitar os aportes de agências governamentais, cidadãos e grupos públicos de interesse, para melhorar a qualidade dessa participação.

Para Canter (1998) participação é um processo bidirecional e contínuo de comunicação que implica:

- Facilitar o entendimento, pelos cidadãos, do processo e dos mecanismos por meio do qual a agência responsável pesquisa e resolve os problemas e necessidades ambientais.
- Manter o público completamente informado sobre o estado e o progresso dos estudos, e as implicações das atividades de avaliação e de formulação do projeto, plano, programa ou política.
- Solicitar aos cidadãos afetados que expressem de forma ativa suas opiniões e percepções sobre os objetivos e necessidades, e suas preferências na utilização dos recursos, das diferentes estratégias de desenvolvimento ou gestão alternativa e qualquer outra informação e ajuda relativa à decisão.

O sistema de colegiado implantado no Brasil por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) representa como Jacobi (2003) ressaltou para a gestão ambiental, uma efetiva possibilidade de internalizar a questão ambiental nas políticas estaduais e municipais, quando existentes, porém, os resultados ainda têm sido muito desiguais entre as regiões.

Como afirma Canter (1998), a participação pública e as relações públicas não são sinônimas, ou seja, não devemos confundir os dois.

A participação pública deve ser concebida como um esforço planejado de envolver os cidadãos no processo de tomada de decisões e de prevenir ou resolver os conflitos mediante uma comunicação de duplo sentido, enquanto relações públicas tratam de influir na opinião mediante atuações socialmente responsáveis baseadas também em uma comunicação de duplo sentido mutuamente satisfatória (ALLIGHAM; FIBER, 1990 apud CANTER, 1998).

Segundo Jacobi (2003 p. 317):

Existe ainda uma prevalência das decisões definidas pela presença muitas vezes majoritária da representação governamental, o que aumenta em muito o poder de manipulação dos consensos e dos resultados, e quando mais ampla a representação dos diversos segmentos, maior a legitimidade das decisões.

Nos colegiados, os atores envolvidos atuam tendo um referencial sobre seu rol, responsabilidades e atribuições no intuito de neutralizar práticas predatórias orientadas pelo interesse econômico ou político. Os colegiados limitam as chances de abuso do poder, entretanto, não necessariamente a manipulação de interesses pelo executivo. Isso graças a sua dinâmica que facilita uma interação mais transparente e permeável no relacionamento entre os diferentes atores envolvidos, o governo, as empresas e os usuários. A diminuição da manipulação dependerá principalmente da capacidade de organização dos segmentos da sociedade civil. Os colegiados dificultam a captura da instituição por interesses específicos, que não fazem parte das suas finalidades coletivas.

Para o autor, a grande dificuldade de muitos comitês na busca de soluções mais equitativas tem sido as divergentes visões do processo e dos objetivos entre os diversos atores envolvidos numa mesma dinâmica territorial.

Para Jacobi (2003, p.320):

O espírito presente numa negociação em bases sociotécnicas é marcado pela negociação entre diferentes, e parte da premissa das assimetrias na situação dos atores, tanto em termos econômicos, sociais e políticos. A grande questão que se coloca é quanto à capacidade de negociação e de estabelecer pactos.

Não é necessariamente a busca do consenso, como uma obrigatoriedade de mesma posição por todos, mas sim, como uma decisão em que todos os atores possam conviver com ela e, principalmente, se comprometerem.

Essas engenharias institucionais, que podem ser consideradas inovadoras, fortalecem a capacidade de crítica e de intervenção dos setores de baixa renda por meio de um processo pedagógico e informativo de base relacional, assim como a capacidade de multiplicação e aproveitamento do potencial dos cidadãos no processo decisório (JACOBI, 2003).

Apesar das tensões e contradições entre representantes de governo e diferentes segmentos da sociedade, criadas tanto por excesso de burocracia e a complexidade de muitos procedimentos que desestimulam a participação dos cidadãos, Jacobi (2003) considera a sinergia criada por esse processo, como seu principal resultado. Citando Furriela (2002), afirma que nos conselhos freqüentemente ocorre uma inibição de alguns agentes quando outros se diferenciam pelo seu poder econômico e/ou político em processos de tomada de decisão e consulta (apud JACOBI, 2003).

Para Abramovay (2001) é praticamente unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos encerram. Se eles tendem muitas vezes a reproduzir um ambiente social avesso à ampla discussão dos assuntos públicos, não é menos certo que sua simples existência abre caminho para a entrada na vida dos indivíduos e dos grupos organizados de temas até então ausentes.

Os espaços de formulação de políticas nos quais a sociedade civil participa, mesmo marcados por contradições e tensões, representam um avanço, visto que torna público o conflito e oferecem procedimentos – discussão, negociação e voto – e espaço para que seja tratado de forma legítima. O grande desafio é que esses espaços sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato quanto nos seus resultados. Para isso, a criação de condições para uma nova proposta de sociabilidade deve ser crescentemente apoiada em processos educativos orientados para a “deliberação pública” (JACOBI, 2003).

Para Jacobi (2003), assegurar legalmente à população o direito de participar na gestão ambiental, por meio de conselhos, audiências públicas, fóruns, procedimentos e práticas, não basta. O generalizado desinteresse e a freqüente apatia da população quanto à participação, não podem ser analisados de forma simplista. É resultado do pequeno desenvolvimento de sua cidadania e do descrédito nos políticos e nas instituições.

Essa aprendizagem implica na reorganização das relações entre o setor privado, o governo e a sociedade civil. Implica mudanças no sistema de prestação de contas à sociedade pelos gestores públicos e privados, mudanças culturais e de comportamento (JACOBI, 2003).

A participação é importante na denúncia das contradições entre os interesses privados e os interesses públicos na construção de uma cidadania ambiental que supere a crise de valores e de identidade e proponha outra, com base em valores de sustentabilidade. Isso potencializa a ampliação da consciência ambiental e sua tradução em ações efetivas de uma população organizada e informada de maneira correta que está preparada para conhecer, entender, reclamar seus direitos e também exercer sua responsabilidade (JACOBI, 2003).

Para Canter (1998) a principal vantagem da participação pública na avaliação de impacto ambiental, que serve também para DRS, é que as pessoas afetadas que, provavelmente não vão estar representadas no processo, têm oportunidade de expor seus pontos de vista. Creighton, Chalmers e Branch (apud CARTER, 1998) indicam que a participação pública deve cumprir três funções: (1) servir de mecanismo de intercâmbio de informações; (2) proporcionar informação sobre os valores locais; e (3) ajudar a estabelecer credibilidade ao processo de planejamento e avaliação.

Para Jacobi (2003, p.318), “uma sociedade civil se organiza e participa da direção de sua própria vida”. Para ele, os mecanismos de participação, tais como as audiências públicas, apesar de estarem democratizados são mal aproveitados pela população. Para melhorar essa situação, recomenda incrementar os meios e o acesso à informação, assim como o papel indutivo que o poder público deve ter na oferta dos conteúdos educativos e de informação. E complementa que, para tanto, é essencial estimular atores sociais já motivados para multiplicar as informações, decodificá-las e superar os níveis de desinformação e desinteresse das pessoas.

Isto só será logrado e implantado se estimulado por políticas públicas pautadas por uma lógica de co-responsabilização.

Segundo Jacobi (2003, p.320):

Melhor acesso à informação e o incremento de participação social têm promovido mudanças de atitude que favorecem o desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva e de um envolvimento crescente da sociedade civil nos espaços deliberativos onde pensamentos plurais se apresentem e os conflitos ganhem visibilidade.

Para (BURSZTYN; BURSZTYN, 2000, p. 38):

Uma característica que vem se tornando marcante na nova fisionomia que o poder público deve assumir é a da abertura de maior espaço a instâncias da chamada democracia participativa. Esta, que materializa a participação de segmentos organizados da sociedade, configura um avanço, que complementa a tradicional democracia representativa, na qual os delegados são eleitos para mandatos determinados. No caso da democracia participativa, a escolha não se dá por sufrágio universal, mas pela representatividade, que pode ser afirmada tanto pela competência técnica como pela afinidade corporativa. E, o que é importante, a delegação não é para atividade legislativa geral, mas simplesmente para atuação em instâncias determinadas.

Todavia, para esses mesmos autores (*Ibid.* p. 39):

Um problema que tende a ocorrer na prática da democracia participativa é o da legitimidade dos representantes da sociedade civil que têm acento em colegiados decisores ou gestores. Não sendo eleitos por voto universal, estes representantes, que têm direito a influir em decisões públicas, podem

carecer de bases efetivas de representação. Esse risco, embora real, tende a desaparecer na medida em que as associações civis amadureçam. Em todo o caso, uma coisa é certa: o poder público não pode delegar decisões públicas a instâncias privadas, sejam elas empresariais ou associativas. E, nesse sentido, a partilha do processo decisório não deve ser confundida com renúncia ao papel regulador do estado.

Isso ressalta a importância de estabelecer níveis de participação pública. Para Schwartz Jr., esses níveis podem variar entre situações em que o público não participa em absoluto, passando por situações com uma participação simbólica, por situações em que os cidadãos influem por igual no planejamento, a situações em que os cidadãos realmente controlam o processo de planejamento (apud CANTER, 1998).

Na Figura 1, são apresentados os diferentes níveis da escala de participação. Os últimos descrevem níveis de não-participação que, segundo Canter (1998), têm sido utilizados por planejadores pouco éticos para substituir a autêntica participação. Seu objetivo real não é capacitar as pessoas a participar, senão, persuadir os participantes. Os níveis 3 e 4 evoluem no sentido da participação simbólica que permitem às pessoas, alheias ao projeto, ouvir ou ter voz. Mas não se pode assegurar que os pontos de vista sejam considerados. O nível 5 é o mais alto nível de participação simbólica, pois permite que os cidadãos assessorem, mas mantêm aos responsáveis o direito de decidir. Acima, estão os níveis de poder cidadão com graus crescentes de compromisso na tomada de decisão. Estes podem entrar em uma associação que lhes permita negociar com os responsáveis e se comprometer nas compensações. Nos níveis poder delegado e controle cidadão, os cidadãos detêm a maior parte ou o poder total de tomada de decisão. Para Canter (1998), a maioria dos programas de participação pública acaba nos níveis 3, 4 ou 5. A participação pública raramente alcança os níveis mais altos, salvo em casos de *referendum*.

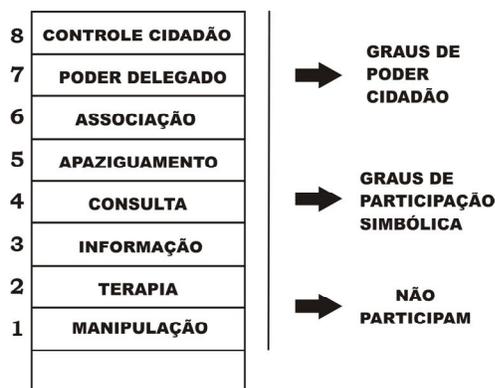


FIGURA 1. Níveis de participação cidadã.

Fonte: CANTER, 1998.

Nos assentamentos o nível de participação pública em associações é muito grande, pois na política do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a formação de associações é uma exigência do processo de assentamento.

Na tabela 2 são apresentadas às palavras características relacionadas com vários graus de consciência, compromisso e participação.

Tabela 2 - Relação dos graus de consciência, compromisso e participação e suas palavras características.

CONSCIÊNCIA	COMPROMISSO	PARTICIPAÇÃO
Monólogo	Diálogo	Autorização
Modificação	Interação	Planejamento
Direção única	Bidirecional	Associação
Participação simbólica	Compromisso	Controle cidadão
Manipulação	Consulta	
Terapia		

Fonte: CASTENSSON, FALKENMARK; GUSAFSSON apud CANTER, 1998.

Delli Pricolli identificou que quatro problemas essenciais afloram na realização de programas de participação públicas que são: (1) de coordenação; (2) de controle; (3) de representatividade; e (4) desacordo (apud CANTER, 1998).

André et al. (1999) também apresentam uma tipologia da participação pública aplicada à AIA. Na Tabela 3, são apresentados os tipos de participação definidos por esses autores e exemplos de aplicação de cada uma.

Tabela 3- Tipos de participação e exemplos de aplicação.

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO	EXEMPLOS DE APLICAÇÃO
Participação passiva	Utilização da mídia Confronto com a informação Local de exposição
Participação mediante incentivos materiais	Entrevistas com retribuição Experimentação com retribuição Locação de espaço para experimentação
Participação na transmissão de informação	Enquete por questionários Entrevistas formais ou informais
Participação por meio de consulta	Grupo de troca Consultas públicas Comissão de discussão
Participação funcional	Audiências públicas Comitê de acompanhamento
Participação interativa	Mediação Negociação
Automobilização	Formação de uma organização formal Formação de grupos espontâneos

Fonte: Tradução livre de Pretty apud ANDRÉ et al., 1999.

Para esses autores, a participação passiva é uma forma unidirecional de participação. Nela as pessoas detentoras da informação transmitem-na aos participantes sem escutar o que estes têm a dizer.

A participação mediante incentivos materiais ocorre quando os participantes fornecem os recursos (trabalho, espaço físico) em troca de um incentivo material. Nesse caso pode ocorrer diminuição do interesse em participar à medida que se retira o incentivo.

A participação na transmissão de informações ocorre quando os participantes são chamados a contribuir com as informações necessárias, respondendo a questionários, por exemplo. Os participantes não exercem nenhuma influência no projeto, e os resultados não são difundidos ou verificados.

Na participação por meio de consulta, os demandantes consultam os participantes e coletam suas propostas. Os demandantes definem os problemas e as soluções que eles podem ou não modificar à luz das informações coletadas. Os participantes não têm nenhum poder de decisão.

A participação funcional ocorre quando os participantes se agrupam para alcançar objetivos comuns. Esse tipo de participação pode gerar modificações substanciais em um projeto ou programa ou até colocá-los em perigo. Normalmente, ela não aparece no início do processo de concepção ou planejamento, mas, freqüentemente, quando são tomadas as decisões mais importantes.

Na participação interativa, supõe-se que os participantes analisarão conjuntamente as propostas desencadeadas de planos de ação e da criação de novas instituições locais ou do fortalecimento das instituições existentes. É um processo aberto que demanda uma abordagem interdisciplinar que se esforça em aumentar as perspectivas e utilizar um processo de aprendizagem sistemática e estruturada. E, finalmente a automobilização consiste nas iniciativas dos próprios participantes, independente das instituições exteriores, encarregadas de um projeto, programa ou política (*Ibid.* p. 181).

Boyle e Mubvami (apud ANDRÉ, 1999) enumeram nove fatores que podem influenciar a participação pública, são eles:

1. Pobreza - a participação pública demanda que as pessoas dediquem tempo, o que concorre com as atividades que geram sua renda e por conseqüência favorece àqueles de boa situação financeira.
2. Meio rural - o distanciamento dificulta e encarece a comunicação;
3. Analfabetismo - pode impedir um engajamento representativo se, por exemplo, a comunicação for baseada em mídia impressa.

4. Cultura e valores locais - as normas de comportamento e as práticas culturais podem prejudicar o engajamento de certos grupos que não se sentem à vontade para exprimir publicamente seus desacordos com os grupos dominantes. Entre os elementos da cultura deve-se levar em conta a linguagem, as relações familiares, as atitudes avessas às autoridades formais, as atitudes avessas a estrangeiros, às diferenças entre os sistemas formais e informais de solução de conflitos, portanto, os indicadores de comportamentos não verbais da comunicação.
5. Linguagem falada - em certos países, a coexistência de diferentes idiomas e de dialetos variados tende a dificultar a comunicação. No Brasil, deve-se considerar o regionalismo da linguagem.
6. O sistema legal - pode entrar em conflito com os valores tradicionais e criar confusão em relação aos direitos e as responsabilidades para com os recursos.
7. Grupos de interesse - esses grupos têm na ocasião visões conflitantes ou divergentes e interesses não negociáveis.
8. Confidencialidade - ela pode dificultar a expressão pública de uma posição por medo de represálias sociais, econômicas ou até psíquicas.
9. Ligações familiares - nas pequenas comunidades, a existência de ligações familiares entre os diferentes atores pode limitar a capacidade de intervenção de cada um.

Essa análise da participação pública mostra a complexidade do processo para que realmente se alcance uma participação ativa das populações. Ou seja, para estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais é necessário um diálogo efetivo entre o Estado, como proponente das políticas públicas, a ciência e a pesquisa, como fornecedoras de conhecimentos para elaboração dessas políticas, e os produtores beneficiários das políticas voltadas ao DRS. Para isso as diferentes representações sociais dos atores devem ser conhecidas para, a partir disso, poder construir o diálogo.

2. OS ASSENTADOS E A REFORMA AGRÁRIA

2.1 A Reforma Agrária no Brasil

A estrutura fundiária brasileira é baseada, desde seu nascimento, na grande propriedade rural: o latifúndio. Desde o descobrimento até a independência, a ocupação do território brasileiro foi baseada na Concessão de Sesmarias (imensas glebas de terras) aos senhores de posses vinculados à Coroa Portuguesa. Isso foi determinante na definição da situação agrária do Brasil, pois foram três séculos de concentração da terra nas mãos de um pequeno número de famílias (ARAÚJO, 2006).

Esse processo se reforçou, ainda na fase do Império, em 1850, com a aprovação da Lei de Terras (Lei 601) a qual determinou que as terras devolutas somente poderiam ser adquiridas por meio da compra. Isso favoreceu a consolidação da grande propriedade rural. Além de as terras terem sido vendidas a preços elevados, por meio dessa lei foi fechada a principal via de ocupação de terra até então existente, o regime de posse, também chamado de direito de usucapião (VEIGA, 1991).

Durante o processo de eliminação do trabalho escravo (1851) e a abolição da escravatura (1888) no Brasil, algumas personalidades que se destacaram no período, inclusive de postura conservadora como José Bonifácio de Andrada e Silva, já falavam da necessidade de facilitar o acesso à terra, a fim de estimular a abertura social e o progresso econômico (VEIGA, 1990). Entretanto, isso não quer dizer que tenha havido qualquer mudança significativa na distribuição da propriedade da terra.

Segundo Araújo (2006), após a Proclamação da República, o período conhecido como República Velha (1889-1930) foi dominado pela oligarquia cafeeira. Embora tenha havido aumento do número de proprietários rurais, não houve mudança substantiva na estrutura agrária. A Revolução de 1930, que finalizou esse período, provocou a queda da oligarquia cafeeira, impulsionou o processo de industrialização, introduziu a legislação trabalhista, entretanto, manteve, inalterada a estrutura fundiária (SPAROVEK, 2003).

Para Delgado (2005), a construção teórica e política da “Questão Agrária” no pensamento econômico aconteceu somente após a Revolução de 1930 e de forma mais sistemática nos anos 1960. Ela se dá basicamente em torno de quatro principais eixos de reflexão: (a) Partido Comunista Brasileiro (PCB); (b) Setores Reformistas da Igreja Católica; (c) Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e (d) Economistas Conservadores (ARAÚJO, 2006).

Caracterizando um debate com muita divergência em torno da questão agrária, após a elaboração da Constituição Federal de 1946 e até o final dos anos 1950, dezenas de projetos

de lei de reforma agrária foram apresentados ao Congresso Nacional, mas nenhum foi aprovado (ARAÚJO, 2006). No final da década de 1950 e no começo da década de 1960, surgiram no campo militâncias políticas de trabalhadores rurais e movimentos sociais, como as Ligas Camponesas do Nordeste. Essas organizações passaram a contestar o grau de desigualdade social e de concentração fundiária existente no País e pressionaram o governo para a realização da reforma agrária (MIRALHA, 2006).

Esse movimento correspondeu à mobilização camponesa que se iniciou no Engenho Galiléia, em Pernambuco, no ano de 1954. Sua expansão para outras regiões do País se deu com base, inicialmente, na luta pelo arrendo e, posteriormente, assumindo a luta pela reforma agrária. Além desse movimento, devem-se destacar a presença da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, criada em 1954 com a finalidade de coordenar as associações camponesas organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MASTER, originado em 1958, no Sul do País, criado com o objetivo de pressionar o governo do Rio Grande do Sul na realização de assentamentos, e o movimento de parte da Igreja Católica pela sindicalização no campo, iniciado na região Nordeste²⁷ do País (CURADO, 2004).

O debate sobre a Reforma Agrária e a organização movimentos populares foi muito estimulado, durante o Governo Goulart, nos anos de 1962-1963, destacando-se a criação de vários sindicatos, federações estaduais e, da própria Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, cujo papel foi fundamental na propagação da bandeira da reforma agrária (VEIGA; 1991; CURADO, 2004).

Uma das primeiras ações tomadas em prol da questão agrária foi a criação, em 1962, da Superintendência de Política Agrária (Supra) e, em 1963, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. No início de 1964, o então Presidente João Goulart adotou algumas providências para tornar efetiva a desapropriação de terras, bem como propôs mudanças na Constituição para promover a reforma agrária (GUEDES PINTO, 1996; ARAÚJO, 2006). Essas medidas provocaram uma série de reações. Para Prado Jr. (1979) um dos fatores que estimulou o golpe militar foi o crescente interesse que a questão agrária começava a despertar, e os primeiros sinais da pressão popular em torno da reforma das estruturas fundiárias e das relações de trabalho no campo (ARAÚJO, 2006).

Durante o período militar (pós-golpe de 1964), na institucionalização das ações visando à repartição das terras, o Governo Castelo Branco encaminha ao Congresso Nacional a Mensagem 33 que trata do Projeto de Lei do Estatuto da Terra. Essa mensagem evidencia que naquele contexto, a integração da população marginalizada do setor agrícola não seria,

prioritariamente, processada mediante a alternativa a uma reforma distributivista de terras, mas pela alternativa à “modernização” da agricultura e ao assalariado, pelo incentivo às empresas rurais, não necessariamente pequenas. Essa leitura, segundo Curado (2004) é compartilhada por Martins:

De fato, o governo militar propunha, pelo Estatuto da Terra, uma intervenção no direito de propriedade e no meio rural para favorecer a expansão da empresa capitalista, particularmente os grandes grupos econômicos (...) modernizando, as oligarquias rurais e os grandes proprietários, associando-os aos interesses do grande capital, de outro lado não representava de fato uma reforma social em benefício dos pobres da terra (MARTINS; 1989, p.48-49 apud CURADO, 2004, p. 41).

Em decorrência de pressões externas e do compromisso assumido com a assinatura da Carta de Punta del Este, o novo governo militar teve de incluir a reforma agrária em sua agenda política. Vários eventos podem ser destacados: a aprovação da Emenda Constitucional, no dia 10 de novembro de 1964, que permitia à União realizar a desapropriação por interesse social; logo após, no dia 30 de novembro de 1964, foi sancionada a Lei 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra; e, em seguida, foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – Ibra e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – Inda (GUEDES PINTO, 1996; ARAÚJO, 2006).

A Reforma Agrária até o encerramento do período de governo sob regime militar esteve marcado pela característica de colonização de espaços geográficos não totalmente ocupados. Essa política de colonização, na realidade, remonta à década de 1930 (até então, a Lei de Terras de 1850, era o principal instrumento que normatizava o acesso às terras) e efetivamente, encontra forças durante o “Estado Novo”, com a criação das “Colônias Agrícolas Nacionais” CANs, em fevereiro de 1941 (CURADO, 2004). Essas colônias tinham como base o deslocamento de populações, principalmente do Nordeste, em direção aos espaços vazios do Oeste, caracterizando a chamada “Marcha para o Oeste”. Segundo Pessoa, a Marcha para o Oeste:

(...) motivou volumosa campanha publicitária e se materializou, sobretudo, nas viagens do presidente, na construção de ferrovias e rodovias e na criação de oito colônias agrícolas nacionais (...) das quais a de Goiás foi a primeira a ser implantada (...) mas as verdadeiras razões (...) eram a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contenção de conflitos sociais já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos existentes (PESSOA; 1999, p.47 apud CURADO, 2004, p. 40).

O Decreto nº 59.428, de 27/10/1966 apresenta a seguinte definição:

Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação de Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nelas previstas (SANTOS, 1993, p.47 apud CURADO, 2004, p.41).

O incentivo à colonização foi estabelecido pelo governo mediante um complexo sistema formado não apenas pela disponibilização de terras, como também pela institucionalização desta área de atuação do Estado; um aparato financeiro (em 1965 é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNC).

No Governo Médici, esta proposta ganhou corpo com a extinção do Ibra e o Inda e a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, em 1970, e a implementação de programas de colonização amparados por intervenções como o Programa de Integração Nacional (PIN) que objetivava a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, e o Projeto Radam que se orientava pelo processo de levantamento sistemático da região (CURADO, 2004; ARAÚJO, 2006).

Nesse mesmo governo, para o fortalecimento do processo de modernização da agricultura foi criada, em 1972, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e, em 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Essas instituições tiveram papel relevante na divulgação de novas tecnologias que possibilitaram o aumento da produtividade do setor agrícola.

Para Araújo (2006) o período histórico de 1965 a 1982 constituiu a fase áurea de desenvolvimento da agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana, e com o setor externo. No entanto, essa modernização da agricultura deu-se sob forte intermediação financeira do Estado, além de ter nascido com a derrota do movimento de reforma agrária. Observa-se nesse processo de modernização “um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador” (DELGADO, 2005, p. 21 apud ARAÚJO, 2006, p. 27). Segundo Bergamasco e Norder (1995, p. 170) e Araújo (2006, p. 27) as ações do Estado, nesse período, podem ser assim resumidas:

A atuação dos governos militares ocorreu de forma a controlar repressivamente o movimento sindical e prometer uma gradual incorporação dos trabalhadores rurais ao mundo dos direitos sociais e trabalhistas. A reivindicação pela execução da reforma agrária presente no Estatuto da Terra acabou sendo limitada pelo regime ditatorial, que imprimiu um contexto desfavorável à organização da sociedade civil como um todo. No que se refere à questão agrária, as determinações governamentais durante o período autoritário se pautaram pelo estímulo à colonização da região amazônica como principal alternativa para a

‘população excedente’, ao mesmo tempo em que oferecia uma política agrícola capaz de alavancar, via financiamentos e subsídios, a modernização tecnológica e comercial do setor agrícola [...].

Durante o Governo Geisel (1974-1978), houve recuo da colonização oficial e grande avanço da colonização particular na Amazônia com a aprovação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (CURADO, 2004). Outro exemplo é o POLOCENTRO, criado em 1975, que priorizou incorporar ao setor produtivo 3,7 milhões de hectares de terras dos cerrados, durante cinco anos (BRAGA, 1998).

No governo do General João Figueiredo (1979-1985) foram instituídos o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf) e os Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins – (Getat) e do Baixo Amazonas (Gebam) em virtude do agravamento dos conflitos de terra na Região Norte do País. A atuação dessas instituições foi pouco significativa e concentrou-se mais na titulação de terras (GUEDES PINTO, 1996).

Com o esgotamento do ciclo de crescimento econômico e da ditadura militar, no começo da década de 1980, inicia-se a um novo arranjo político e econômico que abre espaço para forças sociais. Surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reorganiza-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que é fortalecida pela Igreja e várias organizações não-governamentais surgem em apoio à causa da reforma agrária (DELGADO, 2005).

Com a chegada de Tancredo Neves (1985) e, posteriormente, José Sarney à Presidência da República, a reforma agrária retorna novamente à agenda política. É elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985-1988) e, em 1988, na elaboração da Constituição Federal, muda-se o estatuto da propriedade fundiária, legitimado pelo princípio da função social da terra (DELGADO, 2005).

Nesse mesmo governo, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), ao qual o Incra ficou subordinado. Entretanto, o Incra foi extinto, em 1987, sendo restabelecido em 1989 (SPAROVEK, 2003).

A década de 1980 foi significativa para a ampliação e fortalecimento dos órgãos estaduais que tratam da questão fundiária, exercendo papel relevante ao lado do Incra (GUEDES PINTO, 1996).

O I Plano Nacional de Reforma Agrária esteve longe de atingir suas metas, pois recebeu forte oposição dos grandes proprietários rurais, representados principalmente pela União Democrática Ruralista (UDR), além de compromissos assumidos pelo governo Sarney com a

base ruralista⁶. A UDR, criada em 1985, conseguiu abafar a maioria dos avanços em prol da reforma agrária colocados no papel. A aprovação do artigo 185, que apontou as áreas produtivas como “insuscetíveis” de desapropriação, é considerada até hoje, além de proteção aos fazendeiros, a maior vitória da bancada ruralista na Constituinte. Sob pressão da UDR, o artigo praticamente anulou o 186, tido como pró-sem-terra e que sugere a desapropriação de áreas que não cumprem sua função social (produtividade e respeito às leis trabalhistas e ambientais) (ARAÚJO, 2006).

De 1990 a 1992, durante o governo Collor, a implantação da reforma agrária foi paralisada, não ocorrendo nenhuma desapropriação de terra para essa finalidade (GUEDES PINTO, 1996). O Mirad foi extinto e o Incra voltou a ser subordinado ao Ministério da Agricultura cujo nome foi mudado para Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (Maara) (ARAÚJO, 2006).

Apenas no governo de Itamar Franco (1992-1994), após o *Impeachment* de Collor, foi retomada a reforma agrária. Foi promulgada a Lei 8.629, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária em 1993. Na sua elaboração, o Senado introduziu algumas emendas que modificavam alguns pontos que eram verdadeiros obstáculos à implementação de uma reforma agrária. Entretanto, na Câmara dos Deputados, graças à pressão dos ruralistas, as emendas foram rejeitadas. A situação foi contornada, inclusive para melhor, resultando em um texto mais adequado que o original, com o veto, pelo Presidente Itamar Franco, dos artigos que comprometiam a realização das mudanças em nossa estrutura fundiária (ARAÚJO, 2006).

Araújo (2006, p. 30) a partir da análise de Guedes Pinto (1996) cita:

Outro marco legal importante nesse governo foi a promulgação, em julho de 1993, da Lei Complementar 76, que dispõe sobre os procedimentos para conduzir a desapropriação de imóveis rurais. A partir dessa Lei, foi lançado um Programa Emergencial para assentar 80.000 famílias. Entretanto, mais uma vez, os resultados são irrisórios e nem a metade do número de famílias previsto na meta desse programa foi atendida.

O atual Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela reforma agrária e também pela agricultura familiar, foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso. Nesse governo, primeiro foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), após os massacres de camponeses em Corumbiara-RO (1995) e em Eldorado dos Carajás-PA (1996), para somente depois criarem o MDA.

⁶ Os ruralistas correspondem ao grupo de pressão que representa o interesse dos grandes proprietários de terras. Segundo Delgado (2005), a Bancada Ruralista detém forte representação política estruturada em vários partidos, correspondendo de 1/4 a 1/3 do número de deputados e senadores.

Em virtude das pressões dos movimentos sociais e da opinião pública, nesse governo foram adotadas diversas medidas em prol da reforma agrária como, por exemplo, o aumento do número de desapropriações e a criação de linhas de crédito específicas para os assentados (SPAROVEK, 2003), o que resultou, nos oito anos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na duplicação das áreas de terras destinadas à reforma agrária, de 2% para mais de 4% do território nacional (DELGADO, 2005).

Sob as expectativas iniciais de um clima favorável para a reforma agrária, foi elaborado, no governo Lula, o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Ele não prevê apenas a implantação de novos assentamentos, mas a reestruturação dos já existentes. Entretanto, inicialmente, houve uma desaceleração no processo de reforma agrária e, embora posteriormente tenha aumentado o número de assentamentos, o governo tem recebido muitas críticas sobre sua atuação nessa área (ARAÚJO, 2006).

No Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, as entidades sociais que o integram⁷, afirmam que, no governo Lula, houve aumento da violência no meio rural e uma retração na reforma agrária (ARAÚJO, 2006). Compartilhando da mesma opinião, Marques (2004, p. 51) afirma:

O Governo Lula, sustentado por um partido originalmente de esquerda, de conhecido compromisso histórico com a bandeira da reforma agrária, tem se portado como se esta política já não tivesse mais a mesma importância de outrora. Semelhante ao Governo FHC, tem buscado ampliar o número de famílias atendidas por programas de caráter predominantemente assistencialista [...] em detrimento de uma atuação firme visando a efetiva inserção social da população mais pobre.

Existem ainda hoje diversos setores da sociedade que afirmam que a reforma agrária é um tema superado no Brasil e, por isso, não deve mais fazer parte da agenda política. Ainda na década de 1990, Guedes Pinto (1996) relacionava os principais argumentos desses setores que procuravam justificar que a reforma agrária não era mais necessária:

- a) A sociedade brasileira é, em sua maioria, urbano-industrial;
- b) O País não tem passado por crises de abastecimento, a não ser em períodos curtos devido a causas conjunturais;
- c) As exportações de produtos primários continuam crescendo, e as importações, à exceção do trigo, não são relevantes;

⁷ O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo é formado por 45 entidades, entre organizações não-governamentais, movimentos sociais e sindicatos. Na página da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (www.cptnac.com.br), pode-se encontrar a relação de todas essas entidades.

- d) A agricultura se diversificou e modernizou e tem respondido com agilidade aos estímulos que lhe são oferecidos.

O argumento principal se baseia no fato de que a produção agropecuária tem apresentado tal grau de eficiência que a realização de uma reforma agrária é, portanto, dispensável. Entretanto, conforme Guedes Pinto (1996) afirma, esses argumentos são falhos, na medida em que reduzem a questão agrária a um enfoque meramente produtivista e desconsideram os milhões de brasileiros que vivem em péssimas condições de vida no meio rural ou em periferias de núcleos urbanos.

Essa análise do processo histórico da questão agrária serviu para mostrar que a Política de Reforma Agrária foi, em geral, tratada de forma secundária. Em decorrência disso, seus resultados são um tanto quanto modestos. Na próxima seção apresentamos, resumidamente, alguns desses resultados dessa política.

2.2 Os assentamentos e os atores, os assentados.

A palavra assentamento, tanto na rubrica regionalismo Brasil quanto na de Geografia, refere-se ao conjunto de famílias de trabalhadores rurais, vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal e/ou estadual e com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária (ALBUQUERQUE; VASCONCELOS; COELHO, 2004).

Para Carvalho (1998) a termo “assentamento” é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de reforma agrária destinada à produção agropecuária e/ou extrativista, mas também um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais.

Depois de implantados os assentamentos, as pessoas e as famílias já assentadas passam por um extenso processo de construção de infra-estrutura social e econômica. Além disso, nesse local, caracterizado como espaço social em construção, as pessoas, algumas estranhas entre si, passam a interagir com os membros do próprio assentamento e com os moradores circunvizinhos. Como consequência dessas novas interações, podem surgir identificações ou conflitos, tanto intra como intergrupais (ALBUQUERQUE, VASCONCELOS; COELHO, 2004).

No assentamento, as interações sociais que as pessoas estabelecem entre si, assim como com as diversas pessoas e famílias que vivem fora do assentamento, possibilitam-lhes estabelecer uma multiplicidade de tipos de categorias sociais. A partir das vivências e das percepções compartilhadas por esse grupo no espaço e no tempo, sendo um produto histórico-

social subjetivo, percebido, individualmente pelas pessoas e captadas na interação constitui uma identidade social. É por meio dessa identidade que o ator social orienta suas condutas, organiza seus projetos, constrói sua história e busca resolver suas contradições em interações constantes com outros atores sociais (ALBUQUERQUE, VASCONCELOS; COELHO, 2004).

A construção dessa identidade social inicia-se durante os meses ou anos em que as famílias ficam acampadas em situações precárias. As dezenas ou centenas de famílias do futuro assentamento identificam-se entre si, em função de um objetivo comum, que é a posse da terra. Para ser alcançado esse objetivo, faz-se necessária a colaboração de todos, uma vez que, de forma individual, nenhum deles consegue ter acesso ao seu próprio pedaço de chão. Neste momento, o nível de coesão grupal é bastante elevado porque todos necessitam de todos para conseguir o objetivo comum que redundará em última análise, na satisfação de um objetivo individual. Entretanto, passado algum tempo após conseguirem a posse da terra, esse nível de coesão tende a enfraquecer, pois os objetivos a serem alcançados dependem mais de metas pessoais ou familiares que de todo o grupo (CARVALHO, 1998). Mesmo com esta significativa diminuição da coesão grupal, os assentados têm claro que, no momento de alcançarem outros objetivos do grupo, como, por exemplo, a infra-estrutura para o assentamento, os membros precisam voltar a se unir, aumentando novamente o nível de coesão grupal (ALBUQUERQUE, VASCONCELOS; COELHO, 2004).

Os assentados apresentam grande heterogeneidade de histórias de trabalho e amplo senso de vida, em decorrência não somente das diferentes relações sociais de produção e de propriedade em que estavam inseridos, mas também pelos contextos histórico-sociais em que se encontravam como pessoas e como famílias. Há diferenciações pelo grau de organização corporativa que tenham conseguido alcançar em determinadas conjunturas, no âmbito das suas lutas reivindicatórias ou pela intensidade dos conflitos sociais que tenham vivenciado (ALBUQUERQUE, VASCONCELOS; COELHO, 2004).

São essas características que vão subsidiar a construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Dito de outra forma, os assentados de reforma agrária possuem um conhecimento sobre sua realidade. Isso não quer dizer que esse conhecimento seja o mesmo daquele científica e tecnocraticamente aceito é que, como já foi citado antes, norteia as políticas públicas.

É a partir de uma dada situação social em que esse conhecimento se mantém e se transmite, caracterizando um processo pelo qual isto se realiza, de tal maneira, que uma “realidade” admitida como certa se solidifica para o assentado.

Essas diferentes construções de realidade podem estar na base da diferença entre o conhecimento técnico e científico e o conhecimento dos assentados sobre o DRS e Sustentabilidade.

O número de famílias assentadas no Brasil, a despeito da forma secundária como a política de Reforma Agrária foi considerada historicamente é bastante significativo.

Segundo Araújo (2006) (Quadros 1, 2 e 3).as famílias assentadas em 6.657 assentamentos, até setembro de 2005, numa área de 48.191.952 hectares, totalizavam o número de 575.262

Regiões	Número ⁸ de assentamentos					
	Antes de 1964	Ditadura Militar 1964-1985	Governo Sarney, Collor e Itamar 1985-1994	Governo FHC 1995-2002	Governo Lula 2003 até set. 2005	Total por Região
Norte	1	26	190	800	199	1.216
Nordeste	3	13	336	2.301	594	3.247
Centro-Oeste	1	5	72	548	139	765
Sudeste	6	5	64	423	59	557
Sul	0	6	149	687	30	872
Brasil	11	55	811	4.759	1021	6.657

Quadro 1 - Número de assentamentos implantados pela Política de Reforma Agrária no Brasil.

Fonte: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) do Incra, em 06/09/2005 (ARAÚJO, 2006).

Regiões	Número de famílias assentadas					
	Antes de 1964	Ditadura Militar 1964-1985	Governo Sarney, Collor e Itamar 1985-1994	Governo FHC 1995-2002	Governo Lula 2003 até set. 2005	Total por Região
Norte	84	28.802	49.830	114.624	22.085	215.425
Nordeste	1.108	2.199	31.887	152.031	29.024	216.249
Centro-Oeste	0	3.227	10.283	60.513	9.858	83.881
Sudeste	9	684	5.052	20.557	2.397	28.699
Sul	0	323	6.247	21.662	2.776	31.008
Brasil	1.201	35.235	103.299	369.387	66.140	575.262

Quadro 2 - Número de famílias assentadas pela Política de Reforma Agrária no Brasil.

Fonte: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) do Incra, em 06/09/2005 (ARAÚJO, 2006).

Relacionando os Quadros 2 e 3, calcula-se que a média das áreas ocupadas por família é de 155 ha na Região Norte, 36,37 ha na Região Nordeste, 61,18 ha na Região Centro-Oeste, 38,64 ha na Região Sudeste e 22,45 ha na Região Sul.

Comparando os Quadros 2 e 3, Araújo (2006) observa aumento na área média ocupada por família no Governo Lula em relação ao Governo FHC. Esse aumento é observado mais especificamente na Região Norte, onde a área média ocupada por família era de 85,9 ha no Governo FHC e aumentou para 419,4 ha no Governo Lula.

⁸ Os dados apresentados nos quadros 1, 2 e 3 incluem todas as modalidades de assentamento criadas pelo INCRA, mas excluem os assentamentos criados pelos órgãos estaduais de terra.

Regiões	Área ocupada por assentamentos					
	Antes de 1964	Ditadura Militar 1964-1985	Governo Sarney, Collor e Itamar 1985-1994	Governo FHC 1995-2002	Governo Lula 2003 até set. 2005	Total por Região
Norte	509.753	8.555.055	5.210.607	9.851.503	9.263.567	33.390.485
Nordeste	371.306	87.767	1.324.442	4.678.144	1.402.648	7.864.307
Centro-Oeste	111	243.712	559.254	3.891.190	437.845	5.132.112
Sudeste	47.400	20.685	178.505	780.284	81.964	1.108.838
Sul	0	9.301	143.165	481.952	61.792	696.210
Brasil	928.570	8.916.520	7.415.973	19.683.073	11.247.816	48.191.952

Quadro 3 - Área (ha) ocupada pelos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

Fonte: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) do Incra, em 06/09/2005 (ARAÚJO, 2006).

Segundo a mesma autora, I Censo da Reforma Agrária⁹, no Quadro 4, pode-se observar o quanto é baixo o nível de escolaridade dos assentados.

Escolaridade	Percentual de assentados
Analfabeto	29,52 %
Alfabetização incompleta	9,89 %
Alfabetização completa	3,24 %
1ª a 8ª série do Ensino Fundamental	49,56 %
1º ao 3º ano do Ensino Médio	2,36 %
Superior incompleto	0,12 %
Superior Completo	0,19 %
Outros	0,08 %
Ausência de Resposta	5,05 %

Quadro 4 - Escolaridade dos beneficiários da reforma agrária no Brasil.

Fonte: I Censo da Reforma Agrária, adaptado de SCHMIDT et al. (1998) por ARAÚJO (2006).

No Quadro 5, pode-se analisar as principais atividades econômicas que eram exercidas pelos beneficiários da reforma agrária no Brasil na data da pesquisa. Conforme pode ser observado, mais de 80% dos assentados declararam ser agricultores/camponeses, pecuaristas e trabalhadores rurais (ARAÚJO, 2006).

Uma crítica comum ao processo de Reforma Agrária beneficiou muita gente que não era ligada à atividade agrícola. Antes de serem assentados, mais de 60% dos beneficiários exerciam algumas dessas três atividades (agricultor/camponês; pecuarista ou trabalhador rural). Os demais desenvolviam outras atividades, em geral, de baixo retorno financeiro, como as que estão explicitadas no Quadro 6.

⁹ Foi realizado em conjunto com uma Pesquisa Amostral Socioeconômica dos assentamentos sob jurisdição do Incra, por meio de um Convênio entre o Incra e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e foi coordenado pela Universidade de Brasília, no período de outubro de 1996 a julho de 1997.

Atividades Principais	Percentual de assentados
Agricultor/ camponês	79,31 %
Pecuarista	2,81 %
Trabalhador rural	4,48 %
Professora	0,27 %
Doméstica	3,55 %
Outras atividades	6,57 %
Sem informação	2,99 %

Quadro 5 - Principais atividades dos beneficiários da reforma agrária no Brasil.

Fonte: I Censo da Reforma Agrária, adaptado de SCHMIDT et al. (1998) por ARAÚJO (2006).

Atividades Anteriores	Percentual de assentados
Agricultor/ Camponês	53,96 %
Trabalhador Rural	8,31 %
Garimpeiro	1,48 %
Motorista	1,45 %
Pedreiro	1,42 %
Seringueiro	1,39 %
Bóia-fria	1,30 %
Capataz/ vaqueiro	1,28 %
Diarista	1,08 %
Comerciante	0,98 %
Doméstica	0,89 %
Pecuarista	0,71 %
Carpinteiro	0,64 %
Servente	0,46 %
Professora Concursada	0,46 %
Tratorista	0,44 %
Mecânico	0,41 %
Administrador	0,38 %
Pescador	0,38 %
Professora leiga	0,32 %
Servidor público civil	0,32 %
Comerciário	0,30 %
Vigilante	0,28 %
Madeireiro	0,27 %
Metalúrgico	0,27 %
Camelô/ Ambulante/ Vendedor	0,27 %
Marceneiro	0,27 %
Operador de motosserra	0,25 %
Outras atividades	20,03 %

Quadro 6 - Atividades dos beneficiários brasileiros antes de serem assentados.

Fonte: I Censo da Reforma Agrária, adaptado de SCHMIDT et al. (1998) por ARAÚJO (2006).

Um aspecto importante verificado no I Censo da Reforma Agrária foi as condições de moradia dos beneficiários da reforma agrária. Nos Quadros 7 e 8, observa-se que as moradias nos assentamentos estavam muito aquém de uma situação razoável. Apenas 28,86% das habitações estavam em bom estado de conservação, conforme os parâmetros adotados pelos pesquisadores (SCHMIDT et al., 1998).

Estado de conservação	Percentual de assentados
Bom	28,86 %
Regular	38,14 %
Precário	24,62 %
Não respondeu	8,38 %

Quadro 7 - Estado de conservação das habitações nos assentamentos brasileiros.

Fonte: I Censo da Reforma Agrária, adaptado de SCHMIDT et al. (1998) por ARAÚJO (2006).

Condições hidrossanitárias	Percentual de assentados
Água encanada	13,05 %
Privada	9,20 %
Cisterna	19,80 %
Fossa	33,30 %
Banheiro	19,02 %

Quadro 8 - Condições hidrossanitárias das habitações nos assentamentos brasileiros.

Fonte: I Censo da Reforma Agrária, adaptado de SCHMIDT et al. (1998) por ARAÚJO (2006).

Os dados do Quadro 8 indicam que um grande número de beneficiários não tinham acesso às condições mínimas de segurança hidrossanitária. Mais uma vez, o Sul foi a região que apresentou as melhores condições e o Norte foi a que apresentou os menores índices. Quanto à água encanada, por exemplo, no Sul aproximadamente 26% dos beneficiários tinham acesso e no Norte esse percentual atingia apenas 7,97% (SCHMIDT et al., 1998).

No Quadro 9, indica-se o nível tecnológico dos sistemas de produção, mostrando algumas das tecnologias empregadas pelos assentados para sua produção agropecuária. Em geral, observa-se que a maioria dos assentados não utiliza as tecnologias citadas. A prática mais difundida é o controle da sanidade animal; em segundo lugar, a utilização de sementes e mudas melhoradas; e em terceiro, o emprego de agrotóxicos. Nem a metade dos assentados, portanto, utiliza algumas das práticas mais difundidas no processo de modernização agrícola que é a combinação de variedades melhoradas, com o uso de fertilizantes e de agrotóxicos, por meio da mecanização.

Isso está relacionado, em parte, ao acesso à assistência técnica. A maioria dos assentados não recebia esse tipo de serviço quando foi realizada a pesquisa. Além disso, entre os que recebiam assistência técnica, a maioria considerava-a como de qualidade regular ou precária. Apenas 21,45% dos assentados afirmaram que a assistência técnica tinha um bom nível de atendimento (Quadro 10).

Tecnologia	Percentual de assentados
Sementes e mudas selecionadas	38,76%
Mecanização – tração animal	17,28 %
Mecanização – tração motora	20,25 %
Adubação química	20,85 %
Adubação orgânica ou verde	21,47 %
Agrotóxicos	34,48 %
Práticas de conservação do solo	9,97 %
Controle de sanidade animal	45,78 %

Quadro 9 - Tecnologia utilizada nas práticas agropecuárias nos assentamentos brasileiros.

Fonte: I Censo da Reforma Agrária, adaptado de SCHMIDT et al. (1998) por ARAÚJO (2006).

Opinião	Percentual de assentados
Bom	21,45 %
Regular	18,87 %
Precário	16,78 %
Não recebiam assistência	42,90

Quadro 10 - Opinião quanto ao nível de atendimento da assistência técnica nos assentamentos brasileiros.

Fonte: I Censo da Reforma Agrária, adaptado de SCHMIDT et al. (1998) por ARAÚJO (2006).

Há, sem dúvida, inúmeros problemas na implantação da Política de Reforma Agrária no Brasil. Como foi possível constatar neste capítulo, as aspirações pela reforma agrária surgiram há tempos e, em termos quantitativos, há um número significativo de assentamentos rurais, implantados, principalmente, após meados da década de 1990. Apesar disso, a qualidade dessa política é bastante discutível.

Todavia, o que se buscou apresentar foi a realidade em que estão inseridos os assentados e que vai influenciar na maneira como eles constroem suas representações sociais.

Em termos de DRS, pode-se dizer que um dos resultados da política de Reforma Agrária foi o de aumentar ainda mais o contingente de agricultores familiares no rural brasileiro.

Após o processo de implantação do assentamento, as famílias iniciam o processo de produção agrícola em seus lotes e passam a fazer parte do segmento denominado Agricultura Familiar.

Na década de 1990, as pesquisas acadêmicas ocupavam-se menos em precisar conceitos analíticos e mais em descrever o papel exercido pelo segmento social dos pequenos produtores excluídos do processo de modernização do campo na estrutura político-econômica do País, bem como e em sugerir formas para inserir as parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento. É nesse contexto que o conceito de agricultura familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade (ALTAFIN, 2003).

Esse conceito é utilizado como um guarda-chuva que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas.

É decisiva para a formação do conceito de agricultura familiar a divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Incra.

Nesse estudo, define-se agricultura familiar a partir de três características centrais: (a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; (b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; (c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996).

Esse estudo foi utilizado como base para a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e para a definição de agricultor familiar. Nesse programa os agricultores familiares beneficiários são definidos como os proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros de áreas com até quatro módulos fiscais, que utilizem trabalho predominantemente familiar, podendo ter até dois empregados permanentes, com, no mínimo 80% da renda familiar proveniente de exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativista, que more na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (ALTAFIN, 2003).

O PRONAF faz uma segmentação do universo familiar em quatro grupos, com características específicas que os credencia a diferentes modalidades de financiamentos (ALTAFIN, 2003).

- **Grupo A:** agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e amparados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra;
- **Características comuns exigidas para os grupos B, C e D:** ser proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro; residir na propriedade ou em local próximo; ter área de até quatro módulos fiscais; e ter, no mínimo, 80% da renda familiar proveniente da exploração agrícola e não agrícola do estabelecimento.
- **Especificidades para o Grupo "B":** agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento e que obtenham

renda bruta anual familiar de até R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais;

- **Especificidades para o Grupo "C":** agricultores familiares e trabalhadores rurais que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária e que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos Reais) e até R\$10.000,00 (dez mil Reais), excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais;
- **Especificidades para o Grupo "D":** agricultores familiares e trabalhadores rurais que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir e que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$10.000,00 (dez mil Reais) e até R\$30.000,00 (trinta mil reais), excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Como visto, o Grupo A difere dos demais por tratar-se de famílias assentadas em projetos de reforma agrária, considerado um grupo com tratamento uniforme, independente de renda obtida. Depois de completar o recebimento dos créditos previstos para os assentados, as famílias desse grupo são então reenquadradas em uma das demais categorias.

3. O PROJETO UNAÍ: O UNIVERSO CONSIDERADO

3.1 Descrição do projeto e os resultados alcançados

Os dados de campo para esta tese foram coletados no Município de Unaí, MG, onde Embrapa Cerrados, a Universidade de Brasília-UnB (Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária-GTRA/DEX, Departamento de Sociologia e Faculdade de Agronomia e Veterinária-FAV, o INCRA-SR/28 e o Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD) da França e parceiros locais, a Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí (STR), implementaram o projeto de pesquisa intitulado: *“Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária”* usualmente conhecido como projeto Unaí.

O Município de Unaí, pertencente à região do Distrito Federal e Entorno (INCRA-SR-28), é característico da região dos Cerrados. Possui 8.438 km² e está situado na porção Noroeste de Minas Gerais (latitude 16,35194° e longitude 46,90056°). A precipitação média anual oscila entre 1200 e 1400 mm, com as chuvas concentrando-se no período de outubro a março, sendo o trimestre mais chuvoso o de novembro a janeiro. A estação seca tem duração de cinco a seis meses. A temperatura média anual é de 24,4°C. Unaí apresenta outra característica marcante que é existência de grande número de assentamentos de reforma agrária. No ano de 2001, havia 21 assentamentos rurais, abrangendo uma área de 60.773 ha e 1621 famílias (SILVA, 2001).

A reforma agrária tem uma magnitude expressiva na SR-28 que abrange três sub-regiões: nordeste goiano, noroeste mineiro e entorno do Distrito Federal. Nessa região, existem 107 assentamentos instalados com 6593 famílias, perfazendo uma população estimada de 32.965 pessoas e ocupando uma área de 319.753,54 ha (SILVA, 2001).

A construção de um processo de desenvolvimento em bases sustentáveis é o desafio maior da totalidade das famílias de agricultores já assentados na região da SR-28. Essas bases sustentáveis pressupõem realizar uma produção em níveis satisfatórios de produtividade, preservando os recursos naturais de forma a manter o equilíbrio ambiental, com custos que permitam a remuneração da atividade e com a necessária e adequada inserção nos mercados. Dessa forma, a problemática enfrentada por esse segmento revela um razoável grau de complexidade, mas, concretamente, para as instituições de apoio ao desenvolvimento, principalmente, as de pesquisa agropecuária, ensino e extensão rural, ela se relaciona à

necessidade de gerar referências¹⁰ concretas sobre estratégias de apoio ao DS dos assentamentos de reforma agrária.

O projeto Unaf visa promover o desenvolvimento sustentável (DS) de assentamentos de reforma agrária da região do Distrito Federal e Entorno – Incra-SR(28), pela adaptação de metodologia participativa de intervenção no meio real que favoreça a utilização de inovações tecnológicas e sociais pelos assentados (GASTAL et al., 2002).

Considera, o desenvolvimento, como aumento sustentável dos padrões de vida, que compreende: consumo material, educação, saúde e proteção ambiental. Orientando-se pelos princípios do DS, definidos por Sachs (2000) como inclusão social, prudência ecológica e viabilidade econômica.

O termo “promover” é empregado no sentido de facilitar o processo de desenvolvimento, pois a premissa básica desse projeto é que só os agricultores podem realizar seu próprio desenvolvimento. Outros agentes ou fatores externos podem apenas contribuir e apoiar para que eles o façam.

Os objetivos específicos do projeto, são:

- Gerar referências técnicas, econômicas e sociais validadas por condições agroecológicas e tipos de produtores assentados para apoiar a adoção de tecnologias favoráveis à promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária.
- Fortalecer as organizações sociais como estratégia para promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária.
- Gerar referências técnicas e metodológicas de uso de pesquisas de mercado, de estudos de canais de comercialização e de estudos de cadeias produtivas como instrumentos de apoio à inserção dos assentados no mercado e promoção do desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária do DF e Entorno.

O projeto é baseado no enfoque de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que pode ser definida como uma pesquisa de ação e participação, à qual se associam, estreitamente,

¹⁰ Uma referência é definida como todo tipo de informação correspondente a uma situação local bem definida. Ela é uma descrição de uma realidade de forma sistêmica ou holística. As referências podem ser de natureza econômica, social ou técnica e relacionar-se a diferentes escalas, desde uma parcela de cultivo até à unidade de produção ou à organização de produtores. Uma referência agrega as práticas dos agricultores para solucionar uma determinada problemática, ou seja, ela faz parte de uma escolha feita por eles, considerando seus objetivos, os problemas enfrentados e os recursos potenciais (BONNAL et al., 1994). Em outras palavras, gerar referências significa construir experiências.

pesquisadores, extensionistas e produtores, em um processo comum de análise global, experimentação e intervenção sobre os sistemas de produção e as estruturas agrárias (TOURTE; BILLAZ, 1982; JOUVE; MERCOIRET, 1992). Ela introduz um novo conceito ao trabalho de pesquisa em sistema de produção¹¹, que é o sistema agrário, e utiliza o enfoque sistêmico como marco conceitual. Segundo Bonnal et al. (1994), a P&D, nesse caso, é entendida como uma pesquisa finalizada de ação e participação, tendo como objetivo final a elaboração de propostas para melhorar a eficiência produtiva dos sistemas de produção, do ponto de vista econômico, social, político e ambiental. Da mesma maneira, segundo esses autores, o enfoque sistêmico é visto como um conjunto de conceitos operacionais, uma vez que permite diferenciar níveis pertinentes de observação, de análise e de intervenção. A interdependência existente entre os diversos níveis torna necessário considerar as características dos demais para formular proposições satisfatórias específicas a determinado nível.

Sinteticamente, P&D pode ser definida como:

A experimentação em escala real e em estreita colaboração com os agricultores dos melhoramentos técnicos, econômicos e sociais dos sistemas de produção e das modalidades de exploração do meio” (JOUVE; MERCOIRET, 1992, p. 30).

Assim, inovação técnica e inovação social são dois aspectos indissociáveis desse processo. A abordagem de P&D é baseada numa constatação muito simples: não basta gerar e experimentar as técnicas que permitem melhorar o funcionamento e a produtividade dos estabelecimentos, também é necessário que os agricultores que administram esses estabelecimentos tenham os recursos necessários para adotar esses melhoramentos e tenham interesse em fazê-lo. São os agricultores, a capacidade de eles mudar, de se apropriar das inovações e de manejar suas conseqüências e implicações que determinam o êxito ou o fracasso das intervenções.

Esse corpo teórico é traduzido nos seguintes princípios práticos que orientam as ações:

- Partir da realidade dos agricultores: Significa que as ações com os agricultores são construídas a partir de uma análise prévia de suas condições reais para evitar propostas preconcebidas. Esse princípio é exercitado por meio de diagnósticos que preparam os técnicos e produtores para a ação. Um aspecto

¹¹ O sistema de produção é definido como a combinação dos fatores de produção utilizados por um produtor e sua família com a finalidade de satisfazer seus objetivos, tomando em conta um determinado contexto social, econômico, administrativo e político. O sistema de produção abrange toda a propriedade: as terras, equipamentos, benfeitorias, os cultivos, as criações, a família do agricultor e o modo como estes diversos componentes interagem.

importante é que o diagnóstico não pode constituir-se num fim em si mesmo, a idéia é: conhecer (diagnosticar) para agir e melhorar a situação. Assim, o diagnóstico torna-se uma ação contínua.

- **Diálogo:** Significa estabelecer uma interação recíproca entre os diferentes atores (técnicos, produtores), ou seja, para haver diálogo é necessário que haja troca de informações e opiniões. Normalmente, os produtores têm a tendência de esperar pela opinião dos técnicos para, posteriormente, apenas concordar com ela. Busca-se antes ouvir as opiniões e argumentações dos agricultores para, a partir delas, realizar novas considerações.
- **Participação:** Entende-se que “participação” é a ação ou efeito de participar. Dessa forma, uma pessoa pode ser parte de uma ação, não apenas estando presente, mas decidindo os rumos que a ação toma, responsabilizando-se por sua execução e comprometendo-se com os resultados (positivos ou negativos) alcançados. Espera-se que os agricultores realizem os planejamentos sempre com a idéia de que as atividades planejadas serão executadas por eles, mas com apoio da equipe técnica. Isso não significa, contudo, que os técnicos abdicuem de sua opinião, mas ela é pautada em informações concretas para dar apoio às decisões e ações dos agricultores.
- **Cooperação:** O princípio da cooperação tem o significado de “operar em conjunto”. Por trás dessa idéia existe a constatação de que será muito difícil para os agricultores familiares conseguirem viabilizar o seu desenvolvimento isoladamente. Espera-se que todas as ações planejadas e realizadas propiciem a agregação dos agricultores em grupos formais ou informais.
- **Parceria:** Significa a interação de atores diferentes na busca de objetivos comuns, mas que não poderiam ser atingidos por eles de maneira isolada. Isso pressupõe que os parceiros não fazem coisas iguais, pelo contrário, fazem coisas diferentes que se somam para alcançar os objetivos. Contudo, é também necessário que eles tenham princípios de atuação semelhantes.
- **Protagonismo:** É a clareza sobre quem é o ator principal do processo de desenvolvimento. Entende-se que só os agricultores poderão realizar o seu desenvolvimento, outros agentes poderão apenas apoiá-los para que eles o façam. Considera-se que o limite entre apoiar ou substituir os agricultores nas ações é muito tênue. Considera-se também que não existe receita sobre a forma

de apoiar os grupos de agricultores, isso dependerá dos estágios de maturidade de cada um deles e das problemáticas encontradas localmente. Contudo, esse apoio é concreto e contínuo.

- **Aprendizagem:** Significa aumentar a capacidade de realização dos atores pela aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades.

Ressalta-se que esses princípios não são aplicados separadamente. Ao contrário, estão sempre articulados, pois se complementam. A visão sistêmica/holística é fundamental para o sucesso das ações. O grande desafio, contudo, consiste em traduzir esses princípios na ação diária das equipes técnicas.

As ações do projeto Unai são baseadas em quatro aspectos complementares e indissociáveis: (1) fortalecimento da organização dos agricultores; (2) melhoria do processo produtivo; (3) manejo dos recursos naturais e da fertilidade do solo; e (4) estabelecimento de relações favoráveis com o mercado (Figura 2).

A metodologia participativa proposta (Figura 2) consiste na realização de diversas fases complementares. A primeira é a elaboração de um diagnóstico rápido e dialogado (no âmbito da produção, dos recursos naturais e da organização social) que permita aos assentados identificar os problemas enfrentados e os potenciais que podem ser explorados para apoiar um processo de planejamento. Para isso, os dados coletados são tratados e devolvidos aos agricultores em uma reunião denominada restituição. Esse é um aspecto enfatizado na metodologia proposta porque o trabalho que está se fazendo com os agricultores não tem um objetivo exclusivo de conhecimento para os técnicos; tem um objetivo operacional: encontrar e implementar respostas adaptadas aos problemas apresentados pelos produtores. Para alcançá-lo, é necessário conhecer a realidade dos sistemas de produção e também conhecer os fatores que determinam a estrutura e o funcionamento deles. Isso justifica todos os levantamentos que serão feitos, mas não é suficiente conhecer esses aspectos. Para as melhorias, é necessário que os produtores se envolvam em uma dinâmica de mudança. Isso não é fácil e eles precisam de apoio. A restituição não só a primeira, mas todas as outras que serão feitas durante o processo, constitui-se em uma maneira de apoiar essa dinâmica interna de mudança.

Após a restituição, iniciou-se a fase de planejamento. A idéia básica era que, a partir do conhecimento da realidade discutida na restituição do diagnóstico, fosse elaborado um plano de desenvolvimento do assentamento. Segundo Gastal et al. (1993), deve ficar claro que, neste plano, devem constar não somente atividades técnicas, como também outros tipos de problemas relacionados à saúde ou à educação, por exemplo, devem ser considerados, pois

nem sempre no trabalho de desenvolvimento a prioridade é a questão tecnológica ou produtiva.

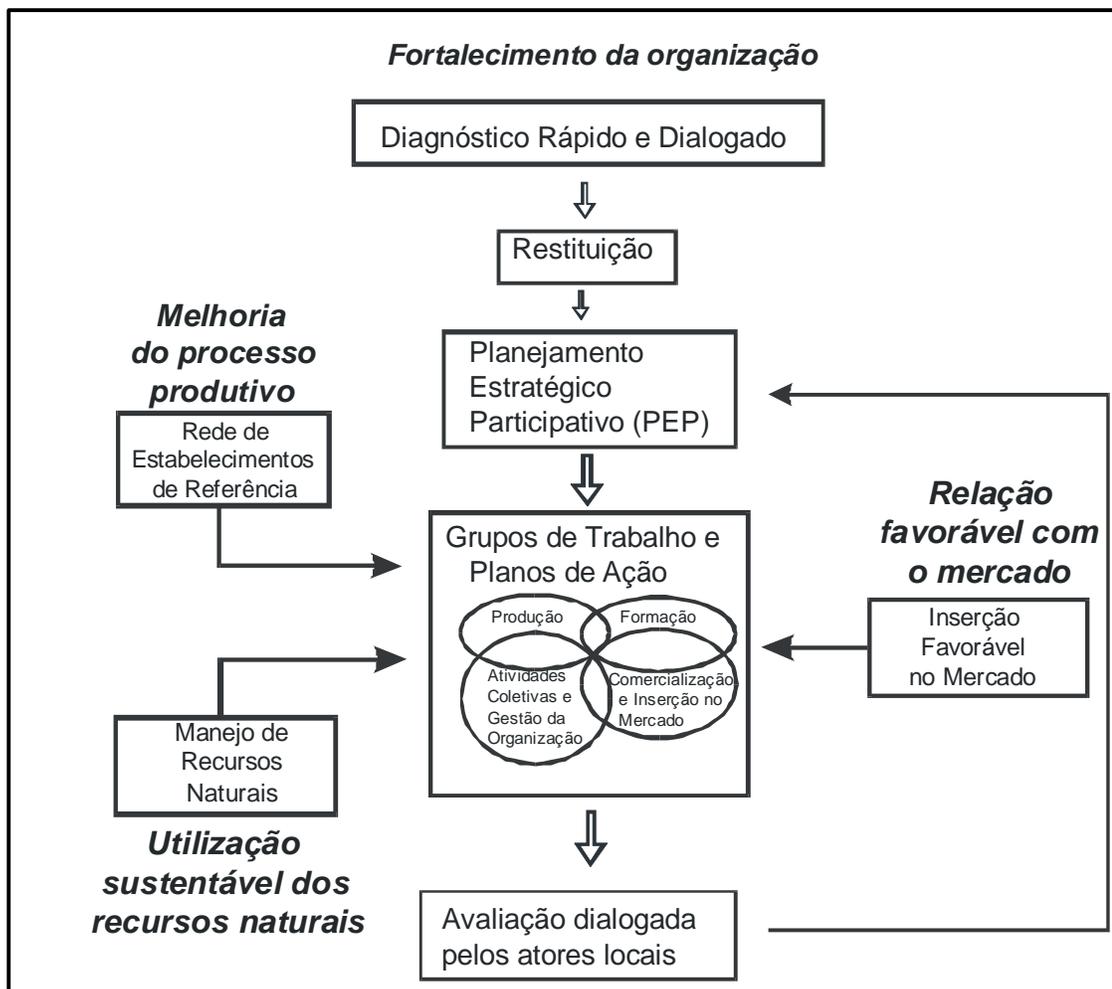


Figura 2- Representação esquemática do dispositivo metodológico utilizado no Projeto Unai.
Fonte: adaptado de Xavier et al., 2004.

Um pressuposto básico do projeto é que o método de planejamento estratégico participativo (PEP) é o mais adequado, tendo em vista a complexidade gerencial das organizações sociais de produtores de base familiar. O PEP é a metodologia que permite às organizações desenvolverem e implementarem, disciplinada e participativamente, um conjunto de estratégias, decisões e ações fundamentais, não só para a sobrevivência, mas cruciais para a eficácia, efetividade e progresso (TURNES, 1997). O PEP é dividido em sete fases que caracterizam o processo, simultaneamente, como estratégico e participativo:

1. Sensibilização sobre a utilidade do planejamento e da importância da participação.

2. O estabelecimento de uma missão que expressa a razão de ser da organização.
3. Análise do ambiente externo, isto é, dos aspectos não controlados pela organização que podem favorecer ou dificultar o alcance da missão.
4. Análise do ambiente interno, ou seja, dos aspectos controlados pela organização que devem ser explorados ou eliminados para que a missão seja cumprida.
5. Definição e priorização de questões estratégicas que são dificuldades ou problemas que têm influência significativa na maneira como a organização funciona ou em sua habilidade de atingir o futuro desejado.
6. Formulação e priorização de propostas para resolver as questões estratégicas. Grupos de trabalho são formados para desenvolver ações específicas para as propostas priorizadas.
7. Finalmente, o processo de formulação do PEP se encerra com a criação de um mecanismo de acompanhamento, avaliação e revisão do “Plano Estratégico”.

As ações dos grupos de produtores, definidos em função das propostas estabelecidas no PEP, são apoiadas por trabalhos específicos no âmbito da produção, da organização e da inserção no mercado.

O suporte à produção articula-se em torno de uma rede de estabelecimentos de referência, selecionada para representar as principais situações em termos de tipos de solo e sistemas de produção. São levantados dados estruturais, de funcionamento e de resultados, nos níveis técnico e socioeconômico. Os dados estruturais são coletados no início e no final de cada ano agrícola e dizem respeito à situação patrimonial e à família: a área da propriedade e sua distribuição, a composição do núcleo familiar, o tamanho do rebanho, os equipamentos, as benfeitorias e os estoques de produtos e insumos. Os dados relacionados ao funcionamento e aos resultados são coletados mensalmente e dizem respeito à caracterização do processo produtivo. São coletados dados sobre os seguintes aspectos: fluxo de caixa (ingressos e gastos do sistema de produção), itinerários técnicos dos cultivos¹², uso de mão-de-obra, manejo do rebanho e informações pluviométricas. As informações são tratadas com o objetivo de produzir referências para dar suporte aos grupos de agricultores com o objetivo de obter melhorias no processo produtivo.

O apoio aos grupos de produtores para estabelecer uma relação favorável com o mercado é feito por meio de estudos focalizando aspectos relacionados à comercialização,

¹² O itinerário técnico é definido como uma combinação lógica e ordenada de técnicas que permitem controlar o meio e obter uma produção.

quer seja na venda de produtos quer seja na compra, estabelecendo estratégias de economia de recursos financeiros.

Os resultados alcançados nos níveis técnico, econômico, social e metodológico são considerados como referências para beneficiar outros assentamentos e comunidades, no município e na região da SR-28, por meio de parcerias com outras instituições.

Finalmente, devido à importância da capacitação de recursos humanos para dar suporte ao processo de desenvolvimento com foco na agricultura familiar, foi estruturado um processo de formação nas dependências da Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola de Unai) pelos parceiros do projeto, denominado Curso Técnico em Agropecuária com Habilitação em DS. Esse curso, coordenado pela Universidade de Brasília (UnB), é desenvolvido no contexto dos programas de formação profissional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e atende jovens assentados da reforma agrária de toda a região do Entorno do Distrito Federal. É uma proposta inovadora, principalmente, no que diz respeito ao seu projeto pedagógico. Foram matriculados 60 alunos em regime de alternância. Parte do tempo foi destinada às atividades presenciais na escola (15 dias a cada dois meses), alternado com atividades na sua comunidade. A perspectiva foi formar técnicos em agropecuária com perfil de agente de desenvolvimento para atuarem nos assentamentos/comunidades.

Os principais resultados alcançados e discutidos com os agricultores referiram-se à dinâmica interna do grupo que, por sua vez, está intimamente relacionada à sua capacidade organizativa. Contudo, alguns dos aspectos socioeconômicos levantados têm forte influência na situação atual dos assentamentos, assim como terão de ser considerados na implementação das soluções para os problemas identificados.

A princípio, pode-se dizer que a dinâmica social identificada nas associações dos três assentamentos foi muito intensa, pois as respostas da maioria dos entrevistados indicaram que existem objetivos claros, os associados estão informados e motivados para alcançá-los, o que acontece por meio de alta participação nas reuniões, nas quais as lideranças têm clareza para discutir os problemas antes de tomar decisões, por meio de diálogo aberto. Além disso, parece haver um ambiente aberto para inovações. Contudo, essa dinâmica favorável não era traduzida por realização de atividades no âmbito coletivo. Em todos os assentamentos, mais da metade dos entrevistados discordaram da afirmação: a maioria dos assentados participa de atividades coletivas, tais como, grupos de trabalho, lavoura comunitária, mutirões, etc. É importante, portanto, questioná-los sobre isso, pois se está tudo tão bem na associação, por que não há condições para realizar atividades coletivas?

Ao que parece, existe uma fragilidade dessas organizações para se tornarem ferramentas concretas e efetivas na busca de soluções relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos associados e da comunidade.

A diversidade dos sistemas de produção e a lógica geral de diferenciação relacionam-se à busca de acumulação de um patrimônio familiar e na estratégia de inserção no mercado. Como as áreas estão limitadas pelo processo de reforma agrária, esse patrimônio é constituído principalmente pelo rebanho. A região é uma importante bacia leiteira, na qual a produção e a produtividade apresentam crescimento desde a década de 1990. Dessa forma, as estratégias dos produtores para inserção no mercado priorizam esse produto, sobretudo, por meio da filiação à Cooperativa (CAPUL) instalada no município. Contudo, para isso é necessário investimento na forma de equipamentos (tanques de resfriamento), infra-estrutura (energia elétrica) e pagamento da taxa de filiação. Essa produção garante o fluxo de caixa e, quando ela não é suficiente, os agricultores recorrem a outras fontes de renda, tais como, a venda de mão-de-obra e a prestação de serviços. Os cultivos, normalmente, cumprem uma função complementar relacionada à alimentação da família e das criações (GASTAL et al., 2003). Assim, os tipos de sistema de produção identificados representam situações de evolução dos produtores para possuir um rebanho produtivo e inserir-se no mercado de leite.

A tipologia de sistemas de produção revelou que, embora sejam todos assentados de reforma agrária, há diferenças marcantes nas formas de exploração. Possivelmente, os problemas enfrentados em cada tipo de sistema de produção, assim como as estratégias para solucioná-los, sejam diferentes. Isso não significa dizer que “cada caso é um caso”, mas é necessário reconhecer que a mesma tecnologia terá empecilhos, formas de adaptação e resultados diferentes em cada tipo de sistema de produção e, em alguns deles, ela não será utilizada.

Foram identificados cinco tipos de sistemas de produção (Figuras 3, 4 e 5).

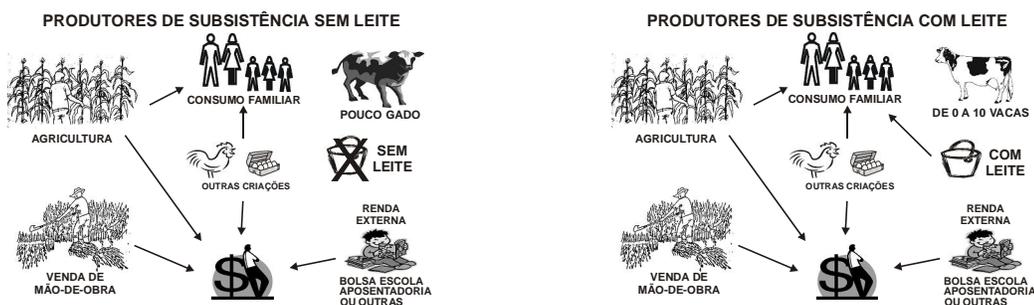


Figura 3- Representação esquemática dos sistemas de produção “Produtores de subsistência que não produzem leite” e “Produtores de subsistência que produzem leite”.

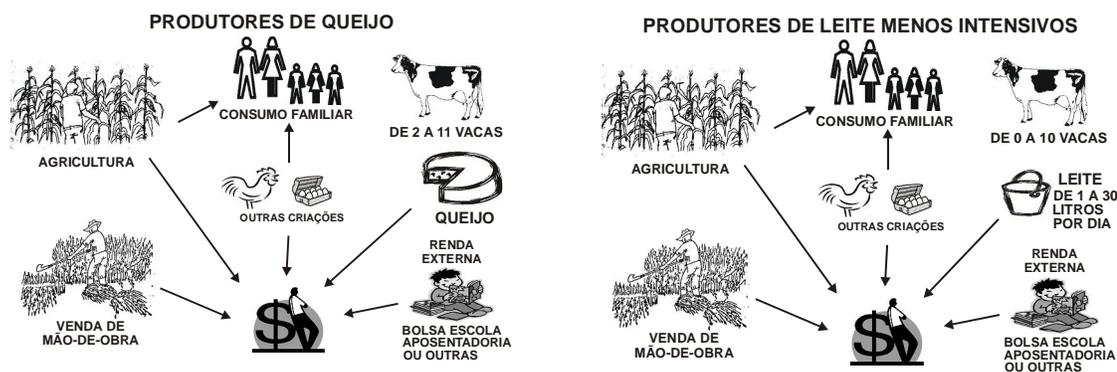


Figura 4 - Representação esquemática dos sistemas de produção “Produtores de queijo” e “Produtores de leite menos intensivos”.

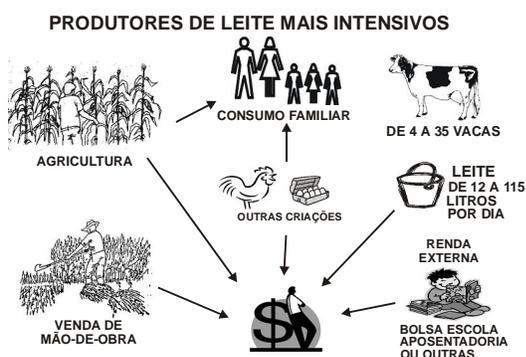


Figura 5 - Representação esquemática do sistema de produção “Produtores de leite mais intensivos”.

O Tipo 1 (Produtores de Subsistência sem Leite) (Figura 3) representa produtores ainda não bem instalados, porque fizeram isso recentemente e ainda não receberam os créditos para os investimentos iniciais ou por que enfrentaram problemas na sua instalação (deficiência de capital própria, falha nas atividades agrícolas). Eles não possuem gado ou tiveram que vendê-lo. O sistema de produção Tipo 2 (Produtores de Subsistência com Leite) (Figura 3), os agricultores possuem gado, mas seu rebanho é pequeno e a qualidade dos animais não permite uma produção suficiente para a venda. O Tipo 3 (Produtores de Queijo) (Figura 4) é semelhante ao Tipo 2, mas esses agricultores transformam sua produção em queijo que é vendido em mercados locais. Ao que parece, essa é uma estratégia dos assentados visando melhorar o preço do produto, quando ele é entregue a atravessadores e não diretamente à cooperativa (CAPUL). Os Tipos 4 (Produtores de Leite menos intensivos) (Figura 4) e 5 (Produtores de Leite mais intensivos) (Figura 5) são os mais inseridos no mercado de leite e se diferenciam pelo nível de intensificação da produção. Considerando o

número crescente do Tipo de Sistema de Produção (do Tipo 1 ao Tipo 5), há um aumento da importância das rendas agrícolas em relação às rendas não agrícolas.

De maneira geral, a proporção de terras cultivadas (pastagens, culturas anuais, capineiras, canavial, silagem) aumenta do Tipo 1 (36% da área total) para o Tipo 5 (79%). Contudo, a proporção da área usada para os cultivos anuais diminui (Tipo 1 - 27% para Tipo 5 - 6%). Isso indica que a área de cultivos anuais é bastante estável para todos os tipos e que as terras adicionais incorporadas ao processo produtivo são destinadas às forragens, como resultado do aumento da produção de leite (SCOPEL et al., 2005).

O milho, a cana e o arroz foram identificados como os cultivos que ocupam as maiores áreas no conjunto dos três assentamentos. De maneira geral, as produtividades foram baixas, 2272 kg/ha e 1092 kg/ha para o milho e o arroz respectivamente. O milho destacou-se como o cultivo mais importante em relação à área plantada (44%), ao número de produtores que o exploram (70%) e à opinião dos produtores quando questionados sobre qual o cultivo mais importante (67%). Foram identificados sete itinerários técnicos para esse cultivo. Contudo, apenas dois deles são empregados por mais da metade dos produtores (58%). Possivelmente, esses itinerários representam as situações de maior equilíbrio de fatores escassos, especialmente, a mão-de-obra e o capital, na forma de mecanização (o trator é alugado) e adubos. A maior parte da produção (78%) é usada para a alimentação dos pequenos animais (aves e suínos) e para o gado durante a estação seca (GASTAL et al., 2003). Em virtude de sua importância, a sustentabilidade dessa produção é fundamental, por isso, ela é concentrada, quando possível, nas terras de maior fertilidade.

Contudo, foram identificados diversos problemas que comprometem essa produção. Grande parcela dos agricultores (22,4%) desconhece as variedades plantadas ou confunde a variedade com o nome da empresa que a comercializa (28,4%). Normalmente, são utilizados híbridos e não foi identificado o uso de variedades crioulas. O plantio desse material de alto potencial produtivo contrasta com o baixo uso de fertilizantes. Adicionalmente, há uma confusão sobre as diferenças entre adubação de plantio e cobertura (GASTAL et al., 2003).

Os agricultores não possuem o trator e alugam o equipamento para realizar o preparo de solo. Esse preparo envolve de uma a três passagens de grade. Esse fato, além do alto custo da hora máquina, causa pelo menos três problemas: (a) atraso nas datas de plantio; (b) baixa qualidade do preparo de solo, pois o fato de o serviço ser contratado não dá oportunidade aos produtores de escolha em termos de implementos, data, velocidade e profundidade de trabalho; (c) baixa qualidade e elevada heterogeneidade do plantio. Como consequência, há alta infestação de ervas daninhas que é potencializada pelo fato de haver grande intervalo

entre o último controle e a colheita (realizada manualmente). Dessa forma, as invasoras podem reproduzir-se livremente, aumentando o banco de sementes para o próximo ano. A repetição desse tipo de manejo explica por que, depois de alguns anos, os produtores enfrentam dificuldades severas para controlar eficazmente as invasoras. Isso gera conseqüências bastante negativas em termos de competição entre o milho e as invasoras, além de elevar a carga de trabalho e os custos de produção e, por fim, prejudica a produtividade e a rentabilidade (SCOPEL et al., 2005).

Na pecuária, foram identificados os seguintes problemas: (a) reserva de alimentação para sustentar o rebanho no período da seca; (b) uso elevado de concentrado para complementar a deficiência de alimentação volumosa na seca, aumentando o custo da suplementação; (c) baixa produção durante a seca; (d) pastagens sem divisão, dificultando o manejo e o aproveitamento; (e) pastagens degradadas.

Em face desses problemas, foram propostas diversas tecnologias que se encontram em teste pelos assentados nos níveis da rede estabelecimentos de referência e dos grupos de produtores. Tomando como base a tipologia de inovações feita por Lefort (1987), segundo a natureza do impacto delas sobre o sistema de produção, as principais tecnologias propostas podem ser classificadas conforme o Quadro 11.

Inovações Adicionais	Inovações Modificadoras	Inovações Transformadoras
Não modificam o equilíbrio geral do funcionamento do sistema de produção nem aumentam o risco	Modificam particularmente a organização e a quantidade do trabalho e a mobilização dos recursos financeiros	Provocam transformação de uma parte da estrutura do sistema de produção, além de modificações no seu funcionamento
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na densidade de plantio dos cultivos • Realização do controle de invasoras nos primeiros 30 dias dos cultivos • Uso de leguminosas no meio das lavouras para adubação verde e formação de reserva para a seca • Uso de calcário para correção de solo • Uso de gesso para correção de alumínio em maior profundidade no perfil do solo • Uso de variedades melhoradas de milho, mandioca, arroz e feijão 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da adubação dos cultivos • Aumento das áreas de cana para suplementação do rebanho no período da seca • Intensificação da alimentação do rebanho durante a seca (uso de cana+uréia) • Manejo de pastagens, particularmente, a recuperação e a implantação de pastagens através da agricultura, principalmente, nos cultivos de milho e arroz • Uso de terraceamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso do Sistema de Plantio Direto (SPD) com maquinário de tração animal

Quadro 11 - Classificação das tecnologias propostas aos assentados.

Fonte: de acordo com a tipologia de inovações desenvolvida por Lefort (1987).

De maneira operacional, procura-se o estabelecimento de propostas técnicas que permitam melhoria progressiva dos sistemas de produção. Busca-se aumentar o desempenho atual do sistema, incrementando de maneira significativa a eficiência técnica das funções de

produção existentes, sem, no entanto, introduzir mudanças fundamentais. Sendo muitas vezes sistemas que ainda podem ser melhorados, as margens de progresso¹³ são importantes e permitem uma evolução significativa e rápida dos resultados.

Nas propostas, a progressão é específica para cada estabelecimento ou grupo, podendo ser lenta ou rápida em função da demanda de mudanças tecnológicas de cada produtor e dos resultados alcançados.

A introdução do Sistema de Plantio Direto (SPD) é uma inovação promissora, contudo, algumas considerações devem ser feitas. No Brasil, o SPD é utilizado em mais de 18 milhões de hectares (DERPSCH; BENITES, 2003). Sua adoção tem sido realizada principalmente por grandes produtores, embora, em algumas regiões do sul do país, exista o uso de SPD por parte de pequenos produtores familiares. Obviamente, as modalidades de adoção irão variar fortemente dependendo de cada região e das condições específicas dos produtores (LANDERS, 2001; EKBOIR, 2003; RIBEIRO et al., 2005). Na região dos Cerrados, contudo, o uso do SPD pelos agricultores familiares é muito incipiente (SCOPEL et al., 2005).

Diferentemente das “Inovações Adicionais” e mesmo das “Inovações Modificadoras” que, geralmente, não precisam de experimentação, pois são tecnologias bem conhecidas, o SPD é uma “Inovação Transformadora” sobre a qual existe pouco conhecimento de seu uso no âmbito da agricultura familiar na região dos Cerrados. Assim, foram consideradas as dificuldades enfrentadas pelos assentados, de maneira especial, sua limitada flexibilidade econômica, a alta sensibilidade em face do risco e, conseqüentemente, sua atitude cautelosa para com a mudança técnica. O desenvolvimento desses novos sistemas de cultivo, sua avaliação e sua apropriação pelos produtores estão sendo pensados de modo participativo e dentro do contexto do processo de desenvolvimento econômico e social desses produtores. Foram formados grupos de interesse nos assentamentos visando consolidar um dispositivo facilitador do processo, pois, conforme Sabourin et al. (2001), embora a produção e a adaptação de inovações pelos agricultores seja um fenômeno realizado na prática, essencialmente no nível do indivíduo, no marco de uma parcela, de um rebanho, de uma

¹³ A margem de progresso é entendida como um instrumento de apoio à mudança técnica no âmbito do estabelecimento. Trata-se de identificar em que setor ou setores do sistema uma mudança tecnológica pode propiciar o maior ganho no resultado econômico global, sendo compatível com o risco, com a força de trabalho disponível e com os recursos financeiros. De maneira sintética, cabe aos técnicos e produtores questionarem-se acerca da possibilidade de melhoria dos resultados das produções dentro das práticas já utilizadas pelos agricultores. A aplicação deste princípio propicia a possibilidade de influir consideravelmente nos rendimentos sem incrementar significativamente o risco (BONNAL et al., 1994; ZOBY et al., 2003).

unidade de produção, esse mecanismo é alimentado por informações, práticas e referências produzidas no âmbito coletivo.

Não se trata, contudo, de estabelecer uma relação de causa e efeito entre as tecnologias utilizadas e os resultados alcançados pelos sistemas de produção, visto que esses são produtos das diversas interações que ocorrem dentro desses sistemas, aliados à influência do meio externo. Nesse aspecto, os resultados desse conjunto de propostas dependem do fortalecimento da organização dos agricultores como uma ferramenta de capacitação e também para diminuir os custos de transação no que diz respeito à intensificação da produção e à relação com o mercado.

Para isso, ressalta-se que é difícil dissociar as inovações técnicas das sociais. É nesse contexto que o planejamento participativo tem funcionado como uma ferramenta poderosa e concreta para apoiar o fortalecimento das organizações dos agricultores e a viabilização de sua produção.

Os resultados alcançados até o momento pelo uso da metodologia proposta podem ser visualizados no Quadro 12.

Resultados de pesquisa	Resultados em termos de desenvolvimento
<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização e avaliação das organizações sociais existentes nos assentamentos • Avaliação da gestão das organizações sociais • Identificação dos tipos de produtores e de itinerários técnicos existentes • Caracterização estrutural, funcional e de resultados nos níveis técnicos e socioeconômicos dos diferentes tipos de sistemas de produção • Geração de referências locais de natureza técnica, econômica e social (gestão de tanques coletivos de leite, produção de milho, canais de comercialização de frutos nativos do Bioma Cerrado - pequi e baru) • Validação da metodologia de planejamento estratégico participativo (PEP) para elaboração de planos de desenvolvimento dos assentamentos • Identificação de instrumentais metodológicos de fácil manuseio para inserção da agricultura familiar no mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de tanques coletivos de resfriamento de leite que permitiram aumento real de 11% no preço recebido pelo produto • Instalação de salas de educação/ou alfabetização de para adultos. • Início de construção de pontes para facilitar o acesso aos assentamentos • Instalação de campo coletivo de multiplicação de sementes de milho e capacitação, a partir das demandas dos assentados, em tecnologias de produção (agricultura e pecuária) • Instalação de unidades de pesquisa participativa de variedades de mandioca • Aquisição coletiva de mudas de banana com redução de 33% no preço • Formação de grupos de interesse de artesanato e exploração de plantas nativas do Bioma Cerrado • Implantação de lavoura comunitária • Utilização de tecnologia de plantio direto como estratégia para diminuir a dependência de mecanização agrícola. • Capacitação de pesquisadores, agentes de desenvolvimento e produtores no enfoque de P&D para promover o desenvolvimento da agricultura familiar • Formação de 54 técnicos em agropecuária com perfil de agentes de DS

Quadro 12 - Síntese dos resultados do Projeto Unai.

Cabe destacar que a maior parte dos resultados em termos de desenvolvimento consiste na execução das propostas priorizadas nos planos estratégicos participativos de

desenvolvimento de cada assentamento. Fundamentalmente, buscou-se que as propostas fossem implantadas pelas famílias de assentados com apoio da equipe técnica do projeto. Apesar desses resultados, é importante frisar que ainda perduram problemas relacionados aos aspectos técnicos e, principalmente, aos organizativos. A mudança reside, contudo, na postura dos produtores para enfrentar esses problemas.

Trata-se de um processo de pesquisa-capacitação-desenvolvimento que busca gerar conhecimentos técnicos e metodológicos úteis e adaptados para apoiar o DS da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária. Essa metodologia está baseada no trabalho com grupos de produtores o qual permite, por um lado, minimizar o problema de escassez de recursos humanos por parte das instituições de assistência técnica, propiciando maior eficiência do pouco recurso existente e, por outro lado, permite fortalecer e capacitar os assentados e suas organizações, facilitando seu relacionamento com outros segmentos e instituições. Isso favorece a negociação de aspectos sociais relacionados à saúde, à educação, à infra-estrutura, entre outros, e a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. Nesse contexto, os principais ensinamentos são destacados a seguir:

- Para alcançar o DS é preciso articular inovações técnicas, econômicas e sociais. O olhar temático das questões relacionadas ao desenvolvimento, a identificação de problemas únicos e de apenas uma solução para cada um deles é uma abordagem limitada para enfrentar os desafios da agricultura familiar. No aspecto técnico cabe ressaltar a importância da identificação dos problemas antes de propor soluções.
- O desenvolvimento dos assentados da reforma agrária é um processo de formação e de capacitação dos atores envolvidos. Nesse sentido, é necessária forte mudança na postura desses atores. Aos técnicos cabe admitir que o produtor tem muito a contribuir na construção de novos conhecimentos e na resolução dos problemas identificados. Em relação aos produtores torna-se fundamental abandonar a passividade embutida na idéia de que um agente externo será sempre necessário para resolver os seus problemas. Contudo, essa mudança só ocorre se houver verdadeira interação entre esses atores.
- A organização é uma poderosa ferramenta para impulsionar o desenvolvimento dos assentados, se ela estiver fortalecida. Uma organização forte é aquela em que seus membros são capazes de realizar ações coletivas que beneficiem seus integrantes, o assentamento, o município, a região. Nesse sentido, o fato de haver uma organização formal significa muito pouco

em termos de operacionalização de ações de desenvolvimento ou de políticas públicas.

Esse processo como um todo conscientizou as famílias sobre a necessidade de a comunidade organizar-se e capacitar os seus integrantes na busca de soluções para os seus problemas, responsabilizando-se por essa busca.

Contudo, se os resultados ficarem restritos apenas aos três assentamentos, pouco terá sido feito em termos do desenvolvimento local. Torna-se clara a necessidade de maior articulação dos diversos atores locais para dar suporte ao processo de DS dos assentamentos de reforma agrária e das organizações de pequenos produtores no âmbito municipal. Nesse contexto, articulou-se uma rede de atores locais na qual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unai (STR) assumiu o papel-chave de agrupar e motivar os agricultores e suas organizações, assim como dar suporte técnico para as ações de apoio ao desenvolvimento. Para isso, o STR estruturou um corpo técnico por meio dos profissionais formados pelo Curso Técnico em Agropecuária e DS da Escola Agrícola de Unai. Esses técnicos estão atuando como agentes de desenvolvimento local em 19 assentamentos/comunidades (aproximadamente 800 famílias), empregando as referências metodológicas, técnicas e socioeconômicas geradas pelo Projeto Unai.

Trata-se, portanto, de um processo de inovação que necessita ser construído, implantado e acompanhado de maneira coordenada por todos os agentes envolvidos localmente no apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar do município, baseado mais em princípios e atitudes que em receitas metodológicas. Recentemente, esse enfoque foi sistematizado para dinamizar colaborações e parcerias mais formalizadas e transparentes entre os assentados, as suas organizações representativas e os serviços públicos. As experiências começaram em torno de dispositivos de inovação (técnica, institucional e social) sob o nome de CIP, Construção de Inovação em Parceria (TRIOMPHE; SABOURIN, 2006).

3.2 A representatividade dos três assentamentos participantes do projeto Unai

A metodologia participativa de intervenção no meio real proposta pelo projeto Unai está sendo validada em três assentamentos representativos da realidade do município e da região do DF e do Entorno, da qual a Superintendência Regional 28 do Inra é responsável.

Isso possibilitou aproveitar a representatividade desses três assentamentos para pesquisar a representação social do DRS e sustentabilidade, objeto desta tese.

A representatividade é uma característica comum buscada na atividade de pesquisa, porém, no projeto Unai, a equipe não advoga o emprego da rigidez do método estatístico.

Apenas, defende o uso mínimo de instrumentos que permitam que os resultados possam ser indicados e reproduzíveis em outras situações semelhantes. É estabelecer determinado domínio a que pode ser extrapolado um dado resultado, tecnologia ou método. Visto que, parte da dificuldade encontrada na transferência de tecnologias no meio rural pode ser explicada pela desconsideração disso.

Em geral, as equipes locais da extensão rural são pequenas e dispõem de poucos recursos. Frequentemente, essas equipes enfrentam dilemas complexos como a escolha, dentro de um grande número de opções de comunidades rurais ou assentamentos a serem trabalhados em função de sua capacidade operacional. Há também que se observar a política da instituição quanto a responsabilidade e o desenvolvimento do município como um todo, dificultando, perante os próprios produtores, justificar a priorização de determinadas comunidades ou assentamentos.

No projeto Unai esse dilema foi contornado usando, propositalmente, o termo “definição” ao contrário de “escolha” para tal processo. É mais correto considerá-lo como uma definição consensual entre produtores e técnicos do que a uma simples escolha por suas características de transparência, diálogo e participação.

O que definiu, desde o início do projeto, a atuação em três assentamentos foi a capacidade operacional da equipe.

Para que os resultados obtidos pelo projeto pudessem ser utilizados como referências por outros assentamentos da região, fez-se necessário estabelecer um processo de definição de três assentamentos mais representativos da diversidade do município em termos técnicos, econômicos, sociais e ambientais que é descrito com detalhes por Gastal et al. (2003).

Para isso foi estabelecida a seguinte estratégia (Figura 6):

1. Apresentar o projeto para as lideranças de todos os assentamentos do município (23);
2. Levantar informações sobre os assentamentos por meio de questionário com essas lideranças;
3. Dar um prazo para que as lideranças explicassem o projeto em seus assentamentos e confirmassem ou não o interesse de participar;
4. Analisar as informações e identificar os assentamentos mais representativos;
5. Revisitar os produtores entrevistados para confirmar a representatividade dos dados levantados nos questionários; investigar essa representatividade também em termos ambientais; e, coletar informações mais detalhadas sobre os assentamentos ;

6. Definir em comum acordo com a participação de lideranças de todos os assentamentos os três mais representativos para serem trabalhados no projeto.

O convite às lideranças foi feito em visitas dos técnicos aos assentamentos, com apoio da equipe da Emater, de profissionais da Secretaria Municipal de Agricultura e da Escola Agrícola Juvêncio Martins Ferreira. Adicionalmente, divulgou-se a reunião por meio do programa de rádio do escritório local da Emater.

A apresentação foi feita nas dependências da Escola Agrícola. Após, as lideranças de cada assentamento responderam a um questionário sobre seus assentamentos (Anexo 1). Nessa ocasião foram coletadas informações de 13 assentamentos.

Posteriormente, foram visitados mais sete assentamentos para coleta das informações. Dos 23 assentamentos do município foram coletadas informações sobre 20, representando 86,95% do universo. Não foram coletadas informações de três assentamentos pelos seguintes motivos: dois não estavam ainda com sua situação regularizada, caracterizando-se como acampamento e outro, localiza-se perto da divisa de Unai, MG, com Luziânia, GO, mantendo uma maior relação com esse município que em termos práticos, o exclui do âmbito de atuação das equipes técnicas locais

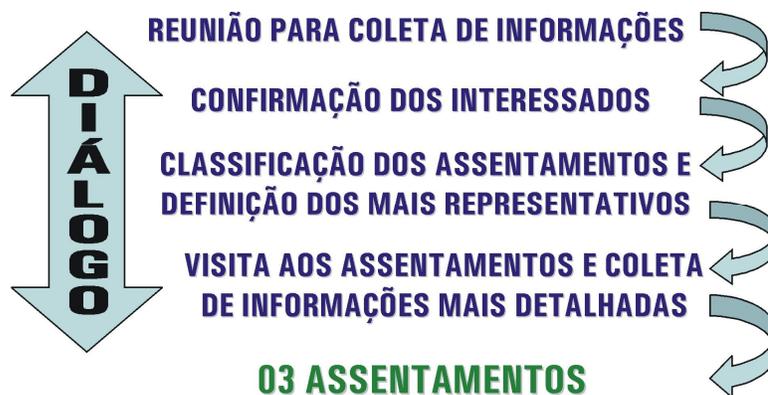


Figura 6- Estratégia de definição dos assentamentos mais representativos da diversidade do Município de Unai.

Uma primeira análise das informações obtidas possibilitou ter uma idéia da diversidade e do perfil geral dos assentamentos e, estabelecer os principais critérios a serem utilizados na identificação dos assentamentos representativos. Foi fundamental o apoio dos técnicos locais nesse trabalho, tendo em vista seu maior conhecimento da realidade o que enriqueceu o processo de discussão e definição dos critérios.

Estes foram divididos em dois grupos: critérios técnicos e operacionais.

Os critérios técnicos são aqueles que definem a representatividade esperada e são:

- a) Tipos de sistemas de produção; representar a variabilidade encontrada em termos de sistemas de produção em uso e de tamanho dos lotes;
- b) Recursos naturais; representar a variabilidade dos tipos de solo encontrados nos assentamentos do município e na região compreendida pelo Incra/SR 28;
- c) Tempo de assentamento; representar a variabilidade encontrada em termos de tempo de implantação do assentamento levando em consideração o tempo mínimo necessário para que os lotes se caracterizem como sistemas de produção;
- d) Organização social: representar a variabilidade encontrada no que se refere ao número de famílias residentes no assentamento e a existência de atividades coletivas.

Os critérios operacionais são características que podem de alguma forma prejudicar o andamento do projeto e minimizar o gasto de recursos financeiros. Todavia, os critérios operacionais seriam utilizados apenas para o desempate entre situações semelhantes, sem desrespeitar a representatividade. São elas:

- a) Facilidade de acesso; seriam prioritários aqueles sem problemas de acesso durante todo o ano e mais perto da sede do município;
- b) Organização social; seriam prioritários aqueles com número de famílias residentes menor para poder trabalhar com um número maior de assentamentos do que com poucos grandes;
- c) Localização; esse critério foi sugerido pelas próprias lideranças dos assentamentos na reunião de apresentação do projeto já que há uma distribuição espacial dos assentamentos em três regiões bem definidas do município, o que facilitaria a irradiação/propagação/difusão dos resultados (Figura 7). Na discussão, ficou acertado que havendo respeito à representatividade em termos dos critérios técnicos esse critério poderia ser utilizado.

Em nenhum assentamento, houve recusa em participar do projeto. Todos se mostraram interessados. Assim, os 20 assentamentos onde foram coletadas informações foram considerados na análise da representatividade.

Na Figura 8 são apresentadas todas as etapas realizadas para identificação dos assentamentos mais representativos.

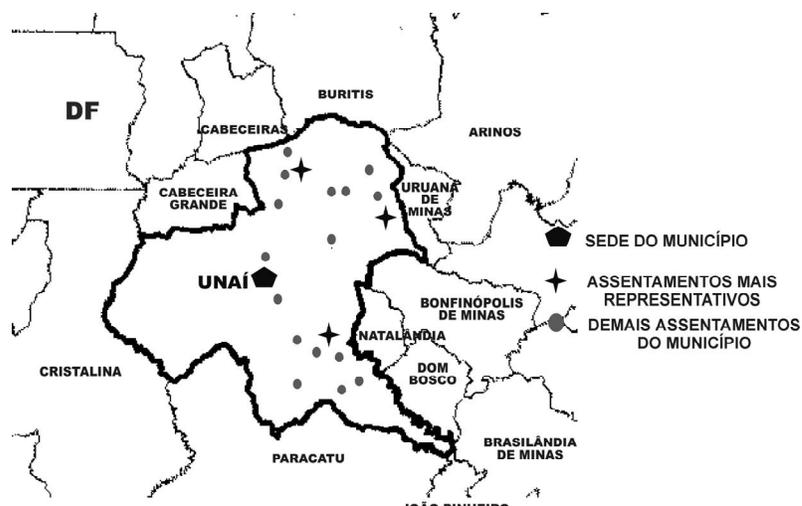


Figura 7- Localização dos assentamentos no Município de Unaí, MG.

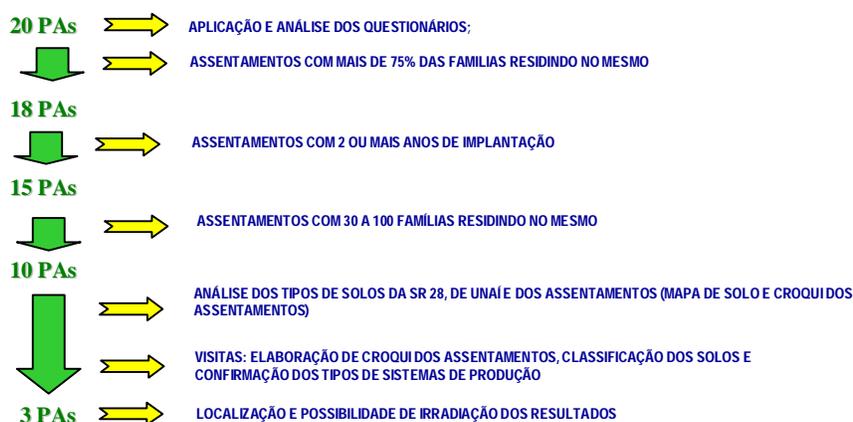


Figura 8- Etapas da identificação dos projetos de assentamento (PAs) mais representativos do Município de Unaí, MG.

Para analisar a representatividade dos assentamentos foram associadas consultas do banco de dados com planilhas para obtenção de estatísticas.

As estatísticas utilizadas foram simples, análises de frequências, médias, variância e desvio-padrão.

A primeira variável encontrada para definir a representatividade foi o percentual de famílias residentes no assentamento. Dos 20 assentamentos em 18 residem mais de 72% das famílias (Tabela 4).

Posteriormente, foi utilizado o tempo de implantação dos assentamentos. Dos 18 assentamentos 15 possuíam mais de dois anos de implantação (Tabela 4).

A variável, número de famílias que corresponde ao tamanho do assentamento (número de lotes) possibilitou agrupar 10 assentamentos dos 15 já agrupados.

Os sistemas de produção presentes nos assentamentos foram agrupados em 4 tipos:

- a) Agricultores de subsistência. A renda do sistema de produção é composta da renda externa (venda de mão-de-obra), aposentadoria, bolsa-escola ou outras formas e venda de excedente da produção para consumo da família;
- b) Agricultores de subsistência com pecuária. A composição da renda é a mesma do grupo anterior diferenciando-se apenas pelo fato que estes já possuem gado. Isso significa um maior grau de capitalização. Essa pecuária é inicial, pois não participa da vendas da propriedade;
- c) Pecuária de leite. São sistemas em que não ocorre a entrada de rendas externas. A renda do sistema é proveniente da agricultura para consumo e da pecuária. Nestes sistemas há a venda de leite, normalmente *in natura* para indústria; e,
- d) Pecuáristas de leite mais renda não agrícola. Basicamente, é o mesmo tipo anterior com a entrada de renda externa. O leite pode ser vendido *in natura* ou na forma de queijo.

Tabela 4- Ano de criação, tempo de instalação, percentual e número de famílias que residem nos assentamentos e distância deles a Unaí, MG.

NÚMERO DO ASSENTAMENTO	ANO DE CRIAÇÃO	ANOS DE INSTALAÇÃO	% FAMÍLIAS QUE RESIDEM	NÚM. FAM. QUE RESIDEM	DISTÂNCIA de UNAÍ
1	1998	4	96,15	75,0	52,00
2	1998	4	50,00	8,0	33,00
3	1997	5	100,00	45,0	27,00
4	1995	7	92,86	39,0	56,00
5	1998	4	100,00	7,0	12,00
6	1998	4	63,49	40,0	71,00
7	1997	5	76,92	30,0	50,00
8	1989	13	97,50	78,0	30,00
9	1996	6	94,00	94,0	56,00
10	1987	15	97,81	179,0	60,00
11	1999	3	75,47	80,0	70,00
12	1991	11	84,13	53,0	80,00
13	1999	3	72,73	40,0	82,00
14	2002	0	100,00	44,0	100,00
15	2001	1	96,55	28,0	90,00
16	1999	3	93,33	56,0	78,00
17	2002	0	100,00	33,0	16,00
18	1996	6	76,92	100,0	60,00
19	1976	26	100,00	160,0	60,00
20	1999	3	90,99	101,0	90,00
MÉDIA					58,65
MÍNIMO					12,00
MÁXIMO					100,00

Foi preparada uma representação gráfica dos quatro tipos de sistemas de produção, mostrando a evolução dos sistemas (Figura 9) que foi utilizada para explicá-los aos produtores.

Os produtores foram revisitados para confirmar (a) a representatividade dos dados levantados nos questionários; (b) investigar sua representatividade em termos ambientais; e (c) coletar informações mais detalhadas sobre os dez assentamentos objeto da pesquisa.

Um guia foi elaborado para entrevistar moradores dos assentamentos visitados (Anexo 2). Nessas entrevistas buscava-se observar características comportamentais e da dinâmica interna do grupo por meio dos seguintes indicadores: objetivos comuns do grupo, motivação, comunicação interna, liderança, processo decisório, inovação e relacionamentos internos. Também eram coletadas informações sobre o histórico do entrevistado e do grupo desde o período de regularização dos lotes até aquela data e sobre pendência na regularização do assentamento e dos lotes que atrapalhasse a exploração.

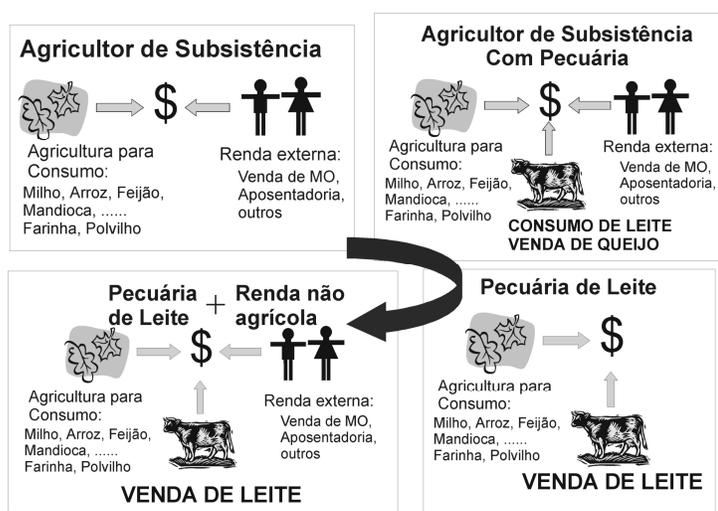


Figura 9- Representação dos tipos de sistemas de sistemas de produção encontrados nos assentamentos de Unaí, MG.

Nessas visitas, a representatividade ambiental foi analisada a partir da ocorrência dos tipos de solo Aluvial, Latossolo Vermelho-Escuro, Latossolo Vermelho-Amarelo, Cambissolo Distróficos e Cabissolos Eutróficos característicos do Município de Unaí. A presença de Areia Quartzosa é pequena no município.

Optou-se por considerar os tipos de solo por sua grande influência na determinação do ambiente e pela facilidade com que, normalmente, os técnicos de campo manejam esse conhecimento.

As visitas foram acompanhadas por um ou mais produtores de cada assentamento. Eles desenhavam um croqui do assentamento diferenciando os tipos de solo presentes. Em seguida, cada solo era visitado e classificado pela equipe de técnicos do projeto.

Para aferir a classificação de solos dos três assentamentos definidos, realizada pela equipe técnica do projeto, participaram outros pesquisadores da Embrapa Cerrados especialistas dessa área.

Na Tabela 5, são apresentados os 10 assentamentos visitados e sua representação quanto aos tipos de solo e sistemas de produção.

No processo de identificação dos assentamentos mais representativos, buscou-se um assentamento com forte presença de Areia Quartzosa para ter uma representação ambiental também da SR-28 do Incra.

De posse dessas informações, realizou-se uma apresentação de todo o processo para as lideranças dos assentamentos do município. Repetiu-se a apresentação do projeto reforçando os pontos mais importantes. Novos *slides* foram preparados para aperfeiçoar a apresentação e melhorar a compreensão do projeto pelos produtores. Isso foi essencial para estimular a participação deles. É uma estratégia utilizada permanentemente no projeto.

Tabela 5- Ocorrência dos tipos de solo e sistemas de produção, nos assentamentos, no Município de Unai e na Incra SR 28.

ASSENTAMENTOS	SOLOS DE BAIXA FERTILIDADE				SOLOS FÉRTEIS		TIPOS DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO			
	LE	LV	Cd	Aq	Ce	A	1	2	3	4
N° 7	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
N° 16	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
N° 3	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
N° 11	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
N° 9	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
N° 12	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
N° 8	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
N° 4	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
N° 1	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
N° 13	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
UNAI	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨
Incra SR-28	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨	▨

A participação efetiva dos representantes possibilitou uma discussão profunda, os produtores presentes à reunião definiram por consenso os três assentamentos identificados como mais representativos para participar do projeto: n^{os} 1, 4 e 13 (Tabela 4).

4. A ANÁLISE DO DISCURSO

Nas Ciências Sociais, segundo Minayo (1995), as representações sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a e questionando-a. Elas não conformam a realidade, o que impede que elas sejam tomadas como verdades científicas, visto que isso seria reduzir a realidade à concepção que os homens fazem dela.

Isso reforça a mediação privilegiada dada à linguagem para compreensão das representações sociais, pois a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. Ela é fundamental, particularmente, quando se trata da comunicação da vida cotidiana. Para Minayo (1995, p. 110): “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama para as relações sociais em todos os domínios”.

Essa relação entre as representações sociais e a linguagem aponta para a necessidade de lançar mão de métodos que permitam analisar o discurso dos indivíduos que constroem as mesmas.

O discurso converteu-se em objeto de análise, de estudo e de debate nas ciências sociais por muitas razões diferentes que também, designou a expressão “análise de discurso” (AD). Na sua origem, AD designava uma área da lingüística que posteriormente foi sofrendo contribuições de diversas Ciências como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Comunicação, a Filosofia, dentre outras que desenvolveram também métodos específicos de análise (NOGUEIRA, 2001; IÑIGUES, 2004a; ORLANDI, 2003; CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

A AD envolve a reflexão acerca das condições de produção dos textos analisados, as quais o situam em um contexto histórico-ideológico mais amplo (ORLANDI, 2003). Essa autora defende que a análise de discurso busca desvendar os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem, não se tratando nem de uma teoria descritiva nem explicativa, mas com o intuito de constituir uma proposta crítica que problematiza as formas de reflexão acerca dos discursos (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

Para Nogueira (2001) não existe uma única definição de AD que possa conter toda a variedade de teorias e práticas que atualmente se encontram sob esta designação. No que diz respeito às definições da AD, existem várias, desde orientações mais lingüísticas até mais psicossociológicas, e nenhuma pretende ser absolutamente definitiva.

O “Discurso acerca do Discurso” tem mudado muito rapidamente nas Ciências Sociais. Ele foi adquirindo cada vez maior sofisticação técnica e teórica e trazendo, ao mesmo tempo, significados e conotações adicionais. Para alguns a AD diz respeito a uma forma

relativamente restrita e “estreita” que se concentra na análise de frases ou conversas entre duas pessoas (análise conversacional) outros vêem o discurso como sinônimo de todo o sistema social, no qual os discursos constituem literalmente o mundo social e político como é o caso da Psicologia Discursiva/repertórios interpretativos e da Análise Crítica do Discurso (TAYLOR, 2001 apud NOGUEIRA, 2001).

Isso tem tido um efeito interessante no sentido de quebrar de barreiras disciplinares entre os vários domínios das ciências sociais, já que muita pesquisa de AD é realizada em muitas áreas, quer na Sociologia, Psicologia, Comunicação, estudos literários, políticos dentre outras. E que a tem configurado não só como método(s), mas como também uma perspectiva sobre a natureza da linguagem e da sua relação com questões centrais das ciências sociais (NOGUEIRA, 2001).

Sob o nome de AD existem rótulos, nomes e perspectivas múltiplas e muito diferentes, com princípios, características e procedimentos também diferentes. Uma ampla variedade que descrevesse todas seria por si só um objeto de tese. Cada perspectiva na AD apresenta certos fundamentos e descreve certas raízes. Para estudo das representações, nas ciências sociais, quatro contextos são particularmente interessantes: (a) o “Giro lingüístico”, (b) a Teoria dos atos de fala, (c) a “Pragmática lingüística”, e (d) a “Etnometodologia”. Como também, não é possível desconsiderar a obra de Michel Foulcaut (IÑIGUES, 2004a).

4.1 O Giro Lingüístico

Para Gracia (2004), o “giro lingüístico” permitiu que surgissem novos significados para aquilo que se costuma entender pelo termo “realidade”, tanto “social” ou “cultural” quanto “natural” ou “física”, a partir de sua contribuição ao esboço de novos conceitos sobre a natureza do conhecimento seja no sentido comum, seja no científico.

A relevância do “giro lingüístico” foi no fato de contrapor a linguagem cotidiana, o que nós dizemos quando falamos, à linguagem científica especializada e formal, suscitando a pergunta sobre se é ou não necessário elaborar uma linguagem própria, capaz de explicar como é o mundo (IÑIGUES, 2004a).

Para Iñigues (2004) a partir do trabalho de Rorty em 1967 que dá nome a esse movimento há uma dignificação da linguagem cotidiana que se converte na única linguagem possível, com um rebaixamento da linguagem formal para ocupar o espaço da cotidiana.

Em conseqüência, isso abre caminho para duas dimensões fundamentais:

- 1) Para que se converta o trabalho da ciência em uma prática social a mais, igual a qualquer outra; porque as pessoas que se dedicam a fazer ciência utilizam a linguagem da mesma maneira que as não cientistas;
- 2) Para uma fundamentação epistemológica mais importante da ciência social crítica que é o trabalho anti-representacionista de Rorty.

Para Iñiguez (2004, p.56):

O impacto dessa idéia tão simples no âmbito das ciências sociais e humanas foi fundamental porque fez desaparecer, deslegitimou de maneira total, toda a pretensão da linguagem científica, e tirou dela qualquer tipo de validade, igualando a prática das pessoas que se dedicam a fazer ciência às práticas de qualquer pessoa comum que anda pela rua.

O giro lingüístico fez desaparecer a suposta superioridade, adequabilidade, reprodutibilidade, capacidade heurística e outras, das linguagens formais e torna possível pensar que não é preciso ir mais além da maneira como as pessoas comuns interpretam, fazem e constroem a realidade.

4.2 A Teoria dos Atos de Fala

A “Teoria dos atos de fala” desenvolvida por John Austin considera que falar não serve unicamente para descrever o mundo, mas também para fazer coisas (SEARLE, 2000; 2002; IÑIGUES, 2004a).

Essa teoria estabelece uma diferença entre expressões *constatativas* e expressões *realizativas*. As primeiras são aquelas que descrevem o mundo ou as coisas que fazem parte do mundo e que, conseqüentemente podem ser avaliadas em termos de verdade ou falsidade (IÑIGUES, 2004a; SOUZA, 2006; TONETTO, 2006).

As expressões realizativas, também denominadas orações realizativas ou simplesmente realizativos, são expressões que, emitidas nas circunstâncias apropriadas, não se limitam a ser uma mera descrição ou enunciação daquilo que se faz e, sim, o fazem, executam ou realizam. Elas não são uma declaração ou emissão de informação, verdadeira ou falsa, sobre alguma coisa. Um realizativo faz alguma coisa no próprio falar, em sua expressão se consoma a ação, que não é um mero dizer algo (IÑIGUES, 2004a; SOUZA, 2006; PAIS, 2007).

Para Pais (2007, p.1):

Constatações, relatos, descrições, afirmações, na medida em que constituem proferimentos verdadeiros ou falsos, são modalidades de constatativos. Já ordens, pedidos, advertências, ofensas, promessas, garantias, perguntas,

apostas, vetos, são formas freqüentes de proferimentos performativos¹⁴, os quais consistem na realização de ações. Tais proferimentos devem preencher condições de realização, chamadas por Austin de condições de felicidade (*felicities*), sendo então felizes (bem sucedidos) ou infelizes (malogrados), mas não verdadeiros ou falsos.

Na teoria dos atos de fala, Austin focalizou-se especialmente nas expressões realizativas determinando que elas podem ser de vários tipos, os atos locucionários¹⁵ (*locutinary acts*), os atos ilocucionários¹⁶ (*illocutionary acts*) e os atos perlocucionários (*perlocutionary acts*) (IÑIGUES, 2004a). O que Austin contesta é que as expressões emitidas tenham de ser necessariamente explicadas em termos dos seus significados (por exemplo: palavras, grafitos, imagens). Por isso propõe uma teoria fundamentada nas forças ilocutórias para ultrapassar os problemas colocados pelo uso locutório (PAIS, 2007).

O ato locucionário ou locutivo está mais relacionado à transmissão de informação. É aquele que se realiza ao dizer meramente alguma coisa; ao emitir o som das palavras. Trata-se de um ato que incorpora os atos fonéticos, fáticos e réticos e que possui significado (IÑIGUES, 2004a).

Para Searle (2002) o ato ilocucionário ou ilocutivo é a menor unidade completa possível da comunicação lingüística humana. É aquele que se realiza ao dizer alguma que possui certa força ao fazer alguma manifestação (IÑIGUES, 2004a). Essa força é denominada por Searle (2000; 2002) como a força ilocucionária que é marcada por um conteúdo proposicional. O componente ilocucionário determina o sentido de aplicação do que é dito, através de seu comentário pragmático (CUNHA, 2006; TONETTO, 2006).

Ou seja, para Souza (2006, p. 467):

O ato ao dizer algo – em oposição ao ato de dizer algo – Austin nomeia de ilocucionário; já não se fala aí em “significação”, como no ato locucionário, mas, antes, em “forças ilocucionárias”, as quais diriam respeito ao modo como determinada locução é empregada numa dada situação de uso: como pergunta ou resposta, como informação, garantia ou advertência, como anúncio de um veredicto ou de uma intenção, como pronunciamento de uma sentença ou estabelecimento de um compromisso, como um apelo ou uma crítica, uma identificação ou uma descrição, etc.

¹⁴ Pressupõe-se que Pais (2007) usa uma denominação diferente que Austin chamando de proferimentos performativos as expressões que Austin denomina de realizativos tendo em vista que ambos têm na sua base conceitual as condições de realização.

¹⁵ O termo “locucionário” adaptado por diversos autores deriva no português do verbo transitivo direto *locucionar* que segundo o padrão erudito é uma associação de *locução* + *-ar* e significa segundo o Dicionário Aurélio: 1. P. us. Dizer, pronunciar, articular, exprimir.

¹⁶ No Dicionário Aurélio o prefixo *i*⁻² equivale ao prefixo *in*⁻² do latim *in* que significa: 1.= ‘negação’, ‘privação’: *inigualável*. Assim o termo “ilococinário” pode ser entendido como não-pronunciado, não-articulado, não-expresso.

E, finalmente, têm-se aqueles que se realiza ao dizer algo. Ou, as conseqüências ou efeitos que são produzidos por aquilo que foi dito, o resultado de certos efeitos pelo fato de expressar-se. Estes são classificados por Austin como perlocucionários¹⁷ ou perlocutivos (IÑIGUES, 2004a; SOUZA, 2006)

Searle (2002) no seu esforço de classificar os diferentes tipos de força ilocucionária chama a atenção que a metáfora dá força na expressão “força ilocucionária” é enganosa, pois sugere que forças ilocucionárias diferentes ocupam diferentes posições num único contínuo de força. Para o autor, o que ocorre é que há vários contínuos distintos que se cruzam. Caracterizando uma fonte de confusão entre verbos ilocucionários com tipos de atos ilocucionários.

As elocuições¹⁸ são parte da linguagem, em oposição às línguas particulares. Os verbos ilocucionários fazem sempre parte de uma língua específica: francês, alemão, inglês ou outra qualquer. Assim as diferenças entre os verbos são bom guia, mas de não são absolutamente seguro para diferenciar os atos ilocucionários.

Essas diferenças permitem dizer, por exemplo, dada três emissões, qual é um relato, qual é uma predição e qual é uma promessa, essencial em um processo de análise de discurso.

Para Searle (2002) há, no mínimo, doze dimensões significativas de variação nas quais os atos ilocucionários diferem uns dos outros; enumerados a seguir:

1. Diferenças quanto ao propósito do (tipo de) ato. O propósito de uma ordem pode ser especificado dizendo-se que ela é uma tentativa de levar o ouvinte a fazer algo. Uma descrição tem o propósito de ser uma representação – verdadeira ou falsa, precisa ou imprecisa – de alguma coisa. O de uma promessa é o falante assumir a obrigação de fazer algo. No entanto, para o autor, o termo “propósito” não pretende implicar, nem requer como fundamento, a concepção de que todo ato ilocucionário tenha um intento perlocucionário a ele associado por definição. Na maioria dos atos ilocucionários importantes, não há um intento perlocucionário essencial associado por definição ao verbo correspondente. Enunciados e promessas, por exemplo, não são tentativas, por definição, de produzir efeitos perlocucionários nos ouvintes. Searle (2002) chama o propósito de um tipo

¹⁷ O prefixo *per-* do latim *per* segundo o Dicionário Aurélio = ‘movimento através’; ‘proximidade’; ‘intensidade’, ‘totalidade’: *perfoliado*; *perpassar*; *perdurar*. Assim “perlocucionário” pode ser entendido como *per+locucionário* ou *per+locução* no sentido do dizer, pronunciar, articular, exprimir com intensidade, com totalidade.

¹⁸ O substantivo feminino “elocução” do Latim *elocutione* refere-se segundo o Dicionário Aurélio a: 1. Maneira de exprimir-se, oralmente ou por escrito. 2. Escolha de palavras ou frases; estilo.

de ato elocução de seu propósito ilocucionário. Ele é parte da força ilocucionária, mas não é o mesmo que ela. Por exemplo, o propósito ilocucionário dos pedidos é o mesmo que o dos comandos, tentativas de levar o ouvinte a fazer algo. Mas as forças ilocucionárias são claramente diferentes. Assim pode-se dizer que a noção de força ilocucionária é a resultante de vários elementos, dos quais o propósito ilocucionário é apenas um, embora o mais importante para o autor.

2. Diferenças quanto à direção do ajuste entre as palavras e o mundo. É quando parte do propósito ilocucionário de uma elocução, é fazer com que as palavras, mais precisamente, seu conteúdo proposicional, corresponder ao mundo; outras fazer o mundo corresponder às palavras. Os enunciados, descrições, asserções e explicações têm direção do ajuste palavra-mundo, os pedidos, comandos, juramentos e promessas têm direção do ajuste mundo-palavra. A direção do ajuste é sempre uma consequência do propósito ilocucionário.
3. Diferenças quanto aos estados psicológicos expressos. Em geral, ao realizar qualquer ato ilocucionário com conteúdo proposicional, o falante expressa uma atitude, um estado, etc. com respeito a esse conteúdo proposicional. Mesmo quando ele não é sincero, mesmo quando ele não tem a crença, o desejo, a intenção, o arrependimento ou prazer que expressa, ele ainda assim expressa, ao realizar o ato de fala, uma crença, uma vontade, uma intenção, um arrependimento, um prazer. A crença agrupa não só enunciados, asserções, observações e explicações, mas também postulações, declarações, deduções e argumentos. A intenção agrupará promessas, votos, ameaças e empenhos. O desejo ou vontade agrupará pedidos, ordens, comandos, convites, preces, pleitos, súplicas, e rogos. O prazer não reúne tantos atos, apenas congratulações, felicitações, boas-vindas e poucos outros. Para o autor, as três dimensões – propósito ilocucionário, direção do ajuste e condição de sinceridade – parecem as mais importantes e constroem a maior parte de sua taxonomia em torno delas, sem negar que haja outras importantes.
4. Diferenças quanto à força ou vigor com que o propósito ilocucionário é apresentado. Sugerir, achar e insistir em algo quando usados em uma frase têm o mesmo propósito ilocucionário, porém, com forças diferentes. Ou seja,

na mesma dimensão de propósito ilocucionário pode haver graus variáveis de força ou compromisso.

5. Diferenças quanto ao estatuto ou posição do falante e do ouvinte, no que isso concerne à força ilocucionária da emissão. Para explicar essa diferença, o autor descreve a seguinte situação: se o general convida o soldado para limpar o quarto, trata-se, provavelmente de um comando ou ordem. Se o soldado convida o general, é provável que se trate de uma sugestão, proposta ou pedido.
6. Diferenças quanto ao modo como a emissão se relaciona com os interesses do falante e do ouvinte. Entre congratulações e condolências percebe-se que a diferença é a que existe entre o que é e o que não é do interesse do falante, respectivamente. Essa característica é outro tipo de condição preparatória do ato de fala.
7. Diferenças quanto às relações com o resto do discurso. Algumas expressões performativas servem para relacionar a emissão com o resto do discurso e também com o contexto circundante. Expressões como, por exemplo, “replico”, “deduzo”, “concluo” e “objeto” servem para relacionar emissões com outras emissões do contexto circundante. “Entretanto”, “além do mais” e “portanto” também cumprem essas funções discursivas relacionais.
8. Diferenças quanto ao conteúdo proposicional determinadas pelos dispositivos indicadores da força ilocucionária. Refere-se à diferença, por exemplo, entre um relato e uma predição. A segunda tem de tratar do futuro, enquanto o primeiro pode tratar do passado ou do presente. São diferenças quanto às condições do conteúdo proposicional.
9. Diferenças entre os atos que devem sempre ser atos da fala e os que podem, mas não precisam ser realizados como atos da fala. É possível fazer classificações, estimativas, fazer diagnósticos e tirar conclusões dizendo “classifico”, “estimo”, “diagnostico” e “concluo”; mas para classificar, estimar, diagnosticar e concluir algo não é necessário dizer absolutamente nada. Nesses casos, nenhum ato da fala, nem mesmo um ato interno é necessário.
10. Diferenças entre os atos que requerem e os que não requerem instituições extralingüísticas para sua realização. Para grande número de atos ilocucionários é requerida uma instituição extralingüística que o falante e o

ouvinte ocupem posições particulares naquela instituição, para que o ato seja realizado. É o caso, por exemplo, do batizado. Não é suficiente o falante dizer “eu te batizo”, é necessário que ele seja um padre da Igreja, por exemplo, ou seja, que ocupe uma posição numa instituição. Essas instituições conferem estatuto de uma maneira relevante para a força ilocucionária, mas nem todas as diferenças de estatuto derivam de instituições. Um assaltante armado pode ordenar às suas vítimas, ao contrário de pedir, mas seu estatuto deriva da posse de uma arma.

11. Diferenças entre os atos em que o verbo ilocucionário correspondente tem um uso performativo e aqueles em que isso não acontece. A maior parte dos verbos ilocucionários tem uso performativo tais como enunciar, prometer, ordenar, e outros. Entretanto, nem todos os verbos ilocucionários são verbos performativos.
12. Diferenças quanto ao estilo de realização do ato ilocucionário. Alguns verbos ilocucionários servem para marcar o que Searle chama de estilo particular de realização de um ato ilocucionário. A diferença entre, por exemplo, anunciar e confidenciar não precisa implicar nenhuma diferença de propósito ilocucionário ou de conteúdo proposicional, mas apenas de estilo de realização do ato ilocucionário.

Searle (2000, 2002) também faz uma revisão na taxionomia de Austin e propõe as categorias básicas dos atos ilocucionários. Baseia-se na finalidade ilocucionária que está relacionada à teoria da intencionalidade e que determina tanto a direção do ajuste quanto o estado intencional expresso na realização do ato de fala. São cinco as finalidades ilocucionárias propostas (SEARLE, 2000; 2002):

1. A finalidade *assertiva* que é comprometer o ouvinte com a verdade da proposição. É apresentar a proposição como um representante de um estado de coisas do mundo, que tem a direção de ajuste palavra-mundo, e é a expressão de uma crença. São as afirmações, descrições, classificações e explicações. O teste mais simples para identificar as assertivas é perguntar se o proferimento é verdadeiro ou falso.
2. A segunda finalidade é a *diretiva* que tenta fazer com que o ouvinte se comporte de tal maneira que seu comportamento corresponda ao conteúdo proposicional da diretiva. São exemplos as ordens, os comandos e os pedidos. A direção de ajuste é mundo-palavra e expressa sempre um desejo.

3. A *compromissiva* como seu nome diz é um compromisso da parte de o falante agir da maneira representada no conteúdo proposicional. São as promessas, os votos, os juramentos, os contratos e as garantias. Uma ameaça também é uma *compromissiva*, mas diferente dos exemplos anteriores, pois vai contra os interesses do ouvinte e não a seu favor. Sua direção também é mundo-palavra e expressam uma intenção.
4. A finalidade *expressiva* é simplesmente expressar a condição de sinceridade do ato de fala. São as desculpas, os agradecimentos, as felicitações, as boas-vindas e as condolências. Sua direção de ajuste normalmente é nula, pois há sempre uma correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade. Claro que sua direção de ajuste depende da condição de sinceridade.
5. A última finalidade ilocucionária é o das *declarações*. A finalidade da declaração é provocar uma mudança no mundo, representando-o como tendo sido mudado. Os exemplos são proferimentos tipo “Eu vos declaro marido e mulher”, “A guerra está declarada”, “Você está despedido” e “Eu peço demissão”. Neles há uma direção de ajuste dupla, porque o mundo é mudado, alcançando uma direção de ajuste mundo-palavra, ao representá-lo como se houvesse sido mudado, alcançando assim a direção de ajuste palavra-mundo. As declarações se destacam no mundo em virtude da realização bem-sucedida do ato de fala, ou seja, uma situação que não existia passa a existir no mundo.

Para Cunha (2006, p. 6):

Os atos ilocucionários englobam as seguintes categorias, de acordo com seu propósito: 1- descrever algo; 2- tentar influenciar pessoas a executar determinada ação; 3-comprometer-se a fazer algo; 4- expressar sentimentos ou atitudes e 5- demonstrar mudanças na realidade.

Searle (2000, 2002) também chama a atenção para o fato de que nem todos os atos de fala são realizados pelo proferimento de frases cujo sentido literal expressa o significado pretendido pelo falante. Ao citar o exemplo de quando alguém quer pedir o sal, freqüentemente usa-se “Você pode me passar o sal?” ao contrário de “Passe o sal” literalmente, o falante realiza um ato de fala indiretamente ao realizar outro diretamente, são chamados de “atos de fala indiretos”.

Para esse autor:

Os atos de fala indiretos descortinam as relações entre o significado literal da sentença e o significado da emissão do falante, nos casos em que o

significado da emissão é diferente do significado literal da expressão emitida (SEARLE, 2002 p. XI).

4.3 A Lingüística Pragmática ou Pragmática

Para Marquillas (2005) baseado nos estudos de Levinson define a Pragmática como um componente da teoria geral da gramática que faz fronteira com a Semântica, a Sociolinguística e a Psicolinguística, reclamando para seu terreno próprio a investigação lingüística que se refere obrigatoriamente ao contexto, termo que engloba as identidades dos participantes, os parâmetros espaciais e temporais dos eventos de fala, as crenças, conhecimentos e intenções dos participantes nesses eventos e muito mais.

A questão-chave é que a Pragmática se opõe tanto às implicações da teoria lingüística simples, de significante e significado, como também à teoria da comunicação, oferecendo um ponto de vista radicalmente distinto de ambos. Ela está estritamente interessada nos princípios que regulam o uso da linguagem e, em particular, naquelas condições que fazem do uso do enunciado concreto uma ação de comunicação (OLIVEIRA, 2002; CAMPOS, 2004; SILVA, 2006; GODOI; RIBEIRO, 2007).

A Pragmática afirma que quando algo é dito, há sempre um sentido que vai mais além do significado que acompanha as palavras. É dessa forma que é possível interpretar as ações da fala tanto em termos intencionais como não intencionais (OLIVEIRA, 2002; CAMPOS, 2004; IÑIGUEZ, 2004).

Portanto, o que define a Pragmática é a linguagem em uso, em oposição as outras maneiras de entender a linguagem. Não é possível se comunicar sem dispor de uma ancoragem lingüística nesses contextos físicos, relacionais e sociais e essa operação lingüística tem de ser decodificada, porque, se não se produz essa decodificação, a compreensão é impossível (MARCONDES, 2000; IÑIGUEZ, 2004).

Alguns autores se referem a duas questões cruciais na Pragmática que são: a díxis e as implicaturas (MARTINS, 2000; IÑIGUEZ, 2004; LAVARDA; BIDARRA, 2007).

O termo “díxis”, usualmente usado na forma “dêixis”, refere-se àqueles elementos da estrutura gramatical que relacionam a linguagem com o contexto. Eles codificam as relações da linguagem e o contexto da enunciação, cumprindo diversas funções tais como assinalar ou indicar lugares e/ou coisas, pessoas, momentos, etc. Por isso são classificados em três tipos (MARTINS, 2000; IÑIGUEZ, 2004; LAVARDA; BIDARRA, 2007):

- a) Pessoal, quando se referem a pessoas e indicam o papel que cada participante desempenha na interação (falante/ouvinte). Por exemplo, “eu”, “nós”, “eles”, como também vocativos como “tio/tia” ou “macho”;
- b) De lugar, quando se referem a lugares para localizar pessoas ou objetos referidos na conversação, por exemplo, “ponha-o aqui”, onde o “aqui” é um dístico de lugar;
- c) De tempo, quando se referem aos vários momentos daquilo que se está narrando, tomando como ponto de referência o momento em que se dá a conversação. No exemplo, “nos vemos mais tarde” a expressão adverbial “mais tarde” opera como dístico temporal.

Esses são os dísticos mais comumente descritos. No entanto, Levinson acrescentou outras duas categorias (LEVINSON, 1983 apud IÑIGUEZ, 2004):

- a) A díxis do discurso que refere-se à realização de referências a outras partes do discurso, anteriores ou posteriores, nas que se formula o enunciado. Por exemplo, a expressão “como vimos no capítulo 1”, fazendo referência a uma parte do texto situada temporal e espacialmente antes daquilo que se está lendo, como também expressões como “definitivamente”, “portanto”, “no entanto”;
- b) A díxis social que se refere à codificação das distinções sociais dos papéis dos participantes na conversação, quando indicam relação social entre os participantes. São exemplos as fórmulas de tratamento “tu”, “você”, “o senhor/a senhora”, pois indicam a posição dos falantes, a relação entre eles ou ambas. Também, os vocativos “meu bem”, “querido/a” são exemplos.

Grice argumenta que o falante se faz entender tanto pelo que explicitamente diz como pelo que não é lingüisticamente expresso. O que está explícito está relacionado ao sentido convencional das palavras usadas, mas grande parte do significado geral da enunciação vai além do que é explicitado; é expresso por meio de implicaturas (GRICE, 1975 apud FONTANA, 2004).

Uma implicatura é uma inferência que os participantes em uma situação de comunicação fazem a partir de um enunciado ou de um conjunto de enunciados (MARTINS, 2002; FONTANA, 2004; IÑIGUEZ, 2004; CAMPOS, 2007). Para sua compreensão é necessária uma distinção entre o que se diz e o que se comunica:

- O que se diz depende das palavras que são enunciadas.
- O que se comunica é toda a informação transmitida pelo enunciado. Essa informação não é explícita, não se extrai o significado das palavras; ao contrário,

ela é implícita e é elaborada dentro da moldura das normas da conversação e do contexto de interação.

Há uma distinção entre implicaturas convencionais e implicaturas não convencionais. As primeiras podem depender do significado convencional das palavras, o que não ocorre nas segundas, as quais dependem das regras contextuais (MARTINS, 2002; FONTANA, 2004; IÑIGUEZ, 2004; CAMPOS, 2007).

O contexto privilegiado das implicaturas é o “Princípio da Cooperação” definido por Grice, que é caracterizado pela consideração de que conversar exige um desejo de colaborar com outra pessoa ou outras pessoas e necessita objetivos compartilhados (MARTINS, 2002; FONTANA, 2004; IÑIGUEZ, 2004; CAMPOS, 2007).

O princípio de cooperação tem várias máximas que são:

- 1) Máxima de quantidade: que faz referência à quantidade de informação que se fornece em uma conversa e se relaciona com o equilíbrio harmônico dessa quantidade no sentido de que, na cooperação, contribui-se com maior ou menor quota de informação.
- 2) Máxima de qualidade: refere-se à verdade da contribuição informativa e a credibilidade ou a confiabilidade que as contribuições sejam capazes de despertar e manter.
- 3) Máxima de relação (relevância): consiste em dar contribuições pertinentes e diretas que sejam principalmente sobre o tema central da questão e não sobre seus aspectos superficiais.
- 4) Máxima de modo: diferente das anteriores, sua importância reside não no conteúdo, mas na maneira como o conteúdo é expresso. Relaciona-se fundamentalmente com a exposição clara e ordenada, concisa e precisa.

Finalmente, é necessário ressaltar que, para que um ouvinte possa inferir que está diante de uma implicatura conversacional, deverá basear-se nos seguintes dados (IÑIGUEZ, 2004a):

- 1) O significado convencional das palavras ditas, bem como a identidade das referências implicadas.
- 2) O princípio de cooperação e suas máximas.
- 3) O contexto lingüístico ou extralingüístico no qual as palavras foram ditas.
- 4) Outras informações sólidas.
- 5) O fato, ou suposto fato, de que os interlocutores conhecem ou presumem que conhecem cada um dos detalhes relatados nos parágrafos precedentes e que esses estão ao seu alcance.

4.4 A Etnometodologia

O termo etnometodologia, daqui por diante ETN, designa uma corrente da Sociologia americana que surgiu na Califórnia no final da década de 1960, tendo como seu principal marco fundador a publicação do livro *Studies in Ethnomethodology* (Estudos sobre Etnometodologia), em 1967, de Harold Garfinkel (GUESSER, 2003).

Os estudos etnometodológicos focam as atividades diárias nas quais as pessoas se vêm envolvidas. Concebem e analisam essas atividades como métodos a que as pessoas recorrem para que essas atividades sejam explicáveis fazendo com que sejam visíveis, racionais e comunicáveis para todos os objetivos práticos e como organizações de todas as atividades comuns de cada dia (MONTENEGRO, 1997; BARRETO, 1997; GUESSER, 2003; IÑIGUEZ, 2004a; SALLUM Jr., 2005).

O princípio mais importante da ETN é que cada pessoa, em sua ação cotidiana, descreve, fala e constrói a realidade simultaneamente. Considera que não existe uma realidade social independente dos indivíduos cujo conhecimento somente seja possível a partir de um pensamento teórico e de uma investigação alheia ao sentido comum. Para a ETN, o sentido comum é perfeitamente capaz não só de construir a realidade social, como também de conhecê-la e de explicá-la. A realidade social não é nunca algo exterior aos indivíduos e sim um produto incessantemente construído pela atividade de todos os membros de um grupo ou coletividade em sua ação cotidiana (MONTENEGRO, 1997; BARRETO, 1997; GUESSER, 2003; IÑIGUEZ, 2004a; SALLUM Jr., 2005).

A ETN possui quatro conceitos-chave para os enfoques discursivos que são: (a) o de competência; (b) o de reflexividade; (c) o de indexabilidade; (d) o de explicabilidade (*accountability*).

- a) Competência (*membership*): refere-se não à associação a um grupo ou coletividade e sim ao uso que se faz ou se pode fazer da linguagem natural. Refere-se à gestão e ao uso da linguagem ao contrário do conceito sociológico e psicológico-social de “pertinência” a uma sociedade, grupo social ou categoria social. Para os etnometodólogos, ser membro não é apenas um ente que pertence a determinado grupo, mas ao contrário, é um ente que compartilha a construção social daquele determinado grupo que é dotado de um *savoir-faire*. Em outras palavras, é membro o indivíduo que domina a linguagem comum do grupo, que interage com os demais a partir de redes de significação estabelecidas nos processos interacionais, que compreende o mundo social em que está inserido

sem grandes esforços racionais, mas apenas pela pertença natural de sua socialização. Em oposição às teorias de ação vigentes no final dos anos 60, sobretudo às teorias de Parsons e diante da pressuposição de que o comportamento dos indivíduos é um comportamento que segue regras, a ETN está interessada em saber como esses indivíduos constituem essas normas quando em interação ou ação. Por isso, considera que associar não é compartilhar esse contexto que antecede os indivíduos ou, pelo menos, não é unicamente isso, e sim ter competência para ação conjunta e para interação.

- b) **Indexabilidade:** a enunciação de qualquer palavra ou frase se dá em determinado contexto. Então, para conhecer o significado concreto e pertinente de um enunciado é preciso conhecer seu caráter indexicável. Também chamado de indicabilidade, as expressões que os atores empregam nos seus atos interacionais estão carregadas de indicialidade, ou seja, são formadas de expressões que somente ganham significado a partir do conhecimento do contexto local onde elas são produzidas. A indicialidade é assim essa incompletude que toda palavra possui. Ela precisa estar situada num contexto específico para revestir-se de significado.
- c) **Reflexibilidade (*Reflexivity*):** Tem a ver, ao mesmo tempo, com a descrição de uma situação e com sua construção, no sentido de que descrevê-la é construí-la. Também se relaciona, simultaneamente, com a compreensão daquilo que está acontecendo e com a explicação de dita compreensão. Os atores sociais ao desenvolverem e praticarem suas atividades cotidianas descrevem o quadro em que estão inseridos a partir de uma operação mental na qual correlacionam o cabedal de experiências adquiridas, os conhecimentos, a capacidade criativa e adaptativa e as trocas de intenção do processo interacional. A reflexividade designa as práticas que ao mesmo tempo descrevem e constituem o quadro social. Descrever uma situação é constituí-la. A reflexividade designa a equivalência entre descrever e produzir uma interação, entre a compreensão e a expressão dessa compreensão, ou seja, à medida que são desenvolvidas ações práticas, os indivíduos estão se envolvendo uma série de atividades racionais motivadas tanto pelos reflexos dos sinais que recebem do exterior como daqueles produzidos seu próprio interior. Essa reflexividade de sinais produzida pelos atores é que dá origem às ações sociais, e é esse o produto social que deve ser analisado pelos sociólogos.

d) Explicabilidade (*accountability*), relatabilidade: o termo *accountability* que designa para Garfinkel a propriedade de relatabilidade, ou seja, de descrição, é uma característica que permite aos atores sociais comunicarem e tornarem as atividades práticas racionais compartilháveis. A relatabilidade está intimamente ligada ao processo de reflexividade. A relatabilidade são as descrições que os atores fazem de seus processos reflexivos, procurando mostrar sem cessar a constituição da realidade que produziram e experienciaram. Em outras palavras, a relatabilidade não é a descrição pura e simples da realidade pré-constituída, mas uma descrição que se vai realizando, fabricando o mundo, construindo-o. A relatabilidade é a propriedade que permite aos atores tornarem o mundo visível a partir de suas ações, fazendo com que suas ações sejam compreensíveis e transmissíveis. À medida que são descritas, ou seja, conforme são dotadas de significado e sentido mediante processos pelos quais são relatadas, as ações sociais exprimem o mundo social na sua mais pura essência. Os etnometodólogos não estão, portanto, preocupados em apenas descrever as ações sociais a partir dos relatos fornecidos pelos atores, mas procuram compreender como os atores reconstituem permanentemente uma ordem social frágil e precária, a fim de compreenderem e serem compreendidos, em outras palavras, como os atores conseguem estabelecer intercâmbio, comunicação, interação. Considerar que o mundo social é relatável (*accountable*) significa dizer que ele é disponível, passível de ser descrito, compreendido, analisado pelos sociólogos a com base na *accountable* dos atores em interação.

Para Iñiguez (2004a), a ETN sugere conseqüências muito interessantes para a prática da análise sociológica e para a consideração da linguagem nessa prática.

A ETN desfaz a dicotomia sistemática entre o manifesto e o oculto. Seus argumentos permitem fazer afirmar que não há nada oculto, não há nada que esteja atrás. Ao contrário, o que há é só e exclusivamente aquilo que está quando se está dizendo ou fazendo alguma coisa. Não há norma ou normas que estejam em outro lugar e que precisam ser descobertas. A norma não é um código escrito ou uma chave cuja existência pode ser induzida por meio da observação do comportamento das pessoas. A norma é a ação.

Outra contribuição da ETN para a análise da estrutura social é que a ação individual, pequena, restrita, cotidiana, irrelevante e insignificante está efetivamente estruturada, tal e qual informam os estudos clássicos sociológicos, pela moldura social na qual se desenvolvem.

Mas a inovação da ETN é que essa mesma estrutura atua, se executa, põe-se em evidência, literalmente se constrói, em cada ação.

E, finalmente, a ETN lança muito mais luz sobre como se estrutura uma organização a partir das interações concretas dos indivíduos que a conformam, mediante a análise das conversas cotidianas. Ou seja, a ETN está habilitada a analisar a linguagem institucional, pois permite analisar os processos que ocorrem no interior das organizações.

4.5 O enfoque discursivo de Michel Foucault

Não é possível desconsiderar a obra de Foucault na análise dos fundamentos da AD.

A definição de discurso e suas características elaborada por esse autor permitem aproveitar seu empenho metodológico e investigador já que ele elaborou ferramentas conceituais e metodológicas bastante úteis para completar o panorama da AD.

Para Foucault o discurso é algo mais do que fala, mais que um conjunto de enunciados. É uma prática e como qualquer outra prática social é possível definir suas condições de produção (FOUCAULT, 1986; FISHER, 2001; MOREIRA, 2004; IÑIGUEZ, 2004a; SOUZA, 2006).

Todo discurso tem um contexto de produção que é a formação discursiva que, para Foucault (1986), é um conjunto complexo de relações que funcionam como regras, que prescrevem o que deve ser posto numa prática discursiva para caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade da prática.

Para ele, o discurso é uma prática, tanto que a partir dele fala-se menos em discursos e mais em práticas discursivas.

Ele não nega em nenhum momento que os discursos sejam formados por sinais. Mas, os discursos fazem algo mais que utilizar sinais o que os torna irredutíveis à língua e à palavra. O discurso deve ser tratado como prática que formam sistematicamente os objetos de que falam e não mais considerá-los como um conjunto de sinais ou elementos significativos que são a representação de uma realidade.

Na AD, na perspectiva de Foucault, trata-se de fazer aparecer as práticas discursivas em sua complexidade e na sua espessura, mostrando que falar é fazer alguma coisa, diferente de expressar o que se pensa, traduzir o que se sabe, diferente de usar as estruturas de uma língua. É mostrar que agregar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é complicado e custoso, que implica em algumas condições e, não somente, uma situação, um contexto e motivos e que comporta algumas regras, diferentes das regras lógicas e lingüísticas. Mostrar que uma mudança na ordem de um discurso, não pressupõe idéias novas, invenção e

criatividade, uma mentalidade diferente, e sim algumas transformações em uma prática (FOUCAULT, 1986; IÑIGUEZ, 2004a).

Os discursos articulam o conjunto de condições que permite as práticas, constituindo os cenários que passam a facilitar ou dificultar as possibilidades que fazem surgir regras e que mantêm relações. As práticas discursivas deixam claro que falar não é só algo mais como também é algo diferente de exteriorizar um pensamento ou descrever uma realidade: falar é fazer algo, é criar aquilo que se fala, quando se fala (NOGUEIRA, 2001; IÑIGUEZ, 2004a; MOREIRA, 2004)

Foucault faz um convite para dar ao conhecimento e ao saber um caráter transformador e libertador sintetizando-o no termo “problematização”. Esta põe em dúvida tudo aquilo que se presume ser evidente ou bom, questiona o que está configurado como inquestionável, duvida daquilo que é indubitável (FAÉ, 2004; IÑIGUEZ, 2004a; ASSMANN; NUNES, 2007).

Enfim, o exame de alguns fundamentos que servem como base ao papel que a linguagem tem atualmente nas ciências sociais, possibilitou mostrar que AD que teve início como sendo, presumivelmente como método, ou seja, uma aplicação de conhecimentos sobre a linguagem à investigação de processos sociais acabou se convertendo em um conjunto de perspectivas genuínas que ajudariam a transformar a concepção dos processos sociais e a forma como abordá-los.

Outros fundamentos poderiam ser identificados para explicar o papel da linguagem na análise de processos sociais. No entanto, os que aqui assinalamos estão presentes, totalmente ou em parte, em muitas das correntes que sob o rótulo de “discursivas” estão atualmente em atividade nas ciências sociais e podem ajudar, mais especificamente, no estudo das representações sociais. Adiante, serão descritas as várias modalidades de Análise de Discurso de modo a poder caracterizar o referencial metodológico necessário para estudar as representações sociais.

4.6 A Análise do Discurso como prática

A AD insere-se nos mecanismos apropriados para encontrar em dados obtidos de entrevistas, mensagens e documentos, em geral, informações que ilustrem, expliquem ou ajudem a revelar os fenômenos investigados. Ou seja, como procedimentos para sistematizar, categorizar e tornar possível a análise por parte do pesquisador, transformando dados coletados, ainda no seu estado bruto, em resultados de pesquisa. É uma proposta teórico-metodológica com a pretensão de ultrapassar o *status* de simples técnica de análise para

compor um campo do conhecimento, que é operacionalizada por meio de técnicas de análise específicas as quais seguem os princípios teóricos cujo fundamento, foi demonstrado anteriormente (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

A AD pode ser apresentada como um meio de colocar em prática o papel da linguagem como eixo de compreensão e estudo dos processos sociais (IÑIGUEZ, 2004b).

A expressão “análise do discurso” designava uma área da lingüística. Diz-se, designava, pois com o tempo foi recebendo contribuição de outras disciplinas acadêmicas tais como: a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Comunicação, a Filosofia. Todas fizeram suas contribuições e desenvolveram métodos específicos de análise que se traduziram em práticas muito variadas, mas com um denominador comum, a consideração da análise do idioma em seu uso, ou seja, falado ou escrito.

Nas ciências sociais, existem muitas razões diferentes para que o discurso tenha se convertido em um objeto de análise, entre elas pode-se destacar três que, por sua vez, respondem a razões de ordem diferente (IÑIGUEZ, 2004b):

1. Razões de tipo teórico e epistemológico. Os debates em torno do “giro lingüístico”, já descrito anteriormente, exerceram enorme influência sobre o conjunto das ciências sociais e humanas.
2. A transformação da lingüística desde sua ênfase inicial no estudo da linguagem como propriedades dos seres humanos até sua orientação para análise do uso da linguagem nos vários contextos relacionais e de comunicação que também influi enormemente sobre as outras ciências humanas e sociais que enfrentam os mesmos processos a partir de óticas distintas;
3. A relevância que os meios de comunicação adquiriram em nosso tempo e, em particular, as novas tecnologias de comunicação que colocam em evidência a centralidade desses processos na instituição, manutenção e desenvolvimento de nossas sociedades.

Schiffrin afirma que existem várias tradições básicas na AD: a Teoria dos Atos da Fala, a Sociolingüística Interacional, a Etnografia da Comunicação, a Pragmática, a Análise Conversacional e a Análise da Variação (IÑIGUEZ, 2004b).

A Teoria dos Atos da Fala e a Pragmática já foram descritas anteriormente, nos fundamentos da AD, não sendo necessário retomá-las, como também, não é necessário, examinar a Análise da Variação, não por considerá-la sem importância, mas, por ser a única das tradições que se desenvolveu unicamente no interior da lingüística.

Assim serão descritas, brevemente, para situar a prática da análise de discurso, cinco tradições: (a) a Sociolinguística Interacional; (b) a Etnografia da Comunicação; (c) a Análise Conversacional; (d) a Análise Crítica do Discurso; e (f) a Psicologia Discursiva.

4.7 A Sociolinguística Interacional

Tanto para Goffman como para Gumperz, a linguagem desempenha papel central, não só como mero meio de comunicação, mas também pela influência que exerce na construção de significados, em relação ao contexto em que utilizada e pelas aberturas e fechamentos que sua utilização possibilita. Ambos os autores dão ênfase à linguagem e ao contexto em toda sua obra e partem do princípio de que o contexto é a dimensão determinante na construção de significados e reconhecem a natureza dependente (indexada) da linguagem (IÑIGUEZ, 2004b; RODRIGUES JUNIOR, 2005; VILLAÇA, 2006).

O tema preferido nessa tradição foi a análise de situações de interação marcadas por uma situação assimétrica dos/as participantes. Ou seja, situações nas quais os/as agentes sociais na relação são membros de culturas distintas, de grupos socioculturais diferentes, de *status* diferentes dos quais se podem esperar sistemas de valores e crenças opostas ou distantes que compreendem formas de ação e de interação também diferentes (IÑIGUEZ, 2004b; RODRIGUES JUNIOR, 2005; VILLAÇA, 2006).

4.8 A Etnografia da Comunicação

A intenção da etnografia da comunicação é tão ampla quanto a da própria antropologia, mas seu principal foco de interesse é a competência comunicativa. O que esse tipo de etnografia busca é compreender como o conhecimento social, psicológico, cultural e linguístico governa o uso apropriado da linguagem (IÑIGUEZ, 2004b).

Sob a denominação de "antropologia linguística" que se define como o estudo da linguagem como recurso da cultura e da fala como prática cultural (DURANTI, 1997 apud IÑIGUEZ, 2004b).

Em um nível teórico, a principal contribuição da antropologia linguística foi ter considerado a linguagem como conjunto de estratégias simbólicas que são constitutivas da sociedade e que possibilitam a representação de mundos possíveis e reais a seus membros. No plano metodológico, sua contribuição foi a etnografia, já que, como forma de observação participante permite dar atenção aos elementos conceituais, históricos e culturais que sustentam as interações sociais (BARROS, 1999; IÑIGUEZ, 2004b; BRAGA, 2006).

O enfoque da etnografia da comunicação permite estudar temas como as políticas da representação, a conformação da autoridade, a legitimação do poder, a mudança social, as bases culturais do racismo e do conflito étnico, o processo de socialização, a construção social do sujeito, as emoções, a relação entre a ação ritual e as formas de controle social, o domínio específico do conhecimento e da cognição, as políticas de consumo estético, o contato cultural etc. (IÑIGUEZ, 2004b; BRAGA, 2006).

4.9 A Análise da Conversação

A análise da conversação (AC) aborda a linguagem de uma maneira radicalmente diferente de outras perspectivas. Enquanto, em outras abordagens lingüísticas e sociológicas a linguagem é considerada como portadora de significados e idéias no sentido de que os/as falantes a codificam ou empacotam no interior das palavras, sem levar em consideração outros aspectos da expressão tais como a entonação, a AC oferece a vantagem de lidar com os relatos das pessoas em seu contexto, aceitando plenamente a importância da indexação (ANTAKI, 1994 apud IÑIGUEZ, 2004b).

Sua origem está nos enfoques da Sociologia da Situação e, mais especificamente, na etnometodologia. Como descrita anteriormente, a etnometodologia se interessa pelos métodos que os/as participantes em uma situação social de interação utilizam para interpretar e atuar no interior dos mundos sociais que eles/as mesmos/as constroem em suas práticas (MONTENEGRO, 1997; BARRETO, 1997; GUESSER, 2003; IÑIGUEZ, 2004a; SALLUM Jr., 2005).

A característica distintiva dessa perspectiva, em relação às outras modalidades da AD é que as categorias da análise devem ser, na medida do possível, as mesmas que os participantes utilizam no momento de compreender a interação. Nesse sentido, o importante para a AC é descobrir como a sociedade está organizada e como funciona a partir das próprias ações das pessoas que nela interagem.

4.10 A Análise Crítica do Discurso

Para Iñiguez (2004b), a Análise Crítica do Discurso (ACD) não é exatamente uma modalidade da AD e sim uma perspectiva diferente.

A ACD deu ênfase ao estudo daquelas ações sociais postas em prática por meio do discurso, como o abuso do poder, o controle social, a dominação, as desigualdades sociais ou a marginalização e exclusão sociais (MAGALHÃES, 2005).

A ACD é considerada uma “prática tridimensional” operando nas seguintes dimensões: (a) o discurso como texto (o resultado oral ou escrito de uma produção discursiva); (b) o discurso como prática discursiva engastada em uma situação social concreta; (c) o discurso como um exemplo de prática social que não só expressa ou reflete identidades, práticas e relações, como também as constitui e configura (IÑIGUEZ, 2004b; MAGALHÃES, 2005).

4.11 A Psicologia Discursiva

A Psicologia Discursiva desenvolveu-se como uma forma particular de explicação, na qual o discurso, como uma produção essencialmente humana, histórica e culturalmente situada, orientada por regras e convenções sociais normativas, assume lugar de destaque (RASERA, GUANAES; JAPUR, 2004).

É na construção do conhecimento no discurso que a psicologia discursiva focaliza seu interesse. Por isso os psicólogos discursivos tentam procurar explicar como se produz o conhecimento, como a realidade e o próprio processo de conhecer tornam-se "legíveis" e finalmente, como se constrói a interpretação da "realidade" (IÑIGUEZ, 2004b; NOGUEIRA, 2005).

O foco da psicologia discursiva é a ação e a orientação da fala e da escrita. Tanto para os participantes como para os analistas, a questão primordial são as ações sociais ou o trabalho interacional que está sendo realizado no discurso. Tanto que uma das principais contribuições da psicologia discursiva foi o desenvolvimento de investigações sobre os aspectos construtivos da linguagem na interação social.

Com a Psicologia Discursiva, a Psicologia passa a focalizar os processos de significação e de construção conjunta de sentidos entre observadores e sujeitos, não havendo preocupação em garantir a veracidade ou unicidade de determinada descrição. Os discursos são considerados como produzidos conjuntamente pelas pessoas dentro de grupos particulares, sendo regidos por determinadas regras e convenções sociais que orientam essa possibilidade sempre local e contextualizada de construção (HARRÉ; GILLET, 1994 apud RASERA, GUANAES; JAPUR, 2004).

4.12 A Noção de Discurso

O breve exame feito anteriormente de algumas tradições da AD permite demonstrar que o “discurso” é um conceito bastante polissêmico.

Definir “discurso” torna-se uma tarefa complexa, pois como Iñiguez (2004b, p. 122) afirma: “existem tantas definições de discurso quantos são seus autores, autoras e tradições de análise”.

Sem pretender uma classificação completa, a tipologia sintética formulada por Iñiguez (2004b) apoiada em três tradições¹⁹, resume algumas das concepções mais comuns de discurso, pelo menos como se expressam nas ciências humanas e sociais:

- a) Discurso como enunciado ou conjunto de enunciados efetivamente falados por um falante.
- b) Discurso como conjunto de enunciados que constroem um objeto.
- c) Discurso como conjunto de enunciados falados em contexto de interação - nessa concepção ressalta-se o poder de ação do discurso sobre outra ou outras pessoas, o tipo de contexto (sujeito que fala, momento e espaço, história, etc.).
- d) Discurso como conjunto de enunciados em um contexto conversacional (e, portanto, normativo).
- e) Discurso como conjunto de restrições que explicam produção de um conjunto de enunciados a partir de uma posição social ou ideológica específica.
- f) Discurso como conjunto de enunciados em que é possível definir as condições de sua produção.

Sendo que está última concepção surgiu na escola francesa de AD e se deve muito a obra de Foulcaut que, ao referir-se às condições de produção dos enunciados, permite a distinção entre enunciado e discurso, mais nítida que as demais (IÑIGUES, 2004a).

Para Iñiguez (2004a, p. 124):

A definição de enunciado é contextualizada como a sucessão de frases emitidas entre dois brancos semânticos; e a definição de discurso se concebe como o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona.

O discurso é um objeto sócio-histórico no qual história e sociedade são dependentes. É a materialidade específica da ideologia, e a materialidade específica do discurso é a língua. Para Orlandi (2003, p. 17) isso complementa a afirmação de M. Pêcheux de que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

¹⁹ A tradição lingüística e a da filosofia lingüística associada à Escola de Oxford, a tradição que tem sua origem na obra de Michel Foulcaut, e a tradição da pragmática francesa e da AD francesa.

A base da AD é a própria definição de discurso. Essa definição distancia-se do modo como o esquema elementar da comunicação dispõe seus elementos definindo o que é mensagem. Esse esquema constitui-se de emissor, receptor, código, referente e mensagem.

É um esquema linear no qual o emissor (E) fala, refere alguma coisa, baseado em um código, e o receptor (R) capta a mensagem, decodificando-a. (Figura 10) (ORLANDI, 2003).

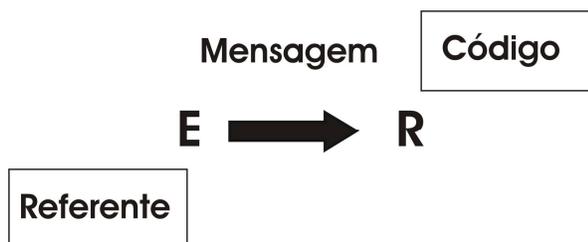


Figura 10. Esquema elementar da comunicação (ORLANDI, 2003)

Também, Orlandi (2003) recomenda não confundir discurso com “fala” na continuidade da dicotomia (língua/fala) proposta por F. de Saussure. A língua é condição de possibilidade do discurso.

O termo “discurso” não se aplica unicamente à linguagem, mas a qualquer padrão de significado seja ele visual, seja espacial, e, portanto pode referir-se a textos visuais, tais como a televisão, o cinema, a banda desenhada, etc. Pode, ainda, referir-se a textos físicos, nomeadamente cidades, jardins, corpos. (NOGUEIRA, 2001).

Para Foucault, o discurso é uma prática social, sendo constitutivo da realidade e, como o poder, produz inúmeros saberes. No livro, *A Arqueologia do Saber*, o mesmo assunto aparece sob a forma de reflexão sobre o trabalho realizado e sobre projetos futuros:

(...) gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva.(...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 1986, p.56)

O discurso ultrapassa a simples referência a coisas, não é a mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, por meio das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. É a esse mais que Foucault se refere, sugerindo que seja descrito

e apanhado a partir do próprio discurso, até por que as regras de formação dos conceitos, não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos, pelo contrário, elas estão no próprio discurso e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de determinado campo discursivo (FOUCAULT, 1986; FISHER, 2001).

4.13 O método de Análise de Discurso

Considerando que um discurso é um conjunto de práticas lingüísticas que mantém e promove certas relações sociais, a análise consiste em estudar como essas práticas atuam no presente, mantendo e promovendo essas relações: é trazer à luz o poder da linguagem como uma prática constituinte e reguladora (IÑIGUEZ; ANTAKI, 1998).

A Análise de Discurso (AD) implica, simultaneamente, modos conceptuais de pensar o discurso e de tratar os dados do discurso. Nesse sentido, e como já referimos anteriormente, a Análise do Discurso é uma alternativa às perspectivas tradicionais da metodologia, mas também uma alternativa às concepções em que essas perspectivas metodológicas assentam (NOGUEIRA, 2001; IÑIGUES, 2004a, 2004b).

Sem a perspectiva de propor um conceito limitante, mas uma demarcação sutil desse campo de conhecimento, para Cappelle, Melo e Gonçalves (2003, p. 9) a AD consiste:

Em uma teoria que busca conhecer uma gramática que preside a construção do texto e fornece subsídios para se lidar com o acaso e com os processos de constituição do fenômeno lingüístico, e não meramente do seu produto, em análises de comunicações em geral.

Ela problematiza as evidências e explicita seu caráter ideológico e denuncia o encobrimento das formas de dominação política nos discursos (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003). Nesse contexto, a linguagem está marcada pelo conceito de social e histórico e deve ser considerada como uma interação inserida na relação necessária entre homem e realidade natural e social (ORLANDI, 1996 apud CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003). Acrescentam que não se deve apreender o sentido de um texto com base apenas nas palavras que o compõem. Estas devem servir apenas como pistas que ativam conhecimentos contextuais e históricos constantes na formação discursiva em que estão inseridos.

4.14 A Prática da Análise do Discurso

A AD visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido (ORLANDI, 2003).

Para isso Orlandi (2003) propõe que se distinga a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão. Inteligibilidade refere-se ao sentido à língua: “ele disse isso” é inteligível. Pode-se entender um enunciado apenas sabendo português, porém isso é insuficiente para interpretá-lo. A interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos, ou seja, como ele está investido de significância para e por sujeitos.

Para uso da AD é necessário fazer distinção entre o dispositivo teórico da interpretação e o dispositivo analítico construído pelo analista a cada análise. O dispositivo teórico refere-se à parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da própria AD. O dispositivo analítico, de responsabilidade do analista, é a formulação da questão que desencadeia a análise. É nesse momento que o analista, de acordo com a questão que formula, necessita mobilizar conceitos que outro analista não mobilizaria, em face das suas (outras) questões (ORLANDI, 2003).

Esses dois dispositivos são necessários, pois num discurso os sentidos não estão apenas nas palavras, nos textos, mas também na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos.

Segundo Orlandi (2003, p. 30):

Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele.

São três operações necessárias para qualquer prática de AD: (a) a diferenciação texto-discurso; (b) a distinção locutor/enunciador; e (c) a operacionalização do *corpus* (IÑIGUEZ, 2004b).

4.15 A diferenciação texto-discurso

Nem todos os textos podem ser considerados discursos. Para que um texto seja efetivamente um discurso, é necessário que cumpra certas condições. Assim, para Iñiguez (2004b) constituirão um texto aqueles enunciados que tiverem sido produzidos no marco de instituições que restrinjam fortemente a própria enunciação. Ou seja, enunciados a partir de

posições determinadas, inscritos em um contexto interdiscursivo específico e reveladores de conduções históricas, sociais, intelectuais, etc.

4.16 A distinção locutor/enunciador

A origem do enunciado, quem enuncia, não é considerada necessariamente como uma forma de subjetividade e sim como um lugar (NOGUEIRA, 2001; CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003; IÑIGUEZ, 2004b). Nesse lugar de enunciação, os anunciadores são substituíveis e intercambiáveis. Nas palavras de Michel Foucault (1986):

Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e aquilo que diz (ou quis dizer, ou disse sem querer); e sim em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar qualquer indivíduo para ser o sujeito (p. 160).

O sujeito assume o *status* de enunciador que define a formação discursiva na qual se encontra. Isso não significa, no entanto, que cada formação discursiva só tenha um lugar de enunciação. Com efeito, distintos conjuntos de enunciados que se referem a um mesmo posicionamento podem se distribuir por uma multiplicidade de gêneros de discurso. A heterogeneidade de gêneros de uma formação discursiva contribui para definir sua identidade (IÑIGUEZ, 2004b).

Para isso a noção de formação discursiva é básica na AD, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2003).

Para Orlandi (2003, p. 43): “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

Isso, segundo o mesmo autor, exige a compreensão de dois pontos:

- a) O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. As formações discursivas não são blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações.
- b) É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Isso define em grande parte o

trabalho do analista: observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não a outra) para compreender o sentido do que ali está dito.

Para Iñiguez (2004, p. 130):

Com efeito, faz-se uma distinção entre o locutor - o emissor material - e o enunciador - o autor textual. O enunciador é, logicamente, diferente do locutor, já que esse é uma realidade empírica e o enunciador uma construção textual. O enunciador é o autor lógico e responsável pelo texto, mas também foi construído por ele, e ambos os aspectos são inseparáveis.

Para Orlandi (2003) na sociedade atual temos uma forma-sujeito que representa uma contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele pode tudo dizer, contando que se submeta à língua para sabê-la. Isso é chamado de assujeitamento.

Observando através da noção de determinação, o sujeito gramatical cria um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz (ORLANDI, 2003).

O assujeitamento, que submete o sujeito e ao mesmo tempo o apresenta como livre e responsável, se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Isso remonta à noção de literalidade que, na concepção lingüística imanente, é o sentido que uma palavra tem independente de seu uso em qualquer contexto. Daí seu caráter básico discreto, inerente, abstrato e geral. No entanto, na AD, tomando em conta a ideologia, somos capazes de aprender, de forma crítica, a ilusão que está na base da literalidade: o fato de que ela é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder. Assim o falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso (ORLANDI, 2003; CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Uma das características principais da AD é ressignificar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem. No entanto, é uma definição discursiva de ideologia que trabalha com o intuito de produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (NOGUEIRA, 2001; CAPPELLE, MELO; GONÇALVES, 2003; ORLANDI, 2003).

Essa definição de ideologia a considera como função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. Segundo Orlandi (2003, p.47) “Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro”.

Essa relação com o mundo transforma o sentido em uma relação determinada do sujeito, afetado pela língua, com a história. Ou seja, para que a língua faça sentido, é necessário que a história intervenha pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação não é um mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Ela não é livre de determinações, não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é “garantida” pela memória sob dois aspectos: (a) a memória institucionalizada (o arquivo); (b) a memória constitutiva (o interdiscurso). Assim o gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (o interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos. Ser determinada não significa ser (necessariamente) imóvel (ORLANDI, 2003).

Nesse modo de conceber, a ideologia não é vista como um conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Na condição de prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história. Como não há uma relação termo a termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. É a ideologia que faz com que haja sujeitos, inaugurando a discursividade (ORLANDI, 2003; MARTINS, 2006).

Nessa noção de sujeito ele só tem acesso à parte do que diz, pois é atravessado pela linguagem e pela história, sob modo do imaginário. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois, para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas (ORLANDI, 2003).

4.17 A operacionalização do *corpus*

Qualquer tipo de produção discursiva pode constituir um *corpus*? Em princípio, considerando-se a base transmissão, qualquer enunciado gráfico ou transcrito pode se constituir em *corpus* tenha ou não sido produzido graficamente. Podendo ser essas produções, mais ou menos dependentes do contexto, ou seja, se os enunciados foram dirigidos a um sujeito presente na situação da enunciação ou a outros sujeitos localizados em outros contextos, como também, os enunciados podem estar mais ou menos imersos em uma estrutura. Um discurso muito formalizado, muito padronizado, pode pressupor uma estrutura institucional específica, na qual se produz uma forte restrição temática, uma grande estabilidade de fórmulas, etc. (IÑIGUEZ, 2004b; CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Como materialização do texto, o *corpus* admite uma grande diversidade de fórmulas, tais como conversações transcritas, interações institucionais transcritas, entrevistas transcritas. Ou seja, enunciados totalmente orais ou textos previamente escritos como artigos, documentos, informes, comunicados, estudos, formulários (IÑIGUEZ, 2004b; CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Na AD, a constituição do *corpus*, envolve a organização do material de forma a responder a critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

Entretanto, a delimitação ou constituição do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos. Não se objetiva a exaustividade chamada horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável. Segundo Orlandi (2003, p. 62) “não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes”.

Busca-se a exaustividade chamada vertical que deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a conseqüências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações. Trata de “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade lingüístico-discursiva (ORLANDI, 2003).

4.18 O contexto na prática da Análise do Discurso

Para encerrar este capítulo faz-se necessário ainda tecer alguns comentários sobre o papel do contexto na prática discursiva.

Como já foi mencionado, todo discurso é uma prática social e como tal são regidas por regras anônimas, históricas, determinadas temporal e espacialmente. Essas regras definem, em dada época, para comunidades concretas, as condições de qualquer enunciação daquilo que pode ser dito (IÑIGUES, 2004b).

Para Iñiguez (2004b, p. 147):

Todo enunciado colocado em um discurso do idioma por parte de um sujeito é histórico e está historicamente condicionado. Por essa razão, a AD deve considerar sua análise a partir dessa perspectiva. Nesse sentido a enunciação, sua prática, é o contexto imediato do enunciado.

As condições de produção de um discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos, a situação e a memória. Elas são fundamentais na AD, pois, normalmente, o sujeito que diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o

sujeito o que ele quis dizer quando disse “x”, no caso de entrevista *in loco*. O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentes (ORLANDI, 2003).

Há um já-dito que sustenta todo dizer. Para compreender o funcionamento do discurso, sua relação com os sujeitos e com a ideologia é fundamental ter isso em mente. A observação do interdiscurso nos permite remeter um dizer a toda uma filiação de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos (ORLANDI, 2003).

A relação entre o já-dito e o que se está dizendo é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação (ORLANDI, 2003).

Todavia, é preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determina o que dizemos. O significado das palavras depende que eles já façam sentido. É preciso que o que foi dito por alguém, em um momento particular se apague na memória para que, no “anonimato”, possa fazer sentido em “suas” palavras, isso é efeito do interdiscurso (ORLANDI, 2003).

A fala se filia a redes de sentidos que não se aprende como fazer, por isso fica ao sabor da ideologia e do inconsciente. A AD se propõe a construir escutas que permitam explicitar a relação com esse “saber” que não se aprende e não se ensina, mas que produz seus efeitos. Isso significa lançar mão de uma nova prática de leitura que é discursiva e consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não dito naquilo que é dito, “como uma presença de uma ausência necessária” (ORLANDI, 2003, p.34).

Para concluir este capítulo, cabe ressaltar algumas considerações do trabalho de Rojo (2004).

Para essa autora, em relação à análise da construção discursiva das ações e das representações sociais, os analistas até o momento concentram-se:

- a) Na construção de representações dos atores sociais: para seu estudo são analisados antes de tudo as formas de designação, os atributos e ações que lhe são atribuídos; bem assim como a produção de dinâmicas de oposição e polarização entre os grupos sociais (“nós” ante “eles”).
- b) Na representação dos processos e, em particular, a quem se atribui a responsabilidade por eles e sobre quem são projetadas suas conseqüências (por exemplo, denominar um processo de “crise” em vez de “guerra”; ou “guerra” em

vez de “invasão”). Para o estudo desses aspectos, tem especial relevância a maneira como são administrados os papéis semânticos especialmente a que participantes se atribui a responsabilidade sobre as ações, positivas e negativas ou a agência (por exemplo: “Os EUA causam milhares de vítimas”).

- c) Na recontextualização das práticas sociais em termos de outras práticas, (por exemplo, a representação guerra seguindo os princípios e restrições da prática jornalística, com limitações de acesso ao campo de batalha e dependendo das partes militares).
- d) Na argumentação posta em jogo para persuadir a população da veracidade ou da pertinência de determinada representação e para justificar ações e comportamentos (por exemplo, invocando a razão de estado).
- e) Na projeção das atitudes dos falantes para com o enunciado, incluindo não somente seus pontos de vistas, mas também se eles expressam sua posição de forma moderada ou intensa.
- f) Na Legitimação e deslegitimação das representações discursivas dos acontecimentos, dos atores sociais, das relações sociais e do próprio discurso (por exemplo, deslegitimando a consideração de uma guerra como injusta, apresentando essa posição como oportunista).

Dito de outra forma, dificilmente se podem estudar as representações sociais sem fazer uma revisão metodológica da Análise de Discurso.

5. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL CONSTRUÍDA POR ASSENTADOS

5.1 O conceito de representação social e os métodos de estudo

A obra seminal de Moscovici, *La Psychanalyse, son image, son public* que contém a matriz da teoria, surgiu em 1961 na França, causando espécie nos meios intelectuais pela novidade da proposta. Entretanto, foi um rápido momento de impacto que não produziu desdobramentos visíveis. A perspectiva moscovicianiana permaneceu encerrada no Laboratório de Psicologia Social da École de Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, e nos laboratórios de colegas como Claude Flament, Jean Claude Abric, no sul da França, e outros também interessados por ela, de forma mais dispersa, na Europa. A teoria aparentemente não vingou de imediato, fazendo sua reaparição com força total no início dos anos 80 (ARRUDA, 2002).

Segundo Moscovici (2003), a Psicologia Social pressupõe que os indivíduos percebem o mundo tal como ele é, e todas as percepções, idéias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase físico em que vivem. Têm a necessidade de avaliar seres e objetos corretamente, de compreender a realidade completamente. E, o que distingue o meio ambiente é sua autonomia, sua independência com respeito a nós, ou mesmo, poder-se-ia dizer, sua indiferença com respeito a nós e a nossas necessidades e desejos.

Para o autor, a Psicologia Social é uma manifestação do pensamento científico e, por isso, quando estuda o sistema cognitivo ela pressupõe que:

- a) Os indivíduos normais reagem a fenômenos, pessoas ou acontecimentos do mesmo modo que os cientistas ou os estatísticos, e b) compreender consiste em processar informações (MOSCOVICI, 2003, p. 30).

Contudo, alguns fatos contradizem esses dois pressupostos (MOSCOVICI, 2003):

- a) A observação familiar de que os indivíduos não estão conscientes de algumas coisas bastante óbvias; de que não conseguem ver o que está diante de seus olhos; Essa invisibilidade não se deve a nenhuma falta de informação devida à visão de alguém, mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que compreendem que faz algumas visíveis e outras invisíveis,
- b) Muitas vezes alguns indivíduos percebem alguns fatos que aceitam sem discussão, que são básicos ao seu entendimento e comportamento,

repentinamente se transformam em meras ilusões. Os indivíduos distinguem as aparências da realidade das coisas, mas as distinguem precisamente porque podem passar da aparência à realidade mediante alguma noção ou imagem;

- c) As reações dos indivíduos aos acontecimentos, suas respostas aos estímulos, estão relacionadas à determinada definição, comum a todos os membros de uma comunidade à qual ele pertence (MOSCOVICI, 2003).

Ou melhor, em cada um desses casos é possível verificar a intervenção de representações que tanto orientam os indivíduos em direção ao que é visível, como àquilo a que eles têm de responder. Ou ainda, que relacionam a aparência à realidade, ou de novo àquilo que define essa realidade.

No *Grand Dictionnaire de la Psychologie*, o conceito de representação social encontrado é o de Denise Jodelet:

Trata-se de uma forma de conhecimento corrente, dito do senso comum, caracterizado pelas seguintes propriedades: 1. Socialmente elaborado e partilhado; 2. Tem uma orientação prática de organização, de domínio do meio (material, social, ideal) e de orientação de condutas e da comunicação; 3. Participa do estabelecimento de uma visão de realidade comum a um dado conjunto social (grupo, classe, etc.) ou cultural (ALMEIDA, 2005, p.122).

As representações como sistemas de interpretação orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Elas intervêm em processos variados tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição de identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 2001).

As representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Como fenômeno rico, possui diversos elementos: informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Estão organizadas, normalmente, sob aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade (JODELET, 2001).

Segundo Jodelet (2001, p. 21): “Durkheim foi o primeiro a identificar tais objetos como produções mentais sociais”. E, complementa:

Moscovici renovou a análise, insistindo sobre a especificidade dos fenômenos representativos caracterizadas por: intensidade e fluidez das trocas e comunicações; desenvolvimento da ciência; pluralidade e mobilidade sociais (JODELET, 2001, p. 22).

Para Moscovici, Weber descreveu um saber comum que tem o poder de se antecipar e de prescrever o comportamento dos indivíduos, de programá-los, mas foi Durkheim o verdadeiro inventor do conceito de representação. Já que, foi ele que fixou não só os contornos e lhe reconheceu o direito de explicar os fenômenos mais variados na sociedade, como também o definiu por uma dupla separação (MOSCOVICI, 2001).

Primeiramente, as representações coletivas diferem das representações individuais, como o conceito das percepções ou das imagens. O conceito é universal, fora do vir a ser, e impessoal. Em seguida, as representações individuais têm por substrato a consciência de cada um; as representações coletivas, a sociedade em sua totalidade. Assim, para Moscovici (2001), em Durkheim, a representação designa, prioritariamente, uma ampla classe de formas mentais (ciências, religiões, mitos, espaço, tempo), de opiniões e de saberes sem distinção.

As representações coletivas, que exprimem uma sociedade que é *sui generis*, têm um conteúdo completamente diferente que as representações individuais e, normalmente, as primeiras acrescentam alguma coisa as segundas (DURKHEIM, 1978).

Por meio da estabilidade da transmissão e da reprodução de algumas, e a variabilidade ou o caráter efêmero das outras, Durkheim opõe as representações coletivas às individuais (MOSCOVICI, 2001).

Todavia, como era preciso considerar certa diversidade de origem, tanto nos indivíduos quanto nos grupos e, era necessário deslocar a ênfase sobre a comunicação que permite aos sentimentos e aos indivíduos convergirem, de modo que algo individual pode tornar-se social e vice-versa. Também, reconhecendo-se que as representações são ao mesmo tempo construídas e adquiridas, o que lhes tira o lado preestabelecido, estático, que as caracterizavam na visão clássica, valorizando as interações e não os substratos, a noção de representação coletiva cede lugar para as representações sociais (MOSCOVICI, 2001).

Para Sá (1996), a proposição das representações sociais não revoga as representações coletivas, mas acrescenta outros fenômenos ao campo de estudo.

A definição de representações sociais, como uma forma de conhecimento social, fundamenta-se em três aspectos importantes: a comunicação, a (re)construção do real e o domínio do mundo (ALMEIDA, 2005).

A grande teoria das representações sociais conheceu vários desdobramentos em termos das formas de se focar e investigar as representações sociais.

Atualmente, três grandes pesquisadores, Jodelet, Doise e Abric, todos eles discípulos de Moscovici, representam esses desdobramentos, tendo cada um deles trazido um aporte particular para o desenvolvimento da teoria.

Abric, Doise e Jodelet, nesta exata ordem de chegada, trabalharam juntos como assistentes de pesquisa, na década de 1960, no então recém-criado Laboratório de Psicologia Social, dirigido por Moscovici. Em 1968, Abric assumiu uma cadeira na Universidade de Provence, onde, logo em seguida, criou juntamente com Claude Flament o Laboratório de Pesquisa Social. Doise, em 1970, começa a ministrar algumas aulas de Psicologia Social na Universidade de Genebra e, em 1972, ocupa o posto de professor de Psicologia Social Experimental. Jodelet, última a chegar, lá permaneceu até sua aposentadoria, tendo substituído Moscovici na Direção do Laboratório, quando este se aposentou (ALMEIDA, 2005).

Jodelet mantém-se fiel à proposta original privilegiando claramente um enfoque histórico e cultural para compreensão do simbólico (ALMEIDA, 2005; JODELET, 2001; SÁ, 1996).

Doise articula as representações com uma perspectiva mais sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos como campo de variação dessas representações (ALMEIDA, 2005; DOISE, 2001a; 2001b; JODELET, 2001; SÁ, 1996).

Abric, liderando a Escola do Midi, privilegia a dimensão cognitiva das representações a partir de um enfoque estrutural (ALMEIDA, 2005; ABRIC, 2001; SÁ, 1996).

Este estudo da representação social do DRS baseou-se em duas abordagens: a societal de Willem Doise e a estrutural de Jean-Claude Abric.

A abordagem societal de Doise propõe uma abordagem tridimensional para estudar as representações sociais, sendo que cada fase ou etapa corresponderia a uma hipótese específica (ALMEIDA, 2001).

A primeira hipótese é que há, entre os diferentes membros de uma população, uma partilha de crenças comuns, acerca de um dado objeto social, visto que as representações sociais se constroem em relações de comunicação que supõem linguagem e referências comuns àqueles que estão implicados nessas trocas simbólicas (ALMEIDA, 2001).

Para isso, buscou-se nesta pesquisa identificar as principais palavras ou vocábulos citados no entendimento de cada indivíduo sobre o DRS. Com base nas respostas obtidas calcularam-se as frequências, tanto em termos de número de citações como em termos de número de entrevistados. Tendo em vista o grande número de palavras ou vocábulos envolvidos apresentaram-se apenas àqueles que foram citados por dois ou mais entrevistados,

tendo em vista, a busca de referências comuns. Cabe ressaltar que as palavras foram agrupadas em função do radical²⁰. Ou seja, foram agrupados os verbos, os substantivos e os adjetivos. Também foram agrupados os sinônimos e as palavras diferentes usadas com o mesmo sentido.

A segunda hipótese refere-se à natureza das diferenças, das heterogeneidades nas tomadas de posições em relação a um dado objeto de representação. Trata-se de explicar como e por que os indivíduos diferenciam entre si nas relações que eles mantêm com esses objetos de representação. É identificar os princípios organizadores das variações individuais (ALMEIDA, 2001).

Finalmente, na terceira hipótese considera-se que as representações sociais, além de exprimirem um consenso entre os indivíduos marcado por certas modulações ou oposições individuais, são também caracterizadas por ancoragens das tomadas de posição em outras realidades simbólicas coletivas. Elas se explicitam na hierarquia de valores, nas percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e nas experiências sociais que eles partilham com o outro, em função de sua pertença e posição (ALMEIDA, 2001; ALMEIDA, 2001; ZANI; PALMONARI, 2001; SÁ, 1996; GUARESCHI, 1995).

Para estudar as representações sociais, é necessário conhecer as condições de contexto onde os indivíduos estão inseridos mediante a realização de uma “análise contextual”. Isso por que as representações sociais são historicamente construídas e estão estreitamente vinculadas aos diferentes grupos socioeconômicos, culturais e étnicos que as expressam por meio de mensagens, e que se refletem nos diferentes atos e nas diversificadas práticas sociais. Ou seja, há que se considerar que as representações sociais, muitas vezes idealizadas a partir da disseminação de mensagens e de percepções advindas do “senso comum” sempre refletem as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram, ou seja, suas condições socioeconômica e cultural (FRANCO, 2004).

A ancoragem das representações sociais foi estabelecida relacionando-as com os dados socioeconômicos dos entrevistados e do Diagnóstico Rápido e Dialogado (DRD) realizado nos três assentamentos no início do projeto Unaf.

A abordagem estrutural de Jean-Claude Abric propõe a Teoria do Núcleo Central na forma de uma hipótese explicativa da organização interna das representações (ALMEIDA, 2001; SÁ, 2002, ABRIC, 2001).

Nos termos do próprio autor:

²⁰ Considera-se como radical o elemento que serve de base às palavras de uma mesma família etimológica e que é tomado como ponto de partida para o estudo da estrutura dos vocábulos numa língua (Dicionário Aurélio)

A organização de uma representação apresenta uma modalidade particular, específica: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas ainda, toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de alguns elementos que dão à representação a sua significação (Abric, 1994 apud Almeida, 2001, p. 132).

Ao criticar a abordagem experimental clássica da psicologia social Sá (2002) denuncia a negligência na consideração da variável “definição da situação pelos próprios sujeitos”, que lhe parece crucial para uma adequada interpretação dos resultados. Abric conduz experimentos para verificar a validade da seguinte hipótese geral: “os comportamentos dos sujeitos ou dos grupos não são determinados pelas características objetivas da situação, mas pela representação dessa situação” em que utiliza como noção específica de representação como: “o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou grupo reconstitui o real com que se confronta e lhe atribui uma significação específica” (SÁ, 2002, p. 54).

O núcleo central, como elemento fundante de uma representação, é composto de um ou mais elementos, mais estáveis, coerentes, consensuais e historicamente definidos, cuja ausência destruiria a representação ou lhe daria uma significação completamente diferente (ALMEIDA, 2001; SÁ, 2002, ABRIC, 2001).

Seus elementos periféricos que têm relação direta com o núcleo e possuem papel importante no funcionamento da representação perante as práticas sociais ligadas ao objeto. Sua estabilidade é menor, e a permeabilidade ao contexto imediato é maior, por isso, são eles que permitem as variações ou modulações individuais. O núcleo central e seus elementos periféricos tornam a representação ao mesmo tempo estável e instável, rígida e flexível, como consensual ou marcada por fortes diferenças interindividuais (ALMEIDA, 2001).

Como o núcleo central ou núcleo estruturante, determina ao mesmo tempo a significação e a organização de uma representação social ele possui duas funções essenciais:

- Uma função geradora, no sentido de que ele é o elemento que cria ou transforma a significação dos outros elementos constitutivos da representação, ou seja, é aquilo por meio do qual, esses elementos ganham um sentido, uma valência;
- Uma função organizadora, já que é o núcleo central é determinante na natureza dos vínculos que unem os elementos entre si; é o elemento unificador e estabilizador da representação (ABRIC, 2001).

Para Abric (2001, p. 165):

O núcleo central da representação é determinado, por um lado, pela natureza do objeto apresentado; por outro, pela relação que o sujeito mantém com esse objeto. De forma mais precisa, é a finalidade da situação na qual se produz a representação que vai determinar seu(s) elemento(s) central(is).

A teoria do núcleo central traz elementos importantes para explicar o processo de transformação das representações. Qualquer mudança, só acontece se os elementos centrais, os que lhe dão significação, forem transformados.

São três tipos de transformações possíveis: as transformações resistentes, as progressivas e as brutais.

As transformações resistentes ocorrem apenas no âmbito do sistema periférico, não coloca em questão o núcleo central. Essas transformações ocorrem quando:

Novas práticas contraditórias podem ainda ser geridas pelo sistema periférico e pelos mecanismos clássicos de defesa: interpretação e justificações *ad hoc*, racionalizações, referência às normas externas da representação, etc (ABRIC, 1994, p. 82 apud ALMEIDA, 2001, p. 133).

As transformações progressivas ocorrem quando não há contradição das novas práticas com o núcleo central. Os esquemas ativados por essas novas práticas, vão, progressivamente, integrando-se àquelas do núcleo central e como resultado acabam de constituir um novo núcleo e, portanto, uma nova representação (ALMEIDA, 2001).

E, finalmente, a transformação brutal ocorre quando as novas práticas colocam em questão o significado central da representação. Não há possibilidade de recorrer a mecanismos defensivos, pois a importância dessas novas práticas, sua permanência e seu caráter irreversível transformam direta e completamente o núcleo central e, portanto, toda a representação (ALMEIDA, 2001).

A identificação da representação social do DR e do DRS possibilitou avaliar se houve transformação e que tipo de transformação foi essa. O que, de certa forma, permitiu verificar se há uma tendência de mudança e em que sentido ela está ocorrendo. A identificação da representação social de Sustentabilidade, por sua vez, permitiu avaliar o que esse substantivo acrescentou ao DR, confirmando, por assim dizer, o caminho da transformação da representação do DR para DRS.

Para isso, identificou-se o entendimento de cada indivíduo sobre o DR, DRS e Sustentabilidade. As respostas obtidas foram agrupadas de acordo com as acepções ou sentidos dados. Considerando, essas acepções como os elementos comuns e a forma como eles se organizam, ou seja, identificando o campo comum das representações sociais. Com

isso foram calculadas as frequências, relacionadas tanto ao número de citações como ao número de entrevistados.

As teorias e métodos de estudo das representações sociais atribuem um caráter pluri-metodológico para a pesquisa nesse campo. Sua teoria é compatível com o uso de uma ampla variedade de diferentes métodos e técnicas de pesquisa não privilegiando qualquer método em particular (ALMEIDA, 2005).

As representações sociais são elementos simbólicos expressos mediante o uso de palavras e de gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os homens explicitam o que pensam, como percebem esta ou aquela situação, que opinião formulam acerca de determinado fato ou objeto, que expectativas desenvolvem a respeito, e assim por diante. Essas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e estão, necessariamente, ancoradas no âmbito da situação real e concreta dos indivíduos que as emitem (FRANCO, 2004).

Por se tratar de um estudo baseado na interpretação do discurso dos indivíduos, associar os métodos específicos de estudo das representações sociais ao método de Análise de Discurso, descrito anteriormente, é uma alternativa metodológica imprescindível.

5.2 Universo, amostragem e técnicas de pesquisa empregadas.

Normalmente “representatividade” é um conceito interpretado em um sentido estatístico. Ou seja, refere-se aos/as componentes de uma amostra que foram extraídos de uma população segundo determinado procedimento que, por isso, a “representam” no sentido de que aquilo que se descreve ou se conhece para a amostra é generalizável para o conjunto da população. Na Análise do Discurso, “representativo” não significa que o/a participante é estatisticamente representativo/a da população considerada ou que esteja próximo à média em idade, *status* socioeconômico, etc. Ao contrário, significa que o/a participante está atuando como se estivesse no “papel”. Ou seja, o que é importante sobre essa pessoa que participa de uma interação não são suas qualidades pessoais, é o fato de que é membro de um grupo ou coletivo (IÑIGUEZ, 2004b).

Para identificar as representações sociais do DRS e da sustentabilidade foram entrevistadas 26 pessoas dos três assentamentos participantes do projeto Unai já descrito anteriormente (GASTAL et al., 2002).

Esses entrevistados representam uma amostra de 17 lotes que em termos estatísticos significam 11,01% do total de lotes dos três assentamentos (154 lotes) (GASTAL, et al., 2002).

Todavia, neste estudo, o ponto de partida não foi o número total de lotes e sim o número de lotes representados no diagnóstico rápido participativo (99 lotes), ponto de partida da metodologia proposta pelo projeto Unai (GASTAL et al., 2003). Com isso a representatividade estatística dessas entrevistas sobe para 17,17% dos lotes.

Nessa amostra de 26 entrevistados, não foram consideradas pessoas com menos de 15 anos já que se optou por trabalhar apenas com a população de jovens e adultos. Subtraindo da população total dos três assentamentos a parcela referente às crianças (com menos de 15 anos), temos uma população total de 229 pessoas que residem nos assentamentos. Isso significa que as 26 entrevistas representam 11,35% da população.

Esses 26 entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, e as entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados.

Não há, até o momento, uma única técnica que permita elucidar, ao mesmo tempo, todas as informações que envolvem o objeto de uma representação (ALMEIDA, 2005).

Uma técnica que tem sido considerada como a mais interessante e complexa para estudar as representações são as entrevistas. Sem ignorar a entrevista não-diretiva, a entrevista em profundidade, também chamada de entrevista guiada ou diretiva, permanece como o método considerado por muitos como indispensável (ALMEIDA, 2005).

Entretanto, a situação de entrevista tem sido considerada um tanto delicada, não só no que se refere às relações entre o entrevistador e entrevistado como também da própria situação da entrevista. O não-domínio das regras de enunciação pelo entrevistador torna difícil uma expressão livre e espontânea, levando o entrevistado a usar mecanismos psicológicos, cognitivos e sociais que limitam a fidelidade dos resultados como também, o lugar, os objetivos percebidos pelo entrevistado, a aparência do entrevistador dentre outras (ALMEIDA, 2005; BONI; QUARESMA, 2005).

A essas dificuldades aliam-se os métodos de análise de dados textuais que dependem em larga medida da interpretação do pesquisador que certamente imprime seu olhar ao fenômeno analisado (ALMEIDA, 2005).

Uma forma de evitar as limitações citadas anteriormente é o uso de entrevistas semi-estruturadas. Boni e Quaresma (2005), Lakatos (1996) definem as entrevistas estruturadas como aquelas nas quais são elaboradas, mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela em que as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. O principal motivo desse zelo é a possibilidade de comparar o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferença nas perguntas.

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, nas quais o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005).

As técnicas de entrevista aberta e semi-estruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também possibilitam uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador falar de assuntos mais complexos e delicados. Quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, esses tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivo e valorativo dos informantes, determinantes dos significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados, e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005).

Goldenberg (1997) assinala que, para se realizar uma entrevista bem-sucedida, é necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança, não discordar das opiniões do entrevistado, tentar ser o mais neutro possível. Acima de tudo, a confiança passada ao entrevistado é fundamental para o êxito no trabalho de campo. Além disso, existe um código de ética do sociólogo que deve ser respeitado.

O questionário utilizado nesta pesquisa para coleta dos dados foi dividido em três partes: (1) caracterização do entrevistado; (2) entrevista propriamente dita; e (3) avaliação das dimensões do DS (ANEXO 3).

Tanto a primeira parte como a segunda são compostas de questões abertas. Para a segunda parte, utilizou-se o recurso de gravar as respostas, o que possibilitou maior fidedignidade nas respostas obtidas. Essas respostas foram transcritas, posteriormente, para arquivos de texto.

A terceira parte é composta de questões com várias possibilidades de respostas. Os entrevistados escolheram em uma escala de zero (nenhuma) a cinco (muita), a importância para cada afirmação sobre o DS.

5.3 A representação social do Desenvolvimento Rural (DR)

As respostas à pergunta “O que você entende por Desenvolvimento Rural” são apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Respostas à pergunta: O que você entende por desenvolvimento rural (DR)?

ENTR	RESPOSTA
1	Não respondeu
2	É até difícil, porque quando a turma vem de fora já vem com uma máquina nova, uma semente nova. Isso acaba que a gente nem sabe responder por que é tudo ligado. É uma experiência nova, uma cana nova, um capim novo, uma mandioca nova. É meio difícil de responder
3	Uma forma que os produtores se desenvolvam sem dependência. Dependência de coisas de fora tipo insumos, tipo, vamos supor, se o produtor tiver bom desenvolvimento à assistência técnica poderia ser menor, não precisa ser tão rigorosa. Acredito que isso é uma forma de desenvolvimento rural. É um desenvolvimento na melhoria de produção, saber combater melhor uma praga, uma doença por estar manejando melhor sua forma de produção
4	Não seria o trabalho aqui da gente no lote?
5	É arrumar uma energia para nós. Igual aqui era Cerrado hoje já está arrumado, não bem arrumado, mas hoje já está quase lá. É melhorar as condições, é melhorar o projeto, porque morar em um Cerrado quando já está bem beneficiado a qualidade é diferente
6	Plantar para adquirir
7	Em vez da pessoa ir para a cidade a pessoa ficar no meio rural como uma maneira de estar sobrevivendo sem ter que ir para a cidade. Precisa ter mais olhar dos de cima para ter mais recursos para a pessoa trabalhar
8	Se desenvolver sem ter a preocupação de não esgotar a terra
9	É tecnologia, trabalhar mais, desenvolver outras atividades além das que agente desenvolve para melhorar para a gente né. Mais na produção né.
10	É o desenvolvimento do campo, da fazenda. É o crescimento, a evolução, melhoria de vida de tudo, de estrutura
11	Não respondeu
12	É uma coisa muito boa; É trabalhar no lote; Desenvolver; Fazer fartura; Plantar muita coisa
13	É o desenvolvimento que ocorre aqui, no lote; É plantar e colher
14	Melhorar o trabalho com a terra, maior cuidado com o solo. Tirando o sustento da família com o solo, mas não destruindo o solo
15	Evolução do país; Crescimento do meio rural; da propriedade
16	É você ter um pedaço de terra e se manter dentro dele; Plantar e sobreviver tirando dele; Pode trabalhar fora e dentro da propriedade
17	É o nosso trabalho aqui. Mexer com a lavoura, com vacas de leite. Ter no quintal vários tipos de plantas. É produzir para viver
18	É a melhoria de vida que a gente pode ter. Para trabalha na área rural, na Agricultura Familiar
19	No meu pensamento é desenvolver muita coisa. Vamos supor fazer, uma catira de uma coisa ou outra, ou negociar com um amigo ou com outro de fora, que seja dentro do assentamento. Negociar com os amigos e com os de fora.
20	Melhoria da qualidade de vida, alimentação, comprar roupa, ter uma casa melhor, renda
21	É a gente evoluir, procurar crescer, buscar ajuda, produzir mais na agricultura e pecuária
22	Melhorar a produção
23	É tirar duas safras nas áreas úmidas; Investir em insumos; Produzir mais
24	É ter acesso aos créditos para desenvolver dentro da parcela
25	É meio complicado. É cooperativismo para mexer com uma indústria, uma fábrica. Melhorar a renda, a produção
26	É ter uma vida melhorada; trazer benefícios que a gente possa ter mais renda

As principais palavras ou vocábulos associados ao DR são apresentados na Tabela 7.

As palavras ou vocábulos mais citados no entendimento do que é DR foi melhorar/melhoria/melhor. Aparece em 30,77% das citações e 46,15% das entrevistas, o que indica o entendimento do DR como o alcance de níveis superiores aos atuais.

As respostas mostram a combinação das palavras melhorar/melhoria/melhor com trabalhar/trabalho, produzir/produção, renda, qualidade de vida e estrutura. Os assentados associam o desenvolvimento rural basicamente com as melhorias das condições de trabalho, de produção e de vida. Respostas como:

E2: “(...) É um desenvolvimento na **melhoria de produção**, saber combater melhor uma praga, uma doença por estar manejando melhor sua forma de produção”.

E5: “(...) É **melhorar as condições**, é **melhorar o projeto**, porque morar em um Cerrado quando já está bem beneficiado a qualidade é diferente”.

E9: “(...) para **melhorar para a gente né. Mais na produção né**”.

E10: “É o desenvolvimento do campo, da fazenda. É o crescimento, a evolução, **melhoria de vida, de tudo, de estrutura**”.

E14: “**Melhorar o trabalho com a terra**, maior cuidado com o solo. Tirando o sustento da família com o solo, mas não destruindo o solo”.

E20: “**Melhoria da qualidade de vida**, alimentação, comprar roupa, ter uma casa melhor, renda”.

E22: “**Melhorar a produção**”.

E25: “(...) **Melhorar a renda, a produção**”.

E26: “É ter uma **vida melhorada**; trazer benefícios que a gente possa ter mais renda”.

Tabela 7- Palavras mais associadas ao DR, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE).

PALAVRAS (VERBO/SUBSTANTIVO/ADJETIVO)	NE	NC	FREQ.	
			TC	TE
Melhorar/melhoria/melhor	9	12	30,77%	46,15%
Trabalhar/trabalho	8	8	20,51%	30,77%
Produzir/produção	7	8	20,51%	30,77%
Plantar	4	5	12,82%	19,23%
Renda	4	4	10,26%	15,38%
Sobreviver	2	2	5,13%	7,69%
TOTAL		39	100,00%	

Isso fica mais claro ao identificarmos o núcleo central da representação social do DR.

Para isso, as repostas foram agrupadas em função dos sentidos expressos.

Onze sentidos diferentes foram identificados além dos que não responderam ou não sabiam (Tabela 8).

Observa-se que o entendimento de DR está associado aos aspectos relacionados com a produção. Dos 26 entrevistados, 10 mostraram nitidamente essa preocupação, ou seja, 38,46% relacionam o DR à melhoria da produção e, em termos de citações, esse percentual cai um pouco, 24,39% do total das citações.

Isso sugere que a mentalidade produtivista, fruto da Revolução Verde que norteou durante anos o processo produtivo no campo é por assim dizer, preponderante no discurso dos agricultores e agricultoras.

Tabela 8 - Agrupamento das respostas sobre DR em função dos sentidos expressos, as entrevistas que citaram cada sentido, número de citações (NC) em cada sentido, frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE).

ID	SENTIDO	ENTREVISTAS	NC	FREQUÊNCIA	
				TC	TE
1	Melhorar a produção	3; 6; 9; 12; 13; 17; 21; 22; 23; 25	10	24,39%	38,46%
2	Trabalhar no lote, sobreviver do lote	4; 12; 13; 16; 17	5	12,20%	19,23%
3	Uso de tecnologias, insumos	2; 3; 9; 23	4	9,76%	15,38%
4	Melhorar de vida	10; 18; 20; 26	4	9,76%	15,38%
5	Crescimento, evolução do lote	10; 15; 21	3	7,32%	11,54%
6	Ter mais renda	20; 25; 26	3	7,32%	11,54%
7	Melhorar a estrutura do lote, casa	5; 10; 20	2	4,88%	7,69%
8	Independência, não depender de coisas de fora do lote	3; 7	2	4,88%	7,69%
9	Obter recursos, financiamentos	7; 24	2	4,88%	7,69%
10	Não esgotar a terra	8; 14; 19	2	4,88%	7,69%
11	Negociar dentro e fora do assentamento	19	1	2,44%	3,85%
12	É Cooperativismo	25	1	2,44%	3,85%
13	Não sabe ou não respondeu	1; 11	2	4,88%	7,69%
TOTAL			41	100,00%	

* Nesse caso, o número de citações (NC) é igual ao número de entrevistas (NE).

** Para esse cálculo, considerou-se o total de citações (41), pois uma entrevista pode considerar mais de um sentido.

*** Para esse cálculo, considerou-se o número total de entrevistas realizadas (26).

Corroborar com essa influência da Revolução Verde na representação social do DR, quando também se observa no discurso dos produtores, o sentido “uso de tecnologias e insumos” (9,76% das citações e 15,38% das entrevistas). São respostas como:

E1: “(...) vem com uma **máquina nova**, uma **semente nova**. (...) É uma **experiência nova**, uma **cana nova**, um **capim novo**, uma **mandioca nova** (...)”.

E2: “(...) É um desenvolvimento na melhoria de produção, saber **combater melhor uma praga**, uma **doença** por estar **manejaando melhor** sua forma de produção”.

E9: “É **tecnologia**, trabalhar mais, desenvolver outras atividades além das que a gente desenvolve para melhorar para a gente né (...)”.

E23: “É tirar **duas safras** nas áreas úmidas; Investir em **insumos** (...)”.

O sentido “trabalhar no lote e sobreviver do lote” é citado em 19, 23% das respostas e em 12,2% do total de citações. Indica o desejo de que a produção dentro da propriedade seja suficiente para absorver mão-de-obra e seja suficiente para a sobrevivência da família.

Essas respostas são particularmente interessantes, pois remetem para o sentido de independência, autonomia ou de não-dependência de coisas de fora do lote que também aparece, porém, com menor expressão (em 4,88% do total das citações e em 7,69% dos questionários) nas respostas. Mas, essa independência é relacionada a dois objetivos diferentes. Em um, independência de insumos (E2) em outro, independência na sobrevivência.

O primeiro relaciona a insatisfação com o modelo de agricultura baseado no uso de insumos, mas também, para a dependência em termos de assistência técnica. Sugere maior autonomia dos produtores em termos de conhecimentos técnicos envolvidos na produção. Como pode ser observado a seguir:

E2: “Uma forma que os produtores se desenvolvam **sem dependência. Dependência de coisas de fora tipo insumos**, tipo, vamos supor, se o produtor tiver bom desenvolvimento a **assistência técnica poderia ser menor, não precisa ser tão rigorosa**. Acredito que isso é uma forma de desenvolvimento rural. É um desenvolvimento na melhoria de produção, saber combater melhor uma praga, uma doença por estar manejando melhor sua forma de produção”.

O segundo aponta para uma insatisfação em termos de capacidade de produção, o que exige a compra de produtos destinados à sobrevivência na cidade:

E7: “**Em vez da pessoa ir para a cidade** a pessoa ficar no meio rural como uma maneira de **estar sobrevivendo sem ter que ir para a cidade**. Precisa ter mais olhar dos de cima para ter mais recursos para a pessoa trabalhar”.

Pode-se esquematizar a representação social do DR da seguinte forma: um núcleo central representado pelo sentido de “melhorar a produção”, com os sentidos “trabalhar no lote/sobreviver do lote”, “novas tecnologias/informações/assistência técnica” e “melhorar de vida”, etc., como elementos periféricos (Figura 11).

Considerando os elementos periféricos que foram citados em três entrevistas ou mais a representação social do DR pode ser sintetizada como: melhorar a produção, trabalhando e sobrevivendo do lote, a partir do uso de novas tecnologias e informações, melhorando de vida, tendo mais renda, com a evolução do lote.

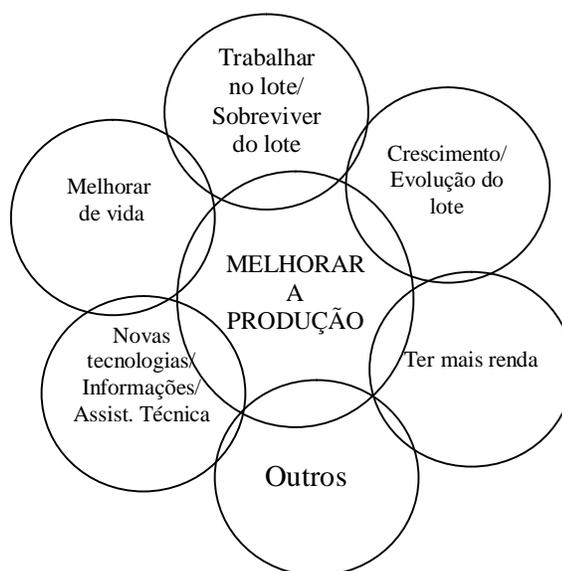


Figura 11- Núcleo central da representação do DR e seus principais elementos periféricos.

5.4 A representação social do desenvolvimento rural sustentável (DRS)

Nas respostas obtidas, o sentido de produção também se faz presente (Tabela 9).

Tabela 9 - Respostas à pergunta: O que você entende por Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)?

ENT.	RESPOSTA
1	Não sabe
2	Educação. Conjunto de coisas juntas. Projetos, ajuda pelo Governo, entrada pela Embrapa, pelos técnicos, pela Emater, acaba no fim todo mundo junto, acaba formando esse tipo de coisa, um meio mais fácil de produzir as coisas. Como os meninos trabalham com a gente (técnicos), o que a gente colhe já serve demais. O técnico está ensinando tudo, informando que o Brasil é esse. Então o que entendo é isso é quase um conjunto de gente que trabalha junto, unido fazendo com que o Brasil produza
3	É uma forma que o produtor ou trabalhador rural desenvolva técnicas e alternativas para estar melhorando. Não precisar ir na cidade para fazer uma compra, comprar arroz, feijão ou até mesmo insumo que pode estar preparando dentro da parcela dele. Ele estar melhorando sua forma de vida, agregando mais valor ao seu serviço, é fazendo um melhor aproveitamento dos seus produtos, como o aproveitamento da casca de banana, aproveitamento da mandioca fazendo polvilho, farinha. Acredito que seria uma forma da pessoa estar se desenvolvendo dentro de sua realidade, mantendo sua sustentabilidade, para ele não precisar estar saindo, vendendo seu serviço para terceiros, poder estar se desenvolvendo. Sem ele ter essa necessidade, essa dependência para sobreviver
4	Não tenho nem noção
5	Para mim é o que a gente plantou ser suficiente para a gente comer; É produção
6	Eu acho que tem plantar para adquirir. Plantar e colher para adquirir arroz, feijão, mandioca, batata
7	É uma forma da pessoa se sustentar, de alguma maneira e se sustentar do que a pessoa vai fazer
8	É a pessoa ter um meio de trabalhar, se desenvolver e tirar o sustento dele, as coisas de alimentação de dentro da terra, da propriedade. Por exemplo, a carne, a verdura, os derivados do leite, o açúcar, não tem o açúcar, mas pode ser uma rapadura. Tirar sem agredir muito a propriedade senão ela não é sustentável
9	Desde que a gente consiga manter a família com o sustento da nossa produção; é isso, produzir para sustentar a nossa família.
10	É o DR que já entra a sustentabilidade para todo mundo, para a família, até para as pessoas de fora. Dá uma equilibrada na produção rural
11	É a gente trabalhar no mesmo movimento, plantar e colher. Plantar de tudo e colher. Eu acho que é um Desenvolvimento Sustentável não ficar dependente de uma compra da cidade
12	Não sabe
13	Não sabe

Continua ...

Continuação. Tabela 9 - Respostas à pergunta: O que você entende por Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)?

ENT.	RESPOSTA
14	Conseguir sobreviver aqui dentro do lote, só com os recursos que a gente tira do lote
15	Aumento nas rendas; Adquirir um valor a mais no que a gente produz
16	É quase o mesmo que DR; É ter um pedaço de chão, de terra, e morar nele e dele tirar o sustento para você e sua família; O sustentável muda nessa parte de trabalhar só dentro da propriedade e não fora
17	É se dá para sustentar a família ou não
18	Sustentável é que as pessoas passem a viver da agricultura familiar. Viver daqui, trabalhar, viver do lote
19	É aquilo que estou fazendo estar me sustentando, mesmo que não esta dando, mas tem que me sustentar. Em termos de alimento, remédios, para mim tem que ser isso. Me sustentar e sustentar minha família
20	É a pessoa e a família se sustentar do lote
21	Seria conseguir viver com o que produzisse no lote
22	Alimentação; Ter mais renda para sobreviver; Viver de dentro do lote; Tirar recurso de dentro do lote; É difícil tocar os serviço de fora e o do lote
23	Produção; Agricultura adequada; Financiamento
24	Não sabe
25	Não sabe
26	É aquele que você faz para ter o sustento da vida; Produzir para não ter que vender MO

O número de palavras ou vocábulos associados ao DRS em duas ou mais entrevistas, o que caracteriza, minimamente, uma partilha, foi muito grande (Tabela 10).

Como no DR, entre as palavras ou vocábulo mais associados ao DRS estão “produzir/produção” e “trabalhar”, estando o primeiro presente em 42,31% das entrevistas e em 20% das citações, e o segundo em 23,08% das entrevistas e 9,23% das citações (Tabela 10). Chamando a atenção à importância dada as palavras “produzir/produção” no DRS.

Tabela 10 - Palavras associadas ao DRS, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE).

PALAVRAS (VERBO/SUBSTANTIVO/ADJETIVO)	NE	NC	FREQ.	
			TC	TE
Produzir/produção	11	13	20,00%	42,31%
Sustentar	8	11	16,92%	30,77%
Trabalhar	6	6	9,23%	23,08%
Sobreviver	5	6	9,23%	19,23%
Lote	5	7	10,77%	19,23%
Família	5	5	7,69%	19,23%
Renda	3	3	4,62%	11,54%
Plantar	3	3	4,62%	11,54%
Propriedade	3	3	4,62%	11,54%
Viver/Vida	3	4	6,15%	11,54%
Agricultura	2	2	3,08%	7,69%
Alimentação	2	2	3,08%	7,69%
TOTAL		65	100,00%	

No entanto, o acréscimo do adjetivo “sustentabilidade” fez com que o entendimento de DRS fosse associado à palavra “sustentar” em 30,77% das entrevistas e em 16,92% das citações.

Aparentemente, esse adjetivo provoca, também, uma mudança de importância da palavra “sobreviver”. Ela aparece em 19,23% das entrevistas e em 9,23% das citações (Tabela 10), em comparação com o entendimento do DR que aparece em 7,69% das entrevistas e em 5,13% das citações (Tabela 4).

DRS suscita o emprego de maior diversidade de palavras. Ao contrário das seis palavras ou vocábulos citados em duas ou mais entrevistas sobre o DR, este é associado a 12. Isso pode apontar para um menor grau de consenso e uma maior dificuldade de entendimento vis-à-vis a complexidade envolvida.

Como na análise do DR, para identificar o núcleo central da representação social do Desenvolvimento Rural (DRS) dos assentados, as respostas foram agrupadas em função dos sentidos expressos (Tabelas 9 e 11).

Na representação social do DRS, as palavras produção/produzir e suas derivações, também, estão presentes (Tabela 9). Algumas especificando produzir no lote como nas seguintes respostas:

E2: “(...) meio mais fácil de **produzir** as coisas (...)”.

E5: “Para mim é o que a gente plantou ser suficiente para a gente comer; É **produção**”.

E9: “Desde que a gente consiga manter a família com o sustento da nossa **produção**; é isso, **produzir** para sustentar a nossa família”.

E10: “(...) Dá uma equilibrada na **produção** rural”.

E15: “(...) Adquirir um valor a mais no que a gente **produz**”.

E21: “Seria conseguir viver com o que **produzisse** no lote”.

E23: “**Produção** (...)”.

E26: “(...) **Produzir** para não ter que vender MO”.

Produzir no lote é o sentido mais citado. Sua frequência em relação ao total das citações (TC) foi de 28,00% e em relação ao número total de entrevistas (TE) 53,85% (Tabela 11).

No entanto, aqui cabe uma observação. Trabalha-se com o sentido, o que não significa necessariamente que na resposta apareça produzir no lote. Como nas afirmações abaixo, por exemplo, que foram consideradas com esse sentido:

E3: “(...) Acredito que seria uma forma da pessoa estar se desenvolvendo **dentro de sua realidade**, mantendo sua sustentabilidade, para ele **não precisar estar saindo**, vendendo seu serviço para terceiros, poder estar se desenvolvendo. Sem ele ter essa necessidade, essa dependência para sobreviver”.

E6: “Eu acho que tem **plantar** para adquirir. Plantar e colher para adquirir arroz, feijão, mandioca, batata”.

E7: “É uma forma da pessoa se sustentar, de alguma maneira e se sustentar **do que a pessoa vai fazer**”.

E8: “É a pessoa ter um meio de trabalhar, se desenvolver e tirar o sustento dele, as coisas de alimentação de **dentro da terra, da propriedade**”.

E11: “É a gente trabalhar no mesmo movimento, **plantar e colher**. Plantar de tudo e colher. Eu acho que é um Desenvolvimento Sustentável não ficar dependente de uma compra da cidade”.

E14: “Conseguir sobreviver aqui **dentro do lote**, só com os **recursos que a gente tira do lote**”.

E16: “(...) É ter **um pedaço de chão, de terra**, e morar nele e **dele tirar o sustento** para você e sua família; O sustentável muda nessa parte de **trabalhar só dentro da propriedade e não fora**”.

Tabela 11 - Agrupamento das respostas sobre DRS em função dos sentidos considerados, as entrevistas que citaram cada aspecto, número de citações (NC) em cada um, freqüências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE).

ID	SENTIDO	ENTREVISTAS	NC	FREQ.	
				TC	TE
1	Produzir no lote	2; 3; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 14; 15; 16; 21; 26	14	28,00%	53,85%
2	Se sustentar do lote	3; 5; 7; 8; 9; 14; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 26	13	26,00%	50,00%
3	Não ter que trabalhar fora (venda MO)	3; 16; 22; 26	4	8,00%	15,38%
5	Mais renda	6; 15; 16;	3	6,00%	11,54%
6	Aprendizado, apoio técnico e/ou tecnologias	2; 3	2	4,00%	7,69%
7	Melhor aproveitamento da produção e/ou dos recursos naturais	3; 23	2	4,00%	7,69%
8	Financiamento e/ou apoio do governo	2; 23	2	4,00%	7,69%
9	Mais valor na produção	3; 15	2	4,00%	7,69%
10	Diminuir dependência de recursos externos	3	1	2,00%	3,85%
11	Trabalhar juntos	2	1	2,00%	3,85%
12	Não sabe/Não respondeu	1; 4; 12; 13; 24; 25	6	12,00%	23,08%
TOTAL			50	100,00%	

* Nesse caso, o número de citações (NC) é igual ao número de entrevistas (NE).

** Para esse cálculo, considerou-se o total de citações (50), pois uma entrevista pode considerar mais de um sentido.

*** Para esse cálculo, considerou-se o número total de entrevistas realizadas (26).

Entretanto, a diferença entre o sentido “produzir no lote” e o de “se sustentar do lote” foi muito pequena. Este último aparece em 26% das citações em 50% das entrevistas (Tabela 11).

Aqui, a necessidade de independência citado no DR fica mais clara. Ressaltando a dependência dos produtores com a venda de mão-de-obra como estratégia de complementação de renda. Esse trabalho fora da propriedade concorre diretamente com o tempo dedicado à produção no lote.

Dessa forma no núcleo central do DRS caracteriza-se pelo sentido “produzir no lote”, porém, com a presença muito forte do elemento periférico “se sustentar do lote” (Figura 12).

Os dados obtidos também apontam para uma dependência das famílias em relação a programas governamentais de complementação de renda, de benefícios sociais ou de créditos para produção.



Figura 12 - Núcleo central da representação do DRS e seus elementos periféricos.

Chama a atenção o grande número de famílias que possui essas rendas ao analisarmos as fontes de renda das famílias (Tabela 12) e o número de fontes de renda dos entrevistados (Figura 13). Além da produção do lote, observou-se, nas entrevistas, que grande parte dos entrevistados depende da venda de mão-de-obra (46,15% das famílias), da bolsa-escola (57,69% das famílias) e da aposentadoria por idade ou por invalidez que também compõe a renda de um terço dos entrevistados.

Tabela 12 - Outras fontes de renda identificadas, quantidade de entrevistas por fonte e frequência.

CLASSES	FONTE DE RENDA	QDADE	FREQ.
1	Bolsa-família	15	57,69%
2	Venda de mão-de-obra	12	46,15%
3	Benefícios	9	34,62%
4	Salário esposa(o)	2	7,69%

Na Figura 13, são classificadas as entrevistas em termos de número de fontes de renda. Observa-se que 42,31% dos entrevistados possuem duas fontes de renda, o lote e mais uma externa. E, 88,47% dos entrevistados possuem pelo menos uma fonte de renda externa além da produção no lote.

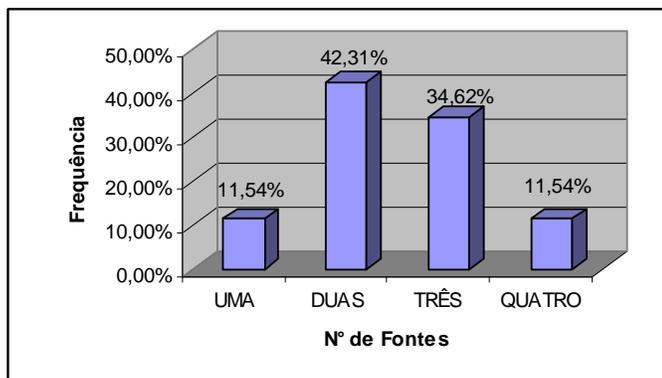


Figura 13 - Frequência de entrevistados em função do número de fontes de renda que possuem.

No diagnóstico rápido e dialogado (DRD), realizado nos três assentamentos, como parte da metodologia proposta pelo Projeto Unaí, 35% das famílias entrevistadas (99) recebiam algum tipo de renda externa à propriedade tais como: Bolsa-família, Vale-gás, Salário, Benefício (Aposentadoria), etc. Sendo que 7% recebiam dois tipos e 11% faziam algum tipo de prestação de serviço (pedreiro, tratorista, frete, etc.) de forma esporádica. Outros 21%, aproveitavam o lote ou algum tipo de equipamento para a obtenção de ingressos complementares, sendo as atividades mais importantes, o aluguel de pasto e manter gado à meia na propriedade. A venda de mão-de-obra era muito importante na composição da renda dos assentados. No DRD foi constatado que 45% dos entrevistados (99) utilizavam essa estratégia.

O DRD permitiu observar que parte dos assentados dependia dessas rendas não relacionadas à produção propriamente dita, pois, em 26% dos lotes, não foi identificada nenhuma venda de produto proveniente da produção agrícola. Ou seja, em 76% dos lotes há ingressos provenientes da produção agrícola.

Essa preocupação com o sustentar da família é compreensível ao analisarmos a estimativa de renda das famílias (Figura 14). Dos 26 entrevistados, 13 (50%) possuem renda mensal abaixo de R\$ 300,00 e, abaixo de R\$ 400,00 o número sobe para 18, significando 69,23% dos entrevistados.

No DRD, não foi coletada informação referente à renda das famílias apenas, uma estimativa da despesa familiar que era em média R\$ 193,85, variando de no mínimo R\$ 50,00 a no máximo R\$ 500,00.

A renda familiar mensal por dependente identificada nas entrevistas para estudo da representação social do DRS, varia de R\$ 19,00 a R\$ 333,33 excluindo os que declararam ter renda zero por se tratar de filhos de produtores(as) que trabalham e vivem com os pais. Em

média, a renda mensal por dependente é de R\$ 113,82. Os dados obtidos das entrevista são apresentados na Figura 15. Entretanto, se retirarmos do cálculo da média o indivíduo 26 que possui renda externa elevada, duas aposentadorias que correspondem a R\$ 720,00, essa média cai para R\$ 106,00. Ou seja, em média os assentados recebem R\$ 3,50 por dia.

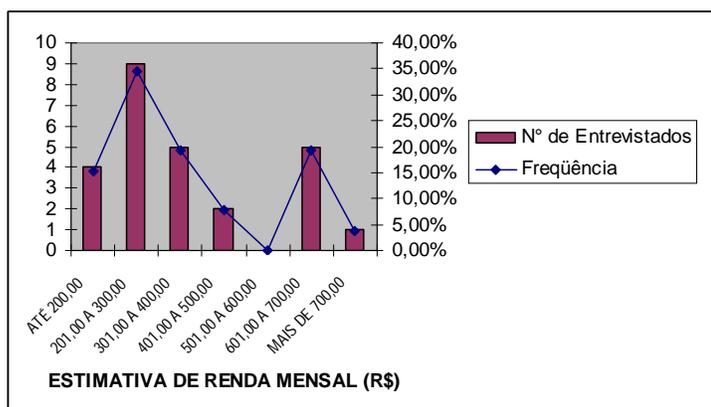


Figura 14 - Número de entrevistados e frequência em função de classes de estimativa de renda mensal.

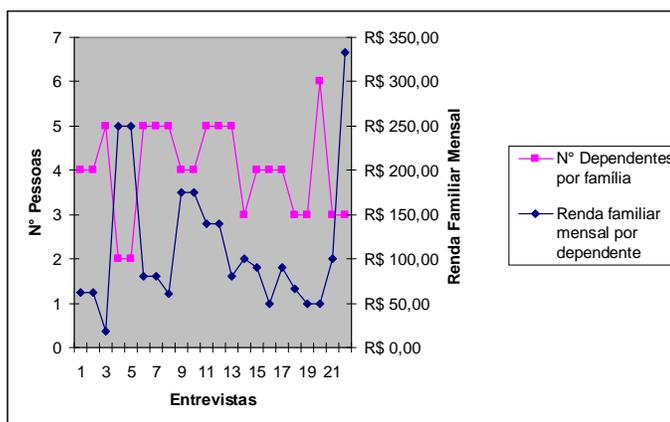


Figura 15 - Variação do número de dependentes por família e renda familiar mensal por dependentes nas entrevistas.

Isso explica também o sentido “mais renda”, associado ao DRS expresso em 6,15% das citações e em 11,54% das entrevistas.

Averiguou-se a relação entre os sentidos dados ao DRS.

Fica clara a relação do sentido “se sustentar do lote” e “não ter que trabalhar fora”. Todos os entrevistados que associaram DRS a “não ter que trabalhar fora”, também o associaram a “se sustentar do lote” indicando uma associação entre os dois sentidos. Ou seja, “se sustentar do lote” significa para alguns dos entrevistados não ter que trabalhar fora, não vender mão-de-obra. Isso pode ser verificado em respostas tais como:

E14: “Conseguir **sobreviver aqui dentro do lote**, só com os **recursos** que a gente tira **do lote**”.

E16: “É quase o mesmo que DR; É ter um **pedaço de chão, de terra**, e **morar nele e dele tirar o sustento** para você e sua família; O sustentável muda nessa parte de **trabalhar só dentro da propriedade e não fora**”.

E18: “Sustentável é que as pessoas passem a **viver da agricultura familiar. Viver daqui, trabalhar, viver do lote**”.

E21: “Seria **conseguir viver com o que produzisse no lote**”.

E22: “Alimentação; Ter mais renda para sobreviver; **Viver de dentro do lote; Tirar recurso de dentro do lote; É difícil tocar os serviço de fora e o do lote**”.

E26: “É aquele que você faz para ter o sustento da vida; **Produzir para não ter que vender MO**”.

Esses exemplos também servem para mostrar a associação entre os sentidos “se sustentar do lote” e “produzir mais”. Das 13 entrevistas que citaram “se sustentar do lote”, oito (61,53%) também citaram “produzir no lote”. Ou seja, apenas seis entrevistas (38,47%) não citaram os dois aspectos conjuntamente. Além dos exemplos anteriores podemos citar:

O mesmo ocorre entre “produzir no lote” e “não ter que trabalhar fora”. Três entrevistados (75%) dos quatro que citaram “não ter que trabalhar fora”, também citaram “produzir no lote”. Apenas um (1) não citou dois aspectos em conjunto.

Os aspectos considerados na representação do DRS aparentemente não são frutos de desinformação, o que pode estar acontecendo são problemas na qualidade da informação ou em outra característica que está relacionada à qualidade que é a capacidade de entender a informação recebida.

Ao responderem se já ouviram falar sobre DRS e onde ouviram, 73% dos entrevistados responderam que já tinham ouvido falar (Figura 16).

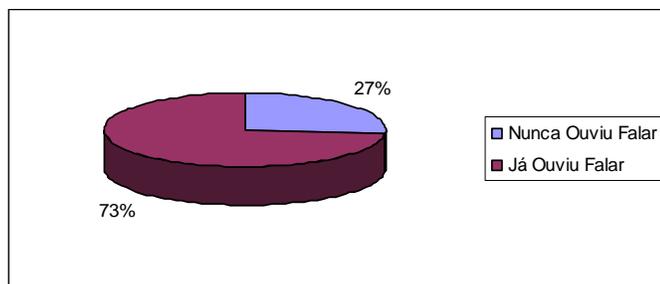


Figura 16 - Distribuição dos entrevistados que responderam terem ou não, ouvido falar em DRS.

A maioria, em 26,92% das entrevistas e 25% das citações, ouviu falar de DRS em eventos técnicos, tais como palestras, seminários, reuniões técnicas e nas atividades do projeto Unai, já citado anteriormente (Figura 17).

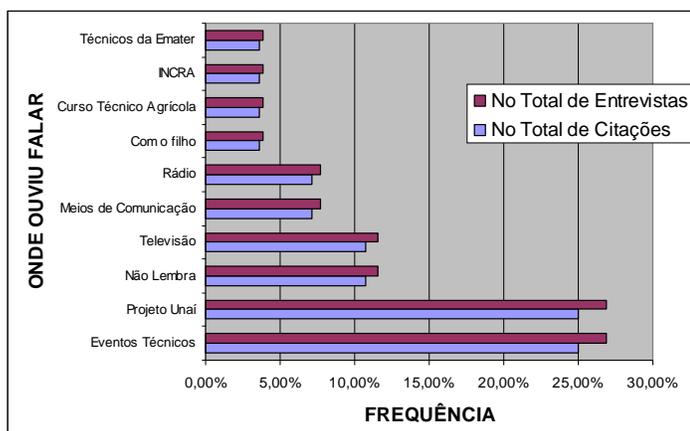


Figura 17 - Distribuição dos entrevistados em função de onde ouviram falar em DRS.

O problema de qualidade de informação é destacado na seguinte resposta:

E14: “Já, esclarecidamente como agora não; Depois que o Projeto Unai começou, através do Projeto Águas Emendadas, da CIP que participei; Através dessas reuniões”.

Para verificar a ancoragem da representação social do DRS, buscou-se caracterizar os 14 indivíduos que associaram o DRS ao sentido “produzir no lote”.

Na Tabela 13, observa-se que dos 14 indivíduos, a maior concentração, seis (43%), têm de 31 a 40 anos, significando 23,1% dos indivíduos entrevistados. Em seguida tem-se 4 (28%) com 51 a 60 anos, significando 15,4% dos entrevistados. Pode-se afirmar que há uma tendência maior de os indivíduos dessas faixas etárias associarem o DRS ao sentido “produzir no lote”.

Tabela 13 - Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) por faixa etária.

SPL	Nº ENTR.	< 30 Anos		31 a 40 anos		41 a 50 Anos		51 a 60 Anos	
	Nº ENT.	FREQ.	Nº ENTR.	FREQ.	Nº ENTR.	FREQ.	Nº ENTR.	FREQ.	
SPL	14	2 (14%)	7,7%	6 (43%)	23,1%	2 (14%)	7,7%	4 (28%)	15,4%
Outros	12	2 (16%)	7,7%	2 (16%)	7,7%	3 (25%)	11,5%	5 (42%)	19,2%
TOTAL	26	4	15,4%	8	30,8%	5	19,2%	9	34,6%

* O número entre parêntese refere-se à frequência em função do total de indivíduos que associaram ao sentido.

Em relação ao sexo, dos 14 indivíduos, nove (64%) são homens e cinco (36%) são mulheres. Isso não significa que os homens associem mais o DRS a “produzir no lote”, pois essa distribuição segue a mesma tendência do total de entrevistados em que 65,4% são

homens e 34,6% são mulheres. Assim, tanto os homens quanto as mulheres, tendem a associar o DRS ao sentido exposto.

Tabela 14 - Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função do gênero.

	N° ENTR.	SEXO			
		FEMININO		MASCULINO	
		N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
SPL	14	5 (36%)*	19,2%	9 (64%)	34,6%
Outros	12	4 (33%)	15,4%	8 (67%)	30,8%
TOTAL	26	9	34,6%	17	65,4%

* O número entre parêntese refere-se à frequência em função do total de indivíduos que associaram ao sentido.

Na distribuição por faixas de renda familiar, há concentração de uma parcela significativa seis (43%) dos 14 indivíduos na faixa de R\$ 301,00 a R\$ 600,00 (Tabela 15). Inclusive, modificando o comportamento da distribuição de todos os entrevistados (26), em que 50% se concentravam na faixa mais baixa, menos de R\$ 300,00. Isso chama a atenção, pois seria natural que a produção no lote fosse uma preocupação mais premente entre os indivíduos de menor renda. Todavia, independente dessa inversão de faixas citada anteriormente, ainda é possível verificar maior concentração dos indivíduos de renda familiar mais baixa. Agrupando as faixas, seguindo a tendência verificada no conjunto dos entrevistados (26), observa-se que 72% dos 14 indivíduos possuem renda abaixo de R\$ 600,00. O que no conjunto dos entrevistados (26) significou 76%.

Tabela 15 - Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) por faixas de renda familiar mensal.

	N° ENTR.	MENOS R\$ 300,00		R\$ 301,00 A R\$ 600,00		MAIS R\$ 600,00	
		N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
SPL	14	4 (29%)*	15,4%	6 (43%)	23,1%	4 (29%)	15,4%
Outros	12	9 (75%)	34,6%	1 (8%)	3,8%	2 (17%)	7,7%
TOTAL	26	13	50,0%	7	26,9%	6	23,1%

* O número entre parêntese refere-se à frequência em função do total de indivíduos que associaram ao sentido.

Além da produção no lote, dos 26 indivíduos entrevistados, 24 (92,3%) possuem outras rendas. Para efeito do DRS do lote, isso pode gerar duas situações distintas: (a) a bolsa-escola, os benefícios e salário da esposa dão à família maior segurança pela independência, mesmo que parcial, do processo produtivo em si, sempre sujeito a incertezas e riscos, inerentes à produção agropecuária; e, (b) no caso da venda de mão-de-obra, a situação é prejudicial à produção, visto que, como foi citado anteriormente, o tempo em que o indivíduo necessita trabalhar fora do lote, significa menos tempo para se dedicar à produção no lote.

Entretanto, o próprio sentido “produzir no lote” associado à representação do DRS indica uma insatisfação com essa situação.

Segundo Elias (2003), para os trabalhadores rurais, a reforma agrária, como instrumento de acesso à terra é, antes de tudo, a possibilidade: de melhorar suas condições de vida, acabando com a fome, a miséria e o desemprego; de se tornarem independentes dos atuais proprietários de terras e de seus abusos; de poderem trabalhar para sua subsistência e da família, sem precisar ser explorados, pois entendem que a terra tem a função de produzir prioritariamente alimentos de subsistência; de buscar sua cidadania por meio da participação no processo produtivo e a uma vida mais digna como cidadãos. Significa, ainda, a possibilidade de permanecerem no campo, evitando o êxodo rural. Entendem que a reforma agrária pode desencadear um processo de desenvolvimento para o País.

Nos assentamentos, a questão central da relação com a terra, é a luta pela permanência na terra, a consolidação da vida no assentamento (ELIAS, 2003).

Ou seja, a produção, o trabalho na terra é o resgate de uma identidade, o que, de certa forma, permite supor que, sem a viabilização da produção no lote, essa identidade ainda não é completa.

Entre os indivíduos que associaram o DRS ao sentido “produzir no lote”, 13 nesse caso, pois um não possui outras rendas, 54% recebem bolsa-família, 46% vendem mão-de-obra, 46% recebem ou algum membro da família recebe, algum benefício como aposentadoria e, apenas 2% tem o salário da esposa como complementação de renda.

Tabela 16 - Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função das outras fontes de renda.

	N°	BOLSA FAMÍLIA		VENDA M.O.		BENEFÍCIOS		SAL. ESPOSA	
	ENTR.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
SPL	13*	7 (54%)**	29,2%	6 (46%)	25,0%	6 (46%)	25,0%	2 (1,5%)	8,3%
Outros	11*	8 (73%)	33,3%	6 (54%)	25,0%	3 (27%)	12,5%	0	0,0
TOTAL	24*	15	62,5%	12	50,0%	9	37,5%	2	8,3%

* Os valores são diferentes das tabelas anteriores, pois dois indivíduos não possuem outras rendas, vivem apenas da produção do lote; A soma dos respondentes, nesse caso, resulta maior de 13, 11 e 24, pois um indivíduo pode ter mais de um tipo de renda externa

** O número entre parêntese refere-se à frequência em função do total de indivíduos que associaram ao sentido.

A suposição de que há insatisfação quanto ao recebimento de outras rendas é corroborada pelo fato de que metade (50%) desses respondentes que associaram o DRS ao sentido “produzir no lote” (14) possuem apenas outra fonte de renda além da produção no lote (Tabela 17). Isso dificilmente, sem um aporte significativo da produção no lote, é capaz de sustentar uma família.

Tabela 17 - Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função do número de fontes de renda.

	N° ENTR.	NÚMERO DE FONTES DE RENDA							
		UMA (LOTE)		DUAS		TRÊS		QUATRO	
		N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
SPL	14	1 (7%)*	3,8%	7 (50%)	26,9%	4 (29%)	15,4%	2 (14%)	7,7%
Outros	12	2 (17%)	7,7%	4 (33%)	15,4%	5 (42%)	19,2%	1 (8%)	3,8%
TOTAL	26	3	11,5%	11	42,3%	9	34,6%	3	11,5%

* O número entre parêntese refere-se à frequência em função do total de indivíduos que associaram ao sentido.

A escolaridade dos indivíduos que associaram o DRS ao sentido “produzir no lote” (14) está entre a 4ª e 8ª Série do Ensino Fundamental e onde são encontrados 72% dos respondentes (Tabela 18). Um comportamento bem diferenciado do total de respondentes (26) em que 34,6% dos indivíduos declararam-se analfabetos ou com até a 3ª série do Ensino Fundamental e 26,9% que declararam ter estudado até a 4ª série do Ensino Fundamental, significando a soma de ambos, 61,5% do total.

Tabela 18 - Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função do grau de escolaridade.

	N° ENTR.	ANALF. E ATÉ 3SF*		4SF*		5 A 8SF*		1SM E TA*	
		N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
SPL	14	2 (14%)**	7,7%	5 (36%)	19,2%	5 (36%)	19,2%	2 (14%)	7,7%
Outros	12	7 (58%)	26,9%	2 (17%)	7,7%	1 (8%)	3,9%	2 (17%)	7,7%
TOTAL	26	9	34,6%	7	26,9%	6	23,1%	4	15,4%

* Obs.: ANALF. = Analfabetos e 3SF = 3ª série do Ensino Fundamental; 4SF = 4ª série do Ensino Fundamental; 5 A 8SF = 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental; 1SM E TA = 1ª série do Ensino Médio e Técnico Agrícola.

** O número entre parêntese refere-se à frequência em função do total de indivíduos que associaram ao sentido.

Observa-se, também, que o número maior de respondentes que associaram o DRS ao sentido “produzir no lote” concentra-se nas faixas de 21 a 30 anos e 31 a 40 anos em relação ao tempo em que abandonaram os estudos com 35,71% e 28,57% dos indivíduos (Tabela 19). A distribuição é semelhante à de todos os entrevistados.

Tabela 19 - Distribuição dos respondentes que associaram DRS ao sentido “produzir no lote” (SPL) em função do número de anos que abandonaram os estudos.

TEMPO SEM ESTUD.	TODOS OS ENTREVISTADOS		SLP		OUTROS	
	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
Continuam	4	15,38%	2	14,29%	2	16,67%
10 a 20 anos	2	7,69%	1	7,14%	1	8,33%
21 a 30 anos	8	30,77%	5	35,71%	3	25,00%
31 a 40 anos	7	26,92%	4	28,57%	3	25,00%
41 a 50 anos	4	15,38%	2	14,29%	2	16,67%
Analfabeto	1	3,85%	0	0,00%	1	8,33%
TOTAL	26	100,00%	14	100,00%	12	100,00%

Associando as Tabelas 17 e 18, observa-se que os indivíduos com idades mais avançadas, porém, sem chegar ainda na idade de aposentadoria tendem a associar DRS ao sentido “produzir no lote”. Naturalmente, àqueles em que a dependência econômica do lote é maior e a pressão também, pois, provavelmente, são indivíduos cujos filhos ainda dependem, economicamente do lote.

Quanto à correspondência da representação social do DRS às dimensões do Desenvolvimento Sustentável, proposta por Sachs, verifica-se uma preponderância da dimensão econômica sobre as outras (Tabela 20).

Tabela 20 - Identificação das entrevistas, número de citações (NC), frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (NE) para cada dimensão considerada nas representações do DRS.

DIMENSÕES	ENTREVISTAS	NC*	FREQUÊNCIAS	
			TC**	TE***
Econômica	2; 3; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 26	20	46,51%	76,92%
Social	3; 5; 7; 8; 9; 10; 11; 18; 19; 21	10	23,26%	38,46%
Cultural	2; 18	2	4,65%	7,69%
Ambiental	11; 14	2	4,65%	7,69%
Ecológica	3; 8	2	4,65%	7,69%
Pol. nacional	2	1	2,33%	3,85%
Territorial	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Pol. internacional	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Não Resp./não sabia	1; 4; 12; 13; 24; 25	6	13,95%	23,08%
TOTAL		43	100,00%	

* Nesse caso, o número de citações (NC) é igual ao número de entrevistas (NE).

** Para esse cálculo, considerou-se o total de citações (43), pois uma entrevista poderia considerar mais de uma dimensão.

*** Para esse cálculo considerou-se o número total de entrevistas realizadas (26).

Cada resposta foi classificada em relação às dimensões podendo cada representação estar associada a mais de uma dimensão.

Das representações apresentadas, 70,92% dos entrevistados associaram DRS à dimensão econômica e 38,46% à dimensão social. Nenhuma das representações foi associada às dimensões de política internacional e territorial (Tabela 20), ou seja, para os entrevistados DRS está muito mais associado às dificuldades ou entraves econômicos e sociais.

Das representações identificadas apenas 7,69% dos entrevistados associaram às dimensões ambiental e ecológica respectivamente.

Também, parece haver simultaneidade entre as dimensões social e econômica na representação social do DRS (Tabela 21).

Todos os entrevistados (100%) que associaram a representação social do DRS à dimensão social também a associaram à econômica. Por sua vez, esses indivíduos representam 50% dos que a associaram à dimensão econômica (Tabela 21).

Supõe-se que ao pensarem em DRS os assentados entrevistados associam-no à solução das dificuldades econômicas e sociais.

Tabela 21 - Entrevistas em que a representação do DRS aparece associada às dimensões social e econômica de forma simultânea.

DIMENSÕES	N° ENTREVISTAS		FREQUÊNCIA
	TOTAL	AMBAS	
Social	10	10	100,00%
Econômica	20	10	50,00%

Para os entrevistados, DRS é solucionar os problemas enfrentados por eles no que se refere à capacidade de se sustentar do seu lote, produzindo nele e diminuindo sua dependência do trabalho fora da propriedade, a venda de mão-de-obra.

Como podemos ver na seguinte afirmação:

E18: “Sustentável é que as pessoas passem a viver da agricultura familiar. Viver daqui, trabalhar, viver do lote”.

Para averiguar se há um perfil característico dos respondentes que associaram a representação do DRS à dimensão econômica, verificou-se uma série de relações.

Em termos de idade, os respondentes se concentraram nas faixas de 31 a 40 e 51 a 60 anos com frequências de 23,1% e 26,9% do total dos entrevistados (26) respectivamente, e 30% e 35% dos respondentes que associaram à dimensão econômica respectivamente (Tabela 22).

Tabela 22 - Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à dimensão econômica por faixas etárias.

	N°	< 30 Anos		31 a 40 anos		41 a 50 Anos		51 a 60 Anos	
	ENTR.	N° ENT.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
D. Econ.	20	3 (15%)*	11,6%	6 (30%)	23,1%	4 (20%)	15,4%	7 (35%)	26,9%
Outras	6	1 (17%)	3,8%	2 (33%)	7,7%	1 (17%)	3,8%	2 (33%)	7,7%
TOTAL	26	4	15,4%	8	30,8%	5	19,2%	9	34,6%

* O número entre parêntese refere-se à frequência dentro da dimensão.

Quanto à renda familiar mensal, a faixa com mais respondentes foi a mais baixa, menos de R\$ 300,00, na qual se localizou 34,6% do total de entrevistados (26) e cerca da metade dos respondentes que associou à dimensão econômica (45%) (Tabela 23). Considerando os indivíduos com renda abaixo de R\$ 600,00, 61,5% do total dos entrevistados (26) fez essa associação.

Tabela 23 - Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à dimensão econômica por faixas de renda familiar mensal.

	N°	MENOS R\$ 300,00		R\$ 301,00 A R\$ 600,00		MAIS R\$ 600,00	
	ENTR.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
D. Econ.	20	9 (45%)*	34,6%	7 (35%)	26,9%	4 (20%)	15,4%
Outras	6	4 (67%)	15,4%	0	0,0	2 (33%)	7,7%
TOTAL	26	13	50,0%	7	26,9%	6	23,1%

* O número entre parêntese refere-se à frequência dentro da dimensão.

As fontes de renda externa que mais caracterizaram esses indivíduos foram: bolsa-família e a venda de mão-de-obra, com 42,3% e 34,6% do total dos entrevistados, respectivamente, e 55% e 45% dos indivíduos que associaram à dimensão econômica respectivamente (Tabela 24).

Tabela 24 - Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à dimensão econômica em função das fontes de renda.

	N°	BOLSA-FAMÍLIA		VENDA M.O.		BENEFÍCIOS		SAL. ESPOSA	
	ENTR.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
D. Econ.	20	11* (55%)**	42,3%	9* (45%)	34,6%	7* (35%)	26,9%	2* (10%)	7,7%
Outras	6	4* (67%)	15,4%	3* (50%)	11,5%	2* (33%)	7,7%	2* (33%)	7,7%
TOTAL	26	15	57,7%	12	46,1%	9	34,6%	4	15,4%

* Obs.: A soma dos respondentes neste caso resulta maior de 20, 6, e 26, pois um indivíduo pode ter mais de um tipo de renda externa

** O número entre parêntese refere-se à frequência dentro da dimensão.

Metade (50%) dos indivíduos que associaram a representação do DRS à dimensão econômica possui duas fontes de rendas, significando 38,6% do total dos entrevistados (26) (Tabela 25).

Tabela 25 - Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica em função do número de fontes de renda.

	N°	NÚMERO DE FONTES DE RENDA								
		ENTR.	UMA		DUAS		TRÊS		QUATRO	
			N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
D. Econ.	20	2 (10%)*	7,7%	10 (50%)	38,6%	5 (25%)	19,2%	3 (15%)	11,5%	
Outras	6	1 (17%)	3,8%	1 (17%)	3,8%	4 (67%)	15,4%	0	0,0	
TOTAL	26	3	11,5%	11	42,4%	9	34,6%	3	11,5%	

* O número entre parêntese refere-se à frequência dentro da dimensão.

Do total dos entrevistados, pouco menos da metade, 46,2% tem escolaridade entre a 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental (Tabela 26), sendo a maioria (60%) dos que associaram à dimensão econômica.

Tabela 26 - Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica em função do grau de escolaridade.

	N° ENTR.	ANALF. E ATÉ 3SF*		4SF*		5 A 8SF*		1SM E TA*	
		N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
D. Econ.	20	5 (25%)**	19,2%	6 (30%)	23,1%	6 (30%)	23,1%	3 (15%)	11,6%
Outras	6	4(67%)	15,4%	1(17%)	3,8%	0	0,0	1 (17%)	3,8%
TOTAL	26	9	34,6%	7	26,9%	6	23,1%	4	15,4%

* Obs.: ANALF. = Analfabetos e 3SF = 3ª série do Ensino Fundamental; 4SF = 4ª série do Ensino Fundamental; 5 A 8SF = 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental; 1SM E TA = 1ª série do Ensino Médio e Técnico Agrícola.

** O número entre parêntese refere-se à frequência dentro da dimensão.

Entretanto, 64% do total dos respondentes (26) que associou o DRS à dimensão econômica parou de estudar há mais de 10 anos (Tabela 27), o que pode caracterizar situações de dificuldade de leitura e interpretação de textos e até mesmo de analfabetismo funcional.

Tabela 27 - Distribuição dos respondentes que relacionaram o DRS à dimensão econômica em função do número de anos que pararam de estudar.

	N° ENTR.	ANOS DESDE QUE PAROU DE ESTUDAR					
		NÃO PAROU		10 A 30 ANOS		MAIS 30 ANOS	
		N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
D. Econ.	19*	3 (16%)**	12,0%	8 (42%)	32,0%	8 (42%)	32,0%
Outras	6	1 (17%)	4,0%	2 (33%)	8,0%	3 (50%)	12,0%
TOTAL	25	4	16%	10	40,0%	11	44,0%

* Obs.: Nesse caso, estão sendo considerados apenas os 19 indivíduos que estudaram, pois um declarou ser analfabeto.

** O número entre parêntese refere-se à frequência dentro da dimensão.

E, quanto ao sexo dos entrevistados (26), apenas 19,2% são mulheres que associaram o DRS à dimensão econômica. Os homens representam 57,7% (Tabela 28).

Tabela 28 - Distribuição dos respondentes que relacionaram DRS à Dimensão Econômica em função do sexo.

	N° ENTR.	SEXO			
		FEMININO		MASCULINO	
		N° ENTR.	FREQ.	N° ENTR.	FREQ.
D. Econ.	20	5 (25%)*	19,2%	15 (75%)	57,7%
Outras	6	4 (67%)	15,4%	2 (33%)	7,7%
TOTAL	26	9	34,6%	17	65,4%

* O número entre parêntese refere-se à frequência dentro da dimensão.

Finalizando, a representação social do DRS pode ser considerada como “produzir no lote”, porém, intimamente associada aos sentidos “se sustentar do lote” e “não tendo que trabalhar fora”.

Está basicamente relacionada às dimensões econômica e social do DS e ancorada nas seguintes características:

- São homens ou mulheres.

- Com idade acima de 30 anos.
- Com renda familiar abaixo de R\$ 600,00, proveniente basicamente de duas fontes, o lote e uma externa quer seja venda de mão-de-obra, Bolsa-família quer seja de algum tipo de benefício.
- Possuem escolaridade da 4^a a 8^a série do Ensino Fundamental, porém, abandonaram os estudos a um período entre 21 a 30 anos.

5.5 A representação social da sustentabilidade.

Na Tabela 29, são apresentadas as respostas obtidas da pergunta “O que você entende por sustentabilidade?”

Tabela 29 - Respostas à pergunta: O que você entende por sustentabilidade?

ENTREV.	RESPOSTA
1	Não sabe
2	Do país, por exemplo, é o aumento de produção. Cada tempo que passa está aumentando mais. Mas no meu lote eu não entendo, mas se for da Nação é esse tipo de coisa. Do meu lote não sei
3	É estar comendo sem trabalhar. É, não precisar vender serviço para poder alimentar a mim e minha família. É poder estar dentro de onde eu moro criando meios para diminuir esse processo de ter de sair do lote para trabalhar, cada dia mais, para poder estar melhorando até um dia eu falar assim, hoje eu não preciso trabalhar fora para fulano, pois graças a Deus eu tenho tudo o que comer aqui dentro. Eu tenho condições de ganhar dinheiro aqui, no meu lote. Comer sem trabalhar fora do lote
4	Não sabe
5	Não sabe
6	Não sabe
7	Não sabe
8	É quando aquilo que a gente está produzindo dá para se manter com um pouco de sobra
9	Bem, que sustenta a gente direito, que dá manter tudo, saúde, vestuário, etc.
10	É como se fosse uma balança, desse uma força, ajudasse assim para manter a situação controlada. Para sustentar este tipo de coisa mesmo, manter equilíbrio na produção
11	Não sabe
12	Não sabe
13	Não sabe
14	Sustentabilidade de uma família seria a gente ter um rendimento dentro do lote da parte do qual dá para a gente sobreviver; Não uma sobrevivência milagrosa, mas com o que desse para a gente ter uma vida melhor, uma condições financeiras melhores do que a gente tem hoje sem depender de coisas de fora
15	Quando a gente produz uma coisa para a gente comercializar para ter uma renda para a sobrevivência. Uma economia para a gente ir juntando
16	É trabalhar só no lote, sem precisar trabalhar fora
17	No meu modo de pensar é sustentar a família
18	A gente procurar se manter com a renda própria da parcela, do lote.
19	É um movimento que hoje só está se desenvolvendo muita coisa por esse meio, ter união. Eu voto que é isso. Ter união do pessoal do assentamento e fora também.
20	É tirar da terra, da parcela onde mora aquilo que precisa para se alimentar e para comprar as outras coisas
21	Produzir o que precisa e o que for necessário para vender para comprar o que não tem no lote
22	Tem que ter renda, movimento
23	Produzir para ter renda
24	Não sabe
25	Não sabe
26	Produzir melhor para se sustentar; para viver a vida melhor

Novamente, a associação com produção se faz presente. Das entrevistas que partilharam as mesmas palavras para caracterizar o entendimento sobre sustentabilidade 26,92% dos entrevistados e 14,29% citaram produção/produzindo (Tabela 30).

Em relação ao número de entrevistas “lote” e “renda/rendimento”, apareceram com percentuais iguais (23,08%), diferenciando-se apenas em relação à frequência de citações (14,29% e 12,24% respectivamente) (Tabela 30).

Nesse caso é necessária uma observação. A palavra “parcela” foi agrupada a “lote”, e o “dinheiro” a “renda”. Optou-se por isso, pois mesmo sendo palavras diferentes, possuem o mesmo sentido, o que permitiu considerá-las como sinônimos.

Tabela 30 - Palavras mais associadas à Sustentabilidade, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE).

PALAVRAS (VERBO/SUBSTANTIVO/ADJETIVO)	NE	NC	FREQ	
			TC	TE
Produzir/produzindo	7	7	13,46%	26,92%
Lote (parcela)	6	7	13,46%	23,08%
Renda/rendimento (dinheiro)	6	6	11,54%	23,08%
Manter	4	5	9,62%	15,38%
Sustentar	4	4	7,69%	15,38%
Melhor/melhorando	3	4	7,69%	11,54%
Família	3	2	3,85%	11,54%
Trabalhar	2	5	9,62%	7,69%
Alimentar (comer)	2	4	7,69%	7,69%
Sobreviver/sobrevivência	2	3	5,77%	7,69%
Viver/vida	2	3	5,77%	7,69%
Comprar	2	2	3,85%	7,69%
TOTAL		52	100,00%	

Ambas as palavras “manter” e “sustentar” foram utilizadas por 15,38% dos entrevistados e em 9,62% e 7,69% das citações respectivamente, por seis entrevistados diferentes (Tabelas 29 e 30). Considerando-as como sinônimos, esses percentuais se elevam para 23,07% em termos de número de entrevistas e 17,3% em relação ao total das citações. Significando que o entendimento de sustentabilidade estaria mais associado, após “produzir/produzindo”, a “sustentar/manter” no ponto de vista dos entrevistados. Não parece, metodologicamente, estar incorrendo em um erro, pois o sentido utilizado é o mesmo. Isso pode ser confirmado analisando as respostas das entrevistas números oito (8), nove (9), 10 e 18:

E8: “É quando aquilo que a gente está produzindo dá para se manter com um pouco de sobra; Bem, que sustenta a gente direito, que dá manter tudo, saúde, vestuário, etc.”.

E9: “É como se fosse uma balança, desse uma força, ajudasse assim para manter a situação controlada.

Para sustentar este tipo de coisa mesmo, manter equilíbrio na produção”.

E10: “A gente procurar se manter com a renda própria da parcela, do lote”.

Comparando as palavras associadas ao entendimento de sustentabilidade, DRS e DR (Tabelas 30, 10, e 7), nota-se que apenas para o DR as palavras “viver/vida” não são compartilhadas. Isso sugere uma tendência da associação do substantivo “sustentabilidade” e do adjetivo “sustentável” ao viver, à vida das pessoas. Sugere, também, que, apenas no entendimento, sustentabilidade aparece compartilhada a palavra “comprar”. Ou seja, é ter a possibilidade de ter acesso àquilo que os assentados não dispõem no lote, como mostram as respostas das entrevistas 20 e 21 (Tabela 29):

E20: “É tirar da terra, da parcela onde mora aquilo que precisa para se alimentar e para comprar as outras coisas”.

E21: “Produzir o que precisa e o que for necessário para vender para comprar o que não tem no lote”.

Nove sentidos foram identificados (Tabela 31) para significar o núcleo central da sustentabilidade, muito semelhantes aos encontrados na representação social do DRS, porém com inversão em termos de frequência nas citações e no número de entrevistas.

Tabela 31 - Agrupamento das respostas sobre Sustentabilidade em função dos sentidos considerados, as entrevistas que citaram cada aspecto, número de citações (NC) em cada um, frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE).

ID	SENTIDOS	ENTREVISTAS	NC*	FREQUÊNCIA	
				TC**	TE***
1	Produzir melhor	2; 8; 10; 14; 15; 21; 23; 26	8	19,51%	30,77%
2	Se sustentar do lote	8; 14; 18; 20; 26	5	12,20%	19,23%
3	Sustentar a família/ se manter/ sobreviver	8; 9; 14; 17; 20	5	12,20%	19,23%
4	Ter renda	3; 15; 18; 22; 23	5	12,20%	19,23%
5	Não ter que trabalhar fora (venda MO)	3; 16	2	4,88%	7,69%
6	Comercializar/ vender os produtos	15; 21	2	4,88%	7,69%
7	Comprar o que não tem	20; 21	2	4,88%	7,69%
8	União entre as pessoas	19	1	2,44%	3,85%
9	Viver melhor	26	1	2,44%	3,85%
10	Não sabe/não respondeu	1; 4; 5; 6; 7; 11; 12; 13; 24; 25	10	24,39%	38,46%
TOTAL			41	100,00%	

* Nesse caso o número de citações (NC) é igual ao número de entrevistas (NE).

** Para esse cálculo, considerou-se o total de citações (41), pois uma entrevista pode considerar mais de um sentido.

*** Para esse cálculo, considerou-se o número total de entrevistas realizadas (26).

O sentido “produzir melhor” que no DRS apareceu como “produzir no lote” foi o que mais ocorreu, 19,51% das citações e 30,77% das entrevistas (Tabela 31). Os seguintes três aspectos, “se sustentar do lote”, “sustentar a família” e “ter renda” revelaram-se igualmente em 12,20% das citações e em 19,23% das entrevistas.

O aspecto “não ter que trabalhar fora”, importante no DRS, aqui, apareceu em 4,88% das citações e em 7,69% das entrevistas juntamente com “comercializar ou vender os produtos” e “comprar o que não tem”.

Novamente, a associação da sustentabilidade com o “sustentar” no sentido de fornecimento e garantia de suprimento das necessidades familiares se manifesta.

Isso indica que o mesmo raciocínio demonstrado na representação social do DRS é mantido para a sustentabilidade.

Em decorrência, o núcleo central da representação social de sustentabilidade ficou caracterizado pelo sentido “produzir melhor”, associado aos sentidos “se sustentar do lote” e “sustentar a família, se manter, sobreviver” (Figura 18). Ou seja, pode-se afirmar que sustentabilidade para os assentados é: produzir melhor para se sustentar, se manter, sustentar a família e sobreviver.

A associação do sustentável ao fato de sustentar a família com o trabalho no lote, sem depender da venda de mão-de-obra pode ser observada em respostas como:

E3: “É estar comendo sem trabalhar. É não precisar vender serviço para poder alimentar a mim e minha família. É poder estar dentro de onde eu moro criando meios para diminuir esse processo de ter de sair do lote para trabalhar, cada dia mais, para poder estar melhorando até um dia eu falar assim, hoje eu não preciso trabalhar fora para fulano, pois graças a Deus eu tenho tudo o que comer aqui dentro. Eu tenho condições de ganhar dinheiro aqui, no meu lote. Comer sem trabalhar fora do lote”.



Figura 18 - Núcleo central da representação da Sustentabilidade e seus elementos periféricos.

No entanto, ao analisar a relação entre os aspectos considerados não encontramos associação entre “produzir melhor” e “se sustentar do lote”. Apenas dois (25%) dos respondentes dos oito que associaram a sustentabilidade a “produzir melhor”, também a associaram a “se sustentar do lote”.

Entretanto, foi elevado o número de entrevistados que não sabiam ou não responderam: 26,19% das citações e 42,31% das entrevistas.

Durante as entrevistas, observou-se uma dificuldade na associação do termo “sustentabilidade” com o “sustentável”, agregado ao desenvolvimento rural na pergunta anterior. Supõe-se que isso possa ter interferido na grande incidência dessas respostas.

Esse grande número nos instigou a identificar quem são esses respondentes.

A maioria tem escolaridade baixa, abaixo da 4ª série do Ensino Fundamental (90%) (4SF) sendo que 50% são analfabetos ou estudaram apenas até a 3ª série (ANALF. E ATÉ 3SF) (Figura 19).

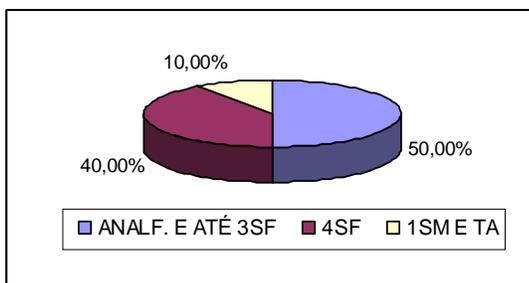


Figura 19 - Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pelo grau de escolaridade.

Com mais um agravante, a maioria (90%) parou de estudar a mais de dez anos (Figura 19).

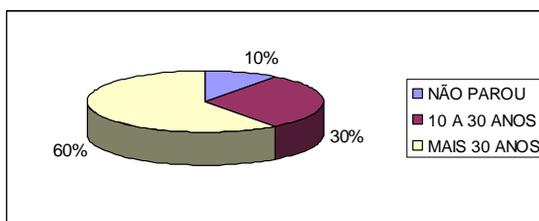


Figura 20. Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pelos anos em que parou de estudar.

Como a noção de sustentabilidade possui certa complexidade por se tratar de um equilíbrio entre as diversas dimensões, supõe-se que essa baixa escolaridade associada ao tempo sem estudo possa ser um dos fatores que explicam o grande número de entrevistados que não sabem ou não responderam a essa pergunta.

Em função da renda, esses entrevistados estão distribuídos em quase todas as classes com exceção de duas (Figura 21).

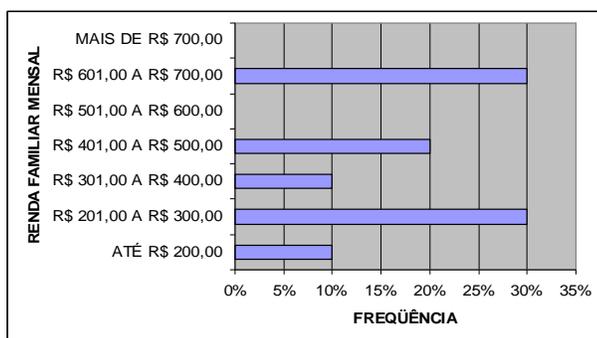


Figura 21 - Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pela renda familiar mensal.

Quanto à idade, os indivíduos que não sabiam ou não responderam são da faixa etária mais elevada (40% possuem de 51 a 60 anos). Em seguida temos 30% dos indivíduos na faixa de 31 a 40 anos (Figura 22).

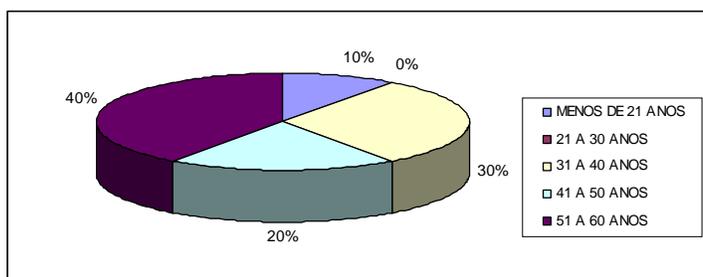


Figura 22 - Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pela idade.

Surpreendentemente, são as mesmas faixas etárias características dos indivíduos que associaram a representação social do DRS à dimensão econômica (Tabela 13).

Observando o fato de que 90% dos indivíduos possuem mais de 21 anos e que a maioria (90%) parou de estudar a mais de dez anos (Figura 20), novamente podemos destacar a dificuldade de compreensão do conceito de sustentabilidade.

Quanto ao sexo, do total dos entrevistados que não sabiam ou não responderam, foram as mulheres as mais numerosas (60%) (Figura 23). Também, analisando cada sexo em separado, do total de mulheres entrevistadas (9), seis (6) (66,67%) não sabiam ou não responderam. Dos homens (17) entrevistados, quatro (4) (23,53%).

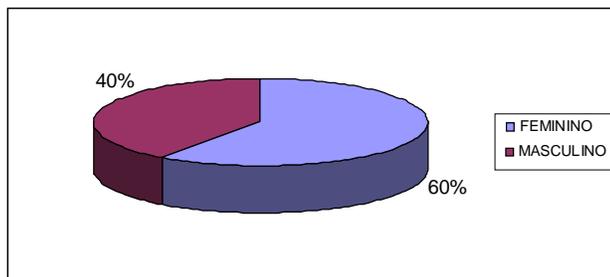


Figura 23 Distribuição dos entrevistados que não sabem ou não responderam sobre sustentabilidade pelo sexo.

A análise da relação da representação social da sustentabilidade às dimensões definidas por Sachs mostrou comportamento semelhante ao DRS, uma preponderância da dimensão econômica (Tabela 32).

Consideram aspectos econômicos 57,69% das entrevistas e 39,47% das citações.

Tabela 32. Identificação das entrevistas, número de citações (NC), frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE) para cada dimensão considerada nas representações da Sustentabilidade.

DIMENSÕES	ENTREVISTAS	NC*	FREQUÊNCIA	
			TC**	TE***
Econômica	2; 3; 8; 9; 10; 14; 15; 16; 17; 18; 20; 21; 22; 23; 26	15	39,47%	57,69%
Social	3; 8; 10; 14; 18; 19; 20; 21; 26	9	23,68%	34,62%
Cultural	14; 19	2	5,26%	7,69%
Pol. Nacional	2; 10	2	5,26%	7,69%
Ecológica	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Ambiental	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Territorial	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Pol. Internacional	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Não Resp./Não Sabia	1; 4; 5; 6; 7; 11; 12; 13; 24; 25	10	26,32%	38,46%
TOTAL		38	100,00%	

* Neste caso o número de citações (NC) é igual ao número de entrevistas (NE).

** Para esse cálculo, considerou-se o total de citações (38), pois uma entrevista pode considerar mais de uma dimensão.

*** Para esse cálculo, considerou-se o número total de entrevistas realizadas (26).

Como no DRS, além da dimensão econômica, a representação da sustentabilidade foi igualmente associada à dimensão social (em 23% das citações e 34,62% das entrevistas).

Investigou-se a relação entre as duas.

Oito representações mostraram simultaneidade entre as dimensões social e econômica, significando 88,89% da social e 53,33% da econômica (Tabela 33).

Novamente, como no DRS, na representação social da sustentabilidade dos entrevistados, as dimensões social e econômica tenderam a ser concomitantes.

O perfil dos entrevistados que associaram a representação social da sustentabilidade à dimensão econômica é apresentado a seguir.

Tabela 33. Entrevistas em que a representação da sustentabilidade aparece associada às dimensões social e econômica de forma simultânea.

DIMENSÕES	N° ENTREVISTAS		FREQUÊNCIA
	TOTAL	AMBAS	
Social	9	8	88,89%
Econômica	15	8	53,33%

Quanto à escolaridade, a maioria (80%) dos respondentes está nas faixas de escolaridade mais altas (4ª a 8ª série do Ensino Fundamental, no Ensino Médio ou Técnico Agrícola) (Figura 24).

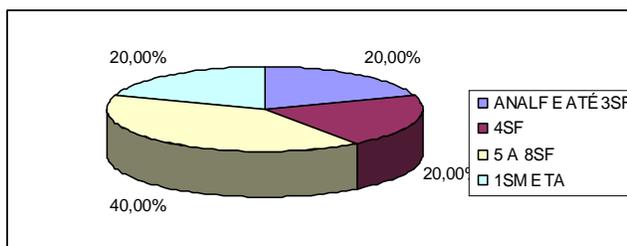


Figura 24. Distribuição dos entrevistados que associaram a sustentabilidade à dimensão econômica pelo nível de escolaridade.

Todos os entrevistados (100%) dos 26 que participaram da pesquisa e que estão na faixa de escolaridade da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental associaram sustentabilidade à dimensão econômica.

O fato de estarem nas faixas de escolaridade mais altas estimula a supor o que já citamos anteriormente: são os indivíduos com maior capacidade de compreender a complexidade da noção de sustentabilidade.

No entanto, o tempo de estudo desmonta essa suposição, pois a maior parte (42,86%) parou de estudar durante 21 a 30 anos (Figura 25). Pode haver uma relação, mas os dados obtidos não permitem essa suposição.

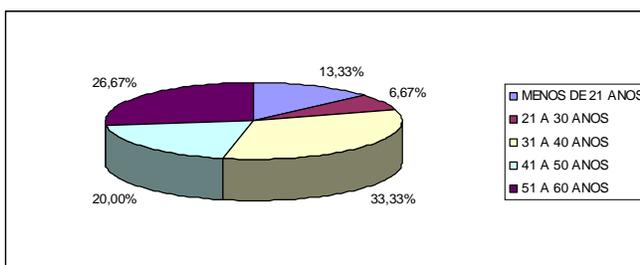


Figura 25 - Distribuição dos entrevistados que associaram a sustentabilidade à dimensão econômica pelo número de anos em parou de estudar.

Quanto à idade, esses indivíduos são mais numerosos nas faixas mais elevadas. Sendo que a mais freqüente é a de 31 a 40 anos (Figura 26).

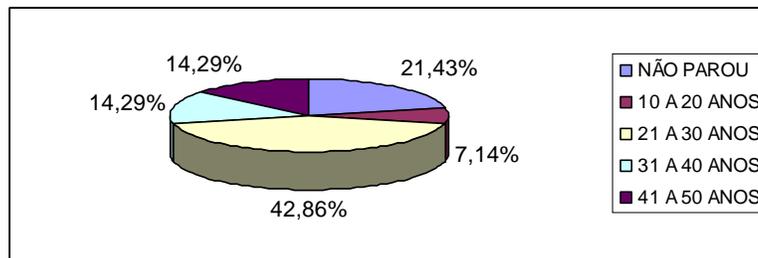


Figura 26 - Distribuição dos entrevistados que relacionaram a sustentabilidade à dimensão econômica pela idade.

Em termos de renda, houve uma concentração na faixa de renda mais baixa (53,33%) (Figura 27). É natural, pois são os indivíduos com mais dificuldades financeiras o que os induz a considerar mais a dimensão econômica./são induzidos a considerar mais a dimensão econômica

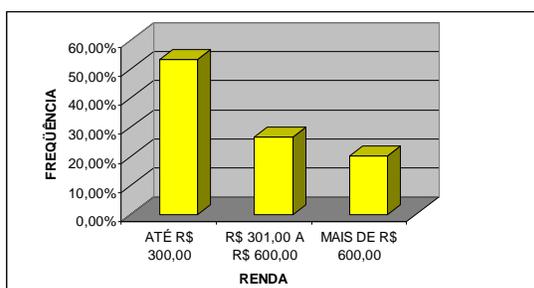


Figura 27 - Distribuição dos respondentes que relacionaram a sustentabilidade à dimensão econômica por faixas de renda familiar mensal.

5.6 Representação social da melhoria de vida

As repostas obtidas à pergunta “o que você entende por melhoria de vida?” são apresentadas na Tabela 34.

Para caracterizar uma representação social é preciso identificar a ancoragem dela, ou seja, as tomadas de posição em outras realidades simbólicas coletivas. A ancoragem se explicita na hierarquia de valores, nas percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e nas experiências sociais que eles partilham com o outro em função de sua pertença e posição.

Para isso, optou-se por identificar a representação social dos assentados sobre melhoria de vida, partindo do pressuposto que nesses valores e percepções é que pode estar ancorada a representação do DRS.

Tabela 34 - Respostas à pergunta: O que você entende por melhoria de vida?

ENTREV.	RESPOSTA
1	Não respondeu
2	Cada coisa nova que gera mais renda, mais emprego é melhoria de qualidade de vida
3	De acordo com o desenvolvimento a pessoa ao invés de estar comendo arroz, feijão e abóbora, ele poder através do conhecimento que ele está tendo, poder comer arroz, feijão, abóbora, mandioca frita, banana, ai vem, sobremesa uma melancia ou qualquer outra fruta. Eu acho que isso é MQV. É melhorar a alimentação, a saúde, a educação, é melhorar as formas de visão do mundo, por que vamos supor de acordo que ele vai tendo conhecimento ele pode falar assim, eu poderia arrancar aquelas árvores, mais não vou arrancar ela não, pois amanhã ela pode me dar uma sombra aqui no pasto
4	É a gente poder a cada ano poder se desenvolver, ter mais algum curso melhor, melhorar o custo de vida em casa. Melhorar em transporte, alimentação em casa
5	É a gente ter mais sossego, tranquilidade, mais fácil às coisas para a gente adquirir. Igual, vamos supor: a gente produzir um leite para a gente comer e não estar comprando; produziu um benefício para comer para não estar comprando; ter uma fruta, igual aqui que o pomar já está dando
6	É saúde, água boa, alimentação correta, trabalho, porque se só comer e dormir adocece. É aonde muitos vão para o buraco
7	É ter mais produção, saúde e alimentação
8	Ter em casa mais conforto. Não depender tanto de fora de outras, uma entidade, vizinho, sei lá. Uma coisa que a gente consiga produzir e ter aquilo que na hora que a gente quer, por exemplo, ter uma casa confortável com criação, produto que se come no dia-a-dia, como eu digo, ter aquilo que se quer, como uma carne, vai lá e pega um frango. Para mim uma melhoria de vida não depende de sair e procurar fora
9	Está relacionado a sustentabilidade. É ter condições de trabalho, e melhorar de vida, se adoecer, ter condições de fazer um tratamento, fazer uma viagem, de lazer, de transporte, moradia.
10	É melhorar não é? Aqui é meio difícil. Até para a gente ir para a escola mesmo. Uma melhora para o ônibus vir mais perto. Igual eu tenho que andar uns 3 km daqui até pegar o ônibus para ir para a escola. Melhorar as condições de vida, a gente trabalhar mais pouco. Sempre trabalha demais e o lucro é pouco. Diminuir um pouco, aumentar a estrutura, dar uma melhorada
11	Não respondeu
12	Ter mais educação, igual a escola para os meninos, ter ônibus igual tem aqui
13	Estudar, levar a sério os estudos para ter um futuro promissor
14	Ter uma saúde; Poder acompanhar a saúde da gente com Médico, dentista, enfim, tudo que a gente precisar ir lá, pagar um Médico para estar acompanhando a saúde da gente; Ter uma alimentação adequada, uma moradia
15	Acompanhar a tecnologia, melhorar a produção
16	É ter com que viver; Ter com que dar conta de se manter dentro da propriedade, sem ter que trabalhar fora, sem seus filhos e sua esposa terem que trabalhar fora; Viver dentro do lote uma vida mais digna, uma casa boa, um dinheirinho no Banco, um carrinho para andar, umas vacas boas à meia
17	Igual a este ano por exemplo: com o plantio direto eu não paguei aração, facilitou o trabalho e economizei para outras coisas
18	É muitas coisas juntas, Saúde, Educação. Algum recurso a mais, financiamento
19	É, vamos supor: se eu estou vendendo, não dependo de muita coisa, com o que estou fazendo dá para mim comer, beber, tratar, tomar uns remédios, é melhorando de vida. Se eu estou precisando tratar, vamos supor que eu não preciso estar amolando um médico, eu cheguei lá, eu quero uma consulta, é quanto? é tanto! Nesse assunto eu acho que melhorei de vida, por que não preciso estar aborrecendo tanto as coisas. Pois hoje você depende, você vai lá hoje, ah! Eu não posso fazer uma consulta em você hoje, tem que marcar para tal dia. E, se eu tenho dinheiro, eu quero uma consulta aí hoje, é tanto, então faz essa consulta
20	Seria poder ter uma renda que pudesse investir na educação minha e da minha família, na saúde, e pode tratar de outros projetos, melhorar a renda da parcela
21	Mais conforto dentro de casa; melhoria no meio ambiente
22	É muita coisa; É a gente ter vontade de possuir, poder pagar, poder comprar, não dever aos outros; Ter renda suficiente para não ter que dever aos outros
23	É sossego; Ficar tranquilo, não dever
24	Ter recurso para trabalhar
25	Formar pasto, um pomar, uma roça boa, para ter mais renda
26	Se está adequado com família, viver bem, trabalhar junto; É um amarrão entre família, renda, trabalho, técnica, conhecimento. Produzir mais

Considerando que, a noção de DS, como já foi citada anteriormente, consiste essencialmente em potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades (GUZMÁN, 1998), parece

coerente que a ancoragem da representação social do DRS seja na representação social da melhoria de vida que define as necessidades da geração presente.

A multiplicidade de palavras ou vocábulos encontrados nas respostas exigiu, diferentemente dos casos anteriores, um processo mais complexo de agregação. Na Tabela 35 são apresentadas as principais palavras que significaram melhoria de vida.

Tabela 35 - Palavras mais associadas à Melhoria de Vida, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE).

PALAVRAS (VERBO/SUBSTANTIVO/ADJETIVO)	NE	NC	FREQ.	
			TC	TE
Ter	10	16	14,55%	38,46%
Renda/dinheiro/recurso	8	8	7,27%	30,77%
Saúde/tratamento/consulta	7	10	9,09%	26,92%
Emprego trabalho/trabalhar	7	9	8,18%	26,92%
Educação/conhecimento/curso/estudar	7	8	7,27%	26,92%
Melhorar/melhora/melhorada/melhor	6	8	7,27%	23,08%
Produzir/produção	6	8	7,27%	23,08%
Alimentação/comer	6	6	5,45%	23,08%
Transporte/ônibus/carro	4	5	4,55%	15,38%
Adquirir/pagar	4	5	4,55%	15,38%
custo de vida/economizar/não pagar/não comprar	3	4	3,64%	11,54%
mais	3	4	3,64%	11,54%
Família/esposa e filhos	3	4	3,64%	11,54%
Moradia/Casa	3	2	1,82%	11,54%
Independência	2	3	2,73%	7,69%
Sossego/tranquilidade	2	3	2,73%	7,69%
Viver	2	3	2,73%	7,69%
Tecnologia/técnica	2	2	1,82%	7,69%
Não dever	2	2	1,82%	7,69%
TOTAL		110	82,73%	

A ocorrência do verbo “ter” em 38,46% das entrevistas e 14,55% das citações evidencia o sentido de possuir, acessar, dispor de uma série de condições, circunstâncias e estados (Tabelas 34 e 35). Sentido este que pode ser observado em respostas como:

E8: “**Ter** em casa mais conforto. (...) Uma coisa que a gente consiga produzir e **ter** aquilo que na hora que a gente quer, por exemplo, **ter** uma casa confortável com criação, produto que se come no dia-a-dia, como eu digo, **ter** aquilo que se quer, como uma carne, vai lá e pega um frango (...)”.

E14: “**Ter** uma saúde; Poder acompanhar a saúde da gente com Médico, dentista, enfim, tudo que a gente precisar ir lá, pagar um Médico para estar acompanhando a saúde da gente; **Ter** uma alimentação adequada, uma moradia”.

O que, por sua vez, atrai a idéia de comprar, pagar, por essas condições. É o que se observa nas respostas. As palavras “renda/dinheiro/recurso” são mencionadas em 30,77% das

entrevistas e 7,27% das citações e as palavras “adquirir/pagar” em 15,38% das entrevistas e 4,55% das citações (Tabelas 34 e 35).

E em decorrência, a forma de alcançar isso, caracterizada pelas palavras “emprego/trabalho/trabalhar” presentes em 26,92% das entrevistas e 8,18% das citações que, no caso desses entrevistados envolvidos nas atividades agrícolas, está associada aos termos “produção/produzir”, expressos por 23,08% dos entrevistados e em 7,27% das citações (Tabelas 34 e 35).

As palavras “melhorar/melhora/melhorada/melhor”, mencionadas também em 23,08% das entrevistas e em 7,27% das citações como “produção/produzir”, dão uma idéia de inconformidade com a situação atual, da necessidade de passar a estágios mais avançados, prosperar.

Naturalmente, as denominadas necessidades básicas, alimentação, saúde, educação, transporte, também se fazem presentes.

Para determinar o núcleo central e os elementos periféricos da representação social relativa à melhoria de vida, na percepção dos assentados novamente foram identificados os principais sentidos expressos nas respostas (Tabela 36).

O sentido “melhorar a educação, capacitação, acompanhar a tecnologia” foi o mais expresso em 34,62% das entrevistas e 13,43% das citações. Nele estão agrupadas as respostas com as palavras “Educação, Conhecimento, Curso, Estudar” e “Tecnologia, Técnica” referindo-se à necessidade de aprendizado.

Em seguida, sugerindo a estratégia de alcance da melhoria de vida, como foi citado anteriormente, emerge o sentido de “mais renda/poder comprar” em 30,77% das entrevistas e 11,94% das citações.

Chama a atenção que o sentido “se manter do lote sem trabalhar fora”, mencionado por apenas 11,54% dos entrevistados e em 4,48% das citações, mas, foi importante nas representações do DRS e Sustentabilidade, embora não se aplique para “produzir mais”, pois foi o quarto sentido mais expresso (23,08% das entrevistas e 8,96% das citações), mantendo sua importância na definição das representações dos assentados entrevistados.

A partir dos dados apresentados na Tabela 29, pode-se afirmar que o núcleo da representação social da Melhoria de Vida é o sentido “melhorar a educação, capacitação, acompanhar a tecnologia”. Ressaltando que é muito pequena a diferença entre esse sentido e o “mais renda, poder comprar” (Figura 28).

Tabela 36 - Agrupamento das respostas sobre Melhoria de Vida em função dos sentidos considerados, as entrevistas que citaram cada aspecto, número de citações (NC) em cada um, frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número de total de entrevistas (TE).

ID	SENTIDO	ENTREVISTAS	NC*	FREQUÊNCIA	
				TC**	TE**
1	Melhorar a educação/ capacitação/ acompanhar a tecnologia	3; 4; 12; 13; 15; 17; 18; 20; 26	9	13,43%	34,62%
2	Mais Renda/ poder comprar	2; 5; 16; 19; 20; 22; 25; 26	8	11,94%	30,77%
3	Melhorar a saúde	3; 6; 7; 9; 14; 18; 19	7	10,45%	26,92%
4	Produzir mais	5; 7; 8; 15; 25; 26	6	8,96%	23,08%
5	Melhorar a alimentação	3; 4; 6; 7; 14	5	7,46%	19,23%
6	Melhorar o transporte	4; 9; 10; 12; 16	5	7,46%	19,23%
7	Mais emprego/ trabalho	2; 6; 9; 26	4	5,97%	15,38%
8	Ter mais conforto/ melhor moradia	8; 14; 16; 21	4	5,97%	15,38%
9	Manter-se do lote sem trabalhar fora	16; 17; 19	3	4,48%	11,54%
10	Melhorar a visão de mundo/ da natureza/ do meio ambiente	3; 21	2	2,99%	7,69%
11	Diminuir o custo de vida/ da produção	4; 17	2	2,99%	7,69%
12	Ter mais sossego/ tranquilidade	5; 23	2	2,99%	7,69%
13	Trabalhar menos/ facilitar o trabalho	10; 17	2	2,99%	7,69%
14	Ter financiamento	18; 24	2	2,99%	7,69%
15	Não depender de coisas de fora/ de outros	8	1	1,49%	3,85%
16	Ter lazer	9	1	1,49%	3,85%
17	Melhorar a estrutura do lote	10	1	1,49%	3,85%
18	Não Dever	23	1	1,49%	3,85%
19	Não sabe/não respondeu	1; 11	2	2,99%	7,69%
TOTAL			67	100,00%	

* Nesse caso, o número de citações (NC) é igual ao número de entrevistas (NE).

** Para esse cálculo, considerou-se o total de citações (67), pois uma entrevista pode considerar mais de um sentido.

*** Para esse cálculo, considerou-se o número total de entrevistas realizadas (26).

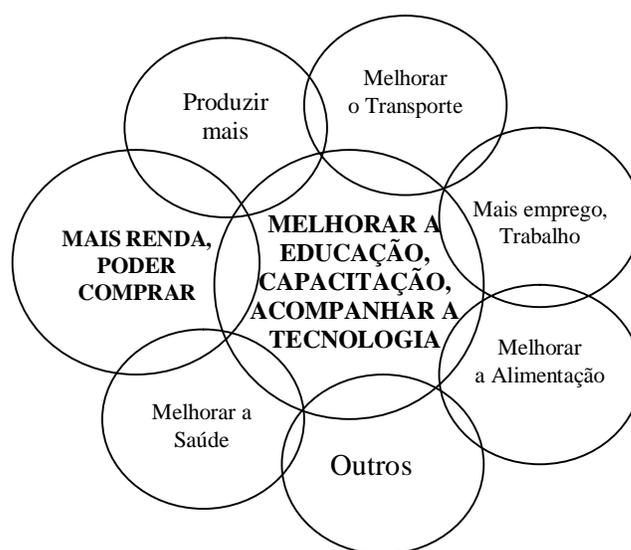


Figura 28 - Núcleo central da representação da Melhoria de Vida e seus principais elementos periféricos.

Cabe salientar, também, que na Figura 28 só estão representados os principais elementos periféricos por apenas uma questão de qualidade visual, já que são muitos (13) que são partilhados.

Quanto às dimensões do DS consideradas, observou-se a predominância da Econômica sobre as demais (Tabela 37).

Tabela 37 - Identificação das entrevistas, número de entrevistas (NE), freqüências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE) para cada dimensão considerada nas representações de Melhoria de Vida.

DIMENSÕES	ENTREVISTAS	NE*	FREQUÊNCIA	
			TC**	TE**
Econômica	2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 12; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 22; 23; 24; 25; 26	22	37,29%	84,62%
Social	2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 12; 14; 16; 17; 18; 19; 20; 21;	17	28,81%	65,38%
Cultural	3; 4; 13; 19; 20; 26	6	10,17%	23,08%
Pol. Nacional	2; 10; 12; 18; 19	5	8,47%	19,23%
Ecológica	3; 6; 21; 26	4	6,78%	15,38%
Ambiental	3; 10; 21	3	5,08%	11,54%
Territorial	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Pol. Internacional	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Não Respondeu	1; 11	2	3,39%	7,69%
TOTAL		59	100,00%	

* Nesse caso, o número de citações (NC) é igual ao número de entrevistas (NE).

** Para esse cálculo, considerou-se o total de citações (59), pois uma entrevista pode considerar mais de uma dimensão.

*** Para esse cálculo, considerou-se o número total de entrevistas realizadas (26).

O fenômeno de associação entre a Dimensão Econômica e a Social, também ocorre.

Das 17 entrevistas que citaram elementos classificados como referente, a dimensão Social, 13 (76,47%) também citaram elementos referentes à dimensão Econômica (Tabela 37).

No entanto, diferentemente das representações já apresentadas, a Melhoria de Vida é a que considerou maior número de dimensões. Isso está relacionado com o vocabulário vasto e sortido utilizado para descrever a representação.

Isso dificultou tanto a análise da ocorrência de palavras ou vocábulos, como para agrupamento por sentidos expressos.

Entretanto, tornou rica a análise e a compreensão da representação social da Melhoria de Vida.

Para complementar a análise da representação da Melhoria de Vida, questionou-se o que cada entrevistado precisava para melhorar de vida (Tabela 38).

Para agrupar as palavras, houve a necessidade de diferenciar no discurso as palavras ou vocábulos que respondiam à pergunta daquelas que justificavam a respostas. Foram consideradas apenas as respostas e não a justificativa ou argumentação.

Por exemplo, a resposta do entrevistado dois (2) à pergunta o que você precisa para melhorar sua vida (Tabela 38) pode ser decomposta em duas partes, a resposta propriamente dita da argumentação ou justificativa.

Tabela 38 - Respostas à pergunta: O que você precisa para melhoria de vida?

ENTREV.	RESPOSTA
1	Não respondeu;
2	No meu lote eu preciso de um projeto melhor (financiamento). O projeto de mandioca de R\$ 3.000,00 não serviu nem de experiência. Porque a mandioca você vai entrar com ela e só vai prestar daqui 2 anos. Com 2 anos já tem que pagar. Se você não tem uma entrada boa de mercado. Por exemplo se você não plantou só para o mercado e como não tinha comprador, nem fábrica, nem o Governo para comprar ficava difícil você investir esses R\$ 3.000,00 todo numa mandioca e ela ficar. Teve gente que mandou o trator, demoliu toda a mandioca pois não tinha mercado. Hoje não, já vende para a CONAB, o pessoal do CRAS está comprando. Hoje é como diz o outro o desenvolvimento que a gente está falando, o Governo e vocês estão fazendo que a gente está encontrando uma boa saída. Tudo que a gente planta eles compram. De tudo que nós colhemos eles compram então isso é um desenvolvimento que melhorou 100%. Mas igual para mim está faltando um projetinho pequeno que seria comprar 2 ou 3 vacas boas de leite e sobrar um pouco para investir na lavoura pois meu sonho é plantar Banana. Porque eu estou velho e fraco, a ponto de me aposentar, não estou dando conta de puxar enxada igual era naquela animação, tudo vai diferenciando. A família cresce e larga o velho sozinho, perdido na praça, e a Banana produz sozinha lá só com a ajuda de vocês na tecnologia eu colho ela bem. E ela vale bem dinheiro pois o Governo me paga R\$ 1,80 o Kg quase mais da metade do quilo da carne e eu colho com facilidade. Está me faltando só esse projetinho. Se eles me fornecerem um dinheirinho para comprar 3 ou 4 vaquinhas e empregar o resto nas minhas bananas aí eu estou bem, eu tenho certeza que eu vou rasgando
3	Não falta muita coisa não. Falta a gente ter um início. Uma verba para poder estar iniciando. Porque assim que a gente começa, de acordo com o processo, a QV vai melhorar. Acredito que para o início seria um capital porque conhecimento, graças a Deus, a gente já está achando através do acompanhamento de vocês, e eu já estou estudando no Colégio Agrícola. Acredito que por enquanto um pequeno início para receber um empurrão. Para poder organizar a atividade porque sempre falam que a gente tem que lutar e buscar a melhoria com o que a gente tem. Mas nem sempre o que a gente tem é suficiente. A gente busca os recursos que a gente tem, os materiais alternativos, a mão-de-obra da forma que a gente vê que convêm, mas a gente nem sempre consegue aquela sustentabilidade geral
4	Precisa mais apoio das pessoas em tudo, em trabalho na terra mesmo. Apoio em dinheiro, informação, em tudo.
5	Melhorar o acesso da Comunidade; transporte para levar as pessoas doentes; nos que temos luz, tem tudo aqui; morar aqui é muito melhor do que na cidade; não tem muriçoca, não tem aquela "zueira", não tem nada, pode dormir tranqüilo, pode abrir a janela, pode dormir limpo, não tem muriçoca para cutucar, pode dormir tranqüilo
6	É um meio de transporte aqui para nós porque está muito difícil ainda. Às vezes fica doente e não tem como nem se comunicar. Para fazer compras. O ônibus passa muito longe. Passava perto, mas por conta da política tiraram ele.
7	Ter mais produtividade das coisas. Eu acho que aí já é uma maneira de melhorar bastante. Já melhora a alimentação, tudo
8	Produzir mais um pouco e organizar mais para escoar o que produzir aqui. Igual a este ano a gente começou um projeto, eu produzia aqui verdura e vendia em Garapuava. O comércio estava ruim. Garapuava estava tendo pouco consumo. Então eu fui fazendo um balanço o que estava produzindo não estava pagando eu ia pagar para poder produzir, para vender. A gente entrou numa outra aí para vender os produtos para a Prefeitura, e no caso eles falaram que iam pegar num tempo e não pegaram, eu produzi e perdi. Eu produzi tomate e repolho. Eu vou ter que planejar mais isso aí para quando a gente produzir ter saída para a gente poder melhorar
9	Precisa muita coisa; Formar o lote, tudo de uma vez; Seria necessário dinheiro para formar e melhorar tudo de uma vez; Para poder ter renda para ter uma vida melhor; Melhorar a estrutura do lote para melhorar a produção
10	Transporte Escolar; É muito longe
11	Não respondeu
12	Aqui para nós, muita coisa
13	Tantas coisas; Primeiramente, aulas de informática, mais festas, lazer
14	O principal que no momento estamos precisando é saúde. Tem o Anderson (filho) que tem que fazer uma cirurgia, o Genilson (marido) que tem um punhado de exames para fazer e a gente não está tendo condições de fazer; Às vezes com o atendimento público, já que a gente não tem condições de estar pagando, se tivesse atendimento público melhor, com certeza conseguia. Essa cirurgia eu sei que tem pelo SUS, mas é uma burocracia, e tantas coisas, só tem tantas vagas, só para o ano que vem, só tem tantas vagas, a gente sabe que tem, todos esses que a gente está precisando a gente sabe que tem, só que é tanta burocracia

Continua ...

Continuação da Tabela 38. Respostas à pergunta: O que você precisa para melhoria de vida?

ENTREV.	RESPOSTA
15	Tenho que investir mais em adubação de pastagens; Investir mais para ter mais retorno
16	Pela estabilidade hoje, com este tanque de leite é ter umas vacas boas, melhorar o gado; Aí consegue uma qualidade de vida melhor; Aí eu produziria mais leite e não precisaria trabalhar fora. Eu ficaria mais dentro do meu lote cuidando do meu gado obtendo uma sustentação boa
17	Melhorar a situação financeira e de saúde
18	Muita coisa; Depende de mais uns projetos de melhoria, mais facilidade de adquirir recursos, financiamento, com condições melhores de pagamento. Hoje para a pessoa que mora assim, ajudaria muito
18	Muita coisa; Depende de mais uns projetos de melhoria, mais facilidade de adquirir recursos, financiamento, com condições melhores de pagamento. Hoje para a pessoa que mora assim, ajudaria muito
19	Ajuda para arrumar minhas coisas certinho; dinheiro do governo; pois se a gente vai fazer um projeto só vem miudinho; o dinheiro é para arrumar as terras bem arrumadas, arar, pôr semente, deixar uma roça para tratar do gado, um criatório de galinhas, de porco, e a gente tem dinheiro para fazer tudo
20	Infra-estrutura e um pouco de dinheiro para melhorar um pouco a parte de produção, entrar também poço artesiano no lote, e poderia melhorar outras coisas
21	Dinheiro para reformar a casa, tratar da saúde
22	Recurso para comprar vacas leiteiras; Aumentar a produção do leite
23	Ampliar a produção; Ter mais renda
24	Trator; Apoio, Assistência Técnica
25	Formar pasto, um pomar, uma roça boa, para ter mais renda
26	Parcerias para obtenção de recursos financeiros para investir na parcela, comprar gado, formar pastagem

A resposta consiste na seguinte parte:

E2: “No meu lote eu preciso de um projeto melhor (financiamento). Mas igual para mim está faltando um projetinho pequeno que seria comprar duas ou três vacas boas de leite e sobrar um pouco para investir na lavoura, pois meu sonho é plantar Banana. Está me faltando só esse projetinho. Se eles me fornecerem um dinheirinho para comprar três ou quatro vaquinhas e empregar o resto nas minhas bananas aí eu estou bem, eu tenho certeza que eu vou rasgando”.

E a argumentação ou justificativa caracteriza-se pela seguinte parte:

E2: “O projeto de mandioca de R\$ 3.000,00 não serviu nem de experiência. Porque a mandioca você vai entrar com ela e só vai prestar daqui a dois anos. Com dois anos já tem que pagar. Se você não tem uma entrada boa de mercado. Por exemplo, se você não plantou só para o mercado e como não tinha comprador, nem fábrica, nem o Governo para comprar ficava difícil você investir esses R\$ 3.000,00 todo numa mandioca e ela ficar. Teve gente que mandou o trator, demoliu toda a mandioca pois não tinha mercado. Hoje não, já vende para a CONAB, o pessoal do CRAS está comprando. Hoje é como diz o outro o desenvolvimento que a gente está falando, o Governo e vocês estão fazendo que a gente está encontrando uma boa saída. Tudo que a gente planta eles compram. De tudo que nós colhemos eles compram então isso é um desenvolvimento que melhorou 100%. Porque eu estou velho e fraco, a ponto de me aposentar, não estou dando conta de puxar enxada igual era naquela animação, tudo vai diferenciando. A família cresce e larga o velho sozinho, perdido na praça, e a Banana produz sozinha lá só com a ajuda de vocês na tecnologia eu colho ela bem. E ela vale bem dinheiro pois o governo me paga R\$ 1,80 o Kg quase mais da metade do quilo da carne e eu colho com facilidade”.

Na Tabela 39, são apresentadas as principais palavras citadas no entendimento dos entrevistados.

A dependência de recursos externos pelos assentados, obtido via crédito, é expressa nas palavras “Financiamento/Verba/Capital/Dinheiro” que são mencionadas por 38,46% dos entrevistados e em 24,39% das citações (Tabela 39).

Tabela 39 - Palavras mais associadas a o que os assentados Precisam para Melhorar de Vida, número de entrevistas (NE), número de citações (NC) e frequências em relação ao número total de citações (TC) e ao número total de entrevistas (TE).

PALAVRAS (VERBO/SUBSTANTIVO/ADJETIVO)	NE	NC	FREQ.	
			TC	TE
Financiamento/verba/capital/dinheiro	10	10	24,39%	38,46%
Produtividade/produção	7	7	17,07%	26,92%
Vacas (comprar)	4	4	9,76%	15,38%
Investir (lavoura/pastagens)	4	4	9,76%	15,38%
Muita coisa/tanta coisa	4	3	7,32%	15,38%
Transporte	3	3	7,32%	11,54%
Saúde/atendimento	3	3	7,32%	11,54%
Renda	3	3	7,32%	11,54%
Mercado/vender (produtos)	2	2	4,88%	7,69%
Estrutura/infra-estrutura (lote)	2	2	4,88%	7,69%
TOTAL		41	100,00%	

Isso possibilita como foi dito na entrevista três (Tabela 38): “Falta a gente ter um início”, organizar o lote para melhorar a “Produtividade/Produção”, conforme afirmam 26,92% dos entrevistados em 17,07% das citações, comprando animais (“vacas”) e investindo em lavouras e pastagens (“investir”) ambas evidenciadas em 15,38% das entrevistas e em 9,76% das citações e estruturando o lote (“estrutura/infra-estrutura”), na opinião de 7,69% entrevistados em 4,88% das citações.

É “muita coisa/tanta coisa” (TE=15,38% e TC=7,32%) sugerindo uma expectativa ainda não satisfeita.

Entretanto, essa expectativa não só relacionada apenas aos aspectos produtivos propriamente ditos, mas também a “transporte”, “saúde/atendimento” e “renda” afirmaram 11,54% dos entrevistados em 7,32% das citações.

E, complementando a questão da produção há, ainda, a comercialização dos produtos (“mercado/vender”), citada por 7,69% dos entrevistados em 4,88% das citações, normalmente, relacionada à recente política do governo de financiamento e com garantia de compra da produção implementada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Em consequência, o núcleo central da representação social do que os assentados precisam para melhorar de qualidade de vida, obtido seguindo a mesma estratégia de agrupamento em função dos sentidos, é expresso por “Financiamento, Investimento e Infra-estrutura para produção”, em 50% das entrevistas e 35,14% das citações (Tabela 40) (Figura 29).

Tabela 40 - Agrupamento das respostas sobre o que Precisa para Melhorar de Vida em função dos sentidos considerados, as entrevistas que citaram cada aspecto, número de citações (NC) em cada um, frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número de total de entrevistas (TE).

ID	SENTIDOS	ENTREVISTAS	NC*	FREQUÊNCIA	
				TC**	TE***
1	Financiamento/ investimento/ infra-estrutura para produção	2; 3; 4; 9; 15; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 24; 26	13	35,14%	50,00%
2	Melhorar a produtividade/produção	7; 8; 9; 16; 19; 20; 23; 25; 26	9	24,32%	34,62%
3	Melhorar o atendimento público em saúde	14; 17; 21	3	8,11%	11,54%
4	Melhorar a comercialização dos produtos	2; 8	2	5,41%	7,69%
5	Transporte para a comunidade	6; 10	2	5,41%	7,69%
6	Apoio em Informação/ assistência técnica	4; 24	2	5,41%	7,69%
7	Lazer/ festas na comunidade	13	1	2,70%	3,85%
8	Aulas de informática na comunidade	13	1	2,70%	3,85%
9	Muita coisa/ não especificou	12	1	2,70%	3,85%
10	Melhorar as estradas	5	1	2,70%	3,85%
11	Não sabe/não respondeu	1; 11	2	5,41%	7,69%
TOTAL			37	94,59%	

* Nesse caso, o número de citações (NC) é igual ao número de entrevistas (NE).

** Para esse cálculo, considerou-se o total de citações (37), pois uma entrevista pode considerar mais de um sentido.

*** Para este cálculo, considerou-se o número total de entrevistas realizadas (26).

O elemento periférico “melhorar a produtividade/produção” destaca-se dentre os outros, pois é o sentido contemplado em 34,62% das entrevistas e 24,32% das citações. Ou seja, três vezes mais entrevistas e citações que o seguinte, “melhorar o atendimento público de saúde” considerado por 11,54% das entrevistas e 8,11% das citações, o que ressalta a preocupação dos assentados com a produção e os aspectos relacionados como meio de alcançar a melhoria de vida.

Em consequência, a dimensão do DS mais considerada é a econômica. Na representação social do que é preciso para melhorar de vida, a maioria dos entrevistados (80,77%) relacionaram suas respostas a essa dimensão (Tabela 41).

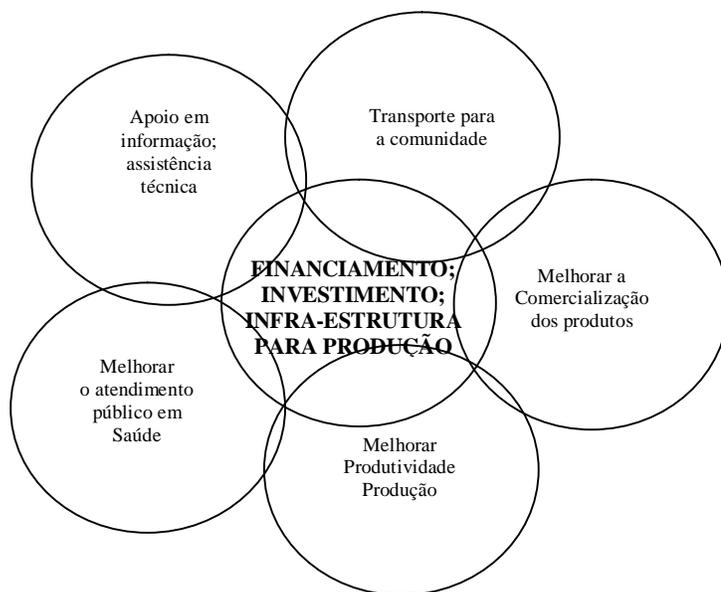


Figura 29 - Núcleo central da representação do que os produtores Precisam para Melhorar de Vida e seus principais elementos periféricos.

TABELA 41 - Identificação das entrevistas, número de entrevistas (NC), frequências em relação ao total de citações (TC) e em relação ao número total de entrevistas (TE) para cada dimensão considerada nas representações de o que precisam para melhorar de vida.

DIMENSÕES	ENTREVISTAS	NC*	FREQUÊNCIAS	
			TC**	TE***
Econômica	2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 14; 15; 16; 17; 17; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26	21	46,67%	80,77%
Social	4; 5; 7; 13; 14; 17; 18; 19; 21	9	20,00%	34,62%
Pol. Nacional	2; 5; 8; 9; 14; 18; 19; 26	8	17,78%	30,77%
Cultural	13; 24	2	4,44%	7,69%
Ecológica	3	1	2,22%	3,85%
Ambiental	10	1	2,22%	3,85%
Territorial	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Pol. Internacional	Nenhuma	0	0,00%	0,00%
Não Respondeu	1; 11; 12	3	6,67%	11,54%
TOTAL		45	100,00%	

* Nesse caso, o número de citações (NC) é igual ao número de entrevistas (NE).

** Para esse cálculo, considerou-se o total de citações (45), pois uma entrevista pode considerar mais de uma dimensão.

*** Para este cálculo, considerou-se o número total de entrevistas realizadas (26).

E, como nas representações já discutidas, as respostas associadas à dimensão social, na sua maioria, sete das nove (77,78%), também estão associadas à dimensão econômica, indicando uma relação estreita entre as duas na visão dos assentados.

5.7 A importância das dimensões para o alcance do Desenvolvimento Sustentável segundo os produtores

Sachs (2002) recomenda que para o alcance do DS sete dimensões devem ser consideradas: a Social, Cultural, Ecológica, Ambiental, Territorial, Econômica e Política sendo que, esta última ele subdivide em Política Nacional e Internacional.

Como já foi citado anteriormente, foi submetida à avaliação pelos assentados a importância dessas dimensões para ao alcance do DS.

Para isso, foi explicada aos assentados a noção formal de DS definida como: alternativas de desenvolvimento que tenham como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (GUZMÁN, 1998).

A explicação de Sachs (2002) de cada dimensão foi decomposta em afirmações constantes do questionário (ANEXO 3) e foi solicitado aos entrevistados que classificassem o grau de importância de cada afirmação em uma escala de zero (nenhuma importância) a cinco (muita importância) para alcançar o DS.

No anexo 4, são apresentadas as avaliações feitas pelo assentados para cada afirmação.

Essas avaliações foram sintetizadas na Tabela 42 calculando-se a média de cada dimensão.

Tabela 42 - Valores atribuídos pelos assentados a cada dimensão do DS.

PRODUTORES	VALOR MÉDIO ATRIBUÍDO A CADA DIMENSÃO							
	D.Ecol.	D.Soc.	D.Cult.	D.Amb.	D.Terr.	D.Econ.	D.P.Nac.	D.P.Int.
	4,42	4,76	4,31	4,35	4,47	4,63	4,64	4,48

A dimensão social foi a mais valorizada, seguida pelas dimensões da política nacional e econômica. Novamente, mostrando a valorização da dimensão econômica, associada à social.

Na Figura 30, é possível observar o desequilíbrio entre as dimensões causado pela valorização das dimensões social, econômica e de política nacional.

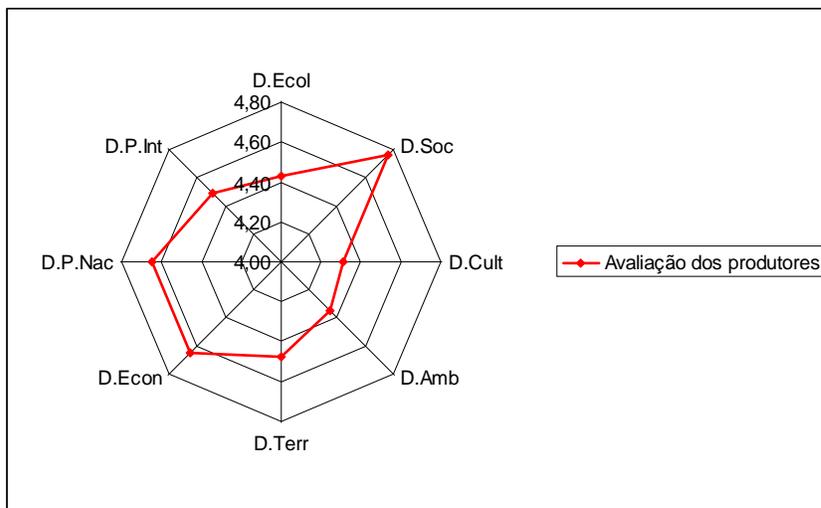


Figura 30 - Apresentação gráfica da avaliação dos assentados da importância de cada dimensão para o alcance do DS.

Esse exercício de avaliação também chamou a atenção para a possibilidade de usar expedientes desse tipo para exercícios de auto-avaliação. Ou seja, estabelecer sistemas para que os próprios assentados avaliem a situação dos seus assentamentos em termos de alcance do DRS.

CONCLUSÕES

Foi demonstrado que as representações sociais orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Elas interferem em vários processos tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição de identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais.

O objetivo deste trabalho foi identificar a representação social do DRS e da sustentabilidade construída por assentados de reforma agrária, assim como alguns dos elementos que influenciam ou explicam essa construção e classificar essas representações em função dos critérios ou dimensões da sustentabilidade consideradas.

Para isso cinco questões fundamentais nortearam esta pesquisa:

1. Qual a representação social do DRS e da Sustentabilidade construída por assentados?
2. Quais são as dimensões do Desenvolvimento Sustentável consideradas nas representações do DRS e da Sustentabilidade dos assentados?
3. O que influência e/ou explica a construção dessas representações sociais?
4. Como a representação social do DRS e da Sustentabilidade construída por assentados pode afetar a participação efetiva desses atores na discussão e operacionalização das políticas públicas?
5. Como os produtores avaliam as dimensões do DS?

Para identificar, descrever e entender essas representações e responder a essas questões fundamentais foi necessário investigar, também, as representações do DR, de Melhoria de Vida e do que os produtores(as) precisam para Melhorar de Vida como também, as características socioeconômicas desses atores sociais.

Foi imprescindível, igualmente, fazer uma revisão teórica das noções de DS, DRS e participação.

O estudo minucioso da Análise de Discurso foi necessário, pois a linguagem faz uma mediação privilegiada na compreensão das representações sociais. Ou seja, para chegar às representações sociais é necessário lançar mão de métodos que permitam analisar os discursos de quem as constroem.

Os dados foram coletados de entrevistas com produtores e produtoras do Município de Unaí, MG. Especificamente, de três assentamentos de Reforma Agrária que participam de um projeto de pesquisa, conhecido como projeto Unaí. Pelas suas características singulares, entre

elas, o estímulo à participação, consideramos necessária uma descrição detalhada desse universo considerado.

A representação social do DRS obtida de palavras ou vocábulos evocados pelos assentados pode ser sintetizada da seguinte forma: produzir mais ou melhorar a produção para sustentar a família e sobreviver, trabalhando no lote.

Analisando os sentidos expressos nessa representação, pode ser caracterizada a partir de seu núcleo central, produzir no lote, entretanto, com uma influência muito forte dos elementos periféricos sustentar-se do lote e não ter de trabalhar fora, não vender mão-de-obra.

O que é muito lógico, pois o tempo gasto pelos assentados para buscar seu sustento fora do lote, com a venda de mão-de-obra, concorre com o tempo necessário para executar o trabalho dentro do lote.

Isso demonstrou, ainda, a insatisfação dos produtores(as) com a dependência do trabalho fora como estratégia de complementação de renda, bem como, insatisfação deles com seus níveis de renda; dependência essa, inclusive, de políticas públicas em que há transferência de renda como bolsa-escola e benefícios (aposentadorias).

A produção do lote é vista como uma forma de melhorar esses níveis de renda e buscar autonomia, principalmente, no que se refere à venda de mão-de-obra.

A ancoragem da representação social do DRS se dá nas seguintes características dos indivíduos: são homens ou mulheres com idade acima de 30 anos; com escolaridade entre a 4ª e a 8ª série do Ensino Fundamental, porém, que abandonaram os estudos num período entre 21 e 30 anos; com renda familiar abaixo de R\$ 600,00 por mês composta basicamente de duas fontes, o lote e uma renda externa.

No estudo da representação social do DRS mostrou-se, igualmente, que ela é o resultado da transformação da representação social do DR, definida como melhorar a produção, incorporando nela a representação da sustentabilidade, produzir melhor. De acordo com a Teoria do Núcleo Central, caracteriza-se como uma transformação progressiva.

Todas as representações sociais não só do DS, DRS, Sustentabilidade, Melhoria de Vida, como também do que os produtores(as) precisam para Melhorar de Vida, apareceram relacionadas à necessidade de melhorar a produção do lote como estratégia para poder viver ou sobreviver dele, sem ter de vender mão-de-obra.

Para os assentados, melhorar de vida é representado, principalmente, pelas palavras “ter”, “renda, dinheiro e recurso”, “saúde, tratamento e consulta”, “emprego, trabalho e trabalhar” e “educação, conhecimento, curso e estudar”.

Tendo como núcleo central o sentido “melhorar a educação, capacitação, acompanhar a tecnologia” e como elementos periféricos “mais renda, poder comprar”, “melhorar a saúde”, “produzir mais”, “melhorar a alimentação” e “melhorar o transporte”.

Alcançada por meio de “financiamento, investimento e infra-estrutura de produção”, “melhorar a produtividade e produção”, “melhorar o atendimento Público em Saúde”, “melhorar a comercialização dos produtos”, “transporte para a comunidade” e “apoio em informação e assistência técnica”, pois foram os sentidos compartilhados na representação do que é necessário para melhorar de vida.

Igualmente, pelas palavras “financiamento, verba, capital e dinheiro”, “produtividade e produção”, “vacas (comprar)”, “investir (lavoura e pastagens)” e “muita coisa, tanta coisa”.

Isso revela duas situações:

1. Desagrado em relação às políticas públicas de Educação, Saúde e Transporte já que, de acordo com esses produtores, para melhorar esses aspectos, precisam ter renda, poder pagar. Ou seja, acessarem a meios privados; e,
2. Também, relacionada com a primeira, um peso muito grande nessas representações das noções de desenvolvimento rural vinculado ao desenvolvimento econômico, típicas do discurso de modernidade, difundida pela Revolução Verde.

O que não é de surpreender, pois foram anos e anos de difusão desse modelo tanto nas políticas públicas de crédito, de assistência técnica e de pesquisa agropecuária, especificamente.

Em outras palavras, a representação social do DRS construída pelos assentados é alicerçada na melhoria da produção, com uso de tecnologias, conhecimentos, crédito, insumos e máquinas como forma de geração de renda para sustentar a família com melhores níveis de vida, podendo acessar principalmente, meios privados de Educação, Saúde e Transporte.

Considerando a noção mais aceita de DS como a forma ou esquemas de desenvolvimento que tenham como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades, parece exagerado afirmar que haja uma diferença significativa entre essa noção do DS e a representação dos produtores. O que não se observa, pelo menos claramente na representação do DRS dos assentados é uma preocupação com as gerações futuras e, nela, a forma de alcançar a satisfação das necessidades é especificada pela produção no lote, sem ter de trabalhar fora, vender mão-de-obra.

Pode-se concluir que há uma diferença em termos de consideração das diferentes dimensões. Na noção mais aceita de DS advoga-se um equilíbrio entre as diferentes dimensões. Entretanto, na visão dos assentados é patente a importância da dimensão econômica sobre as outras. Ela é associada, principalmente, às dimensões social e política, especificamente, à política nacional. As dimensões ecológica, ambiental, cultural, territorial e de política internacional são pouco ou não são consideradas na representação social do DRS, nem da sustentabilidade e nas outras estudadas.

Todavia, isso não quer dizer que elas não tenham importância para alcançar o DS na visão dos assentados. Na avaliação da importância, todas foram classificadas acima do nível quatro de importância em uma escala de 0 a 5 (nenhuma a muita importância). O que se observou foi que valorizam mais a dimensão social, seguida da econômica e da política nacional comparadas às outras.

Ficou clara a influência que essas representações podem causar no entendimento, pelos assentados de reforma agrária, das mensagens, objetivos, metas e propostas das políticas públicas, projetos e programas governamentais relativas ao DS, DRS e Sustentabilidade, os beneficiários delas.

Isso ressalta a importância de considerar nas políticas públicas de estímulo ao DRS que a melhoria da produção seja considerada. Em outras palavras, que a melhoria da produção e a geração de renda sejam priorizadas.

Nesse sentido as possibilidades de associar DRS ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais na geração de trabalho e renda são indispensáveis. Com base nesse tipo de política ou proposta, é mais provável conquistar o comprometimento dos assentados e em decorrência sua participação ativa.

Finalmente, é importante, também, intensificar as ações de educação ambiental nos assentamentos como estratégia de aprofundar a discussão nos temas DS, DRS e Sustentabilidade, principalmente, no que tange à conservação e ao uso dos recursos naturais de forma sustentável e a possibilidade de alcançar níveis mais elevados de vida por meio de outras estratégias que não apenas àquelas dependentes do aumento de renda.

Dialogar com os assentados sobre a possibilidade de, a partir da melhoria das políticas públicas, melhorar a Educação, Saúde, Transporte, Lazer, etc., diminuindo dessa forma a dependência da geração de renda em decorrência do aumento de produção e produtividade.

Um diálogo que permita aos assentados conhecer a evolução do conceito de desenvolvimento que teve resultado as noções de DS, DRS e Sustentabilidade, como

contraponto à visão restrita incorporada a partir de anos e anos de difusão da visão produtivista característica do período da Revolução Verde.

Entretanto, a Ciência e o Estado, a Academia, as Instituições de pesquisa e a tecnocracia, também devem se preocupar com estratégias que realmente permitam esse diálogo. A discussão sobre participação e a revisão do conceito de DRS, constante nas políticas públicas, permitem afirmar que o discurso da ciência, da tecnologia e do Estado é dissonante em relação às representações dos produtores. O que, de certa forma, explica o não-comprometimento dos mesmos com as Políticas Públicas geradas pelo Estado e alicerçadas na visão que a ciência e a tecnologia têm do DS, DRS e sustentabilidade. Ou seja, encontrar formas que a representação dos produtores possa sensibilizar tanto o *habitus* como o *ethos científico*, não só para construir Políticas Públicas, como também gerar conhecimentos e tecnologias realmente adaptadas às reais condições dos agricultores familiares, em especial, aqueles oriundos da Reforma Agrária.

Acreditar que as mudanças na sociedade necessárias para alcançar o DS e a sustentabilidade e em decorrência, o DRS, dificilmente serão obtidas a partir de um discurso arbitrário.

É preciso coerência na atuação do Estado possibilitando uma real participação dos assentados na discussão dos rumos para o DS e DRS e não manter isso apenas no discurso das Políticas Públicas.

Um começo pode ser pensar numa bioética pública como Morin (2001, p.42) afirma:

Penso que os problemas bioéticos não são unicamente reservados a comitês de médicos, de curandeiros, de filósofos e de outras entidades representantes de coerentes espirituais. A bioética é algo pública, dos cidadãos. É algo que os partidos políticos e os governos devem apresentar como de todos, vendo quais são problemas e vendo-os como problemas para a consciência pública. Ninguém pode tratar os problemas em um tubo fechado. Devemos considerar que bioética é também bioética-política, que necessitará justamente, da consciência política de todas as mudanças produzidas hoje no desenvolvimento da Biologia.

E quem sabe evoluir esse conceito no sentido de uma “pesquisa pública”, “academia pública”, ou seja, submeter os conhecimentos gerados à avaliação pela sociedade e não apenas pelos pares. É inserir e valorizar, na avaliação dos cientistas e pesquisadores critérios que ressaltem sua prática, seu grau de conhecimento da realidade, sua capacidade de diálogo com a sociedade.

É preciso lembrar, como Morin (2001, p.43) que:

Quando a ciência encontra um poder, mesmo um elemento pequeno que se pode utilizar como o átomo, quais são as conseqüências da manipulação? A

bomba termonuclear, a indústria termonuclear, genes com possibilidades de manipulação da mudança de toda espécie humana e futura, a manipulação cerebral mostra uma ciência incontrolável. Somente uma consciência pública pode controlar a ciência. Este é também um problema, o da tomada de consciência com relação ao futuro e a vocês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. In: **Estudos Avançados**, IEA/USP, São Paulo, vol.15, no.43, set./dez. 2001, (p.121-140).

ABRIC, J-C. O estudo experimental das representações. In: JODELET, D. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001. (p. 155 – 171).

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, espaço e tempo. **Cadernos de Debate**, Rio de Janeiro, n. 4, 2002. Disponível em: <www.brasilsustentavel.org.br/cad_debate.htm> Acesso em: 01 de fevereiro de 2008.

ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Cadernos de Debate**, Rio de Janeiro, n. 1, 1999. Disponível em: <www.brasilsustentavel.org.br/cad_debate.htm> Acesso em: 01 de fevereiro de 2008.

AGUIAR, Ronaldo Conde de. **Abrindo o pacote tecnológico**. São Paulo: Polis/CNPq, 1986.

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; VASCONCELOS, Tatiana Cristina; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda. Análise psicossocial do assentamento e seu entorno. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 233-242, 2004. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 12 nov. 2005

ALMEIDA, A. M. de O. A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. In: SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, L. M. **Diálogos com a teoria da representação social**. Fortaleza, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2005. (p. 119 -160).

ALMEIDA, G. J. de. As representações sociais, o imaginário e a construção da realidade. In: SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, L. M. **Diálogos com a teoria da representação social**. Fortaleza, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2005. (p. 40 -75).

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; ZANDER, N. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2ª. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. Part. 1. p. 33-55.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1999. 214 p.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO Zander. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2ª. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 323p.

ALTAFIN, Iara Guimarães. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. 2003. 225p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável.

ANDRÉ, P.; DELISLE, C. E.; REVÉRET, J. P.; SÈNE, A. **L'évaluation des impacts sur l'environnement: processus, acteurs et pratique**. Québec: Institut de l'énergie et de l'environnement, 1999. 416 p.

ARAÚJO, Flávia Camargo de. **Reforma agrária e gestão ambiental: encontros e desencontros**. 2006. 242 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, novembro/2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf> Acesso em: 09 de fevereiro de 2008.

ASSIS, J. de P. Kuhn e as ciências sociais. In: **Estudos Avançados**, IEA/USP, São Paulo, vol.7, n.19, dez. 1993, (133-164p.).

ASSMANN, Selvino José; NUNES; Nei Antonio. Michel Foucault e a genealogia como crítica do presente. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, SC, v. 4, n. 1, 21p. jan./jun. 2007. Disponível em: <www.interthesis.cfh.ufsc.br> Acesso em: 21 de janeiro de 2008.

BARRETO, Ana Lêda Vieira. Cercando a etnometodologia e me acercando da etnometodologia: um "billan-de-savoir". **Revista da FACED**, 1997, vol. 1 Disponível em: <www.revistafaced.ufba.br> Acesso em 21 de janeiro de 2008.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **DELTA**, 1999, vol.15, n. Especial, p.183-199. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em 11 de janeiro de 2008.

BARTHOLO JR., R.S. A crise do industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades. in: BURSZTIN, M.; CHAIN, A.; LEITÃO, P. (org.). **Que crise é esta?** 1 ed. Brasília: Brasiliense, 1984. p. 69-101.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antônio Cabello. A trajetória do estatuto da terra e o paradoxo agrário dos anos 90. **Reforma Agrária**, Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), v.25, p. 169-184, jan./abr. 1995.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985. 248 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em TESE**. Florianópolis, SC, vol. 2, n. 1(3), p. 68-80, jan./jul. 2005.

BOCCHI, G.; CERUTI, M. A complexidade do devir humano. Edgar Morin e o caráter inacabado do processo de hominização. In: PENA-VEGA, A.; NASCIMENTO, E. P. DO (orgs.). **O pensar complexo. Edgar Morin e a crise da modernidade**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 141-164.

BONNAL, P.; XAVIER, J.H.V.; SANTOS, N.A. dos; SOUZA, G.L.C. de; ZOBY, J.L.F.; GASTAL, M.L.; PEREIRA, E.A.; PANIAGO JÚNIOR, E.; SOUZA, J.B. de. **O papel da rede de fazendas de referência no enfoque de pesquisa - desenvolvimento: Projeto**

Silvânia. Planaltina: EMBRAPA - CPAC, 1994. 31 p. (EMBRAPA - CPAC. Documentos, 56).

BOULDING, K.E. The economics of the coming spaceship earth. In: NELISSEN, N.; STRAATEN, J.V.D. & KLINKERS, L. (Ed.). **Classics in environmental studies: an overview of classics texts in environmental studies.** New York: International Books, 1997. p. 218-228.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A., 1989

BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNirevista**, São Leopoldo, RS, v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <www.unirevista.unisinos.br> Acesso em 21 de janeiro de 2008.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: DUARTE, L.M.G e SANTANA, M.L. de (org.). **Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade.** Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 93-123.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. III, n. 1, p. 51-63, 2005. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 07 de fevereiro de 2008.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ongs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: Editora da UFPR, 1999. 325 p.

BRASIL, Ida Claudia Pessoa. **Estado, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: construção de uma relação diferenciada.** 2004. 238 p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável.

BURSZTYN, M. Armadilhas do progresso: contradições entre a economia e a ecologia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. X, n. 1, p. 97-124, jan./jun. 1995.

CAMPOS, Jorge. **A relevância da pragmática na pragmática da relevância.** 2004. Disponível em: <www.jcamposc.com.br> Acesso em 15 de janeiro de 2008.

CAMPOS, Jorge. **A teoria inferencial das implicaturas: descrição do modelo clássico de Grice.** 2007. Disponível em: <www.pucrs.br/letras/pos/logica/implicat.html> Acesso em 15 de janeiro de 2008.

CANTER, L. W. Participación pública en la toma de decisiones ambiental. In: CANTER, L. W. **Manual de evaluación de impacto ambiental: técnicas para la elaboración de estudios de impacto..** Oklahoma: Mc Graw Hill, 1998. Cap. 16. p. 711-754.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise do conteúdo e análise do discurso em ciências sociais.** Revista UFLA, nº 06, v.1, 2003. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em 27 de dezembro de 2005.

CAPRA, F. A concepção sistêmica da vida. In: CAPRA, F. **O ponto de mutação. A Ciência, a Sociedade e a Cultura**. 20ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 259-298.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, SC, vol. 15, n. 4, out.-dez. 2006; p. 679-84. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em 27 de janeiro de 2008.

CARSON, R. Silent Sprig. In: NELISSEN, N.; STRAATEN, J.V.D. & KLINKERS, L. (ed.). **Classics in environmental studies: an overview of classics texts in environmental studies**. New York: International Books, 1997. p. 199-210.

CARVALHO, Horácio Martins. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Disponível em: <www.dataterra.org.br/documentos/horacio3.htm> Acesso em: 05 abr. 2001

COSTA, C. F. As duas formas básicas de ação comunicativa. In: ____ **Estudos Filosóficos** Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro/EDUFRN, 1999. cap. 6 Disponível em: <www.filosofia.cchla.ufrn.br/claudio/> Acesso em 12 de janeiro de 2008.

CUNHA, Cleide Lucia da. Atos de fala em discussões argumentativas. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura** - Ano 03- n.05 -2º Semestre de 2006. Disponível em: <www.letramagna.com.br> Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

CURADO, Fernando Fleury. **“Esverdeando” a reforma agrária: atores sociais e a sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais no Estado de Goiás**. 2004. 237 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.); SILVA, Frederico Barbosa et al. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, p.51-90, 2005.

DERPSCH, R.; BENITES, J. The situation of Conservation Agriculture in the World. In: **The Second World Congress on Conservation Agriculture**. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Proceedings 2003. p. 11-25. (CD)

DOISE, W. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, D. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001a. (p. 187 – 2003).

DOISE, W. Cognições e representações sociais. In: JODELET, D. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001b. (p. 301 – 320).

DOLLÉ, V. A pesquisa em agricultura familiar: desafios e avanços científicos. In: **I SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA. Anais ...**Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 1995, p. 28-40.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa In: GIANNTTI, J. A. Émile **Durkheim**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978. (p. 205 – 245). (Coleção Os Pensadores).

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Livros da Terra Editora: São Paulo, 1996. 178p.

EHRILCH, P.; EHRILCH, A. The population bomb. In: NELISSEN, N.; STRAATEN, J.V.D. & KLINKERS, L. (Ed.). **Classics in environmental studies: an overview of classics texts in environmental studies**. New York: International Books, 1997. p. 115-124.

EKBOIR, J.M. Research and technology policies in innovation systems: zero tillage in Brazil. **Research Policy**. 32 (4): p. 573-586. 2003.

ELIAS, Graziela Ranali. **Concepções sobre propriedade da terra em assentamentos Rurais**. 2003. 119p. (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <libdigi.unicamp.br/document> Acesso em 12 de janeiro de 2008.

ENZENSBERGER, H.M. **Contribución a la crítica de la ecología política**. 1ª. ed. Puebla, México: Universidad Autónoma de Puebla, 1976. 64 p. (FyL UAP.) v. 5.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. **Psicologia em estudo**, Maringá, PR, v. 9, n. 3, p. 409-416, set./dez. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a08.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2008.

FAO. **Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor**. Escritório Regional da FAO para América Latina e Caribe. 2ª ed. 1992. 106 p.

FISCHER, R. M. B. **Foucault e a análise do discurso em Educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/ 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2008.

FONTANA, Nauria Inês. Disse ou não disse: eis a questão... **Letras & Letras**, Uberlândia, 20 (2) p.123-133, jul./dez. 2004. Disponível em: <www.letraseletras.ileel.ufu.br> Acesso em 15 de janeiro de 2008.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1986.

FRANCO, A. **O que é o DLIS**. Disponível em: <http://www.dlis.org.br/index.php> Acesso em: 16 de julho de 2004.

FRANCO, A. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Disponível em: <http://www.dlis.org.br/imagens/uploads/porque_precisamos_dlis.doc> Acesso em: 16 de julho de 2004.

FRANCO, A. **Pobreza & desenvolvimento local**. Disponível em: <http://www.dlis.org.br/imagens/uploads/pobreza_desenvolvimento_local.pdf> Acesso em: 16 de julho de 2004.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121.pdf> Acesso em: 09 de fevereiro de 2008.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade** 18ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. **A dialética do desenvolvimento**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 181 p.

GALLOPÍN, Gilberto. **Sostenibilidad y desarrollo sostenible: un enfoque sistémico**. Santiago de Chile: ONU-CEPAL, 2003. 44p. (Série Medio Ambiente y Desarrollo n. 64) Disponível em: <www.eclac.cl> Acesso em: 17 de fevereiro de 2004.

GASTAL, E. **Enfoque de sistemas na programação da pesquisa agropecuária**. Rio de Janeiro: IICA, 1980. 207 p.

GASTAL, M.L.; ZOBY, J.L.F.; PANIAGO JÚNIOR,E.; MARZIN, J.; XAVIER,J.H.V.; SOUZA, G.L.C. de; PEREIRA, E.A.; KALMS, J.M.; BONNAL,P. **Proposta metodológica de transferência de tecnologia para promover o desenvolvimento**. Planaltina: EMBRAPA – CPAC, 1993. 34p.(EMBRAPA – CPAC. Documentos, 51).

GASTAL, M. L.; XAVIER, J. H. V.; ROCHA, F. E. de C.; MOLINA, M. C.; ZOBY, J. L. F. **Método participativo de apoio ao desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. 41 p. (Embrapa Cerrados. Documentos, 74).

GASTAL, M. L.; XAVIER, J. H. V.; ZOBY, J. L. F.; ROCHA, F. E. de C.; SILVA, M. A. da; RIBEIRO, C. F. D. de A.; COUTO, P. H. M. **Projeto Unai: diagnóstico rápido e dialogado (DRD) de três assentamentos de reforma agrária**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2003. (Embrapa Cerrados. Boletim de Pesquisa).

GASTAL, M. L. A influência do campo científico na geração de tecnologias agropecuárias. Brasília, **Dissertação (Mestrado)**, Universidade de Brasília, 1994.

GEHLEN,IVALDO. Pesquisa, tecnologia e competitividade na agropecuária brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul./dez. 2001, p. 70-93. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 07 de fevereiro de 2008.

GODOI, Elena; RIBEIRO, Anely. Pragmática lingüística: conexão com crises e conflitos na comunicação organizacional. In: **I Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas**, 2007, São Paulo, SP. Disponível em: <www.vertent.net/abrapcorp/www/trabalhos/relacao_gt4.htm> Acesso em 12 de janeiro de 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

GOLDSMITH, E. A blueprint for survival. In: NELISSEN, N.; STRAATEN, J.V.D. & KLINKERS, L. (Ed.). **Classics in environmental studies: an overview of classics texts in environmental studies**. New York: International Books, 1997. p. 199-210.

GOODMAN, David, SORJ, Bernardo, WILKINSON, John. **Das lavouras às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192 p.

GRACIA, Tomás Ibáñez. O “giro lingüístico”. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. (19 – 49p).

GRAZIANO Neto, F. **Questão Agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUARESCHI, P. A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, P. A. & JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (191 – 225p).

GUEDES PINTO, Luís Carlos. Reforma agrária no Brasil: esboço de um balanço. In: TEIXEIRA, Erly Cardoso; VIEIRA, Wilson da Cruz (ed.). **Reforma da Política Agrícola e abertura econômica**. Viçosa/MG, 210p., 1996.

GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **Em Tese**, vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br/h_Adalto.pdf> Acesso em: 18 de janeiro de 2008.

GUZMÁN, E.S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 19-32.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. In: NELISSEN, N.; STRAATEN, J.V.D. & KLINKERS, L. (Ed.). **Classics in environmental studies: an overview of classics texts in environmental studies..** New York: International Books, 1997. p. 101-114.

HAYAMI, Yujiro; RUTTAN, Vernon W. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA-DPU, 1998. 583p. (EMBRAPA-SEP. Documentos, 40).

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996

IÑIGUEZ, Lupicínio; ANTAKI, Charles. Analisis del discurso. In: ESTEVES, Antônio; AXEVEDO, José. (org.) **Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais**. Porto: Instituto de Sociologia, Universidade do Porto, 1998. (p. 133 – 147).

IÑIGUEZ, Lupicínio. Os fundamentos da análise do discurso. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a. (50-104)

IÑIGUEZ, Lupicínio. Prática da análise do discurso. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b. (105-160)

JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 315-338, jan./dez. 2003.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001. (p. 17 – 44).

JOUBE, P.; MERCOIRET, M.R. La Investigación/Desarrollo: una alternativa para poner las investigaciones sobre los sistemas de producción al servicio del desarrollo rural. **Revista Investigación/Desarrollo para América Latina**. Barquisimeto, Venezuela, n.1, p. 01-08, 1992.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. 257 p. (Debates.) v. 115.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LANDERS, J. **Zero tillage development in tropical Brazil: the story of successful NGO activity**. FAO Agricultural Services Bulletin 147. Rome, Italy. 2001. 38 p.

LAVARDA, Santa Terezinha Falcade; BIDARRA, Jorge. A dêixis como um "complicador/facilitador" no contexto cognitivo e lingüístico em ambiente educacional face aos alunos com deficiência visual. **Revista brasileira de educação especial**. vol.13, no.3, p.309-324 - set./dez. 2007. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em 11 de janeiro de 2008.

LEFORT, J. Innovación técnica y experimentación con los productores. *In*: **EL TALLER INNOVATION TECHNIQUE EN MELIEU PAYSAN**, 1987, Montpellier- Francia. Tradução a partir do original "Innovacion technique et experimentacion en melieu paysan". Montpellier: CIRAD, 1987. 27 p.

MACHADO, Vilma De Fátima. **A Produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. 2005. 328p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MAGALHÃES, I. Introdução a análise de discurso crítica. **DELTA**, 2005, vol.21, n. Especial, p.1-9. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em 11 de janeiro de 2008.

MAIA, Kátia Drager. Agenda de desenvolvimento sustentável. *In*: **PNUD- Instituto de Política. Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI**. Brasília, 2000, p. 353 - 378.

MALTHUS, T. R. An essay on the Principle of Population. *In*: NELISEN, N.; STRAATEN, J.V.D. & KLINKERS, L. (Ed.). **Classics in environmental studies: an overview of classic texts in environmental studies..** New York: International Books, 1997. 1. p. 28-38.

MAQUILLAS, Rita. Conceitos de pragmática lingüística na mise-en-page do texto escrito. *In*: ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (ed.). **Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas SP: Mercado das Letras, 2005, pp. 67-75. Disponível em: <www.clul.ul.pt/equipa/rmarquilhas> Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

MARCATO, Celso. Agricultura sustentável: conceitos e princípios. **Rede Ambiente**, Viçosa, 2000. Disponível em: <www.redeambiente.org.br/docs/agricultura%20sustentavel4.zip> Acesso em: 07 de fevereiro de 2008.

MARCONDES, Danilo. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **Alceu: revista de comunicação, cultura e política**. v.1 - n.1 – p. 38 a 46 - jul/dez 2000. Disponível em: <publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n1_Danilo.pdf> Acesso em 11 de janeiro de 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Questão agrária hoje e os desafios do governo Lula. **Agrária**, São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária da USP, n. 1, p. 37-54, 2004.

MARTINS, Ana Cristina. O lugar da deixis na descrição da língua. **Forum Media – Revista do Curso de Comunicação Social**, Instituto Politécnico de Viseu. n.2 – mai/2000. Disponível em: <www.ipv.pt/forumedia/f2_idei7.htm> Acesso em 11 de janeiro de 2008.

MARTINS, Carla. A indeterminação do significado nos estudos sócio-pragmáticos: Divergências Teórico- Metodológicas. **DELTA**, 2002, vol.18, no.1, p.87-116. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em 11 de janeiro de 2008.

MARTINS, Silvane Aparecida de Freitas. Ideologia: um dos pilares do pensamento bakhtiniano. **Guavira Letras**, n. 3, set. 2006 Disponível em: <www.cptl.ufms.br/guavira/guavira.htm> Acesso em 30 de janeiro de 2008

MASERA, O.; ASTIER, M.; ORTIZ, T. **Conceptos básicos del MESMIS**. Disponível em: <<http://www.gira.org.mx/CONCEPTOMESMIS.htm>> Acesso em: 19 abril de 2005.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. 1ª ed. São Paulo, Mestre Jou, 1970.

MERTON, R. K. Los Paradigmas científicos. *In*: BARNES, B., org. **Estudios sobre sociologia de la ciencia**. Madrid, Alianza Editorial S.A., 1972.

MERTON, R. K. Os imperativos institucionais da ciência. *In*: DEUS, J.D. de, (org.) **A crítica da ciência. Sociologia e ideologia da ciência**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. *In*: GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (89 – 111p).

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. MDA/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. 36 p. (Textos para Discussão, 4).

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável**. Disponível em: <www.condraf.org.br/> Acesso em: 23 de novembro de 2007.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, ano 9, n. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006.

MONTENEGRO, Miguel. Entre a etnometodologia de H. Garfinkel e a etnologia de R. Jaulin. **Revista Antropológicas**, 1997, n.1 Disponível em: <www.miguel-montenegro.com/EntrePT.pdf> Acesso em 21 de janeiro de 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. O pensamento de Foucault e suas contribuições para a educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, vol. 25, n. 87, p. 611-615, maio/ago. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21471.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

MORIN, E. **O método IV: As idéias, a sua natureza, vida, habitat e organização**. 2ª. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1991. 231 p.

MORIN, E. **O método III: O conhecimento do conhecimento**. 2ª. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1996. 230 p.

MORIN, E. **O método I: A natureza da natureza**. 3ª. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1997. 363 p.

MORIN, E. **O método II: A vida da vida**. 3ª. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1999. 437 p.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes local: o olhar transdisciplinar**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 404p.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001. (p. 45 – 63).

NELISEN, N.; STRAATEN, J.V.D. & KLINKERS, L. (ed.). **Classics in environmental studies: an overview of classic texts in environmental studies**. New York: International Books, 1997.

NOGUEIRA, Conceição. Análise do discurso. In: ALMEIDA, L. e FERNANDES, E. (ed.) **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação**. Braga: CEEP. 2001. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>> Acesso em 27 de dezembro de 2005.

NOGUEIRA, Conceição. Construcionismo social, discurso e gênero. **Psicologia**, vol.15, n. 1, 2001, (43 – 65p). Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>> Acesso em 27 de dezembro de 2005.

OLIVEIRA, B. J. de; CONDÉ, M. L. L. Thomas Kuhn e a nova historiografia da ciência. In: **ENSAIO – Pesquisa em Educação em Ciências**, Cecimig/UFMG, Belo Horizonte, vol.04, n.2, dez., 2002. (1-11p).

OLIVEIRA, Denise Aparecida Soares de. **Desenvolvimento, energia e sustentabilidade: uma perspectiva do relatório Brundtland**. 2003. 76p. Dissertação (Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, Jair Antonio. Comunicação e educação: uma perspectiva pragmática. Curitiba, PR: **Protexto**, 2002. 26p. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt> Acesso em 17 de janeiro de 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PÁDUA, José Augusto. Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. **Cadernos de Debate**, Rio de Janeiro, n. 6, 2002. Disponível em: <www.brasilsustentavel.org.br/cad_debate.htm> Acesso em: 01 de fevereiro de 2008.

PASTORE, J. Componentes sociais do desenvolvimento agrícola. In: PASTORE, J., (ed.) **Agricultura e desenvolvimento**. São Paulo, APEC, 1973, p. 173-192.

PAIS, José Machado. Pesquisa acadêmica, vida cotidiana e juventude: desafios sociológicos – O poder das máscaras: ocultações e revelações In: **3ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 2007, Caxambu, MG. Disponível em: <www.anped.org.br> Acesso em 12 de janeiro de 2008.

PENA-VEGA, A. & STROH, P. Viver, compreender, amar. Diálogo com Edgar Morin. In: PENNA-VEGA, A.; NASCIMENTO, E.P. DO; (org). **O pensar complexo. Edgar Morin e a crise da Modernidade**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 179-198.

PIRES, M.O. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição de paradigmas. In: DUARTE, L.M.G e SANTANA, M.L. de (orgs). **Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 63-93.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª. ed. 188 p, 1979.

PRONAF. Consórcios Intermunicipais. Desenvolvido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2002. Disponível em <www.pronaf.gov.br/infra_estrutura/consorcio.htm> Acesso em 17 de março de 2003.

RASERA, Emerson F.; GUANAES, Carla; JAPUR, Marisa. Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao *self*. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2004, vol. 17, n. 2, p. 157-165. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em 29 de janeiro de 2008.

RIBEIRO, M.F.; TRIOMPHE, B.; BENASSI, D.; HUBERT, B. Do smallholders in southern Brazil practice Conservation Agriculture as recommended or as suits them? preliminary evidence from central Paraná. Proceedings: **Third World Congress on Conservation Agriculture**, Nairobi, Kenya 2005.

RODRIGUES JUNIOR; Adail Sebastião. Metodologia sócio-interacionista em pesquisa com professores de línguas: revisitando Goffman. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, RS, v. 8, n. 1, p. 123-148, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://rle.ucpel.tche.br>> Acesso em: 21 de janeiro de 2008.

ROESCH, S. M. A. Avaliação: Gerar conhecimento tecnocrático ou capacidade local? In: FISHER, T. (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 157-174.

ROJO, Luisa Martín. A fronteira interior – Análise crítica do discurso: um exemplo sobre o “racismo”. In: INÍGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. (206-257).

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 16, p. 37-61, 2001.

SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, L. M. **Diálogos com a teoria da representação social**. Fortaleza, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993 - 103p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p. (Idéias Sustentáveis.).

SALLUM Jr., Brasílio. O futuro das ciências sociais: a sociologia em questão. **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 48, 2005, p. 19-26. Disponível em: <www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a03.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

SCHÄFFER, Wigold Bertoldo. Mata Atlântica, agricultura familiar e reforma agrária. In: ESTERCI, Neide; VALLE, Raul Silva Teles do. **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 191 p., 2003.

SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (org). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 306p, 1998.

SCHUH, Edgard G. **O desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1971.

SCOPEL, E.; TRIOMPHE, B.; GOUDET, M.; XAVIER, J.H.V.; MACENA, F.M.da. Potential role of CA in strengthenin small-scale farming systems in the Brazilian Cerrados, and how to do it. In: **Third World Congress on Conservation Agriculture**, 2005, Nairobi, Kenya, 3-7 october. 8 p. Disponível em http://www.act.org.zw/postcongress/theme_04_13.asp. Acesso em: 10 de dezembro de 2007.

SEARLE, John R. **Expressão e significado: estudo da teoria dos atos da fala**. 2ª ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002. (Coleção Tópicos). 294p.

SEARLE, John R. **Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2000. 160p.

SEPÚLVEDA, S. **Desarrollo rural sostenible - enfoque territorial**. 2003. Disponível em: <www.nead.org.br> Acesso em: 26 de agosto de 2005.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; LOPEZ, Ariel Abderraman Ortiz. A questão da mudança tecnológica e o enfoque neoclássico. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 9, p. 81-92, maio 1997. Disponível em: <www.upf.br/cepeac/download/rev_n09_1997_art5.pdf> Acesso em: 02 de fevereiro de 2008.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Agricultura. **Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Caderno Temático 4**, Rio de Janeiro, 2001 Disponível em: <<http://www.brasilsustentavel.fase.org.br/downloads.htm>> Acesso em: 06 de fevereiro de 2008

SILVA, Gasparina L. da. **Viabilidade socioeconômica da reforma agrária: estudo de caso sobre o P. A. Renascer**. 2001. Monografia - Curso de Especialização e Extensão em Educação do Campo e desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária. UnB (GTRA) / Embrapa Cerrados / INCRA / IICA. 88 p.

SILVA, Gustavo Adolfo Pinheiro da. **A Linguística do séc. XX: balanço crítico**. Disponível em: <www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno03-03.html> Acesso em 13 de janeiro de 2008.

SLATER, D. **Cultura do consumo & Modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002. 216 p.

SOUZA, N. A. de. **Do conhecimento literário: ensaio de epistemologia interna dos estudos literários (Crítica e Poética)**. 2006. 579p. (Mestrado em Letras: Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br> Acesso em 12 de janeiro de 2008.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 204 p, 2003.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 13 ed, 87 p, 1990.

TINBERGEN, J. & DOLMAN, A. J. An report to the Club of Rome. In: NELISEN, N.; STRAATEN, J.V.D. & KLINKERS, L. (Ed.). **Classics in environmental studies: an overview of classic texts in environmental studies**. New York: International Books, 1997.

TONETTO, M. C. **O papel dos direitos humanos na filosofia prática de Habermas**. 2006. 145p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/ethic@DISSmilene.pdf> Acesso em 12 de janeiro de 2008.

TOURTE, R.; BILLAZ, R. Enfoque de los sistemas agrarios y función Investigación – Desarrollo: contribución a la elaboración de un modo de acción. In: **Capacitación en Métodos de Apoyo Técnico Económico a la Producción Campesina**. Chillan, Chile, AGRARIA y CIRAD, 1991. Artigo traduzido da revista L'AGRONOMIE TROPICALE, XXXVII-3, páginas 223-232. 1982.

TRIGUEIRO, M.G.S. A articulação pesquisa-extensão e o desenvolvimento da agropecuária. **Sociedade e Estado**, v. IV, n.1, p.72-94, 1989.

TRIOMPHE B.; SABOURIN E. (ed.) **Construção da Inovação em Parceria Oficina CIP**, Brasília 12-14/12/2005, Cirad, Embrapa UnB, ed. Cirad Montpellier, 2006, (CD Rom).

TURNES, V. Processos participativos de desenvolvimento rural. In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (CONTAG). **Programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimento municipal baseado na agricultura familiar. Formação de monitores**. Brasília: CONTAG, 1997. p. 65 - 92.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp-Hucitec, 1991. 21p.

VILLAÇA, Ana Lúcia S. de Oliveira. Compra x venda: uma análise lingüística da interação vendedor x cliente **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Letra Magna**. Ano 03- n.05 -2º Semestre de 2006. Disponível em: <www.letramagna.com> Acesso em: 21 de janeiro de 2008.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our common future. In: NELISSEN, N.; STRAATEN, J.V.D. & KLINKERS, L. (Ed.). **Classics in environmental studies: an overview of classics texts in environmental studies**. New York: International Books, 1997. p. 275-284.

ZANI, B.; PALMONARI, A. As representações sociais no campo dos psicólogos. In: JODELET, D. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001. (p. 261 – 279).

ZOBY, J. L. F.; XAVIER, J. H. V.; GASTAL, M. L. **Transferência de tecnologia, agricultura familiar e desenvolvimento local: a experiência do Projeto Silvânia**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2003. 45 p. (Embrapa Cerrados. Documentos, 101).

ANEXOS

ANEXO 1. Questionário respondido pelas lideranças de cada assentamento.

PROJETO

Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária.

QUESTIONÁRIO

Nome do entrevistado: _____

Assentamento: _____

Função no assentamento: _____

Entrevistador: _____

Data: _____

1) Quando o assentamento foi criado oficialmente? _____

2) Qual a distância do assentamento a Unai (km)? _____

3) Condições da estrada de acesso ao assentamento:

Época da seca	Época de chuva
<input type="checkbox"/> Péssimas	<input type="checkbox"/> Péssimas
<input type="checkbox"/> Ruins	<input type="checkbox"/> Ruins
<input type="checkbox"/> Razoáveis	<input type="checkbox"/> Razoáveis
<input type="checkbox"/> Boas	<input type="checkbox"/> Boas
<input type="checkbox"/> Ótimas	<input type="checkbox"/> Ótimas

4) Quantas família estão assentadas? _____

5) Quantas famílias residem no assentamento? _____

6) Qual a distribuição de idade das pessoas que residem no assentamento (%)?

Menor que 15 anos

Entre 16 e 35 anos

Entre 36 e 55 anos

Maior que 55 anos

7) As famílias que estão no assentamento vieram da onde (%)?

Meio urbano

Meio rural

8) As famílias que estão no assentamento vieram de quais regiões (%)?

Norte

Sul

Nordeste

Sudeste

Centro Oeste

9) Qual o tamanho médio dos lotes (ha)? _____

10) Qual o tamanho do menor lote (ha)? _____

11) Qual o tamanho do maior lote (ha)? _____

12) O assentamento possui energia? Sim Não

13) Condições das estradas internas do assentamento:

Época da seca	Época de chuva
<input type="checkbox"/> Péssimas	<input type="checkbox"/> Péssimas
<input type="checkbox"/> Ruins	<input type="checkbox"/> Ruins
<input type="checkbox"/> Razoáveis	<input type="checkbox"/> Razoáveis
<input type="checkbox"/> Boas	<input type="checkbox"/> Boas
<input type="checkbox"/> Ótimas	<input type="checkbox"/> Ótimas

14) No assentamento existem quais organizações?

Cooperativa: N.º ()

Associação: N.º ()

Grupos informais: (religião, esportes, econômicos, etc.). Escreva quais no espaço abaixo:

15) Quais atividades e/ou equipamentos coletivos existem no assentamento?

- Lavouras comunitárias
- Compra de insumos
- Venda de produtos
- Trator
- Equipamentos
- Fábricas

Outros:

16) Como é a fertilidade das terras do assentamento (%)?

- Baixa fertilidade
- Média fertilidade
- Alta fertilidade

19) Quais são as principais atividades não agropecuárias e outras fontes de renda exploradas pelas famílias do assentamento?

Atividades	% de famílias
Aposentadoria	
Salário externo	
Aluguel de máquinas	
Venda de mão-de-obra	
Artesanato	
Comércio	

20) Quais as principais combinações dessas atividades que são feitas pelas famílias no assentamento (tipos de sistemas de produção)?

Tipos	Combinações de atividades
Tipo 1	
Tipo 2	

Tipos	Combinações de atividades
Tipo 3	
Tipo 4	

21) As famílias do assentamento utilizam crédito? _____

22) Quais são as linhas de crédito atualmente utilizadas pelas famílias no assentamento?

ANEXO 2. Guia para entrevista semi-estruturada de moradores durante a visita aos assentamentos de Unaí.

OBJETIVO DA VISITA: Aprofundar em cada assentamento o conhecimento das características comportamentais e da dinâmica interna do grupo.

1) Faça um breve histórico de sua trajetória e a do grupo desde o período de regularização dos lotes até hoje.

Buscar detectar nas respostas:

- principais problemas enfrentados;
- estratégias adotadas de solução;
- personagens envolvidos;
- eventos relevantes;
- pinçar exemplos para abordar as próximas questões;

2) Quais seriam os interesses comuns do grupo?

Buscar detectar nas respostas:

- se existem objetivos comuns a todos os membros;
- se esses objetivos são claros, compreendidos e aceitos por todos;

COMPONENTE DA DINÂMICA DO GRUPO AVALIADA: OBJETIVOS

3) Como é a participação do grupo nas discussões dos problemas (reuniões), atividades coletivas, etc? Como era antes e como é agora?

Buscar detectar nas respostas:

- o grau de interesse dos indivíduos pelas atividades do grupo;
- se há participação plena e espontânea nas atividades;

COMPONENTE DA DINÂMICA DO GRUPO AVALIADA: MOTIVAÇÃO

4) Como são as reuniões do grupo? Como as pessoas colocam suas opiniões? Como as informações são trocadas no grupo? Como circula a informação?

Buscar detectar nas respostas:

- como é a comunicação no grupo;
- se há confiança para expressão autêntica de pensamentos e sentimentos;
- que sistema é utilizado para circular a informação no grupo;

COMPONENTE DA DINÂMICA DO GRUPO AVALIADA: COMUNICAÇÃO

5) Existem pessoas que são mais procuradas pelos companheiros(as), para quê, por quê, e quem são?

Buscar detectar nas respostas:

- que tipo de lideranças existem no grupo, formais e informais;
- em que áreas são reconhecidas essas lideranças;
- quem são os líderes;

COMPONENTE DA DINÂMICA DO GRUPO AVALIADA: LIDERANÇA

6) Como são tomadas as decisões do grupo?

Buscar detectar nas respostas:

- que modalidades de tomada decisão são mais frequentes (unilaterais, imposição de autoridade, por votação/maioria, por consenso);

COMPONENTE DA DINÂMICA DO GRUPO AVALIADA: PROCESSO DECISÓRIO

7) Como as idéias novas são recebidas pelo grupo?

Buscar detectar nas respostas:

- como são acolhidas idéias novas e sugestões de mudança;
- se a criatividade é encorajada/estimulada;

COMPONENTE DA DINÂMICA DO GRUPO AVALIADA: **INOVAÇÃO**

8) Como são as relações entre os membros do grupo? Como são administrados os conflitos?

Buscar detectar nas respostas:

- se há cordialidade e harmonia nas relações;
- se há divisões internas nos grupos;
- se os conflitos são discutidos ou ignorados;

COMPONENTE DA DINÂMICA DO GRUPO AVALIADA: **RELACIONAMENTOS**

9) Quais os planos do grupo para o futuro?

Buscar detectar nas respostas:

- se existem objetivos comuns a todos os membros;
- se esses objetivos são claros, compreendidos e aceitos por todos;

COMPONENTE DA DINÂMICA DO GRUPO AVALIADA: **OBJETIVOS**

10) Há alguma pendência na regularização do assentamento e dos lotes que atrapalhe a exploração?

ANEXO 3. Questionário aplicado na pesquisa

Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
Aluno: Marcelo Leite Gastal

Explicações do Trabalho:

Trabalho de Tese de Doutorado em que queremos saber a opinião dos produtores e familiares sobre algumas questões. A idéia é mostrar a necessidade de simplificar a linguagem para melhorar a compreensão por parte dos produtores.

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

NÚMERO DA ENTREVISTA:

COMUNIDADE/ASSENTAMENTO:

NOME:

SEXO: () M () F IDADE:

ESCOLARIDADE: IDADE EM QUE PAROU DE ESTUDAR:

LOCAL DE NASCIMENTO:

O QUE FAZIA ANTES DE RECEBER O LOTE DA REFORMA AGRÁRIA:

.....

LOCAL DE RESIDÊNCIA:

ÁREA DO LOTE:

TEMPO NO ASSENTAMENTO:

PARTICIPA DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO: () SIM () NÃO

CARGO QUE OCUPA:

NÚMERO DE DEPENDENTES ECONOMICAMENTE (\$) DO LOTE:

ESTIMATIVA DE RENDA MENSAL (R\$):

FONTES DE RENDA DA FAMÍLIA(ATIVIDADES):

.....

ENTREVISTA

- 1) O que você entende por **Desenvolvimento Rural Sustentável**?
- 2) Você já ouviu falar nisso? **Onde e Quando**?
- 3) O que você entende por **Desenvolvimento Rural**?
- 4) O que você entende por **Sustentabilidade**?
- 5) O que é **Melhoria de Vida** para você?
- 6) O que você precisa para **Melhorar de Vida**?

AValiação DAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento Sustentável são todas as alternativas de desenvolvimento que tenham como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.

DÊ UMA NOTA PARA A IMPORTÂNCIA DE CADA AFIRMAÇÃO PARA O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	IMPORTÂNCIA					
	Nenhuma → Média → Muita					
	0	1	2	3	4	5
Importância de preservar a natureza (DE).						
Importância de limitar o uso da natureza (DE).						
Importância da distribuição de renda justa (DS).						
Importância diminuição do desemprego (DS).						
Importância da melhoria da qualidade de vida (DS).						
Importância do acesso aos serviços sociais (Ex: saúde e educação) (DS).						
Importância de manter um equilíbrio entre o respeito às tradições e aos valores da comunidade e a necessidade de mudar, introduzir novidades, inovar (DC).						
Importância de respeitar a capacidade de a natureza se limpar, purificar, se recuperar (DA).						
Importância de manter equilíbrio entre o meio urbano e rural nas políticas e investimentos públicos (DT).						
Importância de manter equilíbrio entre as regiões do País superando as diferenças nas políticas e investimentos públicos (DT).						
Importância de definir políticas e investimentos públicos ambientalmente seguros (DT).						
Importância de definir políticas e investimentos públicos que conservem a diversidade e a riqueza da natureza (DT).						
Importância de desenvolver de forma equilibrada em termos econômicos todos os setores da sociedade (DE).						
Importância de garantir a segurança alimentar (DE).						
Importância de modernizar continuamente a produção (DE).						

ANEXO 4. Resultados obtidos na avaliação da importância de cada dimensão para o alcance do DS (Continuação).

Avaliação dos entrevistados em cada afirmação sobre DS.

ID QUEST.	AFIRMAÇÕES							
	D.P.Nac 1	D.P.Nac 2	D.P.Nac 3	D.P.Int 1	D.P.Int 2	D.P.Int 3	D.P.Int 4	D.P.Int 5
1	5	5	5	5	5	5	5	4
2	5	5	5	5	5	5	5	5
3	5	5	5	4	5	5	5	5
4	5	4	4	5	4	3	3	4
5	5	4	3	1	3	2	4	3
6	3	5	4	5	4	5	4	5
7	5	5	5	5	5	4	4	5
8	5	5	4	5	5	5	5	4
9	5	5	5	5	5	5	5	5
10	5	5	5	5	5	5	5	5
11	5	5	5	5	5	4	3	4
12	3	4	5	5	5	3	5	5
13	5	4	5	4	5	2	5	4
14	5	4	5	5	5	4	5	5
15	3	4	4	5	5	3	4	5
16	5	4	4	5	4	4	4	5
17	5	5	5	5	5	4	5	5
18	5	5	4	5	4	3	5	5
19	5	5	5	5	5	5	5	5
20	4	5	5	5	4	3	5	4
21	4	5	4	5	5	5	4	4
22	5	4	5	5	5	5	5	5
23	5	5	5	5	5	3	0	4
24	5	4	5	5	5	3	4	4
25	5	4	5	5	5	4	4	5
26	5	5	4	5	5	5	4	5
SOMA	122,00	120,00	120,00	124,00	123,00	104,00	112,00	119,00
MÉDIA	4,69	4,62	4,62	4,77	4,73	4,00	4,31	4,58
MINIMO	3,00	4,00	3,00	1,00	3,00	2,00	0,00	3,00
MÁXIMO	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
DESV.	0,68	0,50	0,57	0,82	0,53	1,02	1,09	0,58

Distribuição do número de entrevistas por cada nível de avaliação para cada afirmação do DS.

AVAL.	D.P.Nac 1	D.P.Nac 2	D.P.Nac 3	D.P.Int 1	D.P.Int 2	D.P.Int 3	D.P.Int 4	D.P.Int 5
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
1	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00
3	3,00	0,00	1,00	0,00	1,00	7,00	2,00	1,00
4	2,00	10,00	8,00	2,00	5,00	7,00	9,00	8,00
5	19,00	14,00	15,00	21,00	18,00	9,00	12,00	15,00
SOMA	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	25,00	24,00	24,00